

# DIAGNÓSTICO DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO DOS ODS EM SÃO PAULO



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**

Grupo de Trabalho Intersecretarial  
PCS / ODS Prefeitura de São Paulo  
Julho - 2020

## Apresentação

A publicação do presente “Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo” é resultado de um ano de debates e reflexões a respeito das possibilidades atuais de monitoramento do cumprimento da Agenda 2030 pela Prefeitura de São Paulo. Esta publicação sucede o “Relatório de Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo”, e detalha os resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial formado para definição e monitoramento de indicadores da Plataforma Cidades Sustentáveis e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTI PCS/ODS).

Com o compromisso de que esse material contribua para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no município de São Paulo no horizonte dos próximos dez anos, sua elaboração formaliza as contribuições iniciais do GTI PCS/ODS aos trabalhos da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, ‘Comissão Municipal ODS’.



# Sumário

<b>Do Global para o Local</b> .....	<b>4</b>
A Agenda 2030 .....	4
A Agenda 2030 no Brasil.....	7
A Agenda 2030 em São Paulo .....	9
<b>Atuação internacional de São Paulo e o Desenvolvimento Sustentável</b> .....	<b>12</b>
<b>Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas</b> .....	<b>18</b>
O Programa Cidades Sustentáveis .....	19
O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (ObservaSampa).....	19
<b>O Grupo de Trabalho Intersecretarial</b> .....	<b>21</b>
Integrantes .....	21
Histórico de trabalho .....	22
Metodologia.....	22
Conteúdo dos capítulos temáticos.....	23
<b>ODS 1   Erradicação da Pobreza</b> .....	<b>27</b>
<b>ODS 2   Fome Zero e Agricultura Sustentável</b> .....	<b>44</b>
<b>ODS 3   Saúde e Bem-estar</b> .....	<b>58</b>
<b>ODS 4   Educação de Qualidade</b> .....	<b>79</b>
<b>ODS 5   Igualdade de Gênero</b> .....	<b>108</b>
<b>ODS 6   Água Potável e Saneamento</b> .....	<b>130</b>
<b>ODS 7   Energia Limpa e Acessível</b> .....	<b>149</b>
<b>ODS 8   Trabalho Decente e Crescimento Econômico</b> .....	<b>160</b>
<b>ODS 9   Indústria, Inovação e Infraestrutura</b> .....	<b>190</b>
<b>ODS 10   Redução das Desigualdades</b> .....	<b>205</b>
<b>ODS 11   Cidades e Comunidades Sustentáveis</b> .....	<b>226</b>
<b>ODS 12   Consumo e Produção Responsáveis</b> .....	<b>255</b>
<b>ODS 13   Ação contra a Mudança Global do Clima</b> .....	<b>275</b>
<b>ODS 14   Vida na Água</b> .....	<b>285</b>
<b>ODS 15   Vida Terrestre</b> .....	<b>289</b>
<b>ODS 16   Paz, Justiça e Instituições Eficazes</b> .....	<b>321</b>
<b>ODS 17   Parcerias e Meios de Implementação</b> .....	<b>355</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>383</b>



# Do Global para o Local

## A Agenda 2030

A Agenda 2030 nasceu de um consenso liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU), após um processo de consulta com os Estados-membros, sociedade civil e outros parceiros, para impulsionar ações de combate à pobreza e para promover o desenvolvimento sustentável, a prosperidade e o bem-estar para o ser humano. O documento foi aprovado em 2015, durante Assembleia-Geral das Nações Unidas e é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas distribuídas entre os ODS, trazendo uma dimensão mais concreta e integrada da Agenda.

Essa agenda é resultado de um processo anterior de debates e conferências internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, cujo início remonta à Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, sobre o impacto do desenvolvimento econômico para o meio ambiente. Como fruto destas discussões foi criado o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e, anos depois, criou-se também a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão publicou o Relatório Brundtland<sup>1</sup>, por meio do qual cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável como:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Vinte anos depois, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92. Os países concordaram com a promoção do desenvolvimento sustentável, com foco nos seres humanos e na proteção do meio ambiente como partes fundamentais desse processo. Conhecida também como ECO-92 ou Cúpula da Terra, essa conferência resultou em cinco documentos e na Agenda 21<sup>1</sup>, uma carta de intenções em escala global com metas para um novo padrão de desenvolvimento.

Em face aos desafios sociais e econômicos da época, sobretudo no que tange aos países menos desenvolvidos, em setembro dos anos 2000, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU<sup>2</sup>. Com a Declaração, os países se comprometeram com oito grandes objetivos que, no seu conjunto, almejavam a redução da pobreza e da fome, com prazo

<sup>1</sup> United Nations Conference on Environment & Development - Agenda21

<sup>2</sup> Declaração do Milênio - Nações Unidas



de alcance para 2015 e ficaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



Selos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas

No ano de 2012, uma nova Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada no Rio de Janeiro, com a presença de 193 delegações, para renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável. A Rio+20, como ficou conhecida, teve como objetivo avaliar o progresso e os desafios para implementação dos acordos globais sobre a temática firmados até a época, além de discutir novos tópicos emergentes. A Conferência teve como foco a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, bem como a construção do arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Declaração Final da Conferência Rio+20, o documento “O Futuro que Queremos”<sup>3</sup>, lançou o processo intergovernamental para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a criação do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e para o incentivo ao fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Esse arranjo internacional conduziu os debates nos três anos seguintes e deu início ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável para o mundo pós 2015.

Dessa forma, em setembro de 2015, durante a Assembleia Geral da ONU, os chefes de Estado adotaram o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”<sup>4</sup>, um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A diretriz essencial dessa agenda é “não deixar ninguém para trás” e, com isso, objetiva superar as desigualdades que atingem principalmente os grupos mais vulneráveis. A Agenda 2030 amplia a percepção mais comum a respeito da sustentabilidade como um conceito voltado para o meio ambiente e, por meio dos seus 17 objetivos, abrange a dimensão econômica, social e ambiental mediante cinco eixos:

<sup>3</sup> United Nations The future we want I. Our common vision

<sup>4</sup> Agenda 2030



## Pessoas

Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

## Planeta

Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

## Prosperidade

Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

## Paz

Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

## Parceria

Mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, a Agenda 2030 trata também sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como sobre o acompanhamento e avaliação da agenda em nível nacional, regional e global.



Selos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas



Como parte de seus mecanismos de acompanhamento e revisão, a ONU incentiva os Estados membros a apresentar revisões nacionais do progresso da Agenda 2030 nos níveis nacional e subnacional, liderados e orientados de forma voluntária pelos países. A cada ano, os Estados Membro apresentam seus Relatórios Nacionais Voluntários durante o Fórum Político de Alto Nível, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 por meio do compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas.

No ano de 2018, a cidade de Nova York desenvolveu o conceito de Revisão Voluntária Local e foi o primeiro governo local a submetê-lo às Nações Unidas. Desde então, o governo de Nova York, com o apoio das Nações Unidas, Organizações da Sociedade Civil e outras autoridades locais, vem divulgando este conceito para outras cidades. Já no ano de 2019, Nova York, junto a Los Angeles, Helsinki, Bristol e Buenos Aires, apresentaram no Fórum Político de Alto Nível suas Revisões Voluntárias Locais

## A Agenda 2030 no Brasil

Durante sua participação nas rodadas de negociações intergovernamentais que culminaram na Agenda 2030, o governo brasileiro criou, por meio da Portaria Interministerial nº116, de 19 de fevereiro de 2014, o Grupo de Trabalho Interministerial composto por seus 27 ministérios com a finalidade de discutir a então chamada Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Após a Assembleia Geral da ONU de 2015, o processo de implementação dos ODS no Brasil foi instituído por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), de natureza consultiva e paritária, com representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil, constituindo espaço para articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade.

Em outubro de 2017, a CNODS publicou o seu Plano de Ação 2017-2019<sup>5</sup>, o qual destacou dentre as estratégias em curso para implementar a Agenda 2030: (I) o lançamento do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS; (II) o mapeamento da relação entre as políticas públicas vigentes nos Ministérios e o PPA 2016-2019 com as metas dos ODS para verificação de suficiência e possíveis lacunas; (III) a adequação das metas globais à realidade nacional; (IV) a definição dos indicadores nacionais dos ODS; (V) o desenvolvimento de ferramentas/plataforma para disseminação dos ODS; e (VI) processos e iniciativas de interiorização/localização da Agenda 2030 em todo território nacional.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficaram responsáveis pelo assessoramento técnico permanente à Comissão, definindo a discussão sobre indicadores para o monitoramento dos ODS e sua adequação à realidade nacional.

<sup>5</sup> PLANO DE AÇÃO 2017 – 2019



Em dezembro de 2018 a Comissão Nacional para os ODS divulgou o relatório de atividades 2017 – 2018<sup>6</sup>, que resume o caminho de implementação da Agenda 2030 no Brasil, por meio dos principais fatos, ações e realizações referentes ao primeiro mandato da Comissão, bem como os principais desafios à frente.

Além de estabelecer as diretrizes e os principais desafios a serem superados durante esse primeiro ano de atividade, foi criada a Câmara Temática para “Parcerias e Meios de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” no âmbito da Comissão. A finalidade da Câmara Temática, cuja vigência foi até junho de 2019, era de subsidiar as decisões da CNODS por meio da elaboração de estudos técnicos e propostas referentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e ações necessárias à concretização dos objetivos e das metas da Agenda 2030.

Com a liderança de uma nova gestão, a partir de 2019 o governo brasileiro alterou significativamente as diretrizes para o cumprimento da Agenda 2030. Em abril do mesmo ano, publicou-se o Decreto nº 9.759, com efeito legal a partir de junho de 2019, que extinguiu a Comissão Nacional para os ODS. Esse dispositivo extinguiu não apenas a CNODS, mas também diversos órgãos criados por decretos e/ou portarias, restando apenas aqueles criados por meio de leis. Contudo, ainda em abril do mesmo ano, o relatório “Agenda 2030 - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”<sup>7</sup> foi apresentado no III Fórum sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizado na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, no Chile. O documento, consolidado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentou as propostas de adequação das metas globais à realidade brasileira.

A publicação mais recente a nível nacional foi realizada pela Câmara Temática para Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI). Apesar de sua extinção, a CNODS ainda manteve seu funcionamento até junho, assegurado por lei. O relatório de atividades 2018 – 2019 da CTPMI<sup>8</sup>, foi divulgado em 11 de novembro. Além da Rede ODS Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e GT Agenda 2030, também colaboraram com o relatório: integrantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Após a extinção da CNODS, a governança da Agenda 2030 no Governo Federal passou a ser articulada pela Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR). O Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019, estabeleceu como competência da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS/SeGov) a implementação da Agenda 2030 no Brasil. No entanto, no dia 27 de dezembro, o Presidente da República vetou o art. 3º do Projeto de Lei nº 21, de 2019-CN, referente à adoção dos Objetivos de

<sup>6</sup> Comissão Nacional ODS | Relatório de Atividades 2017-2018

<sup>7</sup> ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<sup>8</sup> CNODS CTPMI



Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretriz do Plano Plurianual (PPA) 2020–2023.

Atualmente, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a SEAS/SeGov está promovendo oficinas temáticas por ODS, envolvendo ministérios e instituições federais, com a presença de órgãos como o IPEA e o IBGE, gestores e técnicos, a fim de dar início ao processo nacional de atualização e priorização das metas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o período de 2020 a 2022. A primeira oficina aconteceu em 15 de janeiro de 2020 e o cronograma estava inicialmente previsto até novembro de 2020.

No que tange a participação do Brasil no debate internacional sobre a Agenda 2030, em 2017, o país apresentou na cidade de Nova York, durante o Fórum Político de Alto Nível o seu Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>9</sup>. Diante no novo contexto político a nível federal, as últimas participações do Brasil no Fórum Político de Alto Nível foram mais moderadas. Em 2019, o Brasil não apresentou seu Relatório Nacional Voluntário (RNV) e não participará das discussões da edição do Fórum Político de Alto Nível de 2020.

### A Agenda 2030 em São Paulo

A inserção formal da agenda internacional para desenvolvimento sustentável na Prefeitura de São Paulo antecede a Agenda 2015, conhecida como a Agenda do Milênio. A agenda 21, lançada na Conferência Rio 92, tinha a questão ambiental como mote principal e, conseqüentemente, o movimento de internalização dessa agenda no município de São Paulo teve a liderança da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), a partir de 1994. Em 1996, por meio da Resolução 17, a Prefeitura formaliza o compromisso da cidade com as metas globais, estratégia denominada de “Agenda 21 Local”.

Em 2003, a Agenda 21 passou por um processo de revitalização a partir da realização do I Seminário “Agenda 21 e Sustentabilidade da Cidade de São Paulo”. A partir de então, vários processos da Agenda 21 foram sendo construídos nas abrangências das Prefeituras Regionais. A lei 14.887 de 15 de janeiro de 2009, a partir do artigo 51, instituiu os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES), que entre outras atribuições, ficou responsável pela implementação da “Agenda 21 Local”, no âmbito de cada Prefeitura Regional.

Em 05 de dezembro de 2015, com o lançamento da Agenda 2030, foi publicada a Portaria 90/SVMA – G/2015, e o CADES Regional passou a adotar os ODS como diretriz de suas ações. Entende-se, assim também, que a evolução da “Agenda 21 Local” está inserida no contexto da implementação da Agenda 2030 e da adoção dos ODS a nível local.

<sup>9</sup> Relatório Nacional Voluntário - Brasil, 2017



Dada a relação ainda forte da pauta com a questão ambiental no âmbito da Prefeitura de São Paulo e, inclusive devido à vinculação do CADES à Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), a referida pasta continuou responsável pela agenda no âmbito da municipalidade. Em 2017, por meio do Decreto nº 57.718, de 5 de junho de 2017, houve a criação da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, paritária e consultiva, com a finalidade semelhante às comissões de âmbito federal e estadual: “de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030”. A sanção da Lei Municipal nº 16.817 em 2018 implicou na suspensão da instituição da Comissão, conforme relatado a frente, porém em 2019 ela foi retomada.

Ainda que os ODS e a Agenda 2030 já tivessem tido menções explícitas em outros registros institucionais, como site oficial da Prefeitura e documentos normativos, foi a partir do Programa de Metas 2017-2020, desde a sua versão preliminar, publicada em março de 2017, que os ODS ganharam espaço em um instrumento de planejamento governamental de maior relevância.

O Programa de Metas contempla as prioridades da gestão municipal para os quatro anos de mandato e deve se basear no plano de governo do candidato eleito e no Plano Diretor Estratégico. É uma exigência da Lei Orgânica do Município, desde 2008, devido à Emenda nº 30 do mesmo ano, fruto da pressão da sociedade civil para a institucionalização de um instrumento de planejamento e gestão que favorecesse o controle social por meio do monitoramento da execução das ações e cumprimento das metas de forma setorializada e regionalizada.

No documento composto por um total de 53 metas e 71 projetos, foi feita a vinculação dos ODS correspondentes a cada uma das 53 metas do Programa de Metas. Assim, São Paulo passa a ser referência mundial na municipalização dos objetivos da ONU para a sustentabilidade. Por constar os ODS no instrumento, a prestação de contas quanto à relação de atingimento da meta com o indicador do ODS de correspondência se faz necessária ao término de vigência do instrumento e, conseqüentemente, dos compromissos nele pactuados.

O Decreto nº 57.718, de 5 de junho de 2017, veio depois do Programa de Metas, que serviu de estímulo para a criação da Comissão para os ODS, de modo que essa pudesse contribuir no processo de implementação da Agenda e monitoramento dessa no instrumento recentemente divulgado.

O ano de 2017 também foi o ano de elaboração do Plano Plurianual (PPA), apresentado à Câmara Municipal por meio do Projeto de Lei nº 687, de 30 de setembro de 2017 e posteriormente aprovado pela Lei nº 16.773, de 27 de dezembro de 2017. O PPA é considerado o principal instrumento de planejamento público, possui previsão constitucional e é obrigatório para todos os entes subnacionais, diferente do Programa de Metas que existe em São Paulo, que não é obrigatório para todos os entes.

Em 6 de abril de 2019, a Prefeitura de São Paulo divulgou a revisão programática dos compromissos do Programa de Metas para o biênio 2019-2020. O Programa de Metas 2019-2020 foi apresentado com algumas mudanças em sua estrutura inicial, totalizando



36 objetivos estratégicos e 71 metas, mas mantendo a vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No dia 2 de fevereiro de 2018, por meio da Lei Municipal nº 16.817, de iniciativa do legislativo, a Cidade de São Paulo adotou a Agenda 2030 como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal. Dentre outras providências, ela prevê ainda a instalação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável. Esta nova Comissão, no entanto, deve ser paritária e deliberativa, composta por titulares e suplentes de todas as pastas da Prefeitura de São Paulo.

A lei sancionada pelo legislativo demonstrou um avanço em termos de peso institucional para a municipalização da Agenda 2030, contudo interrompeu e anulou o processo de eleição da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já iniciado com o Decreto nº 57.718, de junho de 2017.

Diante deste cenário, no ano de 2018 foi criado um Grupo de Trabalho informal, composto pela então Secretaria Municipal de Relações Internacionais; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal de Gestão; Secretaria do Governo Municipal, com o objetivo de construir uma minuta de decreto regulamentador da Lei 16.817/2018, a fim de viabilizar a criação da nova Comissão.

Criada em 21 de outubro de 2019, pelo Decreto Nº 59.020, a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é composta por sete secretarias municipais<sup>10</sup>, o Gabinete do Prefeito e oito titulares representantes da sociedade civil e da comunidade científica. O decreto previa ainda a criação de um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) para a definição e monitoramento de indicadores da Plataforma Cidades Sustentáveis e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que subsidiará os trabalhos da Comissão, de elaboração da Agenda Municipal 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030.

<sup>10</sup> Secretaria de Governo Municipal; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.



# Atuação internacional de São Paulo e o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 é um grande marco para os países, mas também para os entes subnacionais, estados e municípios, na busca pela sustentabilidade. O documento inova ao reconhecer, por meio do ODS 11 - “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, que o desenvolvimento sustentável perpassa por decisões que são tomadas no âmbito das cidades e que, portanto, estas são atores imprescindíveis para a sua concretização. Além disso, a partir de seus objetivos e metas, essa agenda permite uma aproximação da realidade local de maneira mais concreta, facilitando o sucesso de sua implementação.

O impacto das ações humanas no meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas é um dos pilares centrais do desenvolvimento sustentável. As cidades têm assumido protagonismo no tema, visto que é fundamental que haja o envolvimento e coordenação de diversos atores para cumprir as metas acordadas pelos Estados. O município de São Paulo faz parte desse movimento global e intensificou suas ações em âmbito nacional e internacional, buscando construir diretrizes sólidas para a edificação de uma cidade resiliente e adaptada às mudanças climáticas.

No ano de 2015, São Paulo passou a integrar o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, promovido pela rede de cidades ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade), uma aliança global de municípios e governos locais comprometidos a combater ativamente às mudanças climáticas. Enquanto membro do Pacto, a cidade se comprometeu a: reduzir ou limitar as emissões de gases de efeito estufa; preparar-se para os impactos provenientes das alterações no clima; e aumentar o acesso à energia segura, sustentável e acessível a todos.

Outro grande desafio que as cidades enfrentam é estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural. Em 2016, São Paulo foi vencedora do prêmio principal do Mayors Challenge promovido pela Bloomberg Philanthropies com o projeto “Ligue os Pontos”. A organização premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. O objetivo principal do projeto é promover a sustentabilidade socioambiental do território rural na região sul da cidade de São Paulo, fortalecendo a cadeia de valor da agricultura local com o uso da tecnologia como ferramenta de integração e coordenação entre iniciativas e partes interessadas.

Em 2018, São Paulo deu um grande passo para a redução de emissões dos gases causadores do efeito estufa (GEE) na cidade. Com a assinatura do documento Deadline 2020 (em português, Prazo 2020) proposto pela C40 (Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática), o município se comprometeu a desenvolver um caminho para neutralizar as emissões de GEE até 2050, além de definir uma meta provisória para 2030. Este acordo prevê a elaboração de um Plano de Ação Climática, que deve



conter metas de aprimoramento nas dimensões sociais, econômicas e ambientais em sua implementação, e garantir um acesso igualitário aos mecanismos de adaptação às mudanças climáticas.

O desenvolvimento sustentável deve ocorrer de forma integrada e através de diferentes eixos. Um tema primordial a redução das desigualdades, combate à fome e preservação do meio ambiente é a segurança alimentar. O projeto “Da terra à mesa: como a cidade de São Paulo está promovendo um desenvolvimento local e sustentável através da alimentação escolar”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, tem como objetivo garantir a qualidade dos alimentos consumidos por estudantes da rede municipal na merenda, aliado à promoção da agricultura familiar orgânica. Tal projeto recebeu uma menção honrosa na categoria “Produção de Alimentos” durante 4ª Reunião Anual e Cúpula de Prefeitos do Pacto de Milão em setembro de 2018 em Tel Aviv. O prêmio busca valorizar políticas públicas das cidades signatárias do Pacto de Milão que, desde 2016, pretende incentivar sistemas alimentares saudáveis no planeta através de encontros e premiações.

No mesmo mês, São Paulo também foi premiada na área da educação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por sua política “Livro Aberto: um impulso de transparência e colaboração na educação pública de São Paulo”, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, na categoria “Participação cidadã e geração de confiança”. A iniciativa premiada é um pacote de ações que propõe a ampliação da transparência e do acesso à informação sobre as políticas educacionais da cidade de São Paulo. O prêmio foi entregue durante o Smart City Expo LATAM na cidade de Puebla, no México. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes faz parte das metas da Agenda 2030 para promover sociedades mais pacíficas e inclusivas.

O compromisso da Prefeitura em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi reforçado pelo Memorando de Entendimento assinado com a Organização das Nações Unidas em 13 de novembro de 2018. Como signatários estão o prefeito Bruno Covas, representando a Prefeitura de São Paulo, e o Sr. Niky Fabianic, coordenador residente da ONU no Brasil, como representante da Organização das Nações Unidas. O objetivo do Memorando é criar um marco de cooperação, facilitar e fortalecer a colaboração entre as partes, de forma não exclusiva, em áreas de interesse comum para a promoção e o alcance da Agenda 2030.

A Agenda 2030 pauta a necessidade de construirmos ambientes acessíveis, inclusivos e adequados para todos. Para tanto, é importante também eliminar estereótipos e discriminações que perpetuam qualquer tipo de exclusão. Reconhecendo a acessibilidade como um direito humano fundamental e propondo ações que visam a inclusão de pessoas com deficiência, a rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), em parceria com a organização World Enabled, propôs o Pacto Global sobre Cidades Inclusivas e Acessíveis. A declaração vai de acordo com o conceito de “Cidades para Todos” (#CitiesForAll) da Nova Agenda Urbana da ONU, da Agenda 2030, da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e das Cidades Amigas dos Idosos da OMS.



São Paulo aderiu ao Pacto no momento de seu lançamento, junto às cidades de Berlim (Alemanha), Nova York e Chicago (EUA), Amã (Jordânia) e El Aiune (Marrocos), em dezembro de 2018, em Berlim. Os compromissos estabelecidos pelo Pacto Global sobre Cidades Inclusivas e Acessíveis incluem ações pela não discriminação de pessoas com deficiência, pela participação na sociedade, pela elaboração de programas e políticas públicas inclusivas, além de acessibilidade física e digital. Desde sua assinatura, São Paulo tem assumido uma posição de liderança dentro do Pacto e se posicionado no debate internacional sobre acessibilidade através da participação ativa em redes de cidades e conferências internacionais.

Reduzir as desigualdades está entre os objetivos da Agenda 2030 (ODS 10) e o tema da migração e da mobilidade ordenada, segura, regular e responsável faz parte de suas metas. As cidades são diretamente afetadas pelos fluxos migratórios e portanto, se posicionar internacionalmente sobre esta questão complexa é fundamental. A Prefeitura de São Paulo endossou a importância do papel das cidades no que tange ao Pacto Global para Migração através da “Submissão Conjunta de Recomendações de Cidades ao Pacto Global de Migração” liderada pela cidade de Nova York em 2018, bem como se comprometeu com Pacto Global sobre o Refúgio através da Declaração de Marraquexe “Cidades Trabalhando Juntas pelos Migrantes e Refugiados”, apresentada no 5º Fórum de Prefeitos, no dia 8 de dezembro de 2018 em Marraquexe.

O Prefeito Bruno Covas também é membro do Conselho de Prefeitos pela Migração (em inglês, Mayors Migration Council). Fundado em 2018, tem como principal objetivo impulsionar o protagonismo e a liderança dos prefeitos na formulação das políticas de migração, buscando facilitar o acesso, a voz e a influência de cidades ao redor do mundo em deliberações internacionais referentes a questões de migração e refúgio.

O modelo industrial atual é baseado principalmente na cultura de extração e desperdício. Dado o cenário crítico de crise ambiental, desigualdade social e dificuldade de acesso a recursos básicos por grande parte da população mundial, é urgente o fortalecimento de modelos de produção e consumo sustentáveis. Nesse sentido, São Paulo firmou dois acordos com a Fundação Ellen MacArthur (EMF), organização internacional que promove a economia circular nos diferentes setores produtivos. Como desdobramento dessa parceria, em 8 de março de 2019, o Prefeito Bruno Covas oficializou a participação do município no Compromisso Global da Nova Economia do Plástico, por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), que promoveu projetos e discussões com o setor público e a sociedade civil com foco em reduzir a utilização do plástico.

Em decorrência desta iniciativa, também foi sancionado o projeto de lei N°99/18, que proíbe o uso dos canudos plásticos em estabelecimentos no município de São Paulo, como bares, restaurantes e padarias. Como desdobramento da proibição do uso dos canudos plásticos, o Projeto de Lei N° 99/2019 sancionado pela Prefeitura Municipal de São Paulo proibiu o fornecimento de copos, talheres, pratos, e outros plásticos de uso único.



A Prefeitura de São Paulo tem celebrado inúmeras parcerias internacionais para debater a sustentabilidade em suas diversas faces. Em 24 de maio de 2019, o município recebeu especialistas da ONU para abordar um assunto de extrema relevância: os resultados da pesquisa global “Sustainable Development Goals & Families” desenvolvida pela International Federation for Family Development (IFFD) em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O evento foi organizado por meio de uma parceria entre o município de São Paulo e a Family Talks, organização filiada ao International Federation for Family Development, que promove estudos e ações para valorizar a participação da família no desenvolvimento social e possui status consultivo geral no Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC);

Nesse contexto, a Prefeitura de São Paulo foi convidada a fazer parte do projeto “Inclusive Cities for Sustainable Families”, que aborda a importância das políticas de apoio às famílias para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A adesão ao projeto se deu através da assinatura da Declaração de Veneza, em setembro de 2019, que prevê dez compromissos para as cidades assumirem nesta temática e trata da centralidade das famílias, enquanto agentes produtivos, engajados e capazes de contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Outra interação de destaque da Prefeitura de São Paulo com organizações internacionais para tratar da agenda sustentável, foi a participação do Prefeito Bruno Covas no Fórum Político de Alto Nível em julho de 2019, principal plataforma das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Por meio de sua participação no painel “Local 2030 - Sustainable Development Goals” organizado pela CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), o Prefeito compartilhou as ações de São Paulo para o cumprimento do ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima - fortalecendo o protagonismo de São Paulo para o cumprimento dos ODS e do Acordo de Paris.

Reforçando o compromisso com a Agenda 2030, em setembro de 2019 a cidade de São Paulo, por meio de uma parceria com o Programa Cidades Sustentáveis e o Banco Mundial, sediou e promoveu um fórum de discussão sobre o desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e resiliente, o 3º Encontro Global da Plataforma Cidades Sustentáveis e a 2ª Conferência Internacional para Cidades Sustentáveis, sob o tema “Catalisando Futuros Urbanos Sustentáveis”. Na ocasião, foi assinada pelo Prefeito Bruno Covas uma declaração da cidade, o São Paulo Statement, que destaca a importância da atuação dos governos locais na redução das emissões e transição para uma economia de baixo carbono, proteção à biodiversidade existente nas cidades, e a busca de soluções baseadas na natureza com equidade social.

Durante o evento, o Programa Cidades Sustentáveis, junto à OXFAM Brasil, promoveu o Prêmio Cidades Sustentáveis. São Paulo foi contemplada com uma menção honrosa pelo programa da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, “Selo de Acessibilidade Digital”, que certifica sites e portais eletrônicos que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. Esta premiação teve como objetivo destacar políticas públicas acessíveis nos municípios signatários do Programa Cidades Sustentáveis.



Outro reconhecimento importante de suas políticas voltadas para sustentabilidade foi o Prêmio Pacto de Milão para Políticas de Alimentação Urbana. Em outubro de 2019, pelo segundo ano seguido, a Cidade de São Paulo recebeu uma menção honrosa, desta vez com o Programa Municipal de Combate ao Desperdício. Promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o programa coleta alimentos em feiras livres e mercados municipais que estão em boas condições de consumo, mas que seriam descartados por não possuir valor comercial e doa para mais de 300 entidades assistenciais cadastradas junto ao Programa Banco de Alimentos da Prefeitura.

Reforçando seu compromisso com o combate às mudanças climáticas, em dezembro de 2019, São Paulo enviou representantes para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP25, em Madrid. A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), reunião que ocorre anualmente para que os países e governos locais discutam estratégias de mitigação das mudanças climáticas. Nessa ocasião, o Secretário-Executivo de Relações Internacionais, Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, teve a oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, no que tange ao reflorestamento urbano e transporte coletivo público.

As redes internacionais de cidades têm sido parceiras fundamentais para o fomento da Agenda 2030 a nível local e para o apoio da participação de São Paulo nos fóruns internacionais sobre a sustentabilidade. Em maio de 2019, o projeto de cooperação "São Paulo e Cidade do México: estratégia para a implementação da Agenda 2030 e Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", liderado pela equipe de relações internacionais da Prefeitura de São Paulo, foi selecionado pela Convocatória de Projetos de Cooperação Integral da rede União de Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI) na categoria de "Ações de Formação e Conhecimento". O projeto contou com um investimento não reembolsável para a troca de experiências entre São Paulo e a Cidade do México sobre soluções urbanas sustentáveis, como parte da estratégia para a implementação da Agenda 2030 e a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na região.

Foram realizadas duas missões para trocas de experiências, sendo uma de São Paulo para a Cidade do México, realizada entre 20 e 23 de janeiro de 2020 e outra da Cidade do México para São Paulo entre 17 e 19 de fevereiro de 2020, proporcionando o compartilhamento de experiências. Ambas as missões envolveram intercâmbio de políticas públicas com servidores de diferentes áreas, como mobilidade, meio ambiente, gênero, governo aberto, entre outras, além de visitas técnicas à equipamentos municipais. Observou-se um alto grau de replicabilidade das ações, uma vez que São Paulo e a Cidade do México possuem realidades e desafios semelhantes em relação à implementação de agendas globais.

No dia 07 de fevereiro de 2020, no âmbito parceria com a Fundação Ellen MacArthur, a Prefeitura assinou o acordo de Cidade Emblemática da Iniciativa de Alimentos. Ao lado de Nova Iorque e Londres, São Paulo foi escolhida para colaborar com a organização internacional pelos próximos três anos no estabelecimento de metas na transição para uma economia circular dos alimentos, ajudando também alcançá-las por meio da



facilitação de conexões e colaboração com outros atores relevantes do sistema alimentar.

Ainda no mês de fevereiro, ocorreu a 58ª Sessão da Comissão para Desenvolvimento Social e o Fórum Multi-stakeholder, organizado pelo International Federation for Family Development durante as discussões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) na cidade de Nova York. O evento teve como objetivo discutir as principais boas-práticas de políticas e projetos da cidade no tema de habitação voltada para população vulnerável.

O ECOSOC é um espaço de discussão tradicionalmente composto por representantes de governos nacionais. Nesta edição, o Fórum Multi-stakeholder abriu espaço para participação dos governos locais, ampliando sua voz na área internacional. Na ocasião, quatro cidades, uma de cada continente, foram convidadas para compartilhar suas políticas públicas e São Paulo participou representando a América Latina. Assim, a presença de São Paulo neste evento traduz seu engajamento e compromisso com políticas de desenvolvimento social, posicionando São Paulo dentro das discussões de habitação e direitos humanos à nível global.

Em 2050, espera-se que dois terços da população mundial vivam nas cidades e São os governos locais que sentem o impacto e lidam primeiro com as consequências diretas dos grandes desafios globais. Através dos compromissos internacionais, da participação em redes de cidades e seus fóruns de discussão, dos projetos de cooperação e trocas de experiências, e da participação em importantes eventos internacionais, São Paulo vem fortalecendo suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, impactando diretamente para a transformação da realidade social, ambiental e econômica da cidade.

Inspirada nos grandes consensos e agendas internacionais, São Paulo está engajada com a promoção do desenvolvimento sustentável em suas diversas faces, enfrentando sua parcela de responsabilidade no grande chamado para a transformação, que é a Agenda 2030.



# Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

Como acima referido, a Agenda 2030 foi adotada pela Prefeitura de São Paulo como diretriz das políticas públicas municipais, quando da sanção em 02 fevereiro de 2018 da Lei Municipal nº 16.817, que instituiu o dever dos Poderes Executivo e Legislativo de utilizar os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, como parâmetros orientadores e estratégicos de todas as atividades, políticas públicas e intervenções governamentais.

Assim, visando colocar em prática o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030, a Prefeitura Municipal de São Paulo vem empreendendo esforços para integrar os atores sociais e políticos envolvidos na localização dos ODS. A condução do processo de seleção dos representantes da Sociedade Civil para a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável representa a dimensão externa do fomento ao diálogo entre atores públicos e privados para elaboração da Agenda Municipal 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030.

Do ponto de vista do fomento ao diálogo interno, entre as diversas secretarias e órgãos da Prefeitura, foi instituído um Grupo de Trabalho Intersecretarial específico. Ele atende à internalização, à difusão e à transparência do processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal, fomentando o acesso e a produção de dados. Tal grupo tem como função subsidiar a 'Comissão Municipal ODS', quando constituída, no monitoramento do desempenho dos 17 ODS, auxiliando na parametrização de seus indicadores e na elaboração dos relatórios resultantes.

Assim, em julho de 2019 foi debatida sua criação no âmbito do Comitê de Indicadores da Cidade de São Paulo (responsável por coordenar a plataforma ObservaSampa), e em agosto de 2019 o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI PCS/ODS) foi instituído. Desde então o GTI PCS/ODS tem atuado na coleta de informações e indicadores para monitoramento dos ODS na Prefeitura de São Paulo, trabalho esse publicizado na forma do presente diagnóstico.

Entende-se que o monitoramento do cumprimento da Agenda 2030 deve dialogar com os processos de produção de informações já existentes, fortalecendo assim a atuação de cada um dos órgãos que compõem a Prefeitura e contribuindo para a integração das políticas setoriais. Nesse sentido, em agosto de 2019, foi iniciada a sistematização das informações já produzidas pela Prefeitura de São Paulo, que poderiam ser utilizadas



para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa sistematização buscou adequar para a realidade municipal cada uma das 169 metas dos ODS, resultando em uma proposta de municipalização das temáticas que compõem a Agenda 2030.

### O Programa Cidades Sustentáveis

A primeira tarefa sobre a qual se debruçou o GTI PCS/ODS foi inserir, em setembro de 2019, os dados atualizados sobre a cidade de São Paulo para 156 indicadores presentes na Plataforma Cidades Sustentáveis - Programa Cidades Sustentáveis. Como referido acima, esse processo foi catalisado pelo 3º Encontro Global da Plataforma Cidades Sustentáveis e 2ª Conferência Internacional para Cidades Sustentáveis, sediado por São Paulo, em setembro de 2019, no qual se reuniram prefeitos, gestores municipais e especialistas para debater soluções voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o PCS oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã<sup>11</sup>.

A Cidade de São Paulo aderiu ao Programa Cidades Sustentáveis, em maio de 2016. Ele inclui um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública, e um painel de monitoramento, que permite a comparação de dados e informações entre as cidades, intitulado Plataforma Cidades Sustentáveis. Além disso, ele também oferece um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos para o público geral.

Em decorrência da assinatura da Carta de Compromisso do Programa Cidades Sustentáveis, o município de São Paulo se comprometeu a submeter anualmente informações à Plataforma Cidades Sustentáveis, de forma a manter atualizada a sua base de indicadores.

### O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (ObservaSampa)

Em novembro de 2019, foi iniciado o processo de vinculação dos indicadores municipais presentes na plataforma ObservaSampa às metas da Agenda 2030. O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (ObservaSampa) é uma plataforma online que

<sup>11</sup> Para mais informações acesse: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/pcs>>.



reúne indicadores capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos públicos, assim como indicadores de desempenho da Prefeitura de São Paulo (PMSP). Conta também com um espaço para publicação de estudos e pesquisas e participação popular no debate sobre os próprios indicadores.

Desde 2016, o ObservaSampa é gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com apoio do Comitê Intersecretarial de Indicadores, que tem como atribuição promover a atualização, a discussão de estudos e a elaboração de novos indicadores para subsidiar a formulação, o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

No âmbito desse Comitê, foram iniciados os debates para criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial para debater indicadores para monitoramento dos ODS (GTI PCS/ODS). Assim, desde o início, o GTI PCS/ODS tem como objetivo principal publicizar os indicadores de São Paulo para monitoramento dos ODS na sua plataforma oficial de indicadores: ObservaSampa. O resultado desse trabalho está em constante atualização e pode ser acessado no link: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>.



# O Grupo de Trabalho Intersecretarial

## Integrantes

Integram formalmente o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI PCS/ODS) 26 órgãos municipais, conforme Portaria SGM 198, de 21 de julho de 2020:

- I - Secretaria de Governo Municipal
- II - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
- III - Controladoria Geral do Município
- IV - Gabinete do Prefeito - Coordenadoria de Relações Internacionais
- V - Procuradoria Geral do Município
- VI - Casa Civil - Coordenação de Diálogo e Participação Social
- VII - Secretaria Municipal da Fazenda
- VIII - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
- IX - Secretaria Municipal das Subprefeituras
- X - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- XI - Secretaria Municipal de Cultura
- XII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
- XIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
- XIV - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- XV - Secretaria Municipal de Educação
- XVI - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
- XVII - Secretaria Municipal de Gestão
- XVIII - Secretaria Municipal de Habitação
- XIX - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
- XX - Secretaria Municipal de Licenciamento
- XXI - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
- XXII - Secretaria Municipal de Saúde
- XXIII - Secretaria Municipal de Segurança Urbana
- XXIV - Secretaria Municipal de Turismo
- XXV - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
- XXVI - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras

Adicionalmente, foram contatados informalmente outros setores, a partir da identificação da necessidade de diálogo por parte dos órgãos membros do GTI PCS/ODS.



### Histórico de trabalho

Concluída a atualização dos indicadores de São Paulo na Plataforma Cidades Sustentáveis, o grupo realizou uma série de debates analíticos sobre as possibilidades atuais de monitoramento dos ODS na Prefeitura de São Paulo:

DATA	ATIVIDADE
09/08/2019	<b>I Encontro GTI PCS/ODS</b>   Apresentação da Plataforma Cidades Sustentáveis e seus indicadores
21/08/2019	<b>II Encontro GTI PCS/ODS</b>   Discussão sobre os desafios do levantamento de informações e prazos para envio das informações sobre os indicadores selecionados
15/10/2019	<b>III Encontro GTI PCS/ODS</b>   Balanço do preenchimento da Plataforma Cidades Sustentáveis e início da proposição de indicadores para monitoramento dos ODS na PMSP
12/11/2019	<b>IV Encontro GTI PCS/ODS</b>   Síntese dos resultados da planilha de indicadores
11/12/2020 - 12/12/2020	<b>V Encontro GTI PCS/ODS</b>   Rodadas de discussão por grupos de ODS
12/02/2020	<b>VI Encontro GTI PCS/ODS</b>   Planejamento do ano de 2020 e do Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo
27/02/2020 - 10/03/2020	<b>VII Encontro GTI PCS/ODS</b>   Rodadas de discussão por ODS para fechamento do Diagnóstico
10/03/2020 - hoje	Produção de conteúdo e fechamento do <b>Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS</b> em São Paulo

### Metodologia

A sistematização do conjunto de indicadores disponíveis para monitoramento dos ODS na Prefeitura de São Paulo é resultado de meses de discussão sobre a relação de cada uma das 169 metas dos ODS com as competências da Prefeitura de São Paulo e dos órgãos que a integram.

Utilizou-se, como referência principal para o trabalho de municipalização das temáticas dos ODS, o processo de nacionalização da Agenda 2030 realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No âmbito nacional, ao IPEA, coube a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração de uma proposta de adequação das metas globais dos ODS ao contexto brasileiro, e, ao IBGE, coube a responsabilidade de propor o conjunto de



indicadores nacionais para monitoramento das metas dos ODS. Inspirados por ambos os trabalhos, os membros do GTI PCS/ODS iniciaram o exercício de avaliar o conteúdo de cada uma das metas dos ODS e sua relação com as competências da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Decorrida a compreensão do escopo da Agenda 2030, e tendo em vista a dedicação recente da Prefeitura de São Paulo para o preenchimento da Plataforma Cidades Sustentáveis, partiu-se para uma análise da relação de cada um dos 260 indicadores do PCS com as metas dos ODS, no âmbito do município de São Paulo.

Em seguida, aprofundou-se a compreensão sobre os indicadores presentes no ObservaSampa para avaliação de como eles poderiam contribuir para o monitoramento da Agenda 2030. Cada Secretaria/Órgão ficou responsável por avaliar as informações disponibilizadas nesta plataforma e propor vinculações com as metas dos ODS, uma vez que um dos objetivos do GTI PCS/ODS é fortalecer os fluxos de produção de informação já existentes na Prefeitura de São Paulo, aproveitando a série histórica das informações já sistematizadas.

As temáticas que ainda assim permaneciam descobertas por indicadores foram submetidas para reflexões internas a cada um dos órgãos responsáveis, a fim de avaliar a viabilidade de proposição de novos indicadores. O resultado desse trabalho se dispõe a seguir em um conjunto de 17 capítulos temáticos, cada qual dedicado a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ressalta-se que a publicação do presente “Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo”, apesar de representar importante esforço de consolidação dos indicadores atualmente disponíveis para o monitoramento dos ODS, não esgota as atribuições do GTI PCS/ODS, que contemplam ainda o contínuo subsídio aos trabalhos da ‘Comissão Municipal ODS’.

### Conteúdo dos capítulos temáticos

Cada capítulo temático é composto pelo conjunto de metas compreendido pelo respectivo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, e para cada meta, foi feito o exercício de registro dos debates na forma das seções que seguem. A exceção apenas do ODS 13 e do ODS 14, cujas metas foram analisadas em conjunto em cada um dos capítulos.

#### Redação da meta

Registro da redação de cada uma das 169 metas dos ODS, conforme dado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para fins de reflexão sobre os indicadores municipais para monitoramento dos ODS, as 169 metas foram entendidas pelo GTI PCS/ODS como ‘temáticas’ ou ‘áreas de atuação’ a serem atentadas pela Prefeitura de São Paulo.



## Proposta de municipalização da temática

Para cada uma das 169 metas dos ODS foi feito o exercício de avaliar se aquela 'temática' dialogava com as competências da Prefeitura de São Paulo. Em caso positivo, foi feita uma proposta de municipalização da redação daquela temática, de forma a dialogar com os instrumentos de planejamento municipais já existentes, e a fortalecer os compromissos setoriais já firmados no âmbito de cada uma das pastas relacionadas. Faz-se a ressalva de que a proposta efetiva de municipalização das 169 temáticas na forma de metas dos ODS será de autoria da 'Comissão Municipal ODS', por meio da Agenda Municipal 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030, instrumentos esses que irão dispor sobre os compromissos oficiais da Prefeitura de São Paulo na implementação da Agenda 2030.

## Contextualização

Para cada uma das 169 'temáticas', foi justificado o motivo pelo qual se optou por determinada proposta de municipalização, deixando registrados assim eventuais conceitos que foram adaptados com base no contexto de São Paulo, Leis e Planos municipais que dispõem sobre aqueles temas, e demais explicações que sejam necessárias para compreensão da relação entre cada temática e as competências da Prefeitura de São Paulo.

## Indicadores selecionados para o monitoramento

Em função das informações produzidas pela Prefeitura de São Paulo, muitas das quais já traduzidas na forma de indicador por seus órgãos de autoria, foi feito o exercício de identificar quais indicadores da Prefeitura de São Paulo poderiam ser utilizados para monitoramento de cada uma das 169 temáticas que compõem os ODS. Assim, foram descritos os indicadores encontrados para cada temática - todos inclusos ou a serem incluídos no ObservaSampa -, e suas respectivas fórmulas de cálculo. O resultado desse trabalho estará em constante atualização e pode ser acessado no link: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>.

## Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019

Para cada um dos indicadores propostos, foram sistematizados seus valores de 2015 a 2019 de forma que se possa ter um panorama de como aquela temática evoluiu na Prefeitura de São Paulo, depois da formalização da Agenda 2030. Alguns indicadores selecionados possuem valores anteriores a 2015 - e podem ser acessados no ObservaSampa -, e outros foram criados posteriormente, não possuindo assim valores para a série histórica completa. Entretanto, o conjunto dessas informações permite uma leitura consistente da atuação da Prefeitura de São Paulo em relação aos compromissos propostos pela Agenda 2030, e da mesma forma, o resultado desse trabalho estará em constante atualização e pode ser acessado no link: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>. Por fim, neste relatório foram incluídos apenas os valores para o município de São Paulo. É desejável que, quando



possível, os indicadores sejam desagregados por subprefeitura e por distrito. No ObservaSampa é possível acessar os valores dos indicadores regionalizados.

### Desafios remanescentes

Tendo em vista o conhecimento acumulado pela Prefeitura de São Paulo com a implementação de políticas públicas relacionadas aos temas propostos pela Agenda 2030, e tendo em vista algumas informações importantes coletadas pelo GTI PCS/ODS durante o processo, foram registrados nessa seção os desafios remanescentes da Prefeitura para atuar em cada um das temáticas da Agenda 2030. Nela se encontram registrados possíveis desafios legais, institucionais, operacionais ou instrumentais que mereçam atenção para que a Prefeitura de São Paulo possa avançar no cumprimento de cada uma das metas dos ODS.





## **ODS1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA**

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



# 1.1

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

## Proposta de municipalização da temática

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os distritos do Município.

## Contextualização

A Prefeitura de São Paulo decidiu abordar a questão da extrema pobreza a partir da dimensão da desigualdade territorial. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) priorizou informações que apoiassem a análise dos territórios com maior incidência de risco e de vulnerabilidade social.

A atual divisão da cidade de São Paulo distrital foi implantada pela Lei nº 11.220, de 20/05/92 e contempla 96 distritos. Os limites territoriais dessas divisões foram estabelecidos a partir de estudos elaborados por diversos órgãos do Executivo municipal, tendo em conta fatores físico-territoriais, demográficos, urbanísticos, econômicos e político-administrativos (SMDU).

Mais metade dos distritos da cidade (54,2%) contam com população equivalente a cidades brasileiras de grande porte, isto é, de 100 a 600 mil habitantes (Plano Decenal da Assistência Social). Portanto, na perspectiva de uma análise comprometida com a leitura social, histórica e a dinâmica de forças e agenciamentos que as pessoas experimentam nos territórios em que vivem, à maneira defendida por Milton Santos, aproximar a lente torna-se metodologia fundamental.

## Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
População em situação de rua	Quantidade de pessoas que estavam utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia ou as unidades de acolhimento para pernoite temporário no dia da contagem censitária
Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até 1/8 salário mínimo)	Quantidade de famílias inseridas no Cadastro Único dos Programas do Governo Federal (CadÚnico) com renda per capita até 1/8 do salário mínimo



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

População em situação de rua\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	15.905	-	-	-	24.344

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS).

\* O Decreto nº 40.232, 02/01/2001, que, regulamenta a Lei nº. 12.316, de 16/04/97, que, por sua vez, dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal em prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, estabelece em seu Art. 8º. que o Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da População de rua da Cidade”.

Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até 1/8 de salário mínimo)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	344.892	385.674	408.317	443.434	450.351

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / COVS / SPGeo / CadÚnico.

**Desafios remanescentes**

O conceito de vulnerabilidade está relacionado a pessoas com fragilidades provocadas pela situação econômica, e, também, por condições específicas relacionadas aos ciclos de vida e de gênero, pela exposição a situações de violência, quebra de vínculos familiares e/ou comunitários, e as perdas ocasionadas por fenômenos da natureza. A vulnerabilidade pode assumir graus diferentes, fatores isolados que por si já colocam indivíduos em vulnerabilidade e, quando associados, explicitam situações de violação e impotência para a reação. O Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas – IPEA ressalta, ainda, que “definir pobre em termos de renda é uma evidência e uma tautologia, que não explica as razões pelas quais ele/ela é pobre, nem a maneira pela qual se poderia superar a situação, isto é, não explica as causas e os efeitos da pobreza e, conseqüentemente, não auxilia a criar políticas sociais para minorar a pobreza” (IPEA, 2011, p. 4). A garantia do registro desse conjunto de informações de diversos indicadores de forma contínua e que complemente a série histórica é um grande desafio para o planejamento e atuação das políticas públicas para erradicação da pobreza.

Os conceitos iniciais de extrema pobreza, pobreza e baixa renda estavam resumidamente, assim definidos pelo Ministério da Cidadania:

- Extrema pobreza - de 0 a 1/8 salário mínimo;
- Pobreza - de 1/8 a 1/4 salário mínimo;
- Baixa renda - de 1/4 a 1/2 salário mínimo;

Entretanto, não tem ocorrido atualização do salário mínimo para a extrema pobreza e continua a se utilizar o valor do SM de 2010, época do Censo/IBGE/2010, que era de R\$510,00.



## ODS 1 Erradicação da Pobreza

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

O grande desafio é mensurar corretamente e garantindo a série histórica a pobreza na sua forma de aquisição de renda. Sem alinhamento dos diversos atores políticos desse tema, a dificuldade vai persistir.

O mesmo Decreto 40.232, de 02/01/2001 dispõe no art. 8º § 1º - *Nos demais anos de gestão os censos anuais poderão usar metodologias alternativas de modo que, a cada ano, seja caracterizado um segmento específico como: população adulta de rua, população infanto-juvenil, população usuária de cada modalidade de serviços.* Por necessitar de metodologia completamente diferente da utilizada para a população adulta e, de alto custo, devido à sua complexidade, o último Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua foi realizado em 2007. Desde então o grande desafio é repetir a pesquisa na cidade.



## 1.2

Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo buscou selecionar indicadores capazes de retratar a pobreza monetária, por meio de indicadores de renda, e a pobreza não monetária, por meio de indicadores que buscam mensurar a vulnerabilidade social.

Como indicador de pobreza multidimensional, as famílias que estão incluídas no Cadastro Único dos Programas do Governo Federal (CadÚnico) apresentam uma somatória de vulnerabilidades decorrentes do território em que vivem, das condições e vínculos com o trabalho, do ciclo etário, da inclusão em grupos minoritários e excluídos e de uma série de outros fatores, constando também, o fator renda. Portanto, os dados cadastrais coletados significam uma grande e oportuna ferramenta na identificação do público prioritário das políticas públicas para o enfrentamento da pobreza que ficam ainda mais enriquecidas quando são agregadas outras informações de risco de outras fontes.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Quantidade de famílias em situação de pobreza	Quantidade de famílias com renda per capita até 1/4 de salário mínimo cadastradas no CadÚnico
Quantidade de famílias com baixa renda	Quantidade de famílias com renda per capita até 1/2 de salário mínimo cadastradas no CadÚnico



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Quantidade de famílias em situação de pobreza (até ¼ de salário mínimo)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	182.680	183.221	188.700	174.198	148.528

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

Quantidade de famílias com baixa renda (até ½ salário mínimo)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	248.975	283.251	326.100	318.016	345.508

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS).

**Desafios remanescentes**

Manter o georreferenciamento do CadÚnico para garantir a série histórica e o comparativo de diminuição da extrema pobreza. Estabelecer a correção do salário mínimo oficial para atualização das dimensões de extrema pobreza, pobreza e baixa renda. Além de buscar estratégias para mensurar a “pobreza não monetária” de forma sistêmica e contínua.



## 1.3

Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

### Proposta de municipalização da temática

Assegurar, em nível municipal, até 2030, o acesso aos programas de transferência de renda, às pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme critérios de acesso.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo escolheu focar no acompanhamento dos programas de transferência de renda, pois esses beneficiam indivíduos ou famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A transferência monetária tem como objetivo o enfrentamento e alívio imediato da pobreza e as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Todos os beneficiários têm acompanhamento contínuo da rede socioassistencial e a obrigação de atualizar o cadastro no CadÚnico e/ou no Banco de Dados do Cidadão (BDC) em até 24 meses, ou sempre que acontecer alguma alteração na composição familiar, renda, endereço e escola. Ações e programas complementares visam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Quantidade de famílias que recebem recursos dos programas de transferência de renda	Total de famílias beneficiárias dos Programas Renda Mínima e Renda Cidadã + Total de beneficiários do Programa Bolsa Família
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Total de famílias beneficiárias do Bolsa Família
Valor médio do benefício do Programa Bolsa Família	Total do valor repassado pelo Programa Bolsa Família ÷ Total de famílias beneficiárias do PBF



## Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Quantidade de famílias que recebem recursos dos programas de transferência de renda

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	399.463	451.044	458.302	481.499	-**

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / COVS / CGB / CadÚnico.

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

\*\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	366.933	433.526	450.671	472.444	-**

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / COVS / CGB / CadÚnico.

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

\*\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Valor médio do benefício do Programa Bolsa Família (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 136,47	R\$ 150,27	R\$ 146,97	R\$ 154,82	R\$ 160,47

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS)/CECAD 2.0.

### Desafios remanescentes

O Programa Bolsa Família foi criado pela medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, transformado em Lei nº 10.836 em 9 de janeiro de 2004 e regulamentado por Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, Tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL, 2004).

Na cidade de São Paulo, atualmente, é o maior programa de transferência de renda sendo responsável por 98% dos benefícios dessa natureza recebido pelas famílias. O grande desafio é, não apenas, a manutenção do investimento já realizado, mas a possibilidade de ampliação das famílias frente ao aumento das desigualdades sociais e empobrecimento da população. O relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura revela que a extrema pobreza atingiu, em 2019, níveis de 12 anos atrás e Brasil está voltando a figurar no Mapa da Fome.



## 1.4

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade e novas tecnologias.

### Contextualização

Entendeu-se que o acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico, moradia, recursos naturais, etc. já estão contemplados em outras metas, por isso optou-se por monitorar as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico. O cadastro contempla informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, fundamentais para implementação de políticas públicas capazes de promover a garantia de direitos a essas famílias. Os indicadores que se referem à parcela dos 20% mais pobres e sua participação da renda total produzida trazem uma dimensão dessa problemática que envolve milhões de habitantes, mas são informações do censo e, portanto, a última informação disponível é de 2010, que indicava 2,69% da renda nas mãos dos 20%. Questões relativas a herança, serviços financeiros e micro finanças foram entendidas como estando menos diretamente ligadas ao escopo de atuação da Prefeitura de São Paulo, apesar de atuar, por vezes, na oferta, por exemplo, de cursos relacionado a essas temáticas.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)	$\frac{\text{Número de famílias residentes cadastradas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo}}{\text{Número de famílias}} \times 100$



## Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Percentual de famílias residentes cadastradas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo em relação ao total de famílias residentes cadastradas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	86,2%	83,2%	79,8%	73,0%	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS/COVS/CGB/CadÚnico.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

### Desafios remanescentes

A temática abordada na meta é bastante abrangente e desafiadora. Permanece, do ponto de vista da política pública, o desafio do olhar integrado sobre a vulnerabilidade e o acesso aos serviços básicos, que se reflete no desafio do monitoramento. A parcela da renda municipal detida pelos 20% mais pobres é calculada com base em dados dos censos do IBGE, sendo assim, não há dados disponíveis para os períodos intercensitários; ademais, o IBGE não mantém a mesma metodologia a cada censo, dificultando a comparação direta dos percentuais. E os cálculos aqui citados no indicador são provenientes de estudo específico do IPEA e assim, não há garantias de atualizações posteriores. Por outro lado, seria interessante quantificar o número de famílias e/ou habitantes que se enquadram entre os 20% mais pobres.



## 1.5

Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir a exposição das pessoas em situação de vulnerabilidade a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

### Contextualização

A construção da resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e a redução da exposição e vulnerabilidade desses a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos são grandes desafios para o município de São Paulo. O impacto mais visível na capital é o aumento do volume de chuvas intensas, que coloca em risco especial aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, como as pessoas em situação de informalidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Pessoas afetadas por eventos climáticos extremos como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, etc. atendidos pela política de assistência social	Número total de afetados por eventos climáticos extremos como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, dentre outros atendidos pela política de assistência social



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Pessoas afetadas por eventos climáticos extremos como alagamentos, ciclones, deslizamentos, enxurradas, inundações, secas, etc. atendidos pela política de assistência social

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10.769	49.600	4.616	741	3.875

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / CPAS.

**Desafios remanescentes**

Apesar de contarmos com o número de afetados atendidos pela política de assistência social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) não dispõe da totalidade dos dados sobre afetados por eventos climáticos extremos, em especial devido a parcela significativa daqueles que não chegam a acessar a Rede Socioassistencial, muitos dos quais acabam recorrendo a outras instituições de suporte.

Em relação ao monitoramento do déficit habitacional, que contribui para o acirramento da vulnerabilidade a eventos extremos, destaca-se o desafio de estabelecimento de rotinas de atualização de informações relativas ao déficit habitacional nos intervalos entre os censos nacionais, para disposição de informações mais atualizadas para o planejamento da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Um exemplo foi aquele realizado para a elaboração do Projeto de Lei nº 619/2016 que trata do Plano Municipal de Habitação, atualmente na Câmara dos Vereadores. Destaca-se que mais informações sobre a política habitacional foram descritas na meta 11.1.

Adicionalmente, a atuação da Defesa Civil nesta temática consiste no mapeamento das áreas com risco para as ameaças de deslizamento, solapamento (ambos em fase de atualização) e inundação (em fase inicial). Sendo o risco uma construção da ameaça, exposição, vulnerabilidade e capacidade adaptativa, os mapeamentos indicam as áreas de maior exposição e vulnerabilidade frente às ameaças citadas. No entanto, este é um instrumento de planejamento, e portanto, a redução da exposição e vulnerabilidade estão associadas a demais medidas estruturais. Assim, embora o mapeamento dos riscos produza indicadores da construção da resiliência - por exemplo redução ou aumento do número de áreas de risco, redução ou aumento do número de setores ou moradias em risco alto e muito alto -, eles representam de forma indireta o esforço despendido para a construção da resiliência e redução de exposição e vulnerabilidade, que dependem das ações dos demais órgãos. Informações relacionadas ao planejamento para o risco de desastre foram incluídas na meta 11.5.

Cabe ressaltar também que, em relação à exposição, os mapeamentos realizados pela Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) fornecem apenas uma estimativa do número de moradias. A COMDEC possui uma frente de atuação em medidas não estruturais, que visam aumentar a capacidade adaptativa da população frente aos



## ODS 1 Erradicação da Pobreza

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

eventos extremos, a exemplo: da capacitação de professores para atuarem como disseminadores de informações e de percepção de risco; do cadastramento de Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) - que são pessoas das comunidades que atuam de forma voluntária em parceria com a Defesa Civil -, e de demais ações de divulgação de informações para a população.

Ainda com o objetivo de aumentar a capacidade adaptativa, está em fase de construção os Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON), que definem os procedimentos de evacuação, socorro, atendimento e reabilitação do cenário em caso de desastre para as áreas de risco da cidade.

Por fim, os principais desafios enfrentados para a construção de indicadores mais robustos estão na quantidade de órgãos que atuam com a finalidade de construir a resiliência frente a eventos climáticos extremos. Apesar da boa relação entre os diversos órgãos envolvidos, carece-se de uma padronização da coleta de informações e dos procedimentos para sistematização e manipulação das mesmas.



## 1.a

Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

### Proposta de municipalização da temática

Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para que o município implemente programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

### Contextualização

O financiamento de programas e políticas para acabar com a pobreza no âmbito municipal passa pelo financiamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Apesar de o financiamento da seguridade social contar com fontes tributárias exclusivas, diferentemente da Saúde, a Assistência Social não possui um percentual orçamentário obrigatório de aplicação. Uma parte das transferências advindas de outros níveis de governo (Estado e União) são realizadas fundo a fundo, mas os demais recursos destinados à Assistência Social ficam sujeitos à negociação e à previsão orçamentária.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Assistência Social (%)	Valor liquidado no orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Assistência Social ÷ Orçamento liquidado da Prefeitura Municipal de São Paulo (x100)
Valor total repassado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Valor total repassado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Assistência Social (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2,37%	2,44%	2,48%	2,32%	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

Valor total repassado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	718.026.906	799.838.612	824.765.545	889.404.705	853.921.396

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS).

**Desafios remanescentes**

O grande desafio é, não apenas, a manutenção do investimento já realizado, mas a possibilidade de ampliação. Sem dúvida, a dificuldade de obtenção de financiamento está ligada ao desafio de distanciar a política pública da lógica da filantropia e promover ações pautadas pela dignidade, pela busca da autonomia e pelo suporte aos indivíduos na construção de seus projetos de vida. No entanto, apesar desses desafios, o município de São Paulo busca a defesa do protagonismo do cidadão em sua posição de sujeito de direitos, nos termos do Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo - PLAS 2018-2021.



## 1.b

Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

### Proposta de municipalização da temática

Criar marcos políticos sólidos em nível municipal com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero e a raça/cor, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) tem como finalidade formular, coordenar, implementar, executar, monitorar e avaliar políticas e estratégias para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do Município, considerando a articulação de suas funções de proteção, defesa e vigilância sociais, observadas as disposições, normativas e pactuações interfederativas aplicáveis, e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação. Tal atribuição é definida pelo artigo 11 da Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018, que organiza a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo. As atribuições que competem aos municípios na Assistência Social são apontadas principalmente pelo Artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social, e, no arranjo do Sistema Único de Assistência Social, pelos artigos 12 e 17 da Norma Operacional Básica do SUAS.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), por sua vez, está desenvolvendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) da cidade em São Paulo em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O foco do Plano é promover o crescimento econômico que gere emprego e renda e que diminua as distâncias sociais. Partindo das características mais marcantes como dinamicidade, diversidade produtiva e cultural e desigualdade estrutural a proposta é promover no futuro a cidade seja inclusiva, competitiva e sustentável. Nesse sentido quatro agendas foram criadas: inclusão, competitividade, digital e territorial.

A agenda de inclusão é a que mais diretamente dialoga com a meta 1.b. A Agenda visa propiciar a criação de condições para a redução das desigualdades na cidade. Para tanto duas ações complementares serão priorizadas. Primeiramente, a garantia de condição de vida digna à população, focalizando esforços em grupos particularmente vulneráveis, nas questões de renda, gênero e racial, em migrantes e imigrantes, e pessoas com deficiência. Adicionalmente devem-se fomentar as capacidades e habilidades dos paulistanos, tanto como condição para a promoção de um conhecimento continuado da cidade, como para assegurar que a prosperidade econômica seja usufruída pelo conjunto da população.



### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

No âmbito municipal, ainda é necessário o fortalecimento da institucionalidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), afirmando seus princípios e diretrizes, na busca persistente pela profissionalização da Assistência Social. Quanto ao Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), uma das dificuldades encontradas foi a falta de dados sobre a população que trabalha sem carteira assinada e sem nenhum registro que o governo possa obter dados mais detalhados sobre esses trabalhadores, os chamados invisíveis. É possível entendermos qual a informalidade de alguns setores econômicos cujos dados são desagregados a nível de município, no entanto maiores informações são necessárias para que políticas mais focadas sejam possíveis de serem desenvolvidas. Por exemplo, quando a SMDet planeja levar cursos de formação profissional ou mesmo levar algum coworking público, através da ADE SAMPA, a alguma região da cidade, só temos acesso aos dados georreferenciados por setores econômicos dos empregos celetistas. A falta de conhecimento da população que trabalha sem registro impede que a Prefeitura consiga desenvolver políticas públicas mais focadas que possam melhorar a qualidade de vida da população que mais precisa de apoio e suporte.

Para alguns especialistas o cooperativismo é um arranjo produtivo que possui grande potencialidade de diminuição da vulnerabilidade. É importante ressaltar que a maior dificuldade das políticas de cooperativismo é lidar com um universo plural de realidade das diversas cooperativas, cujos cooperados se encontram numa situação de altíssima vulnerabilidade, mesmo os que possuem rendimentos acima da média da população da cidade de São Paulo. Essa heterogeneidade demanda ao cooperativismo análises e estudos específicos ao ecossistema que por si só trazem diversos desafios como recursos orçamentários, pessoas qualificadas e especializadas na área, capacidade de mobilização para o diálogo social, entre outros. É importante ressaltar também que as cooperativas cujos cooperados se encontram numa situação de altíssima vulnerabilidade demandam um maior esforço para que sejam desenvolvidas e por causa disso historicamente sofrem de grande marginalização e descaso público.

Por fim, segue um desafio de implantação de marcos regulatórios sólidos para erradicação da pobreza, a aprovação do Plano Municipal de Habitação, Projeto de Lei 619/2016, que estrutura uma política municipal de habitação diversa e ampla, e de regulamentar e implementar a Lei nº 16.587/2016, que dispõe sobre formas de fomento à autogestão na elaboração de projeto, construção e/ou regularização, visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, entidades ou cooperativas que atuam no âmbito da efetivação do direito à moradia digna.





## **ODS2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



## 2.1

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

### Contextualização

O Município de São Paulo executa um conjunto de políticas públicas cujo objetivo é garantir e promover a segurança alimentar e nutricional, amparada no conceito sintetizado na descrição da temática, acolhida na íntegra para a municipalização.

A garantia do acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes é realizada, no âmbito municipal, pelo Programa Municipal Banco de Alimentos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET, que tem por finalidade captar, coletar, receber, selecionar, armazenar e acondicionar toda a espécie de alimentos aptos ao consumo humano, com ou sem valor comercial, com a finalidade de distribuí-los junto à parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, por meio das entidades assistenciais cadastradas junto ao programa.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Quantidade de alimentos doados pelo programa Banco de Alimentos (kg)	Quilogramas de alimentos doados pelo banco de alimentos para entidades socioassistenciais

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Quantidade de alimentos doados pelo programa Banco de Alimentos (kg)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1.699.045	462.331	354.872	361.506

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).



### Desafios remanescentes

Segundo o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, a natureza intersetorial do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN é um dos grandes valores, e, também um dos maiores desafios para sua implementação. A complexidade de articular uma agenda de programas, projetos e ações que gerem convergências inter- e intrasetoriais para a concretude do direito humano à alimentação adequada demanda uma perspectiva de diálogo e articulação permanentes entre diferentes setores e sistemas. Para que o SISAN se efetive é necessário mais do que a implementação individual de cada programa ou ação que compõe a Política Municipal Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. O SISAN depende de um arranjo institucional que incorpore as dimensões da SAN às práticas realizadas nos diferentes setores que a compõem como o desenvolvimento urbano agrário, agricultura urbana, periurbana e rural, abastecimento, saúde, educação, assistência social e meio ambiente, entre outras.

São desafios à promoção gradativa do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional as seguintes ações pelo Poder público Municipal:

1. Efetivar ações que viabilizem o acesso à alimentação adequada e saudável;
2. Priorizar nessas ações as famílias e pessoas em vulnerabilidade social;
3. Promover o abastecimento público e a estruturação de sistemas sustentáveis de produção;
4. Instituir processos permanentes de educação alimentar e nutricional e cultura alimentar;
5. Promover hábitos alimentares saudáveis;
6. Promover ações de Segurança Alimentar e Nutricional para povos e comunidades tradicionais;
7. Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde;
8. Monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.



## 2.2

Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a justificativa da proposta de municipalização dessa meta será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a justificativa da proposta de municipalização dessa meta será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Proporção de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, de mães residentes (%)	$\text{Número de crianças com baixo peso ao nascer} \div \text{Número total de nascidos vivos no município} (\times 100)$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Proporção de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, de mães residentes

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	9,35%	9,51%	9,54%	9,49%	-

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>.

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes dessa meta serão publicados posteriormente.



## 2.3

Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

### Contextualização

Existe produção agropecuária no Município de São Paulo, apesar de ser muito reduzida. O Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 reconheceu este fato, recriando a zona rural no município. Ações do governo municipal vêm sendo formatadas para dar suporte à atividade agropecuária, melhorar as técnicas e a produtividade alcançada por pequenos produtores que trabalham, em sua maioria, em regime de agricultura familiar.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Participação da área com produção rural no total do Município (%)	$\text{Área plantada (ha)} \div \text{Área do município (km}^2) \times 100$
Participação das unidades de produção familiar na agricultura (%)	$\text{Número de estabelecimentos agropecuários familiares} \div \text{Número de estabelecimentos agropecuários} \times 100$
Proporção de terras indígenas no município (%)	$\text{Área das Terras indígenas (km}^2) \div \text{Área do município (km}^2) \times 100$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Participação da área com produção rural no total do Município (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	0,02%	_*	_*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Sidra - Censo Agropecuário 2017.  
 \* O Censo Agropecuário foi realizado em 2017 e não possui periodicidade definida.

Participação das unidades de produção familiar na agricultura (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	62%	_*	_*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Sidra - Censo Agropecuário 2017.  
 \* O Censo Agropecuário foi realizado em 2017 e não possui periodicidade definida.

Proporção das terras indígenas no município (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	5,66%	-	-	-

Fonte: GeoSampa / Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); Funai.  
 \* Este percentual refere-se ao total de terras declaradas em 2015 e 2016, mas sobre as terras regularizadas dentro do município não existe periodicidade constante de atualização.

**Desafios remanescentes**

O acompanhamento dos indicadores por meio de série histórica é comprometido pela periodicidade irregular dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fonte dos dados. Foram utilizados os dados de 2017, mas não há previsão para novo Censo (o anterior é de 2006, sem possibilidade de correspondência dos dados). A atividade agrícola no município tem pouca participação na economia e carece de dados periódicos e confiáveis. Em relação às terras indígenas, se carece de dados que permitam a construção de uma série histórica das demarcações.

Por meio do Projeto Ligue os Pontos, verifica-se certo potencial de expansão da área agricultável na zona sul de São Paulo, apesar de representar uma área pequena em relação à extensão total do Município. Muitos agricultores têm áreas disponíveis para expansão, e principalmente oportunidades não exploradas de aumentar a sua produtividade e organização da produção nas áreas que já produzem. Assim, destaca-se a importância de investir em iniciativas específicas para o fortalecimento da atividade agrícola no município de São Paulo.



## 2.4

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

### Contextualização

As propriedades agrícolas do município de São Paulo estão, em sua grande maioria, localizadas em áreas de reserva ambiental e de recursos hídricos. O acesso aos sistemas sustentáveis de produção de alimentos, tais como agricultura orgânica e agroecológica, ao desenvolvimento da agricultura comercial e à realização de boas práticas agrícolas e ambientais, promovem junto a essas propriedades agrícolas, ferramentas tecnológicas que proporcionam infraestruturas de conservação de solo, recuperação florestal de nascentes e áreas de preservação permanente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Unidades produtivas certificadas e protocoladas	Número absoluto de unidades produtivas certificadas e protocoladas
Percentual de unidades produtivas orgânicas certificadas (%)	$\text{Número total de unidades produtivas certificadas} \div \text{Número total de unidades produtivas no município} \times 100$
Percentual de unidades produtivas protocoladas (%)*	$\text{Número total de unidades produtivas protocoladas} \div \text{Número total de unidades produtivas no município} \times 100$

\* Unidades Produtivas Protocoladas = Unidades produtivas que aderiram ao Protocolo de Intenções para transição agroecológica e orgânica.



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Unidades produtivas certificadas e protocoladas**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	_*	91

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) / Departamento de Agricultura; SAA; e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

\* Em 2018, foram protocoladas 21 unidades produtivas. Em relação ao número de unidades produtivas certificadas, não existem dados oficiais atualizados e compilados.

**Percentual de unidades produtivas orgânicas certificadas (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	_**

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) / Departamento de Agricultura; SAA; e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

\* Dados estarão disponíveis apenas a partir de 2020.

\*\* Em 2019, sabe-se que foram certificadas um total de 59 unidades produtivas orgânicas. Entretanto, não existem dados oficiais atualizados e compilados sobre o número total de unidades produtivas no município de São Paulo.

**Percentual de unidades produtivas protocoladas (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	_**

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) / Departamento de Agricultura; SAA.

\* Dados estarão disponíveis apenas a partir de 2020.

\*\* Em 2019, sabe-se que foram protocoladas um total de 32 unidades produtivas. Entretanto, não existem dados oficiais atualizados e compilados sobre o número total de unidades produtivas no município de São Paulo.

**Desafios remanescentes**

Um dos principais desafios é a consolidação de dados anteriores. Somente a partir de 2020 serão consolidados os dados relativos à agricultura no município, por meio do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental (SisRural) e do Portal Sampa+Rural. Dados anteriores a 2020 são dados compilados de diversos setores, sem uma padronização oficial.

O município aderiu no segundo semestre de 2017 ao Protocolo de Intenções da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) - Protocolo de Transição Agroecológica. Anteriormente se dispunha de dados do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, com objetivos sinérgicos, porém diferentes. Por isso, o histórico de dados de unidades produtivas protocoladas deve iniciar em 2018. O Protocolo de Transição Agroecológica é válido por 4 anos e tem renovação anual mediante a cumprimento de plano de ação. Neste período deve-se buscar a certificação orgânica.



Para mais informações acesse o site da Secretaria de Agricultura e Abastecimento em: <http://www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/introducao>.

O processo de certificação orgânica pode levar de 1 a 2 anos, por isso sugerimos avaliação bianual do indicador. A legislação brasileira para produção e comercialização de produtos orgânicos prevê a regulamentação por três sistemas de certificação: Certificação por Auditoria; Sistema Participativo de Garantia (SPG); e Controle Social na Venda Direta. Para fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o produtor rural precisa estar certificado por um dos três mecanismos descritos. Para mais informações, acesse o site do Ministério da Agricultura: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>.



## 2.5

Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Compreende-se a importância da manutenção da diversidade genética de espécies de fauna e flora, e da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Entretanto, a gestão do acesso e do uso de recursos genéticos é bastante abrangente e a Prefeitura de São Paulo ainda não tem atuação clara nessa temática.



## 2.a

Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, para aumentar a capacidade de produção agrícola, fortalecer a cadeia de valor da agricultura e aprimorar a integração entre o território rural e o meio urbano no município.

### Contextualização

A prefeitura de São Paulo visa promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura. Com essa proposta, a cidade de São Paulo foi vencedora do prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies. A organização premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. São Paulo recebeu o prêmio principal, com a premissa de que um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas cidades latino-americanas é estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural.

O projeto intitulado Ligue os Pontos tem como missão promover a sustentabilidade socioambiental do território rural no sul de São Paulo através do fortalecimento da agricultura local. O objetivo é fortalecer a cadeia de valor da agricultura local com o uso da tecnologia como ferramenta de integração e coordenação entre as iniciativas e as partes interessadas associadas à cadeia – do setor público e da sociedade civil.

Utilizando a tecnologia como ferramenta de integração e coordenação de iniciativas existentes e informações, fomentamos a cadeia de valor da agricultura local. Conectando o potencial produtivo do território rural à dinâmica da maior economia urbana brasileira, criamos vínculos sustentáveis, de forma que os cidadãos possam se valer disso. Estimulando uma economia verde consistente, evitamos que as áreas cultiváveis sejam tomadas pela urbanização e coloquem em risco a segurança hídrica da cidade.

Atualmente, mais de 500 unidades produtivas ocupam 50 km<sup>2</sup> de áreas cultiváveis. Ligando os pontos na cadeia de valor da agricultura local, tornando a produção mais rentável, os agricultores são encorajados a permanecer em suas terras. Experiências bem sucedidas de economia compartilhada com tecnologia, o êxito de práticas de



governo aberto, e ainda o movimento crescente em prol da alimentação saudável e preservação ambiental inspiraram este projeto. A melhor forma de abordar o problema é estabelecer conexões e sinergias entre as ações do poder público e iniciativas da sociedade.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Ações de cooperação e projeção internacional em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e segurança alimentar	Soma do número de ações de cooperação e projeção internacional relacionadas a temáticas de infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e segurança alimentar

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Ações de cooperação e projeção internacional em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e segurança alimentar

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-*

Fonte: Coordenação de Relações Internacionais (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

**Desafios remanescentes**

O principal desafio é instalar a capacidade para dar continuidade às ações após o fim do Projeto que conta com investimento de recursos internacionais.



## 2.b

Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

O Município de São Paulo não tem produção agrícola relevante para exportação, tampouco pratica políticas de subsídio à exportação. Além disso, a competência para regular o comércio exterior, e outras medidas relacionadas ao cumprimento dessa meta, não é municipal.



## 2.c

Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Não é competência do Município legislar sobre esse tema ou implementar medidas para a garantia de funcionamento dos mercados de commodities.





## ODS 3 SAÚDE E BEM ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades



### NOTA DE ESCLARECIMENTO

Diante da pandemia de COVID-19, o detalhamento das propostas de municipalização, contextualização, desafios remanescentes e, em alguns casos, indicadores das metas de objetivos de desenvolvimento sustentáveis pelas quais a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é responsável será publicado em momento posterior. Em 2020, o combate à pandemia se sobrepôs aos projetos e demais tarefas desenvolvidas pela Pasta. No entanto, a SMS ressalta que tem desenvolvido suas ações em consonância com a Lei 16.817/2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal e, portanto já vinha ativamente buscando incorporar os ODS à sua rotina de trabalho e aos instrumentos de planejamento e gestão em Saúde que norteiam sua atuação, tais como o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 e as Programações Anuais de Saúde correspondentes.

No Plano Municipal de Saúde 2018-2021, a correspondência foi realizada entre as metas da Agenda 2030 e os objetivos do Plano. Assim, a associação foi realizada em nível mais macro, a exemplo do que ocorre no Programa de Metas 2017-2020 revisado e do Plano Plurianual. O Plano Municipal de Saúde estabelece as estratégias, objetivos, metas ações e indicadores em saúde no município para quatro anos. Nele, estão elencadas as prioridades na área para os quatro anos de vigência. Na Programação Anual de Saúde, atualizam-se essas prioridades, estabelecendo-se as metas e as ações para o ano a que se refere. Assim, a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como referência para as políticas prioritárias em saúde para o período 2018-2021 demonstra o compromisso da Secretaria Municipal da Saúde com a Agenda 2030 e sua municipalização.

Em decorrência da pandemia de COVID-19, essas prioridades deverão ser ajustadas, de maneira a garantir a saúde e a segurança da população e mitigar riscos. Em alinhamento com o que preconiza a Organização das Nações Unidas, a Secretaria Municipal da Saúde compreende a relevância dos ODS para uma saída fortalecida da crise causada pela epidemia de COVID-19. Nesse sentido, embora se tenha adiado o detalhamento da proposta de municipalização das metas, os objetivos serão priorizados e continuarão pautando as políticas em saúde no município de São Paulo.



## 3.1

Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Razão de óbitos de mulheres residentes por causas e condições consideradas de morte materna	$\frac{\text{Número de óbitos por causas maternas}}{\text{Número total de nascidos vivos no município}} \times 100.000$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Mortalidade Materna

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	58,43	56,78	59,07	-	-

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.2

Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	$\text{Número total de óbitos de crianças com menos de um ano de idade} \div \text{Número total de nascidos vivos no município} (\times 1.000)$
Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	$\text{Número de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal} \div \text{Número de nascidos vivos} (\times 100)$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	10,87	11,30	11,15	11,01	-

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC); Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>



Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	76,05%	77,94%	80,77%	80,55%	-

Fonte: Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC)/Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.3

Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de casos novos em Aids em menores de 5 anos	Número de notificações de Aids em crianças menores de 5 anos
Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera (%)	$\frac{\text{Número de indivíduos com tuberculose pulmonar bacilífera curados da coorte do período}}{\text{Total de indivíduos da coorte com tuberculose pulmonar bacilífera}} \times 100$
Taxa de incidência de Tuberculose*	$\frac{\text{Número de casos novos confirmados de tuberculose (todas as formas) em residentes}}{\text{População total residente no período determinado}} \times 100.000$

\* Esse indicador será atualizado em <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>.

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de casos novos em Aids em menores de 5 anos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	14	8	9	4	-

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) /Ministério da Saúde (MS)/ Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>



Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	75,57%	75,85%	78,06%	73,96%	-

Fonte: TBWeb - Sistema de Controle de Pacientes com Tuberculose/ Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

Taxa de incidência de Tuberculose\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1,03	0,76	0,64	0,72	0,58

Fonte: Sistema de Informação de Zoonoses (SISCOZ/COVISA) / Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Esse indicador será atualizado em <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>.

**Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.4

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de internações SUS por condições sensíveis à atenção primária	Número de internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP) SUS realizadas para residentes ÷ População total
Mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) selecionadas	Número total de óbitos por DCNT selecionadas ÷ População de 30 a 69 anos (x100.000)
Número de participantes em ações ambientais promovidas pela Secretaria de Esportes	Soma do número de Participantes em ações ambientais promovidas pela secretaria de esportes

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Taxa de internações SUS por condições sensíveis à atenção primária

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	45,69	46,43	45,37	46,88	-

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS)/ Secretaria Municipal de Saúde (SMS).



**Mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) selecionadas**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	142,57	150,25	139,52	139,91	-

Fonte: Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Número de participantes em ações ambientais promovidas pela Secretaria de Esportes**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1.450	1.510	1.677	1.654	2.630

Fonte: Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

**Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.5

Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Diante da pandemia de COVID-19, os indicadores selecionados para monitoramento dessa temática serão publicados posteriormente.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Diante da pandemia de COVID-19, o diagnóstico dessa temática será publicado posteriormente.

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.6

Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Mortes no trânsito a cada 100 mil habitantes	$\text{Óbitos no trânsito} \div \text{População total} \times 100.000$
Mortes de ciclistas no trânsito a cada 100 mil habitantes	$\text{Óbitos de ciclistas no trânsito} \div \text{População total} \times 100.000$
Mortes de motociclistas no trânsito a cada 100 mil habitantes	$\text{Óbitos de motociclistas no trânsito} \div \text{População total} \times 100.000$
Mortes de pedestres no trânsito a cada 100 mil habitantes	$\text{Óbitos de pedestres no trânsito} \div \text{População total} \times 100.000$

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Mortes no trânsito (a cada 100 mil habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo**	8,57	7,34	6,81	7,22	6,69*

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP); Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) - \*população considerada de 11.811.516 habitantes (791 mortes no trânsito em 2019); Secretaria Municipal de Mobilidade e transportes (SMT).

\*\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>



**Mortes de ciclistas no trânsito (a cada 100 mil habitantes)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo**	0,27	0,26	0,32	0,16	0,26*

Fonte: Secretaria Municipal de Transportes (SMT) / Fundação SEADE - \*população considerada de 11.811.516 habitantes (31 mortes de ciclistas em 2019); Secretaria Municipal de Mobilidade e transportes (SMT).

\*\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Mortes de motociclistas no trânsito (a cada 100 mil habitantes)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo**	3,19	2,72	2,66	3,11	2,51*

Fonte: Secretaria Municipal de Transportes (SMT)/Fundação SEADE - \*população considerada de 11.811.516 habitantes (297 mortes de motociclistas em 2019); Secretaria Municipal de Mobilidade e transportes (SMT).

\*\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Mortes de pedestres no trânsito (a cada 100 mil habitantes)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo**	3,62	2,95	2,83	2,97	3,03*

Fonte: Secretaria Municipal de Transportes (SMT) / Fundação SEADE - \*população considerada de 11.811.516 habitantes (359 mortes de pedestres em 2019); Secretaria Municipal de Mobilidade e transportes (SMT).

\*\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.7

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Proporção de Gestantes Adolescentes (%)	$\frac{\text{Número de nascidos vivos cujas mães tinham 20 anos ou menos}}{\text{Número total de nascidos vivos no município}} \times 100$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Proporção de Gestantes Adolescentes (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	12,77%	12,18%	11,36%	10,42%	-

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) / Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.8

Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Leitos hospitalares por 1.000 habitantes	$\text{Número total de leitos hospitalares por tipo} \div \text{População total do município} (\times 1.000)$
Número de Unidades Básicas de Saúde	$\text{Número total de unidades básicas de atendimento em saúde no município} \div \text{População total do município} (\times 10.000)$
Cobertura populacional por equipes de Atenção Básica (%)	$\text{População estimada atendida pela atenção básica} \div \text{População total do município} (\times 100)$

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Leitos hospitalares (por 1.000 habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	3,08	3,05	3,04	3,03	-

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) / Secretaria Municipal da Saúde (SMS).



**Número de Unidades Básicas de Saúde**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	451	452	453	464	-

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

**Cobertura populacional por equipes de Atenção Básica (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	58,39%	63,50%	63,92%	60,92%	-

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) / Secretaria Municipal da Saúde (SMS) / Fundação Estadual Sistema de Análise de Dados (SEADE).

**Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.9

Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Diante da pandemia de COVID-19, os indicadores selecionados para monitoramento dessa temática serão publicados posteriormente.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Diante da pandemia de COVID-19, o diagnóstico dessa temática será publicado posteriormente.

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.a

**Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.**

### **Proposta de municipalização da temática**

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### **Contextualização**

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### **Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

Diante da pandemia de COVID-19, os indicadores selecionados para monitoramento dessa temática serão publicados posteriormente.

### **Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Diante da pandemia de COVID-19, o diagnóstico dessa temática será publicado posteriormente.

### **Desafios remanescentes**

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.b

Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Cobertura da vacina pentavalente (3ª dose) em crianças menores de 1 ano de idade (%)	$\frac{\text{Crianças com esquema de vacinação básico completo}}{\text{Nascidos vivos das mães residentes e com partos ocorridos no município ou fora}} \times 100$

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Cobertura da vacina pentavalente em crianças menores de 1 ano de idade (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	94,8%	83,5%	83,4%	93,6%	-

Fonte: Avaliação do Programa de Imunizações (API) / Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) / Sistema Integrado de Gestão da Assistência à Saúde (SIGA-BI) / Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC) / Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

#### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



### 3.c

Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

#### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Saúde (%)	Valor liquidado no orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Saúde ÷ Orçamento liquidado da Prefeitura Municipal de São Paulo (x100)
Orçamento empenhado com Saúde - referência mínimo constitucional (%)	Aplicação da receita decorrente de impostos em Saúde - Valor empenhado do orçamento ÷ Receita da Prefeitura de São Paulo decorrente de impostos realizados (x100)

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Saúde (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	18,48%	19,70%	20,13%	18,94%	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF).



Orçamento empenhado com Saúde - referência mínimo constitucional (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	19,83%	22,29%	23,87%	-	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 3.d

Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Diante da pandemia de COVID-19, os indicadores selecionados para monitoramento dessa temática serão publicados posteriormente.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Diante da pandemia de COVID-19, o diagnóstico dessa temática será publicado posteriormente.

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.





## **ODS 4** **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos



### 4.1

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

#### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino infantil e fundamental, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

#### Contextualização

Conforme determinado pela Lei de Diretrizes e Bases o Município deve atender obrigatoriamente atender creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil - 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos), portanto foram as duas etapas escolhidas para monitoramento na ODS.

A Educação Infantil vai do nascimento aos 6 anos de idade. Esse período, conhecido como primeira infância, é um momento chave na construção da identidade de cada criança e no seu processo de aprendizagem.

Os Ensinos Fundamental e Médio compreendem a um extenso período da vida escolar: 12 anos, sendo 9 anos no Ensino Fundamental e 3 anos no Ensino Médio. No Brasil, a educação escolar é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, o que inclui também a chamada pré-escola.

Nos Ensinos Fundamental e Médio, portanto, educar implica considerar tanto o desenvolvimento individual do estudante – que chega criança e sai adolescente – como a condição social, cognitiva e afetiva dele.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Rede municipal - anos iniciais
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Rede municipal - anos finais
Taxa de distorção idade-ano para o ano no Ensino Fundamental nos anos iniciais (%)	$\frac{\text{Alunos do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de ensino matriculados com idade acima da recomendada para a série (idade recomendada +2)}}{\text{Matrículas}}$



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

	nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal (x100)
Taxa de distorção idade-ano para o ano no Ensino Fundamental nos anos finais (%)	Alunos do Ensino Fundamental anos finais da rede municipal de ensino matriculados com idade acima da recomendada para a série (idade recomendada +2) ÷ Matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal (x100)
Taxa de Universalização da Educação Básica (%)	Matrículas no Ensino Básico - redes pública e privada ÷ População - 4 a 17 anos (x100)
Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%)	Matrículas - Ensino Básico - redes pública e privada ÷ População - 6 a 14 anos (x100)
Taxa de Universalização do Ensino Médio (%)	Matrículas - Ensino Básico - redes pública e privada ÷ População - 15 a 17 anos (x100)
Razão entre o número de professores e alunos no ensino fundamental (%)	Número de professores no ensino fundamental ÷ Número de alunos no ensino fundamental (Rede Municipal) (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	6,3	-*	6,5	-*	-*

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC); Secretaria Municipal da Educação (SME)

\* Dado não disponível, pois o IDEB tem realização bianual e até o fechamento do presente relatório os dados de 2019 não haviam sido disponibilizados.

#### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4,30	-*	4,20	-*	-*

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/ Secretaria Municipal de Educação (SME)

\* Dado não disponível, pois o IDEB tem realização bianual e até o fechamento do presente relatório os dados de 2019 não haviam sido disponibilizados.

#### Taxa de distorção idade-ano para o ano no Ensino Fundamental nos anos iniciais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	5,37%	5,25%	5,93%	5,58%	5,56%

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC); Secretaria Municipal da Educação (SME).



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Taxa de distorção idade-ano para o ano no Ensino Fundamental nos anos finais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10,50%	10,36%	12,91%	12,69%	13,82%

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC); Secretaria Municipal da Educação (SME).

Taxa de Universalização da Educação Básica (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	148,27%	104,79%	111,36%	108,46%	107,93%

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Secretaria Municipal da Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	114,91%	121,93%	109,54%	121,24%	112,68%

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Secretaria Municipal da Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

Taxa de Universalização do Ensino Médio (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	95,87%	100,55%	99,38%	90,18%	86,51%

Fonte: Censo do Ministério da Educação (MEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Secretaria Municipal da Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

Razão entre o número de professores e alunos no ensino fundamental (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4,76%	4,89%	4,90%	4,86%	4,94%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Desafios remanescentes

Seguem como desafios a manutenção da universalização do Ensino Fundamental e o atingimento ou a superação das metas do IDEB, em especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Destaca-se ainda o desafio no atendimento às metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME), em especial a Meta 03 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.



## 4.2

Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar.

### Contextualização

Em novembro de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo lançou o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030 (PMPI/São Paulo) que visa contribuir para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária do zero aos seis anos. O Plano possui uma dupla função: ser um guia para a atuação do poder público, da sociedade e das famílias, corresponsáveis na garantia das condições para o pleno desenvolvimento das crianças; e ser uma ferramenta de acompanhamento e controle dessa atuação, uma vez que dispõe sobre as metas e estratégias necessárias para o cumprimento de seus eixos estratégicos. O eixo estratégico II do Plano está diretamente associado ao cumprimento da meta 4.2 uma vez que se refere à garantia para todas as crianças na primeira infância de educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Demanda atendida de vagas em creches (%)	$\text{Número de matrículas em creches municipais} \div \text{Número de inscritos em creches (matrículas efetuadas + vagas solicitadas)} (\times 100)$
Demanda atendida de vagas na pré-escola (%)	$\text{Número total de matrículas em pré-escolas municipais} \div \text{Número total de inscritos em pré-escolas municipais (matrículas efetuadas + vagas solicitadas)} (\times 100)$
Taxa de Universalização da Educação Infantil (Creche) (%)	$(\text{Matrículas - Creche - redes pública e privada} \div \text{População - 0 a 3 anos}) (\times 100)$
Taxa de Universalização da Educação Infantil (Pré-Escola) (%)	$\text{Matrículas - Pré-Escola - redes pública e privada} \div \text{População - 4 a 5 anos}) (\times 100)$
Nº de alunos por professor (Creche)	$(\text{Matrículas de alunos em creches da rede municipal e parceira} \div \text{Total de professores que atuam em creches}) (\times 100)$



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Nº de alunos por professor (Pré-Escola)	(Matrículas de alunos em pré-escolas da rede municipal e parceira ÷ Total de professores que atuam em pré-escolas) (×100)
Taxa de beneficiários do programa Bolsa Família matriculados em creches (%)	Beneficiários 0 a 3 anos Bolsa Família ÷ Matrículas de alunos na rede municipal e em parceiras em Creches) (×100)
Taxa de beneficiários do programa Bolsa Família matriculados em pré-escolas (%)	Beneficiários 4 a 5 anos Bolsa Família ÷ Matrículas de alunos da rede municipal e parceira em Pré-Escola) (×100)
Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade	Número de alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental com níveis básico, adequado e avançado em Língua Portuguesa na Prova São Paulo ÷ Número de alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental participantes da Prova São Paulo (Rede Municipal) (×100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Demanda atendida de vagas em creches (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	81,33%	84,06%	86,83%	94,41%	96,81%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

#### Demanda atendida de vagas na pré-escola (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	98,54%	99,47%	99,85%	99,95%	99,86%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

#### Taxa de Universalização da Educação Infantil (Creche) (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	44,65%	50,66%	53,61%	56,04%	63,25%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

#### Taxa de Universalização da Educação Infantil (Pré-Escola) (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	101,31%	100,72%	94,59%	90,59%	91,78%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Nº de alunos por professor (Creche)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	9,8	9,7	10,1	10,1	9,9

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Nº de alunos por professor (Pré-Escola)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	21,8	22,1	23,0	22,0	22,6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Taxa de beneficiários do programa Bolsa Família matriculados em creches (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	24,15%	28,25%	21,89%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* O cruzamento dos dados da educação infantil com o CAD Único passou a ser realizada em 2017.

### Taxa de beneficiários do programa Bolsa Família matriculados em pré-escolas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	25,31%	29,09%	23,84%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* O cruzamento dos dados da educação infantil com o CAD Único passou a ser realizada em 2017.

### Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	82,62	82,10	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dado não disponível.

## Desafios remanescentes

Em relação aos desafios remanescentes na implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030, tem-se o fortalecimento do olhar integral para a primeira infância e o atendimento integrado das várias políticas públicas. De modo específico, há que se garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 a 5 anos, bem como definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola. Na creche, a meta prevista no PMPI é garantir o atendimento para 75% das crianças de 0 a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.



## 4.3

Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

### Contextualização

Apesar da competência municipal no provimento da educação estar diretamente relacionada a educação infantil e ensino fundamental, decidiu-se monitorar o acesso a outros níveis para compreensão da temática no município.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de escolarização de homens com Ensino Superior (%)	$\text{Número de homens com 14 anos ou mais com Nível Superior Completo} \div \text{Número de pessoas com 14 anos ou mais} (x100)$
Taxa de escolarização de mulheres com Ensino Superior (%)	$\text{Número de mulheres com 14 anos ou mais com Nível Superior Completo} \div \text{Número de pessoas com 14 anos ou mais} (x100)$
Taxa de homens matriculados no ensino técnico/profissional (%)	$\text{Número de homens matriculados no Ensino Técnico} \div \text{Número Total de matrículas no Ensino Técnico} (x100)$
Taxa de mulheres matriculadas no ensino técnico/profissional (%)	$\text{Número de mulheres matriculadas no Ensino Técnico} \div \text{Número Total de matrículas no Ensino Técnico} (x100)$
Homens matriculados no Ensino Superior (%)	$\text{Número de homens matriculados no Ensino Superior (Graduação)} \div \text{Número Total de matrículas no Ensino Superior (Graduação)} (x100)$
Mulheres matriculadas no Ensino Superior (%)	$\text{Número de mulheres matriculadas no Ensino Superior (Graduação)} \div \text{Número Total de matrículas no Ensino Superior (Graduação)} (x100)$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Taxa de escolarização de homens com Ensino Superior (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	23,7%	23,7%	25,0%	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dado não disponível a partir de 2016, dados de 2019 ainda não disponibilizados até o fechamento deste relatório.

**Taxa de escolarização de mulheres com Ensino Superior (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	24,7%	27,0%	25,5%	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dado não disponível a partir de 2016, dados de 2019 não disponíveis até o fechamento deste relatório.

**Taxa de homens matriculados no ensino técnico/profissional (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	47,67%	51,94%	51,28%	50,89%	47,15%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

**Taxa de mulheres matriculadas no ensino técnico/profissional (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	52,33%	48,06%	48,72%	49,11%	52,85%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

**Homens matriculados no Ensino Superior (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	43,99%	43,65%	43,59%	-*	-*

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dados de 2018 e 2019 não disponíveis até o fechamento deste relatório.

**Mulheres matriculadas no Ensino Superior (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	56,01%	56,35%	56,41%	-*	-*

Fonte: Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dados de 2018 e 2019 não disponíveis até o fechamento deste relatório.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Desafios remanescentes

Optou-se por monitorar o acesso de homens e mulheres ao ensino superior no município de São Paulo, mesmo não sendo responsabilidade do município, sem explorar a questão dos valores pagos pelo acesso ao ensino técnico e superior, pois isso foge ao escopo da atuação municipal.



## 4.4

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

### Contextualização

Apesar da competência municipal no provimento da educação estar diretamente relacionada a educação infantil e ensino fundamental, decidiu-se monitorar o acesso a outros níveis de educação, como a educação técnica e profissional.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional (%)	$\frac{\text{Número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional de nível fundamental e médio}}{\text{Número total de matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio}} \times 100$
Participantes de cursos de Qualificação Profissional na Fundação Paulistana de Educação, cultura e Tecnologia	Número de participantes nos cursos de Qualificação Profissional promovidos pela Fundação paulistana de Educação, Cultura e Tecnologia
Participantes de oficinas e cursos de Capacitação para empreendedores promovidos pela Ade Sampa	Número de Participantes de oficinas e cursos de Capacitação para empreendedores promovidos pela Ade Sampa

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Taxa de alunos da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,25%	0,27%	0,18%	0,22%	0,20%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dado não disponível a partir de 2016, dados de 2019 ainda não disponibilizados até o fechamento deste relatório.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Participantes de cursos de Qualificação Profissional promovidos pela Fundação Paulista de Educação, Cultura e Tecnologia

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	2.000	2.037	17.444

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Participantes de oficinas e cursos de Capacitação para empreendedores promovidos pela Ade Sampa

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	3.384	24.961

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Desafios remanescentes

Optou-se por monitorar o acesso mesmo não sendo responsabilidade direta do município, mas entendendo que este tem atuação na capacitação profissional de jovens e adultos.



## 4.5

Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas, as crianças em situação de vulnerabilidade e os estrangeiros.

### Contextualização

É importante acompanhar as desigualdades no acesso, na permanência e no êxito às diversas etapas do sistema de ensino no que tange a gênero, raça, dificuldades/deficiências.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de crianças com necessidades especiais (%)	$(\text{Matrículas de alunos da rede municipal e parceira com necessidades especiais} \div \text{Total de matrículas na rede municipal e parceira}) \times 100$
Número de alunos matriculados no programa de Língua Portuguesa para estrangeiros	Matrículas de alunos no Programa “Portas Abertas: Língua Portuguesa para Imigrantes”
Taxa de Universalização na Educação Básica (%) – meninas	$\text{Matrículas - Ensino Básico feminino - redes pública e privada} \div \text{População - 4 a 17 anos} \times 100$
Taxa de Universalização na Educação Básica (%) – meninos	$\text{Matrículas - Ensino Básico masculino - redes pública e privada} \div \text{População - 4 a 17 anos} \times 100$
Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%) – meninas	$\text{Matrículas Ensino Fundamental feminino redes pública e privada} \div \text{População - 6 a 14 anos} \times 100$
Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%) – meninos	$\text{Matrículas Ensino Fundamental masculino redes pública e privada} \div \text{População - 6 a 14 anos} \times 100$



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Taxa de Universalização da Educação Infantil (somente creche) (%) – meninas	Matrículas - Creche feminino - redes pública e privada ÷ População - 0 a 3 anos (x100)
Taxa de Universalização da Educação Infantil (somente creche) (%) – meninos	Matrículas - Creche masculino - redes pública e privada ÷ População - 0 a 3 anos (x100)
Taxa de Universalização Pré-Escola (%) meninas	Matrículas - Pré-Escola feminino - redes pública e privada ÷ População - 4 a 5 anos (x100)
Taxa de Universalização Pré-Escola (%) meninos	Matrículas - Pré-Escola masculino - redes pública e privada ÷ População - 4 a 5 anos (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Taxa de crianças com necessidades especiais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1,17%	1,20%	1,23%	1,32%	1,33%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

Número de alunos matriculados no programa de Língua Portuguesa para estrangeiros

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	217	213	342

Fonte: SME/CIEDU – Sistema EOL.

\* O Programa teve início em 2017.

Taxa de Universalização na Educação Básica (%) – meninas

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	72,76%	51,31%	54,47%	53,06%	49,17%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

Taxa de Universalização Educação Básica (%) – meninos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	75,51%	53,48%	56,89%	55,40%	51,26%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%) – meninas

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	56,39%	59,71%	53,58%	59,39%	55,16%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Taxa de Universalização do Ensino Fundamental (%) – meninos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	58,52%	62,22%	55,96%	62,02%	57,52%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Taxa de Universalização da Educação Infantil (somente creche) (%) – meninas

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	21,91%	24,81%	26,22%	27,41%	30,96%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Taxa de Universalização da Educação Infantil (somente creche) (%) – meninos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	22,74%	25,85%	27,39%	28,63%	32,29%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Taxa de Universalização Pré-Escola (%) meninas

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	49,72%	49,32%	46,26%	44,31%	44,93%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Taxa de Universalização Pré-Escola (%) meninos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	51,59%	51,40%	48,33%	46,28%	46,85%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

## Desafios remanescentes

Dificuldade na obtenção de informações específicas sobre situações de vulnerabilidade (população itinerante, jovens em medidas socioeducativas, população de rua ou privação de liberdade).



## 4.6

Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

### Contextualização

Identifica-se a necessidade de investir na qualidade do ensino para garantir aprendizagens efetivas e eficazes para todos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de analfabetismo (%)	Analfabetos (mais de 15 anos) ÷ População com mais de 15 anos (x100)
Nota de língua portuguesa da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Iniciais	Desempenho dos alunos do ensino fundamental anos iniciais do município em língua portuguesa na Prova Brasil (SAEB)
Nota de língua portuguesa da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Finais	Desempenho dos alunos do ensino fundamental anos finais do município em língua portuguesa na Prova Brasil (SAEB)
Nota de língua matemática da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Iniciais	Desempenho dos alunos do ensino fundamental anos iniciais do município em matemática na Prova Brasil (SAEB)
Nota de língua matemática da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Finais	Desempenho dos alunos do ensino fundamental anos finais do município em matemática na Prova Brasil (SAEB)
Número de matrículas EJA	Quantidade de Alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos
Estudantes do terceiro ano do ensino médio com conhecimento básico em Matemática (%)	Quantidade de alunos do 3º Ano do Ensino Médio das redes públicas, com nível 4 a 6 da escala do SAEB em matemática ÷ Quantidade de alunos do 3º Ano do Ensino Médio das redes públicas (x100)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Taxa de analfabetismo (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1,9%	2,0%	1,7%	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / PNAD contínua.

Nota de língua portuguesa da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Iniciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	209,7	-	215,43	-	_*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / MEC / Inep.

\* Dados disponíveis bianualmente, os dados de 2019 não estavam disponíveis até o fechamento deste relatório.

Nota de língua portuguesa da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Finais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	246,84	-	236,39	-	_*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / MEC / Inep.

\* Dados disponíveis bianualmente, os dados de 2019 não estavam disponíveis até o fechamento deste relatório.

Nota de língua matemática da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Iniciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	219,33	-	224,07	-	_*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / MEC / Inep.

\* Dados disponíveis bianualmente, os dados de 2019 não estavam disponíveis até o fechamento deste relatório.

Nota de língua matemática da Prova Brasil (SAEB) - municipal Anos Finais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	248,54	-	237,39	-	_*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / MEC / Inep.

\* Dados disponíveis bianualmente, os dados de 2019 não estavam disponíveis até o fechamento deste relatório.

Número de matrículas EJA

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	134.474	124.434	131.569	121.089

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / PNAD contínua.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Estudantes do terceiro ano do ensino médio com conhecimento básico (nível 4 a 6 da escala do SAEB em Matemática)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	11,49%	-	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) / MEC / Inep.

\* Dados disponíveis bianualmente, os dados de 2019 não estavam disponíveis até o fechamento deste relatório.

### Desafios remanescentes

Permanecem como desafios na temática 4.6, zerar as taxas de analfabetismo e melhorar o desempenho dos alunos, principalmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.



### 4.7

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

#### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, ampliar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, da cidadania global e da cultura de paz no município, de forma democrática, a fim de proporcionar a formação de pessoas para a convivência socioambiental sustentável e pacífica por meio da Educação Ambiental e de uma cultura promotora de paz.

#### Contextualização

Temas prementes, como direitos humanos, meio ambiente, desigualdades sociais e regionais, intolerâncias culturais e religiosas, abusos de poder, populações excluídas, avanços tecnológicos e seus impactos, política, economia, educação financeira, consumo e sustentabilidade, entre outros, precisam ser debatidos e enfrentados, a fim de que façam a humanidade avançar. Essas temáticas atuais foram integradas a uma proposta inovadora e emancipatória de currículo, bem como ao cotidiano das escolas e das salas de aula. Foi com essa intenção que o Currículo da Cidade incorporou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo assim, todos os alunos da rede municipal são estimulados a adquirirem conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Decreto Municipal nº 58.625/2019, a Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz – UMAPAZ tem como atribuição ampliar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável no município. Enquanto órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, a UMAPAZ configura-se como um espaço de geração e compartilhamento de conhecimentos sobre as temáticas urbanas, estimulando a observação e a intervenção nos conflitos socioambientais por meio de uma abordagem transdisciplinar e não-fragmentada de temas ambientais e cultura de paz. Este centro de educação trabalha com a aprendizagem ao longo da vida, possibilitando que cidadãos desenvolvam análises críticas de situações vivenciadas em seus territórios.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Para além do público diretamente atendido, destaca-se que muitas das atividades e cursos ofertados enxergam estes usuários como agentes multiplicadores que levarão tais discursos, conhecimentos e práticas adquiridas para seus territórios e áreas de atuação, ampliando de forma significativa o alcance das ações de educação ambiental da UMAPAZ. Ainda assim, a UMAPAZ se preocupa em fortalecer as atividades fora de seus equipamentos diretos (Sede da UMAPAZ/Parque Ibirapuera e Planetário Municipal do Carmo - Professor Acácio Riberi/Parque do Carmo) e tem colaborado em projetos socioambientais de outras Secretarias.

A Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra (EMASP), vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SG), por sua vez, está focada na capacitação dos agentes públicos municipais, tem tradição no oferecimento de capacitações transversais voltadas a esse público, alinhadas às necessidades da Prefeitura de São Paulo. Por meio da andragogia (educação de adultos) e da educação não-formal, transmite o conhecimento aos servidores e demais colaboradores da administração pública de todas as carreiras e todos os níveis, inclusive nas temáticas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Atividades Descentralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ no MSP (%)	$\text{N}^\circ \text{ total de atividades descentralizadas realizadas, ao ano} \div \text{Total de atividades oferecidas, ao ano} (x100)$
Atividades Centralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ no MSP (%)	$\text{N}^\circ \text{ total de atividades centralizadas realizadas, ao ano} \div \text{Total N}^\circ \text{ total de atividades centralizadas realizadas, ao ano} (x100)$
Carga Horária das atividades descentralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)	$\text{Quantidade de horas-aula descentralizadas, ao ano} \div \text{Total de horas/aula oferecidas, ao ano} (x100)$
Carga Horária das atividades centralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)	$\text{Quantidade de horas-aula centralizadas, ao ano} \div \text{Total de horas-aula oferecidas, ao ano} (x100)$
Índice de vagas (vagas/10.000 hab)	$\text{N}^\circ \text{ de vagas oferecidas em atividades de Educação Ambiental} \div \text{População total do município} (x10.000)$
Índice de Adesão (%)	$\text{N}^\circ \text{ total de vagas preenchidas} \div \text{N}^\circ \text{ total de vagas oferecidas em atividades de Educação Ambiental} (x100)$
Índice de Certificados Emitidos (%)	$\text{N}^\circ \text{ de alunos que receberam certificados nas atividades da UMAPAZ} \div \text{Total de vagas oferecidas em atividades que oferecem certificados} (x100)$



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Agentes públicos municipais concluintes de cursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	Contagem do número de agentes públicos municipais da administração direta e indireta, concluintes em cursos que tratam das temáticas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável
Alunos da sociedade civil e de outras esferas de governo concluintes de cursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	Contagem do número de alunos da sociedade civil e outras esferas de governo concluintes em cursos que tratam das temáticas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável
Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos iniciais (%)	$\text{Número de alunos matriculados em tempo integral nos anos iniciais} \div \text{Total de Matriculados do Ensino Fundamental nos anos iniciais} (x100)$
Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos finais (%)	$\text{Número de alunos matriculados em tempo integral nos anos finais} \div \text{Total de Matriculados do Ensino Fundamental nos anos finais} (x100)$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Atividades Descentralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	4%	15%	23%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

#### Atividades Centralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	96%	85%	77%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

#### Carga Horária das atividades descentralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	17%	13%	24%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Carga Horária das atividades centralizadas de Educação Ambiental oferecidas pela UMAPAZ (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	83%	87%	76%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

### Índice de vagas (vagas/10.000 hab)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	34	19	21

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

### Índice de Adesão (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	61%	57%	68%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

### Índice de Certificados Emitidos (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	56%	50%	54%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* Os dados serão fornecidos a partir de 2017, pois não há registros organizados que possibilitem o cálculo do indicador nos anos anteriores.

### Agentes públicos municipais concluintes de cursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	95	318	201

Fonte: Escola Municipal de Administração Pública (EMASP)/ Secretaria Municipal de Gestão.

### Alunos da sociedade civil e de outras esferas de governo concluintes de cursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	18	10

Fonte: Escola Municipal de Administração Pública (EMASP)/ Secretaria Municipal de Gestão.



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos iniciais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4,41%	4,38%	5,97%	3,63%	4,51%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos finais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1,63%	1,65%	1,62%	0,63%	0,60%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

## Desafios remanescentes

No âmbito dos desafios para a educação, destaca-se a ampliação da oferta de Educação em Tempo Integral em todas as etapas de ensino, por meio de ações intersecretariais, estimulando a criação, explorando os equipamentos públicos e privados no entorno das escolas e promovendo parcerias para sua preservação.

Para assegurar uma educação inclusiva e equitativa e de qualidade, que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, a UMAPAZ precisa superar alguns entraves, a começar pela elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEIA), conforme Lei 15.967/2014 que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo. A elaboração do PROMEIA promoveria o fortalecimento de processos educativos, tanto na educação formal, de competência de SME, como na educação não formal, de competência da UMAPAZ em parceria com os demais setores da sociedade, assegurando acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz no município.

Superado este desafio, as barreiras para equilibrar a oferta de atividades socioambientais pelo território do município seriam minimizadas, pois facilitaria ao poder público engajar os demais setores da sociedade nas questões socioambientais, bem como celebrar contratos e convênios.

Especificamente em referências a descentralização de cursos e palestras, os principais entraves dizem respeito a escassez de recursos humanos - muitos funcionários estão próximos da aposentadoria, materiais - falta de equipamentos de audiovisual e espaços adequados para atividades de capacitação/formação - e financeiros - retomar o edital de credenciamento de palestrantes.

A falta de recursos, tanto financeiro quanto humano, também toca na questão da organização e sistematização dos dados da UMAPAZ. O melhor desempenho das atividades da UMAPAZ está diretamente ligado ao desenvolvimento organizacional de informações e fluxos de trabalho, bem como a elaboração de diagnósticos qualitativos dos trabalhos desenvolvidos e ao atendimento aos diversos relatórios e indicadores



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

solicitados pela SVMA. Ter os dados sistematizados também possibilita a Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz entender melhor e visualizar possíveis deficiências nas atividades realizadas a fim de aprimorar os trabalhos e alcançar as atribuições da UMAPAZ.

Ainda que seja extremamente relevante fortalecer os educadores da rede pública de ensino para que atuem como multiplicadores nas questões socioambientais, não se pode esquecer que a UMAPAZ é uma instituição que visa promover a participação de toda sociedade na melhoria da qualidade ambiental (Inciso III do Art. 38 do Decreto 58.625/2019).

Parte-se da compreensão de que o servidor público capacitado em temáticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir de diversas ações pedagógicas, tem sua visão ampliada perante a sociedade e perante o funcionalismo público, compreendendo processos importantes como a descentralização e a intersectorialidade para a cidade. Um servidor valorizado e com maior autonomia alcança melhores resultados, que vão ao encontro da cidade que queremos em 2030.

Com um quadro de mais de 115.000 servidores ativos, o desafio de capacitação é gigantesco, por isso para além da EMASP, é importante mobilizar as demais escolas de governo do município de São Paulo, através do Conselho das Escolas de Governo (CONSEGOV), para atingir um número ainda maior de pessoas: (a) a Academia de Formação em Segurança Urbana (AFSU), da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU; (b) o Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, da Procuradoria Geral do Município – PGM; (c) a Escola Municipal de Saúde – EMS (Centro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa em Saúde), da Secretaria Municipal da Saúde – SMS; (d) o Espaço Público do Aprender Social - ESPASO, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; (e) o Centro de Formação em Controle Interno – CFCI, da Controladoria Geral do Município – CGM, entre outras unidades e órgãos de treinamento.

Várias modalidades de ensino podem ser usadas para a sensibilização quanto à sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, seja de forma presencial ou à distância, aproveitando-se de parcerias celebradas pela prefeitura nessa temática, ou mesmo da plataforma EAD da EMASP que deve ser lançada em breve, a fim de ampliar o alcance do conhecimento.



## 4.a

Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

### Proposta de municipalização da temática

Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

### Contextualização

A infraestrutura das escolas é fundamental para garantir acesso e permanência a todos os estudantes e trabalhadores da educação. Todas as escolas no Município de São Paulo contam com fornecimento de água, energia elétrica e água filtrada para consumo. Investimentos em dependências e vias adequadas para alunos com deficiências ainda se mostram necessários, bem como ampliação de recursos tecnológicos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (%)	$\text{Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE (Atendimento Educacional Especializado)} \div \text{Número total de escolas públicas no município} (\times 100)$
Taxa de escolas com dependências adequadas às pessoas com deficiência (%)	$\text{Total de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida} \div \text{Total de escolas públicas no município} (\times 100)$
Taxa de acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental e médio (%)	$\text{Número de escolas públicas de ensino fundamental e médio com acesso à internet} \div \text{Número total de escolas públicas no município} (\times 100)$
Proporção das escolas com computador para fins pedagógicos (%)	$\text{Total de escolas que possuem computadores para uso dos alunos} \div \text{Total de escolas públicas no município} (\times 100)$



### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	52,85%	38,10%	41,04%	41,45%	42,11%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

#### Taxa de escolas com dependências adequadas às pessoas com deficiência (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	40,13%	41,19%	41,84%	41,85%	37,41%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

#### Taxa de acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental e médio (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	92%	94,78%	91,24%	97,36%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

#### Proporção das escolas com computador para fins pedagógicos (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	76,65%	77,99%	71,80%	74,42%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Desafios remanescentes

Ainda faltam informações sistematizadas que permitam o monitoramento da violência no ambiente escolar, apoiando ações que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos para todos.



### 4.b

Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

#### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

#### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo não tem responsabilidade sobre a oferta de bolsas de estudo para o ensino superior, não possuindo, atualmente, atuação na temática retratada pela meta 4.b.



## 4.c

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

### Contextualização

Na rede municipal de São Paulo, identifica-se que quase a totalidade dos professores possuem formação superior em nível de graduação e na respectiva área de atuação.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Professores da Rede Municipal com formação em nível superior (%)	$\frac{\text{Número de professores da rede municipal com formação em nível superior}}{\text{Número total de professores da rede municipal}} \times 100$
Professores com mestrado (%)	$\frac{\text{Número de professores da rede municipal com mestrado}}{\text{Número total de professores da rede municipal}} \times 100$
Professores com doutorado (%)	$\frac{\text{Número de professores da rede municipal com doutorado}}{\text{Número total de professores da rede municipal}} \times 100$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Professores com formação em nível superior

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo*	95,57%	97,25%	97,54%	98,32%	98,55%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

\* Dados regionalizados disponíveis em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>



## ODS 4 Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

### Professores com mestrado

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1,64%	1,76%	2,03%	2,31%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Professores com doutorado

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	0,11%	0,15%	0,18%	0,24%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME).

### Desafios remanescentes

Apesar de quase a totalidade dos professores possuírem formação em nível de graduação, deve-se fomentar a ampliação dessa formação para níveis de pós graduação (mestrado e doutorado).





## **ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO**

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



## 5.1

### Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

#### Proposta de municipalização da temática

Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade.

#### Contextualização

A meta seguiu a redação dada pelo IPEA à meta nacional “Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.”

Considerou-se a necessidade de reconhecimento da discriminação contra mulheres e meninas a partir do escopo mais amplo da discriminação de gênero, afetando não apenas mulheres e meninas cis-gênero como também pessoas trans, por exemplo. Bem como incorporou-se uma perspectiva transversal, que reconhece a intersecção de outros fenômenos que geram desigualdade sobre esses grupos, aumentando suas chances de sofrer violência, como idade, orientação sexual, raça, etnia e outros.

Nesse sentido, entendendo que este é um problema estrutural e que se sobrepõe a outras formas de discriminação que atingem as mulheres de formas desigual, a Prefeitura de São Paulo tem atuado no seu combate por meio de ações implementadas diretamente pela Coordenação de Políticas para as mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e sua rede de serviços, como campanhas de conscientização da população em geral, oficinas, ações e eventos de sensibilização sobre o tema junto a profissionais de diferentes áreas. Assim como tem procurado incentivar, junto a outros órgãos, serviços públicos, empresas e organizações do terceiro setor a incorporação de uma perspectiva não discriminatória de gênero em todos os espaços da sociedade, como o trabalho, as artes, o esporte, a família e a política.

É exemplo dessa iniciativa o Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade que reconhece iniciativas de promoção da diversidade em empresas, entidades do terceiro setor e órgãos públicos, em diversas categorias, entre elas Mulheres.



**Indicadores seleccionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Iniciativas de promoção da inclusão e combate à discriminação contra mulheres reconhecidas pela Prefeitura de São Paulo	Número absoluto de iniciativas de empresas, entidades do terceiro setor e órgãos públicos reconhecidas na Categoria “Mulheres” do Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Iniciativas de promoção da inclusão e combate à discriminação contra mulheres reconhecidas pela Prefeitura de São Paulo

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-*	-*	8	9

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

\* A Primeira edição ocorreu em 2018, por isso não há dados disponíveis para 2015 a 2017.

**Desafios remanescentes**

Melhorar a capacidade institucional de produção de informação qualificada e atualizada a respeito do tema, diferenciando de forma mais objetiva as ações de combate à discriminação das demais implementadas no enfrentamento ao preconceito de gênero. Apesar da prefeitura já ter linhas de ação para enfrentamento do problema, a insuficiência de informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que a desencadeiam (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc.) tem influência direta sobre a resposta ofertada pelo município e seus resultados. O fenômeno da discriminação baseada no gênero tem características muito diferenciadas a depender do público observado, nesse sentido é necessário melhorar a qualidade da informação produzida para assim, ser possível alcançar quem realmente precisa.



## 5.2

**Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.**

### Proposta de municipalização da temática

Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade.

### Contextualização

A meta seguiu a redação dada pelo IPEA à meta nacional “Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.”

Considerou-se a necessidade de reconhecimento da violência contra a mulher sobre o escopo mais amplo da violência de gênero, afetando não apenas mulheres e meninas cis-gênero como também pessoas trans, por exemplo. Bem como incorporou-se uma perspectiva transversal, que reconhece a intersecção de outros fenômenos que geram desigualdade sobre esses grupos, aumentando suas chances de sofrer violência, como idade, orientação sexual, raça, etnia e outros.

Atualmente, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e sua Coordenação de Políticas para Mulheres, realiza diversos tipos de ações para o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas no município. Existem hoje 13 equipamentos públicos destinados ao atendimento especializado de mulheres vítimas de violência geridos pela SMDHC, os quais já realizaram mais de 50 mil atendimentos desde 2017. Os equipamentos realizam diversos tipos de atendimentos, incluindo atendimentos especializados com acompanhamento jurídico e psicológico, visando dar suporte para a mulher vítima de violência além de também facilitar o acesso das mulheres e meninas aos serviços públicos.

Ainda, por meio destes equipamentos a SMDHC busca coletar dados sobre a situação de vulnerabilidade das mulheres no município, de maneira que se possa ter informações qualificadas para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Para o monitoramento disto, tanto internamente, quanto de forma transparente, a SMDHC



conta com um BI em que é possível ter informações em tempo real sobre os atendimentos dos equipamentos de mulheres.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Notificações de violência contra mulheres e meninas	Número total de notificações de violência contra mulheres e meninas
Meninas em acolhimento por motivo de abandono, negligência e/ou maus tratos	Número de crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos do sexo feminino em acolhimento por motivo de abandono, negligência e/ou maus tratos.
Número total de atendimentos pelos equipamentos de mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Número total dos atendimentos realizados pelos Centros de Cidadania da Mulher, Centros de Referência da Mulher e Ônibus Lilás
Número médio de mulheres acolhidas/atendidas nos CDCMs, CAs para mulheres vítimas de violência e mulheres atendidas em CAs para mulheres em situação de rua, da SMADS	Média anual de mulheres acolhidas nos CDCMs, CAs para mulheres vítimas de violência e mulheres atendidas em CAs para mulheres em situação de rua, da SMADS
Número de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira	Número total de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira (CMB)
Acolhimentos realizados pelos serviços de acolhimento sigiloso e provisório para mulheres em situação de violência	Número de acolhimentos realizados nos serviços de serviços de acolhimento sigiloso e provisório para mulheres em situação de violência
Denúncias de assédio sexual em ônibus públicos municipais	Número de denúncias de assédio sexual em ônibus públicos municipais
Denúncias sobre assédio sexual formalizadas na Prefeitura finalizadas com aplicação de penalidade (%)	(Denúncias sobre assédio sexual formalizadas na Prefeitura de São Paulo finalizadas com aplicação de penalidade/ Denúncias sobre assédio sexual formalizadas na Prefeitura de São Paulo finalizadas) * 100
Denúncias de assédio sexual formalizadas na Prefeitura	Número de denúncias de assédio sexual formalizadas na prefeitura de São Paulo
Mulheres atendidas pelo Programa Tem Saída	Número de mulheres (vítimas de violência) atendidas pelo Programa Tem Saída



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Notificações de violência contra mulheres e meninas

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	220.995	228.018	236.233	242.193	263.897

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) / Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP).

Meninas em acolhimento por motivo de abandono, negligência e/ou maus tratos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	66	81	108	104	109

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)/GSUAS/COVS/SMAGI/SISA)

Número total de atendimentos pelos equipamentos de mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	6.916	5.322	12.685	14.093	13.619

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Denúncias de assédio sexual em ônibus públicos municipais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	35	49	49

Fonte: SPTrans / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Denúncias sobre assédio sexual formalizadas na Prefeitura finalizadas com aplicação de penalidade (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	0,0%	33,0%	27,0%

Fonte: Comitê de Monitoramento e Avaliação da Política Institucional de Enfrentamento ao Assédio Sexual (COASSED) / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Denúncias de assédio sexual formalizadas na Prefeitura

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	9	23	33	55

Fonte: Comitê de Monitoramento e Avaliação da Política Institucional de Enfrentamento ao Assédio Sexual (COASSED) / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).



**Mulheres atendidas pelo Programa Tem Saída**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	409	492

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

\* O Programa teve início em 2018, por isso não há dados disponíveis para 2015 a 2017.

**Número médio de mulheres acolhidas / atendidas nos CDCMs, CAs para mulheres vítimas de violência e mulheres atendidas em CAs para mulheres em situação de rua, da SMADS**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2.417	2.133	2.522	3.112	2.792

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) / GSUAS / COVS / SMAGI / Demes.

**Número de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	1.193

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

\* O equipamento foi inaugurado em 2019, por isso não há dados sobre os anos de 2015 a 2018.

**Acolhimentos realizados pelos serviços de acolhimento sigiloso e provisório para mulheres em situação de violência**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	132	54	667	511	1.139

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

**Desafios remanescentes**

Melhorar a capacidade institucional de produção de informação qualificada e atualizada a respeito do tema. Apesar da prefeitura já ter linhas de ação para enfrentamento do problema, a insuficiência de informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que a desencadeiam (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc) tem influência direta sobre a resposta ofertada pelo município e seus resultados. O fenômeno da violência baseada no gênero tem características muito diferenciadas a depender do público observado, nesse sentido é necessário melhorar a qualidade da informação produzida para assim, ser possível chegar em quem realmente precisa.



## 5.3

Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Os fenômenos da mutilação genital feminina, casamentos e uniões precoces e ou forçados de crianças e jovens não é observado na realidade municipal. Nesse sentido, a prefeitura de São Paulo tem centrado esforços no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, de forma ampla, e esse tema pode ser monitorado por meio de indicadores definidos para o monitoramento da meta 5.2.



## 5.4

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme contexto municipal.

### Contextualização

Segundo a ONU mulheres, o trabalho não remunerado de cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças e idosos, é mais frequentemente realizado por mulheres, e representa uma parte importante do Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Segundo dados do DIEESE, no município de São Paulo as mulheres dedicam quase duas vezes mais tempo às atividades domésticas não remuneradas do que os homens.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Proporção de trabalho doméstico feminino não remunerado em relação ao trabalho doméstico masculino não remunerado (em vezes)	$\frac{\text{Número de horas semanais médias que mulheres informaram dedicar à realização de tarefas domésticas ou de cuidado de pessoas}}{\text{Número de horas semanais médias que homens informaram dedicar à realização de tarefas domésticas ou de cuidado de pessoas}}$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Proporção de trabalho doméstico feminino não remunerado em relação ao masculino (em vezes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1,95	1,96	2,06	1,88

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).



### Desafios remanescentes

Os primeiros dos desafios para lidar com a temática é a própria obtenção de dados sobre esse trabalho que, por ser doméstico e não remunerado, acaba invisível para o restante da sociedade. Graças à interlocução da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) foi possível o levantamento com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc).

Segundo a ONU mulheres, para promover a valorização do trabalho doméstico não remunerado é necessário adotar políticas que permitam reduzir e redistribuir esse trabalho, por exemplo, mediante o aumento de empregos remunerados na economia de cuidado e incentivar os homens a dividir o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico.

Quanto ao aumento dos empregos remunerados, é possível conhecer os principais desafios no capítulo 8, sobre trabalho decente e crescimento econômico. Quanto ao incentivo da divisão do trabalho doméstico não remunerado, ainda não há políticas específicas nesse sentido. Entretanto, a ONU mulheres reconhece que o investimento em demais políticas municipais de acesso aos serviços públicos de água, eletricidade, transporte e proteção social contribui para a redução da sobrecarga do trabalho doméstico sobre as mulheres.



## 5.5

**Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.**

### Proposta de municipalização da temática

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

### Contextualização

A municipalização da meta representa o compromisso multisetorial do município com a igualdade de gênero e o empoderamento feminino por meio de igualdade de oportunidades, sobretudo mediante a inclusão das mulheres no serviço público e no mercado de trabalho em geral.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Servidoras municipais ativas mulheres (%)	$\text{Servidoras mulheres ativas da administração direta do governo} \div \text{Servidores(as) municipais ativos(as) da administração direta do governo} (x100)$
Servidoras municipais ativas negras (%)	$\text{Quantidade de servidoras municipais ativas negras} \div \text{Quantidade de servidoras municipais ativas} (x100)$
Servidoras municipais ativas com deficiência (%)	$\text{Quantidade de servidoras municipais ativas com deficiência} \div \text{Quantidade de servidoras municipais ativas} (x100)$
Mulheres no comando das secretarias municipais (%)	$\text{Número de mulheres no comando das secretarias municipais} \div \text{Número total de secretários(as) municipais} (x100)$
Mulheres em cargos gerenciais no governo do município (%)	$\text{Número de mulheres em cargos gerenciais no governo do município} \div \text{Número de pessoas em cargos gerenciais no governo do município} (x100)$
Vereadoras na Câmara Municipal (%)	$\text{Número de vereadoras na Câmara Municipal} \div \text{Número total de vereadores(as)} (x100)$
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	$\text{Número de mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham e não procuram trabalho} \div \text{Número de}$



	mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade (x100)
Rendimento médio real por gênero na cidade de São Paulo	Metodologia do indicador do IBGE e reproduzido por SEADE

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Servidoras municipais ativas mulheres (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	72,75%	73,03%	73,26%	72,64%	72,68%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Servidoras municipais ativas negras (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	23,86%	24,96%	26,02%	26,87%	27,60%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Servidoras municipais ativas com deficiência (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,35%	0,34%	0,40%	0,41%	0,42%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Mulheres no comando das secretarias municipais (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	14,04%	17,24%	21,43%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Mulheres em cargos gerenciais no governo do município (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	61,83%	62,73%	62,42%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Vereadoras na Câmara Municipal (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	16,36%	16,36%	16,36%

Fonte: Secretaria Governo Municipal (SGM).



Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	12,6%	9,8%	9,6%	9,1%

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDET).

Rendimento médio real na cidade de São Paulo, e por gênero (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 3.936	R\$ 3.826	R\$ 3.851	R\$ 4.110	R\$ 3.996
Mulheres	R\$ 3.377	R\$ 3.304	R\$ 3.254	R\$ 3.474	R\$ 3.676
Homens	R\$ 4.403	R\$ 4.286	R\$ 4.401	R\$ 4.681	R\$ 4.294

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Fundação SEADE / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDET).

### Desafios remanescentes

Os principais desafios da Prefeitura Municipal de São Paulo estão relacionados à inclusão e à igualdade de oportunidades de atuação das mulheres negras e com deficiência na vida política, econômica e pública, tendo em vista que apesar da maior parte dos servidores municipais ativos serem mulheres, apenas cerca de 27% delas eram negras, em 2019, e, ainda, 0,4% com deficiência. Mulheres, apesar de maioria, também representavam, em 2019, apenas 21% do comando de Secretarias.



## 5.6

Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

### Proposta de municipalização da temática

Diante da pandemia de COVID-19, a proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Contextualização

Diante da pandemia de COVID-19, a contextualização da proposta de municipalização dessa temática será publicada posteriormente.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Diante da pandemia de COVID-19, os indicadores selecionados para monitoramento dessa temática serão publicados posteriormente.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Diante da pandemia de COVID-19, o diagnóstico dessa temática será publicado posteriormente.

### Desafios remanescentes

Diante da pandemia de COVID-19, os desafios remanescentes serão publicados posteriormente.



## 5.a

Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Promover igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

### Contextualização

Os indicadores relacionados a esta meta restringem-se a aspectos tratados pelas políticas públicas municipais. No caso do acesso à propriedade da moradia, lei municipal garante à mulher a prioridade da titulação. No caso da atividade econômica voltada à agropecuária no município de São Paulo, a mulher tem participação expressiva como responsável pela gestão de aproximadamente 30% das unidades de produção agropecuária. As políticas públicas municipais devem garantir suporte técnico e econômico a essas produtoras, no sentido de que tenham acesso à assistência técnica e ao crédito.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Mulheres responsáveis por unidades produtivas agropecuárias na zona sul de São Paulo (%)	Mulheres responsáveis por unidades produtivas agropecuárias ÷ Total de propriedades (x100)
Termos de Permissão de Uso emitidos em nome da mulher da família (%)	Somatória dos TPUs emitidos anualmente em nome da mulher ÷ Total de TPUs emitidos (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Mulheres responsáveis por unidades produtivas agropecuárias na ZS de SP (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
Zona Sul	-	-	-	-	30%

Fonte: Cebrap - Cadastro das Unidades de Produção Agropecuária da Zona Rural Sul do Município de São Paulo / Projeto Ligue os Pontos, PMSP, 2019.

\* Indicador sem periodicidade definida.



Termos de Permissão de Uso (TPUs) emitidos em nome da mulher da família (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	63,80%	74,60%	70,97%	69,00%	100%*

Fonte: Divisão de Trabalho Social de Regularização Fundiária (DSR) da Coordenadoria de Regularização Fundiária (CRF) - Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

\* Dado até junho de 2019, só totaliza 03 (três) TPUs emitidos.

### Desafios remanescentes

O grande desafio para o acompanhamento de indicadores relativos ao papel econômico das mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas é a própria obtenção de dados confiáveis e produzidos com regularidade. Quanto às que trabalham na agricultura, depende-se de dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sem periodicidade definida, ou de levantamentos eventuais, como o que aqui é utilizado como fonte do indicador “Mulheres responsáveis por unidades produtivas agropecuárias na zona sul de São Paulo” e que resulta do Projeto Ligue os Pontos, da Prefeitura Municipal de São Paulo. O levantamento citado, além disso, refere-se apenas aos estabelecimentos situados na zona sul do município de São Paulo. Em relação à base dados de provisão habitacional, se mostra importante a inclusão sistemática do registro de gênero em relação à propriedade das unidades habitacionais produzidas, incentivadas ou entregues pela Secretaria Municipal de Habitação e COHAB.



## 5.b

**Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.**

### Proposta de municipalização da temática

Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

### Contextualização

A Rede FAB LAB LIVRE SP é uma política pública pioneira no Brasil, mantida pela Prefeitura de São Paulo desde 2015. Atualmente, a rede possui 12 laboratórios de fabricação digital, com o objetivo de promover a inclusão digital, através da capacitação das pessoas nas tecnologias de fabricação digital, desenvolvimento de projetos geradores de impacto social e transformando a realidade dos territórios.

Em 2019, a FAB LAB LIVRE SP aderiu à rede Fab City, iniciativa global que conecta cidades dispostas a usar fabricação digital para o desenvolvimento urbano sustentável. A entrada na rede Fab City, permitiu uma maior articulação com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os FAB LABs vêm se consolidando na cidade de São Paulo como espaços criativos e colaborativos, nos quais ideias transformam-se em soluções através da prototipação de projetos. Para tanto, a rede disponibiliza ferramentas tecnológicas como impressoras 3D, cortadoras a laser, fresadoras, ferramentas de marcenaria, além de cursos e oficinas “mão na massa” oferecidas gratuitamente para a população.

A Rede FAB LAB LIVRE SP realiza o atendimento gratuito a todos/as usuários/as, por meio de cursos de curta e média duração e orientação no desenvolvimento de projetos. Esses dados são levantados mensalmente e organizados por recorte de gênero.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de pessoas do gênero feminino que se cadastraram no site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP (%)	$\frac{\text{Número de pessoas do gênero feminino cadastradas no site}}{\text{Total de pessoas cadastradas no site}} \times 100$



## ODS 5 Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Percentual de pessoas do gênero feminino que inscreveram projetos no site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP (%)

Número de pessoas do gênero feminino que inscreveram projetos no site ÷ Total de pessoas que inscreveram projetos no site (x100)

Participantes de mulheres no VAitec (%)

Número de mulheres participantes no VAitec ÷ Total de participantes (x100)

Percentual de mulheres trabalhando com Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura (%)

Mulheres trabalhando em áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura ÷ Total de servidores(as) municipais nas áreas Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Percentual de pessoas do gênero feminino que se cadastraram no site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	27%	37%	41%	41%	48%

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia/Coordenadoria de Inclusão Digital / Departamento de Fabricação Digital - Base de usuários extraída do site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP.

Percentual de pessoas do gênero feminino que inscreveram projetos no site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0%	30%	40%	46%	24%

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia/Coordenadoria de Inclusão Digital/Departamento de Fabricação Digital - Base de usuários extraída do site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP.

Percentual de participantes de mulheres no VAitec (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	38%	50%

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

\* Dados coletados a partir de 2018.

Percentual de mulheres trabalhando com Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	31,63%	33,17%	27,65%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP)/ Secretaria Municipal de Gestão (SG).

\* Dados coletados a partir de 2017.



### Desafios remanescentes

Os principais desafios da Prefeitura de São Paulo para aumentar o uso das tecnologias de base, sobretudo as TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação -, entre as mulheres são: (i) promover a o letramento e a inclusão digital; (ii) garantir espaços públicos seguros e acolhedores onde as mulheres possam se capacitar; (iii) combater a discriminação de gênero orientada pela economia do cuidado que por vezes impossibilita essas mulheres de se capacitarem; (iv) incentivar e promover a capacitação das mulheres no uso de tecnologias, desde a fase escolar.

No caso da Rede FAB LAB LIVRE SP, política pública voltada para a capacitação da população em tecnologias mais avançadas, 48% da base de usuários/as da rede era formada por mulheres em 2019. Embora a porcentagem de mulheres na rede seja significativa, ainda sim retrata a desigualdade de gênero estrutural, uma vez que, no Brasil, o número de mulheres é superior ao de homens e, mesmo assim, ainda não ocupam espaço proporcional nas áreas de tecnologia. E, no que diz respeito ao percentual de usuário/as que cadastram projetos, o percentual é considerado baixo (24%, em 2019). Isto pode indicar que, mesmo que exista uma maior igualdade de gênero no acesso às tecnologias, as mulheres ainda têm dificuldade para dar continuidade à sua capacitação e desenvolver projetos individuais.

No que tange o indicador de mulheres trabalhando com TICs na Prefeitura de São Paulo, observa-se que o percentual ainda é muito baixo e tem diminuído ao longo do tempo, tendo em vista que a maior parte dos servidores municipais ativos são mulheres.

Por fim, cabe considerar que a concepção binária de gênero (homem/mulher) se mostra insuficiente para entender o/a usuário/a das políticas públicas, cabendo incorporar definições não-binárias e a autodeclaração, visando produzir políticas cada vez mais inclusivas.



## 5.c

**Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.**

### Proposta de municipalização da temática

Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

### Contextualização

A proposta de municipalização da meta considerou como referência a meta nacional estipulada pelo IPEA, alterado somente o público-alvo prioritário da ação para “mulheres em situação de maior vulnerabilidade” e ampliado o escopo da igualdade de gênero considerando as intersecções de fenômenos existentes e que devem ser consideradas a fim de promover efetiva igualdade.

Alinhada a essa diretriz, a Prefeitura de São Paulo tem atuado considerando que é parte importante da construção da igualdade de gênero a institucionalização de políticas para as mulheres e a formatação de um olhar sensível sobre o tema nas mais diversas áreas da prefeitura. Nesse sentido, mantém, no âmbito da SMDHC, coordenação com estrutura específica para coordenação de políticas para as mulheres; criou o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; mantém instância participativa como o Conselho de Políticas para as Mulheres e pauta sua atuação buscando sempre promover a igualdade de gênero nos mais diversos espaços, em articulação com as demais pastas e ações que envolvem a sociedade como um todo. Nesse sentido, apesar de reconhecer que ainda há muito por fazer, considera que já foram dados importantes passos visando o fortalecimento e institucionalização da política e legislação visando a igualdade de gênero.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual do orçamento municipal destinado a ações de promoção da igualdade de gênero (%)	Valor total do orçamento liquidado em projetos e atividades de promoção da equidade de gênero (considera as funções orçamentárias 08 - Assistência Social e 14 - Direitos da Cidadania pelos Projetos/Atividades que contém no título os termos "mulher", "gênero", "CCM", "CRM", "CDCM" ou "Passagem", em referência ao



	serviço Casa de Passagem, destinado à mulheres em situação de violência) ÷ Orçamento total liquidado do município (x100)
Condição do órgão de controle social das políticas para as mulheres do município, no período	Condição (inexistente, ativo, inativo) do conselho municipal de políticas para as mulheres, no ano analisado
Condição do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres do município, no período	Condição (inexistente, ativo, inativo) do plano municipal de políticas para as mulheres, no ano analisado

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Percentual do orçamento municipal destinado a ações de promoção da igualdade de gênero (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,036%	0,041%	0,045%	0,051%	0,041%

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Condição do órgão de controle social das políticas para as mulheres do município, no período

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	Inexistente	Ativo	Ativo	Ativo	Inativo

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Condição do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres do município, no período

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	Inexistente	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

**Desafios remanescentes**

O Plano Municipal de Políticas para Mulheres 2017-2020 estabelece como principais desafios ao tema incorporar a perspectiva de gênero nas diversas áreas da administração pública e introduzir pautas políticas especificamente direcionadas às demandas das mulheres.

É possível dizer que tais desafios compreendem, entre outros aspectos, a ampliação dos recursos destinados à execução de projetos e atividades de promoção dos direitos das mulheres lhes garantindo a possibilidade plena de exercício da cidadania; fortalecimento da participação das mulheres em instâncias de controle social do município; bem como a melhora da qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município junto ao tema, produzindo



## ODS 5 Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

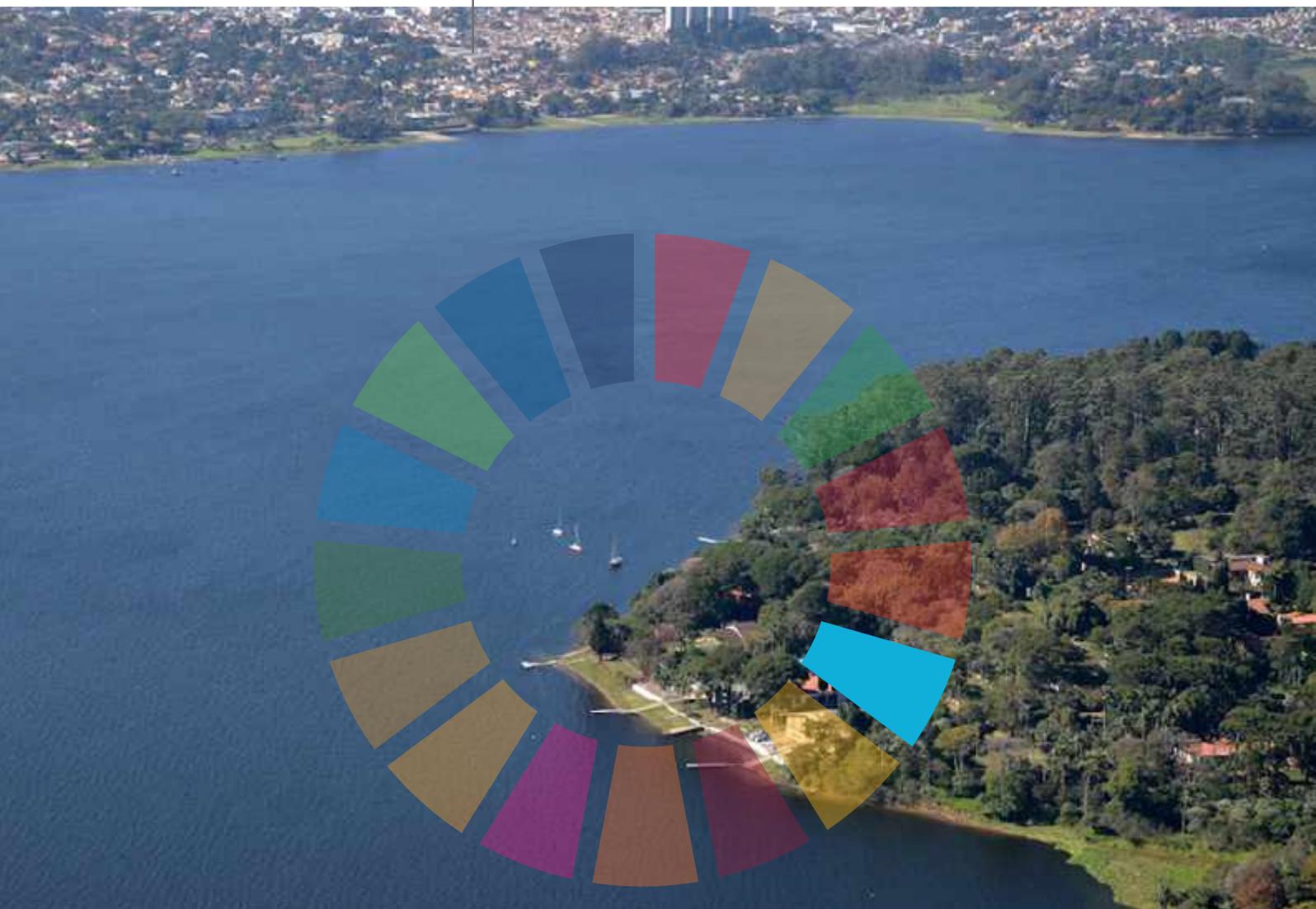
informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade de gênero e a violência dela decorrente (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc).





## ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos



## 6.1

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos em atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

### Contextualização

Além de ser um direito fundamental de cidadania o acesso à água potável tem implicações imediatas na melhoria das condições de vida da população e na saúde pública. Assim, é competência da Prefeitura de São Paulo o planejamento e monitoramento da prestação dos serviços de abastecimento de água, conforme disposto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Esse instrumento de planejamento estabelece as diretrizes que devem nortear a atuação do município em relação aos quatro componentes do saneamento básico, sendo eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Volume de água fornecido por cada manancial que abastece o município de São Paulo	Volume de abastecimento por manancial
Índice de cobertura dos domicílios com abastecimento de água – ICA (%)	$(\text{Economias cadastradas residenciais ativas de água} + \text{Domicílios com disponibilidade de atendimento pela rede pública de água}) \div \text{Total de domicílios atendíveis} \times 100$
Índice de atendimento dos domicílios com abastecimento de água – IAA (%)	$\text{Economias cadastradas residenciais ativas de água} \div \text{Total de domicílios atendíveis} \times 100$
Índice de Interrupções de Fornecimento – IIF (%)	$\text{Somatória da quantidade de economias ativas atingidas por paralisações} \times \text{Horas de duração das paralisações} \div \text{Quantidade de economias ativas de água} \times 24 \times \text{n}^\circ \text{ de dias do mês considerado} \times 100$
Índice de Reclamações dos Clientes - IRC	$\text{Média aritmética anual das reclamações por falta d'água} \div 1.000 \text{ ligações}$
Índice de Regularidade de Distribuição - IRD	(Indicador em construção)



### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Volume de água fornecido por cada manancial que abastece o município de São Paulo

Região	2015	2016	2017	2018	2019
Cantareira	_*	_*	_*	_*	33 m³/s
Guarapiranga	_*	_*	_*	_*	15 m³/s

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* A construção da série histórica depende de dados não disponíveis no momento de redação do relatório.

Índice de cobertura dos domicílios com abastecimento de água – ICA (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	99,9%	96,9%	97,2%	97,5%	_*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Índice de atendimento dos domicílios com abastecimento de água – IAA (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	97,2%	94,2%	94,5%	95%	_*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Índice de Interrupções de Fornecimento – IIF (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,12%	0,11%	0,11%	0,10%	_*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Índice de Reclamações dos Clientes

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4,12*	0,22	0,09	0,10	_**

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo / Prefeitura Municipal de São Paulo.

\* Para 2015 a Sabesp não utilizou a média aritmética anual.

\*\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.



Índice de Regularidade de Distribuição - IRD\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo / Prefeitura Municipal de São Paulo.

\* Indicador em construção, os valores ainda não foram recebidos da Sabesp.

**Desafios remanescentes**

No município de São Paulo, a distribuição de responsabilidades e funções pelos serviços de saneamento envolve diversas instituições que se complementam em redes complexas de interação. Em relação ao abastecimento de água, conta-se especialmente com a participação ativa do Governo do Estado. Um dos principais desafios remanescentes relacionados a essa temática é o desenvolvimento de capacidade municipal para monitorar as questões referentes à atuação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), empresa que detém a concessão do serviço. Outro complicador resulta do fato de a base de informações para monitoramento da temática ser externa ao município (Ministério do Desenvolvimento Regional, Agência Nacional de Águas, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e o acesso a ela depende diretamente de contatos institucionais. Outro desafio é calcular a proporção relativa à participação de cada manancial no fornecimento de água à população. A Prefeitura de São Paulo constituiu Comissão Municipal de Segurança Hídrica, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019, justamente para acompanhar os trabalhos da Sabesp no setor e propor formas de integração das ações da Companhia com as ações da Prefeitura. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis.



## 6.2

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade, em atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

### Contextualização

A implantação de sistemas adequados de sanitários domésticos e de coleta dos dejetos é de fundamental importância para a melhoria da saúde pública. Assim, é competência da Prefeitura de São Paulo o planejamento e monitoramento da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, conforme disposto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Esse instrumento de planejamento estabelece as diretrizes que devem nortear a atuação do município em relação aos quatro componentes do saneamento básico, sendo eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Índice de cobertura do serviço de esgotamento sanitário – ICE (%)	$(\text{Economias cadastradas residenciais ativas de esgoto} + \text{Domicílios com disponibilidade de atendimento pela rede esgoto}) \div \text{Domicílios totais} (x100)$
Índice de atendimento dos domicílios com esgotamento sanitário – IAE (%)	$\text{Economias cadastradas residenciais ativas de esgoto} + \text{Total de domicílios atendíveis} (x100)$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Índice de cobertura do serviço de esgotamento sanitário – ICE (%)

Região	2015	2016*	2017	2018	2019
São Paulo	94,9%	92,0%*	92,6%	92,6%	-**

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* A área coberta pelo serviço foi ampliada em 2016, resultando na queda percentual da cobertura.

\*\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Índice de atendimento dos domicílios com esgotamento sanitário – IAE (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	87,9%	85,3%	85,6%	86,1%	-*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

**Desafios remanescentes**

No município de São Paulo, a distribuição de responsabilidades e funções pelos serviços de saneamento envolve diversas instituições que se complementam em redes complexas de interação. Em relação ao esgotamento sanitário, conta-se especialmente com a participação ativa do Governo do Estado. Um dos principais desafios remanescentes relacionados a essa temática é o desenvolvimento de capacidade municipal para monitorar as questões referentes à atuação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), empresa que detém a concessão do serviço. Outro complicador resulta do fato de a base de informações para monitoramento da temática ser externa ao município (Ministério do Desenvolvimento Regional, Agência Nacional de Águas, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e o acesso a ela depende diretamente de contatos institucionais. A Prefeitura de São Paulo constituiu Comissão Municipal de Segurança Hídrica, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019, justamente para acompanhar os trabalhos da Sabesp no setor e propor formas de integração das ações da Companhia com as ações da Prefeitura. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis.



### 6.3

Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

#### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzir o lançamento de efluentes não tratados e aumentar substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente, em atendimento aos parâmetros estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico e no Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

#### Contextualização

A melhoria da qualidade da água dos corpos hídricos traz benefícios ecológicos, sanitários e sociais diretos, tendo em vista que várias comunidades crescem às margens de córregos e rios. A reciclagem e o reuso seguro contribuem para o equilíbrio da capacidade de utilização das principais represas da cidade. Tanto o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que dispõe sobre os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos, quanto o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), que dispõe sobre a ampla e complexa rede de coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos sólidos, estabelecem diretrizes para a redução da poluição encaminhada aos corpos hídricos e melhoria das condições de uso dos mananciais da cidade.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados por volume – ITEC (%)	$\text{Volume de Esgoto Tratado} \div \text{Volume de Esgoto Coletado} (x100)$
Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados por ligações domiciliares – ITEC (%)	$\text{Número de ligações domiciliares (economias) coletadas conduzidas para o tratamento} \div \text{Número de ligações domiciliares (economias) coletadas} (x100)$
Índice de Qualidade da Água Distribuída - ICAD (%)	$\text{Resultados Conformes} \div \text{Amostras Realizadas} (x100)$
Índice de Extravasamentos de Esgotos - IEE	Este indicador corporativo associa as ocorrências de Obstruções de Rede Coletora, Obstruções de Ramal Domiciliar e



	Vazamentos na Rede Coletora ao número de ligações de esgotos do Município (número de ocorrências por mil ligações por mês)
Extensão de córregos limpos (m)	Extensão em metros lineares dos córregos limpos por máquinas e/ou de forma manual através das equipes, realizando o desassoreamento e/ou a retirada de detritos destes córregos
Área de margens de córregos limpos (m <sup>2</sup> )	Metros quadrados das áreas limpas pelas equipes de Limpeza de Córregos
Quantidade de resíduos de esgoto (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos no esgoto do município
Quantidade de resíduos de córregos (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos nos córregos do município
Quantidade de resíduos de bocas de lobo (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos nas bocas de lobo do município

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados por volume – ITEC (%)**

Região	2015	2016*	2017*	2018*	2019
São Paulo	75%	75%	75%	87,5%	-**

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* ITEC Adotado: 75% conforme Cláusula Contratual do Anexo de Metas.

\*\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

**Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados por ligações domiciliares – ITEC (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* Indicador em construção, os valores ainda não foram recebidos da Sabesp.

**Índice de Qualidade da Água Distribuída - ICAD (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	99,4%	99,3%	99,6%	99,6%	-*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.



Índice de Extravasamentos de Esgotos - IEE

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	27,0	18,6	18,5	15,1	_*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Densidade de Obstruções na Rede de Coleta de Esgotos (desobstruções/100km.ano).

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

Extensão de córregos limpos (m)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	1.488.723,32

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ) - Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

\* O Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ) foi criado em 2019.

Área de margens de córregos limpos (m²)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	6.413.053,65

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ) - Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

\* O Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ) foi criado em 2019.

Quantidade de resíduos de esgoto (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	163.753	157.359	211.923	211.892	200.986

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos de córregos (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	139.997	138.409	108.495	88.716	218.354

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos de bocas de lobo (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10.056	12.469	12.431	8.929	17.807

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ) - Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).



### Desafios remanescentes

Em relação à melhoria da qualidade das águas e das condições de uso dos mananciais da cidade, carece-se do desenvolvimento de capacidade municipal para monitorar os indicadores de autoria do Governo do Estado de São Paulo. A Prefeitura de São Paulo constituiu Comissão Municipal de Segurança Hídrica, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019, justamente para acompanhar os trabalhos da Sabesp no setor e propor formas de integração das ações da Companhia com as ações da Prefeitura. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis. Em relação à redução da poluição encaminhada aos corpos hídricos, se faz necessário ainda aprimorar os processos de fiscalização, notificação, punição e educação dos mais diversos atores poluentes.



## 6.4

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

### Contextualização

O manejo sustentável e eficiente dos mananciais que abastecem a cidade é decisivo para a garantia da disponibilidade e segurança hídrica a todos os municípios. Assim, é competência da Prefeitura de São Paulo o planejamento e monitoramento da prestação dos serviços de abastecimento de água, conforme disposto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Esse instrumento de planejamento estabelece as diretrizes que devem nortear a atuação do município em relação aos quatro componentes do saneamento básico, sendo eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Índice de Perdas na Distribuição - IPD	$IPD_T = \frac{[VD - (VCM + VU)]}{NR \text{ media}} \times \frac{1000}{365}$ <p>onde:</p> <p>IPDT – Índice de Perdas Totais na Distribuição (L / ramal x dia)</p> <p>VD – Volume Disponibilizado à Distribuição (m³/ano)</p> <p>VCM – Volume de Consumo Medido ou Estimado (m³/ano)</p> <p>VU – Volume relativo aos Usos Operacionais, Emergenciais e Sociais (m³/ano)</p> <p>NR – Quantidade de Ramais - média aritmética de 12 meses (unidades)</p> <p>Índice de Regularidade da Adução – IRA (Indicador em construção)</p>
Índice de Regularidade da Adução – IRA	(Indicador em construção)



### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Índice de Perdas na Distribuição - IPD

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	260	353	342	342	-*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

#### Índice de Regularidade da Adução – IRA\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo / Prefeitura Municipal de São Paulo.

\* Indicador em construção, os valores ainda não foram recebidos da Sabesp.

### Desafios remanescentes

Em relação à melhoria da eficiência do uso das águas, carece-se do desenvolvimento de capacidade municipal para monitorar os indicadores de autoria do Governo do Estado de São Paulo. A Prefeitura de São Paulo constituiu Comissão Municipal de Segurança Hídrica, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019, justamente para acompanhar os trabalhos da Sabesp no setor e propor formas de integração das ações da Companhia com as ações da Prefeitura. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis.



## 6.5

Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, buscar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.

### Contextualização

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), para gestão eficiente do saneamento é necessária a gestão integrada dos quatro componentes que o compõem: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos. Assim, destaca-se a importância da Prefeitura de São Paulo atuar na integração, atualização, e ampliação da abrangência geográfica dos instrumentos setoriais que dispõem sobre recursos hídricos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

O desafio para a gestão integrada dos recursos hídricos em São Paulo reside principalmente na integração entre a ação dos diversos órgãos responsáveis pela atuação nos itens desse setor: o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) atua na gestão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo; a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) atua no abastecimento e no saneamento; e a Prefeitura atua na gestão de resíduos sólidos por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), e na drenagem por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) e da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB). A Prefeitura de São Paulo constituiu Comissão Municipal de Segurança Hídrica, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019, justamente para acompanhar os trabalhos da Sabesp no setor e propor formas de integração das ações da Companhia com as ações da Prefeitura. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento, e a



## ODS 6 Água Potável e Saneamento

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

criação de mecanismos de compartilhamento de informação e articulação mais dinâmicos entre as diferentes partes responsáveis.



### 6.6

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

#### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, proteger, conservar e recuperar áreas remanescentes de mata atlântica, por meio da implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA São Paulo), do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Serviços Ambientais (PMSA), e da elaboração e implementação do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) e do Plano Local de Ação Climática (PlanClima-SP), destacando-se, a implementação das ações previstas por estes planos no território de abrangência das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) das Bacias Hidrográficas Billings e Guarapiranga e da Bacia Hidrográfica Capivari-Monos.

#### Contextualização

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), uma das importantes frentes de ação para manutenção dos sistemas de abastecimento do município de São Paulo é a adoção de medidas para revitalização de áreas vegetadas. Além disso, o PMMA-São Paulo definiu entre suas ações prioritárias a implementação dos corredores de mata atlântica nas regiões sul, norte e leste do município de São Paulo, sendo que a implementação do corredor sul, que se localiza nas áreas de proteção dos mananciais, tem relevante função de contribuir na produção da água de abastecimento com qualidade. O PMSA dispõe de instrumentos para potencializar a provisão de serviços ecossistêmicos, entre os quais o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Em que pese que os indicadores previstos pela Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas instituída pela Lei Municipal 17.104/2019 ainda não tenham sido definidos pela instância competente, é viável considerar a implementação do corredor da mata atlântica sul e a implementação do PSA como indicadores de conservação e recuperação de cobertura vegetal que contribuem para proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água.

Atualmente, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) promove a conscientização da importância do ciclo hidrológico da água, e da preservação dos rios e nascentes, em atividades desenvolvidas pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), em Unidades de Conservação e em parques municipais. Informações mais específicas relacionadas à gestão ambiental no município foram descritas no capítulo referente ao ODS 15 - Vida Terrestre.



### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Uma das consequências do processo de urbanização é a redução da taxa de infiltração da água de chuva pela impermeabilização crescente do solo. Essa redução das áreas permeáveis tem impacto direto nas cheias, ocasionando o aumento da sua frequência e da sua intensidade, causando danos cada vez maiores. Ao mesmo tempo, coloca-se em risco a capacidade de recarga dos mananciais de água doce.

Além das ações protetivas das áreas permeáveis e verdes da cidade, é necessária a definição de instância que conduza e organize o planejamento e gestão integrada dos diferentes componentes do saneamento segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Dessa forma, permanece desafio remanescente a definição de indicadores para monitoramento da proteção e restauração de ecossistemas relacionados com a água.



## 6.a

Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, buscar ampliar a cooperação internacional, regional e local e o apoio ao desenvolvimento de capacidades em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

### Contextualização

O abastecimento e o esgotamento sanitário não são questões que podem ser totalmente resolvidas no âmbito local, em especial em uma metrópole como São Paulo. Tanto em relação à extensão da rede distribuidora e ao fornecimento de água para toda a população, quanto no acesso aos mananciais, as ações dependem de articulações entre poder local, instâncias metropolitanas e acordos intermunicipais e mesmo envolvem a participação do poder estadual. A busca de cooperação internacional coloca-se como meta desejável, dada a importância das questões ligadas ao acesso ao saneamento.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Índice de Investimentos em Saneamento - IIS (%)	$\text{Investimento realizado em saneamento para o município} \div (\text{Receita Bruta} - \text{COFINS/PASEP}) \times 100$

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Índice de Investimentos em Saneamento – IIS (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	34,0%	-*	-*	16,8%	-*

Fonte: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo / Prefeitura Municipal de São Paulo.

\* Não há dados disponíveis para os demais anos.



### Desafios remanescentes

Na cidade de São Paulo as questões relativas ao saneamento e ao abastecimento de água potável dependem da articulação entre as instâncias municipais, metropolitana (que é ainda muito incipiente) e estadual, devido à concessão dos serviços. A cooperação internacional é desejável, mas depende deste arranjo entre as instâncias locais para poder se efetivar.



## 6.b

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

### Proposta de municipalização da temática

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

### Contextualização

A gestão participativa dos recursos hídricos é prática que contribui para a expansão dos serviços de água e esgoto, para a redução do desperdício de água tratada, e para a redução da poluição dos corpos hídricos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

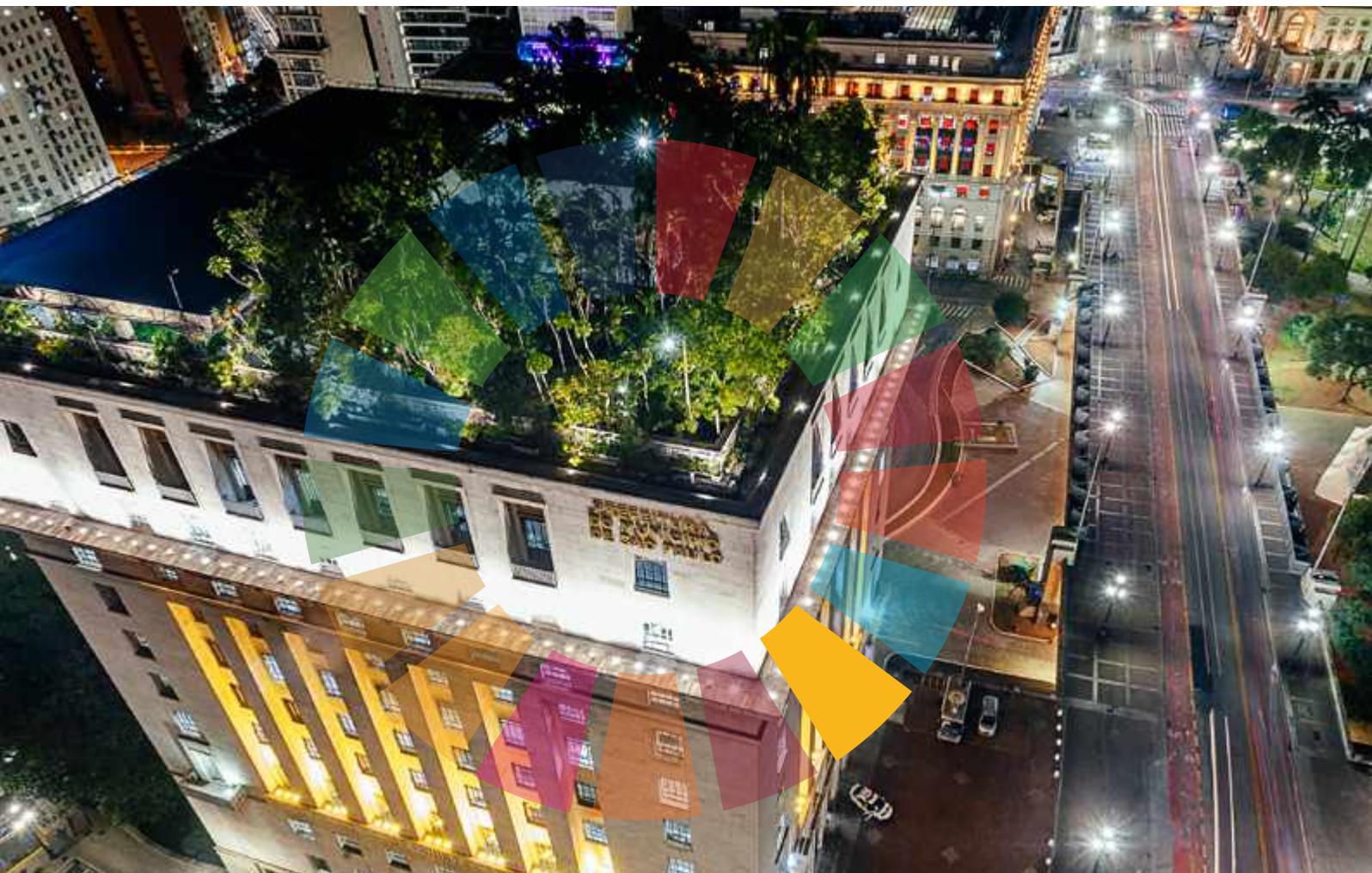
Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), para que o instrumento sirva como ferramenta ativa de planejamento e gestão, é essencial que ele seja revisado periodicamente. Além de atualizar as projeções, os objetivos e as condições acerca do saneamento no Município, a revisão é uma oportunidade de melhoria, tornando o planejamento e a gestão cada vez mais eficientes e assertivos. Neste sentido, destaca-se ainda a oportunidade nesses momentos da população e de entidades representativas terem voz para participar das tomadas de decisões e das políticas públicas, seja por meio de debates, audiências públicas, consultas públicas, conferências ou participação de órgãos colegiados de caráter consultivo. A quantidade de audiências e consultas públicas que deverão ser realizadas deve ser definida no Plano de Mobilização Social, que é realizado previamente à formulação do PMSB. Além disso, passo importante para a garantia do controle social é a divulgação constante de informações, a espelho do processo em andamento de construção da plataforma da Comissão de Segurança Hídrica. Recomenda-se assim a divulgação do PMSB e todo o seu conteúdo de estudo de forma a possibilitar o envolvimento da sociedade e atender à Lei de Acesso à informação. Por fim, o controle social deve ser um trabalho contínuo após a aprovação do plano, conforme consta no art. 34 do Decreto Federal nº 7.217, de 2010.





## **ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL**

Assegurar o acesso confiável,  
sustentável, moderno e a  
preço acessível à energia  
para todas e todos



# 7.1

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

## Proposta de municipalização da temática

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

## Contextualização

Em relação a essa temática, cabe à Prefeitura de São Paulo a gestão e expansão da rede de iluminação pública, que está presente em todo o município, permitindo que toda a população tenha acesso a um sistema de iluminação pública moderno, com respostas mais rápidas às interrupções. Com a implantação da tecnologia LED, serão reduzidos os gastos com o consumo de energia, permitindo a aceleração da implantação de novos pontos de iluminação pública no município. As lâmpadas LED possuem vida útil de 12 anos e consomem apenas 50% da energia elétrica que uma lâmpada de sódio consumiria.

Destaca-se que a governança sobre o acesso e consumo de energia elétrica por particulares, tais como residências, comércios, empresas, entre outros, é de responsabilidade compartilhada entre os demais níveis de governo: estadual e nacional.

## Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de pontos novos de iluminação pública com LED	Quantidade de novas luminárias instaladas

## Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de pontos novos de iluminação pública com LED

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	82.000	2.642

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) - Departamento de Iluminação Pública (ILUME).

\* Esse indicador passou a ser monitorado a partir de 2018.

## Desafios remanescentes

Em decorrência da implantação de Parceria Público Privada (PPP) para concessão de 20 anos da ampliação, manutenção e modernização da rede de energia pública, a



## ODS 7 Energia Limpa e Acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

instalação de novas luminárias utilizando a tecnologia LED será efetuada por uma Concessionária, e assim, constitui desafio remanescente à Prefeitura de São Paulo o monitoramento da prestação dos serviços.



## 7.2

Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

### Proposta de municipalização da temática

Contribuir para o aumento substancial da participação de energias renováveis na matriz elétrica do município, inclusive por meio do fomento ao uso da energia fotovoltaica nos empreendimentos públicos e privados.

### Contextualização

Tendo em vista que o conceito de matriz energética extrapola as competências da Prefeitura de São Paulo, pois representa o conjunto de todas as fontes disponíveis, para atender à demanda por energia, por exemplo: madeira, álcool, carvão mineral, gás natural, urânio, petróleo e seus derivados, foi feito o recorte para o conceito de matriz elétrica: conjunto de fontes disponíveis apenas para a geração de energia elétrica, por exemplo: geração hidráulica, eólica, solar, térmica. Assim, considerando a governança interfederativa para geração de energia elétrica, foi entendido que à Prefeitura de São Paulo caberia atuar no fomento à geração de energia fotovoltaica. Afinal, a energia fotovoltaica pode ser produzida de forma descentralizada, por geradores públicos e privados, e se mostra ambientalmente e economicamente viável. A sua utilização contribuirá para a ampliação da participação da energia renovável na matriz energética do município de São Paulo.

Ainda, se em relação à geração de energia a Prefeitura de São Paulo tem atuação limitada, ela pode fomentar a redução do consumo de energia proveniente de fontes não renováveis, como incentivando o uso de transporte movido a biocombustíveis ou a energia elétrica. Atualmente, a frota de ônibus do Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo possui 217 veículos movidos à energia elétrica, sendo 201 da rede trólebus e 16 equipados com baterias recarregáveis com energia solar. Dentro dos contratos de concessão do serviço, há metas progressivas e anuais para redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa (como CO<sub>2</sub>, material particulado e óxidos de nitrogênio). Tais metas devem ser cumpridas pelas empresas operadoras do sistema por meio da migração da matriz energética da frota para soluções menos poluentes, como veículos movidos a biocombustíveis ou elétricos. Mais informações sobre o indicador de número de veículos movidos a "energia limpa" (elétricos, biocombustíveis, etc) podem ser encontradas na redação da meta 11.2.



**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Potência total instalada no município de São Paulo em energia fotovoltaica (kW)	Potência total instalada no município de São Paulo em energia fotovoltaica
Participação do Poder Público na potência total instalada no município em energia fotovoltaica (%)	Potência instalada no Poder Público* em energia fotovoltaica (kW) ÷ Potência total instalada no município de São Paulo em energia fotovoltaica (kW) (x100)

\* Poder Público é aqui entendido pelo conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado, constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Potência total instalada no município de São Paulo em energia fotovoltaica (kW)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	150,2	643,1	1.420,9	1.424,9	2.776,7

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) / Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB).

Participação do Poder Público na potência total instalada no município em energia fotovoltaica (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0%	0%	0,2%	0,2%	0,1%

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) / Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB).

**Desafios remanescentes**

A Prefeitura de São Paulo está atuando nesta temática por meio de iniciativas ainda em andamento de: lançamento pela SP Parcerias de um Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (chamamento público de uma Parceria Público-Privada) para desenvolvimento de estudo de viabilidade da instalação de energia fotovoltaica nas unidades básica de Saúde (60 unidade básica de saúde); e monitoramento da tramitação do Projeto de Lei nº 01-00107/2019 na Câmara Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Energia Solar da cidade de São Paulo e dá outras providências. Porém, ambas iniciativas ainda se encontram em fase inicial de estudos.

Por fim, se faz necessário o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão das informações e de monitoramento dos indicadores relacionados.



## 7.3

Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética nos prédios públicos e na iluminação pública.

### Contextualização

O conceito de eficiência energética consiste na utilização racional de energia, ou seja, na utilização da energia de modo a se obter um determinado resultado com o menor consumo. A Prefeitura de São Paulo pode contribuir para a melhoria da eficiência energética por meio da redução do consumo de energia nos prédios públicos e na iluminação pública, e da melhoria da sua capacidade de gestão e monitoramento do tema.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Substituição dos pontos de iluminação pública por tecnologia LED	Quantidade total de luminárias substituídas por tecnologia LED
Consumo de energia nos prédios próprios	Somatória do consumo de energia de todos os prédios da Prefeitura

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Substituição dos pontos de iluminação pública para a tecnologia LED

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	2.506	10.271

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) - Departamento de Iluminação Pública (ILUME).

\* Esse indicador passou a ser monitorado a partir de 2018.

#### Consumo de energia nos prédios próprios\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) - Departamento de Iluminação Pública (ILUME).

\* Esse indicador passará a ser monitorado a partir de 2020.



### Desafios remanescentes

Desde 2018, o Departamento de Iluminação Pública (ILUME) passou a fazer a gestão de energia dos prédios próprios da Prefeitura Municipal de São Paulo, indicando investimentos para adequação das instalações (troca de lâmpadas, troca de ar condicionado, entre outros) - com a previsão de economizar R\$ 4,5 milhões ao ano. A conclusão das adequações propostas dependerá da disponibilidade orçamentária das Secretarias responsáveis pela gestão de cada um dos prédios.

Em relação à substituição de luminárias por tecnologia LED, esta será efetuada por uma Concessionária, em decorrência da implantação de Parceria Público Privada (PPP) para concessão de 20 anos da ampliação, manutenção e modernização da rede de energia pública (em 5 anos, prevê-se uma redução de potência de 52%). Assim, constitui desafio remanescente à Prefeitura de São Paulo o monitoramento da prestação dos serviços.

Por fim, se faz necessário o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão das informações e de monitoramento dos indicadores relacionados.



## 7.a

Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, buscar ampliar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo pode fomentar a o crescimento da participação da energia renovável na administração pública. Ainda, pode reduzir o consumo de energia proveniente de fontes não renováveis, incentivando o uso de transporte movido a biocombustíveis que apresentarem redução significativa da emissão de gases poluentes.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Parcerias internacionais relacionadas à temática de eficiência energética	Parcerias internacionais relacionadas à temática de eficiência energética

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Parcerias internacionais relacionadas à temática de eficiência energética\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

### Desafios remanescentes

Constituem desafios remanescentes para o acesso à pesquisa e a tecnologias de energia limpa e renovável, o fortalecimento de parcerias internacionais e nacionais, por meio inclusive de institutos estaduais de pesquisa, para ampliação da potência instalada no município em energia fotovoltaica, para melhoria da eficiência energética nos prédios



## ODS 7 Energia Limpa e Acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

próprios municipais, e para promoção do uso de tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas nos meios de transportes. A Prefeitura de São Paulo não dispõe por hora de informações sistematizadas para monitoramento das trocas de conhecimentos nesta temática.



## 7.b

Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis.

### Contextualização

Em relação a essa temática, cabe à Prefeitura de São Paulo a gestão e expansão da rede de iluminação pública, que está presente em todo o município, permitindo que toda a população tenha acesso a um sistema de iluminação pública moderno, com respostas mais rápidas às interrupções. Com a economia nos gastos com energia, advinda da implantação da tecnologia LED, e com a maior rapidez e diminuição dos custos de manutenção, será possível acelerar a implantação de novos pontos de iluminação pública no município.

Destaca-se que a governança sobre a infraestrutura de energia elétrica acessada por particulares, tais como residências, comércios, empresas, entre outros, é de responsabilidade compartilhada entre os demais níveis de governo: estadual e nacional.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de pontos de iluminação pública com telegestão	Quantidade de luminárias com sistema de telegestão instaladas

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de pontos de iluminação pública com telegestão\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) - Departamento de Iluminação Pública (ILUME).

\* Esse indicador passará a ser monitorado a partir de 2020.



### Desafios remanescentes

A instalação de telegestão nas luminárias do parque de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo será efetuada por uma Concessionária, em decorrência da implantação de Parceria Público Privada (PPP) para concessão de 20 anos da ampliação, manutenção e modernização da rede de energia pública. Assim, constitui desafio remanescente à Prefeitura de São Paulo o monitoramento da prestação dos serviços.





## **ODS 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos



## 8.1

Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Sustentar o crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) per capita anual superior à média nacional entre 2020 e 2030.

### Contextualização

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mensal da cidade de São Paulo é historicamente superior à média nacional, estando entre os três maiores do país, o que dimensiona o tamanho e a magnitude da Cidade e, em especial, o poder de atração e de importância em relação ao contexto nacional. Apesar de diversos tipos de planejamento de governo como o SP 2040 e o próprio Plano Diretor Estratégico (PDE), a cidade de São Paulo nunca teve um planejamento focado especificamente no desenvolvimento econômico. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) vem realizando um levantamento sistemático de dados e fomentando a participação social, para concretizar essa política pública por meio do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE). O objetivo do PMDE é fomentar o crescimento dos setores econômicos, propiciando a criação de trabalho, emprego e a geração de renda, em busca de um crescimento econômico sustentável e em harmonia com as circunstâncias nacionais.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
PIB do município (bilhões de R\$)	Produto Interno Bruto (PIB) do município
PIB municipal per capita (R\$)	Produto Interno Bruto (PIB) do município ÷ População total do município
PIB municipal per capita a preços correntes (mil R\$/habitante)	Produto Interno Bruto (PIB) do município ÷ População total do município, corrigido a preços atualizados



### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

PIB do Município (bilhões de R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	653,6	687,0	698,4	734,9	_*

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) / Fundação SEADE.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

PIB Municipal per capita (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	51.341,0	54.490,8	58.939,1	59.663,0	_*

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) / Fundação SEADE.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

PIB municipal per capita a preços correntes (mil R\$/habitante)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	56.437,4	59.029,8	59.711,2	62.526,6	_*

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) / Fundação SEADE.

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.

### Desafios remanescentes

O principal desafio verificado dá-se em encontrar caminhos e melhores soluções para um crescimento econômico sustentável e abrangente, tendo em vista as inúmeras pressões orçamentárias que perpassam todo o Município. O equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas é um dos pilares da boa administração e requer especial atenção, sobretudo em um cenário onde percebe-se um aumento das demandas populares e, por outro lado, uma menor margem de manobra sobre as receitas.

## 8.2

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

### Proposta de municipalização da temática

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) está desenvolvendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) da cidade em São Paulo em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O foco do Plano é promover o crescimento econômico que gere emprego e renda e que diminua as distâncias sociais. Partindo das características mais marcantes como dinamicidade, diversidade produtiva e cultural e desigualdade estrutural a proposta é promover no futuro a cidade seja inclusiva, competitiva e sustentável. Nesse sentido quatro agendas foram criadas: inclusão, competitividade, digital e territorial.

O PMDE como um todo dialoga diretamente com a meta 8.2, com maior sinergia a agenda de competitividade e a digital. A agenda de competitividade tem o enfoque de fomentar a diversificação que já é um dos atributos da economia paulista e fomentar a adaptação às profundas transformações econômicas, tecnológicas e institucionais, permitindo assim uma melhor inserção na divisão internacional do trabalho. Enquanto a Agenda Digital visa a promoção do desenvolvimento de ecossistema que gere soluções urbanas, particularmente, associados à mobilidade e serviços essenciais ao cidadão.

Fundado, cada vez mais, nas parcerias entre os setores públicos e privados, com foco na utilização de tecnologias digitais, esse ecossistema passa a ser um fomentador de inovação por meio de políticas de estímulo e novas formas de diálogo com a sociedade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de vínculos ativos na cidade de São Paulo oferecidos por setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento (%)	Total de vínculos ativos em setores de média e alta intensidade e de conhecimento ÷ Total de vínculos ativos na cidade de São Paulo (x100)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Percentual de vínculos ativos na cidade de São Paulo oferecidos por setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	15,70%	15,85%	16,09%	15,31%	-

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDET).

**Desafios remanescentes**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE realizou um estudo intitulado: “Categorizações para aferição de Atividades Econômicas Intensivas em Tecnologia e Conhecimentos no Município de São Paulo”, cuja apresentação aos técnicos das Secretarias participantes de oficina interna concluíram a adoção do indicador pautado na metodologia de ABDAL, Alexandre; TORRES-FREIRE, Carlos Eduardo & CALLIL, Victor do artigo “Rethinking sectoral typologies: A classification of activity according to knowledge and technological intensity. Revista de Administração e Inovação. Volume 13, Issue 4, outubro-dezembro 2016.” Os desafios de compreender através de dados os setores econômicos e seus empregos com relação ao fator de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento envolvidos na produção são diversos, especialmente na identificação de tais setores econômicos. Ao desenvolver o indicador a Prefeitura de São Paulo aponta que a apesar do desafio, é de grande importância o conhecimento da realidade para que se possa promover um planejamento de médio e longo prazo de desenvolvimento econômico.

Um dos desafios relacionados a esta meta no município de São Paulo trata-se do acesso das pequenas empresas na Periferia da cidade ao alto e médio conhecimento tecnológico. Na SMDET temos um programa que é implementado pela ADE SAMPA chamado VAI Tec (Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas) previsto em Lei, que tem a finalidade de estimular e apoiar financeiramente o desenvolvimento de empreendimentos inovadores que utilizem tecnologia como parte essencial do modelo de negócios nas regiões periféricas da cidade. A dificuldade de manter a mobilização de parceiros como as universidades para a implementação do programa tem sido uma das principais questões relacionadas ao programa.



### 8.3

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

#### Proposta de municipalização da temática

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

#### Contextualização

Ao longo dos anos, São Paulo criou um ecossistema de diversidade socioeconômica e cultural único no mundo, o que foi fundamental para gerar períodos de excelentes índices de desenvolvimento econômico. Esse processo criou uma estrutura produtiva bastante diversificada, e ao mesmo tempo, criou uma cidade com alta desigualdade econômica e social. O resultado foi uma geografia heterogênea de enclaves de riqueza e de pobreza, mas que no geral concentra até hoje as oportunidades de emprego e renda no eixo central da cidade. O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) que está sendo desenvolvido na pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do levantamento de dados e análises de especialistas e consultas a população e aos setores econômicos que mais empregam na cidade de São Paulo, visa orientar as políticas de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo para promover geração de trabalho, emprego e renda e melhorar a qualidade de vida da população da cidade.

Ainda, em termos de fomento ao empreendedorismo e à formalização de empresas, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) lançou em 2017, o Programa Empreenda Fácil, que permite o licenciamento de empresas de baixo risco em até cinco dias, reduzindo a burocracia para a abertura de novos empreendimentos em São Paulo. O processo anterior levava mais de 100 dias e exigia a peregrinação entre órgãos municipais, estaduais e federais, agora reunidos em uma mesma plataforma. Os negócios de baixo risco representam 80% da atividade econômica da cidade. Mas o programa também beneficia a abertura de empresas de alto risco, de filiais e a regularização de empreendimentos, que também tiveram seus processos simplificados. Do ponto de vista do fomento à inovação e à criatividade, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) conta também com a Rede FAB LAB LIVRE SP. A partir do suporte técnico para utilização de máquinas de fabricação digital, ela incentiva e orienta os cidadãos a desenvolverem projetos inovadores. Estes apresentam soluções dentro de várias áreas do conhecimento, inclusive no âmbito do empreendedorismo, e



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

são disponibilizados gratuitamente no repositório de projetos do site da rede para acesso de outros usuários. São classificados como empreendedores os projetos que visam criar oportunidades para o desenvolvimento local.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de empregos formais por estimativa da população em idade ativa (%)	$\text{Empregos formais} \div \text{Estimativa da população em idade ativa} (\times 100)$
Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (%)	$\text{Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência} \div \text{Pessoas de 14 anos ou mais de idade} (\times 100)$
Nº de Microempreendedores Individuais - MEI	Número de Microempreendedores Individuais inscritos e optantes do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais do Tributos do Simples Nacional - SIMEI
Média Anual de Inadimplência dos Microempreendedores Individuais - MEI	$\text{Somatória dos índices de inadimplência mensais dos MEI no ano de referência} \div \text{Número total de meses do ano} (12)$
Número de projetos empreendedores desenvolvidos na Rede FAB LAB LIVRE SP	Somatória dos projetos empreendedores desenvolvidos na Rede FAB LAB LIVRE SP
Número de empresas abertas na cidade de São Paulo pelo Programa Empreenda Fácil	Número total de empresas abertas anualmente na cidade de São Paulo pelo Programa Empreenda Fácil

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Média anual de inadimplência dos MEIs

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	51,25%	51,25%

Fonte: Portal do Empreendedor / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDET).

#### Percentual de empregos formais por estimativa da população em idade ativa (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	50,91%	48,96%	47,91%	48,04%	-*

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS / Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDET).

\* No momento da elaboração deste relatório, os dados de 2019 não estavam disponíveis.



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Percentual de pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência (%)

Região	1ºT 2015	1ºT 2016	1ºT 2017	1ºT 2018	1ºT 2019
São Paulo	58,80%	58,17%	59,60%	60,16%	59,51%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDet).

Nº de Microempreendedores Individuais – MEI

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	445.868	523.743	607.305	603.955	754.236

Fonte: Portal do Empreendedor / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDet).

Número de projetos empreendedores desenvolvidos na Rede FAB LAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	46	68

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) / Coordenadoria de Inclusão Digital (CID) / Departamento de Fabricação Digital (DFD) - Base de dados extraídos da prestação de contas do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018.

\* O indicador começou a ser medido a partir de julho/2018, com o início do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018, que trata da operação da Rede FAB LAB LIVRE SP.

Número de empresas abertas na cidade de São Paulo pelo Programa Empreenda Fácil\*\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	37.552	67.640	83.908

Fonte: Serpro. Dados extraídos das solicitações realizadas na plataforma RLE (Registro e Licenciamento de Empresas) / Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

\* O Programa Empreenda Fácil foi lançado em 2017.

\*\* Dado referente a todas empresas abertas por meio do Empreenda Fácil, incluindo empresas de baixo, médio e alto risco.

### Desafios remanescentes

Todos os eixos das políticas públicas de trabalho, emprego e renda como empreendedorismo, inclusão produtiva, intermediação de mão-de-obra, capacitação e qualificação profissional enfrentam desafios de serem implementados em uma cidade tão grande e complexa quanto São Paulo como escassez de recursos orçamentários, de organização burocrática institucional, de capital humano, de planejamento, entre outros.

No que se refere ao programa Empreenda Fácil, importantes avanços ocorreram no ano de 2020, com a implantação completa dos processos inteiramente eletrônicos de abertura, regularização, alteração e baixa de empresas no município. A despeito dessas



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

importantes melhorias para o ambiente de negócios paulistano, alguns desafios ainda carecem de ações mais específicas, como por exemplo, a inclusão do Microempreendedor Individual (MEI) no programa e a simplificação das tratativas relacionadas ao licenciamento de alto risco para o empreendedor. Agora há espaço para que os órgãos municipais licenciadores disponibilizem informações e orientações de maneira mais integrada para o cidadão. Conjuntamente com os Governos Estadual e Federal, também aspiramos reduzir e simplificar procedimentos, bem como oferecer ao cidadão uma interface única para todos os trâmites de legalização de empresas.

Além dos desafios listados, adiciona-se a dificuldade relacionada ao pagamento das cobranças de impostos para manutenção da formalização, como é possível perceber com o alto índice de inadimplência dos MEIs. A formalização do MEI no município de São Paulo também possui questões de dificuldades de comunicação entre as interfaces do governo municipal, estadual e federal. Ademais, compreender sobre a qualidade de vida dos MEIs e seu crescimento enquanto empreendedor é um desafio, uma vez que existe uma tendência de flexibilização da mão-de-obra e o MEI muitas vezes substitui o vínculo empregatício formal. Ressalta-se a importância de estudar e compreender melhor os dados quantitativos relacionados aos microempreendedores, assim como estudos qualitativos sobre a qualidade de vida dessa população.



## 8.4

Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

### Proposta de municipalização da temática

Contribuir para a ampliação da eficiência na utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) nacional.

### Contextualização

Segundo proposta de nacionalização da meta 8.4 elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), caberia ao Brasil ampliar a eficiência na utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 23 de novembro de 2011, é o documento norteador das ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo, conforme detalhado na temática 12.1.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), os governos municipais são os protagonistas da localização do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Cabe ao município, amparado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, criar um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, construído a partir de diagnósticos, diretrizes e estratégias para a destinação adequada dos rejeitos. No caso do município de São Paulo, data de 2014 a publicação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

Em relação à mudança do clima, o 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de São Paulo foi realizado em 2005. Em 2009, foi instituída a Política de Mudança do Clima (Lei Municipal 14.933), ano em que também foi apresentado o 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A publicação do Plano de Ação Climática (PlanClima-SP) está prevista para o fim de 2020.

Destaca-se por fim, que a melhoria da eficiência na utilização de recursos globais no consumo e na produção é uma temática bastante abrangente, que aborda de forma transversal os ODS 8, 9, 15, 13 e 17, com destaque para a temática 9.4 - modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

A promoção do desenvolvimento econômico dissociado da degradação ambiental é a base de planejamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), que possui um viés de desenvolvimento econômico, mas que está alinhado com a sustentabilidade ambiental. Para aprofundamento nos desafios de alinhamento das temáticas vide desafios da temática 17.19.



## 8.5

Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

### Contextualização

A cidade de São Paulo é o motor motriz da economia do Brasil. No entanto, apesar de apresentar muitas oportunidades em diversos setores econômicos a seus cidadãos a desigualdade socioeconômica dos diferentes grupos de identidade e gênero são fatores marcantes que impedem a uma parcela significativa da população de desfrutar dessas oportunidades. Dessa maneira, a meta 8.5 é um grande desafio para a cidade para que seja possível promover o desenvolvimento econômico e a geração de bem-estar da população.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho (%)	$\frac{\text{Pessoas desocupadas e pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas}}{\text{Força de trabalho}} \times 100$
Taxa de desocupação (%)	$\frac{\text{Pessoas desocupadas}}{\text{Força de trabalho}} \times 100$
Taxa de desocupação da população feminina (%)	$\frac{\text{População feminina desocupada}}{\text{Força de trabalho feminina}} \times 100$
Taxa de desocupação da população preta/parda (%)	$\frac{\text{População desocupada por cor declarada: preta/parda}}{\text{Força de trabalho preta/parda}} \times 100$
Taxa de desocupação por cor declarada: demais categorias (%)	$\frac{\text{População desocupada por cor declarada: demais categorias}}{\text{Força de trabalho das demais categorias}} \times 100$
Taxa de desemprego oculto por desalento (%)	$\frac{\text{Pessoas desocupadas por desemprego oculto}}{\text{Força de trabalho}} \times 100$
Taxa de informalidade (%)	Empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados que não



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

	contribuem para previdência ÷ Total de ocupados (x100)
Taxa composta de subutilização da força de trabalho (%)	$\frac{\text{Pessoas desocupadas} + \text{subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas} + \text{força de trabalho potencial}}{\text{Força de trabalho} + \text{força de trabalho potencial}}$
Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)	$\frac{\text{Mulheres de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência}}{\text{Mulheres de 14 anos ou mais de idade}} \times 100$
Percentual de homens de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)	$\frac{\text{Homens de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência}}{\text{Homens de 14 anos ou mais de idade}} \times 100$
Rendimento Médio Total (R\$)	$\frac{\text{Soma dos rendimentos mensais das famílias}}{\text{Número de famílias}}$
Rendimento Médio da população feminina (R\$)	$\frac{\text{Soma dos rendimentos mensais das mulheres}}{\text{Número de mulheres}}$
Rendimento da população preta/parda (R\$)	$\frac{\text{Soma dos rendimentos mensais das pessoas pretas e pardas}}{\text{Número de pessoas pretas e pardas}}$
Número de empresas autuadas por infringir o cumprimento da Lei de Cotas para contratação de pessoas com deficiência no município de São Paulo	Número total de empresas que receberam alguma autuação por infringir o cumprimento da Lei de Cotas para contratação de pessoas com deficiência no município de São Paulo por ano

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Taxa de desocupação da população economicamente ativa (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	8,7%	12,2%	13,8%	14,2%	13,2%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Taxa de desocupação da população feminina (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10,6%	13,0%	15,5%	16,7%	14,3%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

### Taxa de desocupação da população preta/parda (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	11,7%	14,7%	16,1%	18,0%	16,5%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Taxa de desocupação por cor declarada: demais categorias (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	7,0%	10,8%	12,3%	11,4%	10,9%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Taxa de desemprego oculto por desalento (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	-

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE/ Observatório do Trabalho/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Taxa de informalidade (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	22,8%	22,9%	27,8%	27,3%	26,8%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho de São Paulo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Taxa composta de subutilização da força de trabalho (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10,4%	15,7%	21,6%	20,6%	21,2%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	50,36%	49,3%	52,61%	52,44%	51,74%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Percentual de homens de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	68,97%	68,51%	67,70%	69,42%	68,74%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Rendimento Médio Total (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 3.083	R\$ 3.420	R\$ 3.561	R\$ 3.666	R\$ 3.798

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Rendimento Médio da população feminina (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 2.578	R\$ 2.892	R\$ 3.019	R\$ 3.170	R\$ 3.334

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Rendimento da população preta/parda (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 1.695	R\$ 1.824	R\$ 1.980	R\$ 1.989	R\$ 2.121

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	9,2%	13,3%	18,2%	17,8%	18,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Número de empresas atuadas por infringir o cumprimento da Lei de Cotas para contratação de pessoas com deficiência no município de São Paulo

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	890	571	190	1.185	-

Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho e Ministério Público do Trabalho / Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

### Desafios remanescentes

Os dados demonstram grande desigualdade de gênero e de cor no mercado de trabalho seja nos dados de rendimento, ocupação, desocupação, entre outros. A alta informalidade, subutilização da mão de obra e alto desemprego também são fatores característicos do mercado de trabalho da cidade de São Paulo. A disparidade socioeconômica da cidade de São Paulo está sendo abordada no PMDE enquanto um dos grandes desafios estruturais herdadas do passado. A maior dificuldade de abordar a meta 8.5 é o trabalho intersecretarial que a meta demanda, além de um trabalho em conjunto com as organizações da sociedade civil. Também é necessário um engajamento entre as diferentes esferas do governo (municipal, estadual, federal).

Além dos desafios mencionados adiciona-se o desafio de garantir que todos os grupos dos diferentes segmentos indenitários sejam atendidos.



## 8.6

Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

### Contextualização

Historicamente os jovens enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho por conta do pouco ou nenhum tempo de experiência, além de conciliar muitas vezes períodos de formação com a atuação profissional. No município de São Paulo, os dados demonstram que tanto as taxas de desemprego e desocupação quanto a informalidade são fatores mais presentes na realidade dos jovens paulistanos do que das demais faixas etárias.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Taxa de desocupação dos jovens com menos de 25 anos (%)	$\text{Pessoas desocupadas com menos de 25 anos} \div \text{Força de trabalho população com menos de 25 anos} \times 100$
Taxa de informalidade por faixa etária: menos de 25 anos (%)	$\text{Empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados com menos de 25 anos que não contribui para previdência} \div \text{Total de ocupados com menos de 25 anos} \times 100$
Taxa percentual de jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho (%)	$\text{Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho} \div \text{Total de jovens 15 a 24 anos} \times 100$
Aprendizes contratados	Número absoluto de aprendizes contratados

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Taxa de Desocupação dos jovens com menos de 25 anos (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	20,0%	31,9%	32,1%	32,2%	29,4%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho de São Paulo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDT).



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Taxa de informalidade por faixa etária: menos de 25 anos (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	26,4%	26,9%	32,2%	37,4%	30,0%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho de São Paulo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Taxa percentual de jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	12,6%	9,8%	9,6%	9,1%	8,7%

Fonte: IBGE PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE / Observatório do Trabalho de São Paulo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Aprendizes contratados

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	37.872	37.227	38.436	42.486	-

Fonte: RAIS. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Desafios remanescentes

Os dados mostram que os trabalhadores jovens enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego. A taxa de desemprego entre a população com até 24 anos de idade, desde o ano 2000, foi cerca de 3,5 vezes maior do que a taxa de desemprego entre a população com 25 anos ou mais de idade (Fonte: FIPE). Além disso, os trabalhadores mais jovens possuem uma maior probabilidade de estarem atuando no mercado informal de trabalho da cidade de São Paulo. Na média de todos os períodos demonstrados acima, os trabalhadores mais jovens possuem uma taxa de informalidade 5,6 pontos percentuais maior do que os trabalhadores mais velhos (Fonte: FIPE). Soma-se a isso as dificuldades de se adequar profissionalmente a um futuro em que a educação continuada será cada vez mais presente na vida de um adulto profissional e a necessidade de lidar cada vez mais com diferentes tipos de tecnologias no processo produtivo.

A SMDET possui somente um programa com recorte específico no segmento jovem chamado Bolsa Trabalho, gerenciado pelo Departamento de Qualificação Profissional da SMDET, regido pela Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004, contempla jovens na faixa etária de 16 a 20 anos de baixa renda com intuito de promover a qualificação com Bolsa.



## 8.7

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

### Proposta de municipalização da temática

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

### Contextualização

De acordo com os casos registrados, percebe-se a presença de trabalhadores latino americanos, especialmente bolivianos e paraguaios, entre os resgatados de oficinas de costura, e de trabalhadores de origem nordestina entre os principais aliciados para a construção civil.

Para lidar com a erradicação do trabalho forçado, a Prefeitura conta com a Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP), órgão paritário entre o poder público municipal e a sociedade civil, cujo objetivo consiste em estruturar a política pública municipal de enfrentamento ao trabalho escravo. Ela foi instituída pela Lei Municipal nº 15.764/2013 (art. 263) e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 54.432/2013 (atualizado no Decreto Municipal nº 58.123/2018). A COMTRAE/SP foi responsável pela elaboração do I Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo (PMETE).

Quanto ao compromisso de abolir o trabalho infantil, o Município de São Paulo assumiu junto ao Governo Federal e à sociedade. A Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), criada pelo Decreto nº47.225 de 25/04/2006 e reativada pela Portaria nº 11/SMADS/2014, reúne representações de diversos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil e tem como atribuição desenvolver estratégias para a erradicação do trabalho infantil no município.

A Comissão, coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) foi a instância responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, em 2016, que contou com o apoio da UNESCO.

Além do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) tem como pressuposto a



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

promoção, garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de exploração e trabalho infantil. Leve em consideração a complexidade da cidade de São Paulo, tanto em termos de seu tamanho territorial, como em relação às suas peculiaridades regionais, que apresenta diversidade nas formas e causas para as situações de exploração e trabalho infantil, bem como a heterogeneidade nos grupos sociais que habitam a cidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho infantil atendidos pelos serviços socioassistenciais	Quantidade de crianças/adolescentes que estavam em situação de trabalho infantil e foram encaminhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social para serem atendidas em Serviços Socioassistenciais
Crianças e adolescentes recebendo Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Média anual de crianças/adolescentes que estavam em situação de trabalho infantil recebendo Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, frequentando serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da modalidade Centro para Crianças e Adolescentes (SCFV-CCA)
Trabalhadores resgatados residentes em situação de trabalho forçado	Número de trabalhadores resgatados de situação de trabalho forçado residentes no município de São Paulo

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil atendidos pelos serviços socioassistenciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	408	408	408	408	408

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / COVS / SMagi / Demes.

Crianças e adolescentes recebendo Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	120	120	120	120	120

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) / GSUAS / COVS / SMagi / Demes.



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

### Trabalhadores resgatados residentes em situação de trabalho forçado

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	37	20	37	41	-

Fonte: Bancos de dados do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE) e do Sistema COETE (Controle de Erradicação do Trabalho Escravo) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS).

### Desafios remanescentes

A luta pela erradicação do trabalho forçado e do trabalho infantil é contínua. Os desafios na implementação da política pública de combate ao trabalho análogo à escravidão no município de São Paulo contemplam o processo de monitoramento do Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo e o fluxo de atendimento à pessoa submetida e vulnerável ao trabalho escravo, ambos projetos desenvolvidos pela COMTRAE/SP, com o apoio técnico da OIT.

O Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, por sua vez, elenca os seguintes desafios relacionados a essa temática:

1. Superar o subregistro, resultado da dificuldade em reconhecer e caracterizar as diversas situações de trabalho infantil e de trabalho proibido ou desprotegido de adolescentes entre as autoridades e técnicos da esfera municipal;
2. Reverter a invisibilidade das condições de trabalho desprotegido do adolescente para a sociedade e no âmbito das ações governamentais;
3. Superar a fragmentação das iniciativas governamentais: construir e acordar mecanismos para viabilizar a intervenção articulada e com abordagem intersetorial;
4. Viabilizar entre os órgãos públicos a interação de procedimentos, fluxos de notificações e encaminhamentos;
5. Criar as condições necessárias para superar a deficiência de capacitação dos profissionais de órgãos públicos e instituições privadas para lidar com o problema.



## 8.8

Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

### Proposta de municipalização da temática

Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

### Contextualização

Na Prefeitura de São Paulo o tema de ambientes de trabalho seguro é tratado por duas Secretarias, de acordo com o público: pela Secretaria Municipal da Saúde – SMS, através de sua Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA, quando se tratam dos trabalhadores de uma maneira geral da cidade; e pela Secretaria Municipal de Gestão –SG, através de sua Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor – COGESS, quando se tratam dos servidores públicos municipais.

No âmbito da COVISA, a Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador é responsável por coordenar, planejar e desenvolver projetos, programas e ações de fiscalização e intervenção nos ambientes, processos, condições e organização do trabalho para promover a saúde dos trabalhadores, bem como coordenar e gerenciar o sistema de vigilância de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho.

Enquanto, cabe à COGESS propor normas e avaliar atividades e ambiente de trabalho, orientando a implementação de melhorias nas condições laborais, além de propor e coordenar programas e projetos voltados às ações educativas e preventivas de promoção à saúde do Servidor.

Nesse sentido, são propostas atividades laborais para o cuidado com a saúde do servidor e ações de orientações terapêuticas, como, por exemplo, o Programa de Promoção à Saúde com Práticas Integrativas e Complementares que busca promover a cultura de saúde no trabalho, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, visando ao bem-estar físico, mental e consequente melhoria na qualidade de vida dos servidores públicos.

Além disso, todas as unidades da Prefeitura de São Paulo com mais de 20 servidores deverão, obrigatoriamente, organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, em que os servidores, atuando em parceria com a administração da unidade, zelarão pelas normas de segurança e melhores condições do trabalho.



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

As CIPA desenvolvem ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças provenientes do trabalho e à melhoria das condições de trabalho dos servidores. Para tanto, algumas das atividades que essas comissões devem desenvolver são o estudo das situações de trabalho potencialmente nocivas à saúde e ao bem-estar dos servidores, indicando medidas preventivas ou corretivas para eliminar ou neutralizar os riscos existentes e a divulgação das normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pela Secretaria Municipal de Gestão, e órgãos afins, zelando pela sua observância.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Notificações de Acidentes de Trabalho	Número de acidentes de trabalho notificados no município para a população com vínculo de emprego regular

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Notificações de Acidentes de Trabalho

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	56.066	55.114	49.996	54.528	-

Fonte: INSS - 2000-2017 (AEAT), 2018 (CATWEB).

### Desafios remanescentes

Seguem como desafios o monitoramento não apenas dos acidentes de trabalho, mas o monitoramento das condições de trabalho, visando não apenas a promoção de ambientes de trabalho seguros, mas também a promoção de ambientes saudáveis.



## 8.9

Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais, nos termos do Plano Municipal de Turismo.

### Contextualização

Conforme o Plano Municipal de Turismo (Platum 2019-2021) do município de São Paulo, uma política pública clara para a atividade turística é essencial para garantir que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável, potencializando seus impactos econômicos, ambientais e sociais para a maior parte da população. Em relação aos Planos anteriores, a participação popular é a grande novidade do Platum 2019-2021, com a 1ª Conferência Municipal de Turismo de São Paulo, que coloca o Turismo como uma importante política pública para a cidade, beneficiando toda a população, ainda que o público-alvo das ações seja o turista. O documento traz perspectivas para até 2030, mesmo horizonte temporal dos ODS. Do ponto de vista da geração de empregos, conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, de 2018, o turismo é responsável, diretamente, por mais de 252 mil postos formais de trabalho na cidade, o que representa 6,3% do total de ocupações em São Paulo.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Arrecadação municipal com Impostos Sobre Serviços em Turismo (R\$)	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) recolhido de serviços de turismo, hospedagem, eventos e assemelhados
Taxa de ocupação média dos hotéis no município (%)	Quantidade média (em porcentagem) de apartamentos ocupados
Número de empregos formais e diretos em atividades características do turismo	Quantidade de pessoas empregadas formalmente e diretamente em atividades características do turismo



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Arrecadação municipal com Impostos Sobre Serviços em Turismo (R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	273.537.153	277.444.912	291.069.956	329.972.831	378.921.654

Fonte: São Paulo Turismo S/A (SPTuris) / Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR).

Taxa de ocupação média dos hotéis no município (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	61,46%	61,50%	64,87%	68,15%	68,56%

Fonte: São Paulo Turismo S/A (SPTuris) / Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR).

Número de empregos formais e diretos em atividades características do turismo

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	249.337	248.121	252.056	252.000	-

Fonte: São Paulo Turismo S/A (SPTuris) / Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR).

**Desafios remanescentes**

Diante dos 15 objetivos estratégicos divididos por 05 eixos, descritos no Platum 2019-2021, seguem os principais desafios a serem enfrentados:

*Eixo estratégico 1 – Articulação e Fortalecimento Institucional*

- Falta de segurança e/ou sensação de insegurança;
- Insuficiência na zeladoria pública: limpeza, iluminação, calçamento;
- Falta de reconhecimento do turismo como atividade econômica e de desenvolvimento social;
- Desconhecimento da cidade como destino turístico pela população;
- Governança pouco fortalecida;
- Poucos indicadores e ausência de sistema de gerenciamento de dados.

*Eixo estratégico 2 - Calendário inteligente de eventos*

- Dificuldade de comunicar o calendário completo de eventos da cidade: ter a informação disponível e acessível a todos;
- Ausência de Política de apoio para captação e realização de eventos;
- Burocracia e falta de orientação das exigências legais.

*Eixo estratégico 3 – Segmentação e desenvolvimento territorial*

- Pouca ocupação do centro histórico por moradores e turistas aos finais de semana;
- Extremos da cidade com potencial para o turismo (recurso), mas sem turismo de fato (produto);
- Atividade turística não mapeada no território– segmentos e nichos.



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

### Eixo estratégico 4 – Aprimoramento na experiência do turista

- Mobilidade e acessibilidade;
- Barreira do idioma. Falta de comunicação em idiomas, escrito ou falado;
- Pouca informação ou informação desarticulada da oferta;
- Uso restrito da tecnologia. na gestão do destino.

### Eixo estratégico 5 - Promoção turística e apoio à comercialização

- Pouca divulgação da oferta;
- Ausência de uma identidade turística;
- Ausência de Plano de Comunicação e Marketing.



## 8.10

**Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.**

### Proposta de municipalização da temática

Apoiar instituições que atuam no acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

### Contextualização

Historicamente o Governo Federal possui centralidade nas ações relacionadas a serviços bancários, de seguros e financeiros. O município não monitora tais dados e não possui nenhuma instituição municipal que possa influir no assunto, mas pode a partir de uma rede de parcerias promover com instituições que possuem grande escopo de atuação no município.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Organizações da Sociedade Civil que trabalham com financiamento e crédito a outras organizações da sociedade civil	Número total de Organizações da Sociedade Civil que trabalham com financiamento e crédito a outras organizações da sociedade civil

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham com financiamento e crédito a outras OSC

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	13

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

### Desafios remanescentes

Partindo da perspectiva da estrutura institucional existente hoje e suas limitações, o que a Prefeitura tem feito é prestar apoio, através de editais, às organizações sociais. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico possui um mapeamento de organizações sociais que atuam na cidade realizado pela ADE SAMPA – Agência São Paulo de Desenvolvimento (vide site: <http://adesampa.com.br/pdl/i.html?00?00?0?00?>). É importante ressaltar que o trabalho desse mapeamento foi feito como uma iniciativa única, com o intuito de fortalecer o Programa de Desenvolvimento Local da ADE



## ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

SAMPA. Faz-se necessário maiores esforços e diálogo social para que a Prefeitura possa atuar de maneira a fomentar as organizações que atuam com serviços bancários, de seguros e financeiros.



## 8.a

Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo não possui engajamento no Aid for Trade, porque se trata de uma iniciativa de engajamento de governos federais.



## 8.b

Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

O Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho propõe e dialoga com a realidade de governança do governo federal.





## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes,  
promover a industrialização inclusiva  
e sustentável e fomentar a inovação



## 9.1

Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

### Proposta de municipalização da temática

Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura viária, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

### Contextualização

Dada a amplitude da meta 9.1, e ao fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter proposto indicadores para essa meta relacionados em especial ao acesso à infraestrutura regional e transfronteiriça, optou-se por municipalizar a temática destacando as competências municipais na produção de infraestrutura viária, de qualidade, confiável, sustentável e resiliente. Os indicadores relacionados à implementação do Plano de Segurança Viária do Município e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (PlanMob) foram incluídos na meta 11.2 e meta 3.6.

Ainda, destaca-se que se relaciona ao desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, a implementação como um todo do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), em especial no que tange as temáticas de ‘reforçar o planejamento municipal e regional de desenvolvimento’ (11.a) e de ‘implementar políticas e planos integrados para a resiliência a desastres’ (11.b).

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática. Os indicadores relacionados à implementação do Plano de Segurança Viária do Município e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (PlanMob) foram incluídos na meta 11.2 e meta 3.6.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática. Os valores dos indicadores relacionados à implementação do Plano de Segurança Viária do Município e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (PlanMob) foram incluídos na meta 11.2 e meta 3.6.



### Desafios remanescentes

Destaca-se, em especial, o desafio de produção de indicadores para o monitoramento integrado da construção de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente pela Prefeitura de São Paulo, para além da infraestrutura de transportes.



## 9.2

Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, de acordo com a realidade nacional.

### Contextualização

Os especialistas em desenvolvimento econômico discutem o fenômeno da desindustrialização brasileira, potencialmente intensificada após a crise de 2008. A Fundação SEADE apontou para uma desconcentração da indústria em direção a outros municípios do Estado de São Paulo (SEADE, Mapa da Indústria Paulista: 2003-2016, abril/2019). Atento a essas dinâmicas, o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) propõe a manutenção dos setores tradicionais paulistanos, mas ao mesmo tempo propõe o fomento aos setores econômicos que promovam a competitividade da cidade no mercado internacional. O enfoque é a manutenção da diversificação da economia paulistana. Sendo um setor tradicional da cidade de São Paulo, propõe-se no PMDE que a indústria paulistana seja atualizada visando a inovação, a inclusão e a sustentabilidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual do valor adicionado da indústria no PIB (%)	$\text{Valor adicionado da indústria} \div \text{PIB do município} \times 100$
Percentual de empregos formais na indústria (%)	$\text{Empregos formais na indústria} \div \text{Total de empregos formais} \times 100$
Proporção de mulheres empregadas no setor industrial (%)	$\text{Número absoluto de mulheres em empregos formais na indústria} \div \text{Total de empregos formais na indústria} \times 100$
Déficit de ocupação de vagas por pessoas com deficiência empregadas no setor industrial	$\text{Número total de vagas para pessoas com deficiência disponibilizadas pelo setor industrial} - \text{Número de pessoas com deficiência contratadas pelo setor industrial}$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Percentual do valor adicionado da indústria no PIB (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	12,2%	10,7%	10,3%	-	-

Fonte: Fundação SEADE / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Percentual de empregos formais na indústria (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	9,61%	9,26%	8,82%	8,58%	-

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Proporção de mulheres empregadas no setor industrial (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	38,65%	39,48%	39,20%	38,97%	-

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Déficit de ocupação de vagas por pessoas com deficiência empregadas no setor industrial (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	51.29%	46.89%	44.86%	40.43%	-

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Portal da Inspeção do Trabalho e Ministério Público do Trabalho / Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

**Desafios remanescentes**

Com o desenvolvimento tecnológico um dos desafios ao setor industrial paulistano é a atualização do setor com enfoque na competitividade, tanto com relação ao capital físico quanto ao capital produtivo. A competitividade internacional da China e a guerra fiscal entre os municípios paulistas também são desafios a manutenção da indústria paulistana.

A SMDET possui um programa chamado Fashion Sampa que visa fomentar a cadeia produtiva da moda na cidade de São Paulo. Os desafios de mobilização e integração das iniciativas dos diferentes atores caracteriza-se como um desafio.



## 9.3

**Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.**

### Proposta de municipalização da temática

**Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.**

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo não possui linha de microcrédito, para atender às necessidades de acesso a serviços financeiros das micro e pequeno empresas. Apesar de a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) ter realizado uma parceria com o Banco do Povo do Governo do Estado, o desafio principal é a coordenação com o parceiro, a viabilidade da cobertura de crédito que atenda a demanda e a qualificação necessária aos empreendedores de gestão dos negócios.

Quanto à desburocratização e o fomento ao acesso de soluções tecnológicas inovadoras, o programa Descomplica SP concretiza a Política de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura de São Paulo (Decreto Municipal 58.426/18), que estabelece, por meio da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, diretrizes e padrões de excelência nos serviços ofertados pela administração municipal, incluindo aqueles prestados por terceiros ou mesmo por empresas contratadas.

O programa oferece, por meio das praças de atendimento presencial, cerca de 300 serviços municipais, como a emissão da Carteira de Trabalho, a solicitação de Bilhete Único, o requerimento do Seguro Desemprego, a intermediação de mão de obra e o cadastro para o recebimento de benefícios sociais, dentre muitos outros.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de unidades do Descomplica SP em funcionamento	Número total de unidades do programa Descomplica SP em funcionamento



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número de unidades do Descomplica SP em funcionamento

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	1	7

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

\* O Programa Descomplica SP foi lançado em março/2018.

**Desafios remanescentes**

O Município de São Paulo não tem linhas próprias de microcrédito atualmente, o que dificulta a gestão de políticas nesse aspecto, sendo dependente da decisão de parceiros sobre como conduzir e quanto destinar para essa finalidade. Durante a pandemia do Covid-19 a SMDet juntamente com a ADE SAMPA está mobilizando recursos e alinhando parceiros para promover o microcrédito na cidade de São Paulo. O desafio remanescente a curto-prazo é a viabilização da estratégia de microcrédito com a perspectiva de alcançar os empreendedores que mais necessitam, mas que muitas vezes não conseguem acesso devido às exigências da oferta de crédito.



## 9.4

Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, através do licenciamento ambiental industrial, regularizar, influenciar e ampliar os critérios de atendimento das indústrias municipais à necessidade crescente de uso eficiente dos recursos naturais e da adoção de processos industriais limpos e ambientalmente corretos, fortalecendo as iniciativas municipais de modernização da infraestrutura e da reabilitação das indústrias em busca da sustentabilidade.

### Contextualização

Uma contribuição à instalação e operação de indústrias mais sustentáveis no município foi o reconhecimento de que a cidade de São Paulo estaria apta a licenciar atividades e empreendimentos de baixo, médio e alto impacto ambiental local, conforme disposto na Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014. Desta forma, atendeu à Lei Federal Complementar nº 140/2011, que determina que o licenciamento ambiental de empreendimentos que provoquem impacto local seja de competência dos municípios. O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente materializado através de um procedimento administrativo. Seu objetivo é atestar a viabilidade ambiental do empreendimento; aprova a concepção, a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que possam causar degradação ambiental.

Reconhece-se assim, a importância da atuação da Prefeitura de São Paulo no fomento à modernização da infraestrutura e à reabilitação de indústrias para torná-las sustentáveis. Entretanto, ainda é necessário um aprofundamento nas capacidades municipais para atuar de forma mais incisiva nessa temática, de forma que seja possível melhor recortar a atuação da Prefeitura de São Paulo.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática. Os indicadores da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) poderão ser propostos após o diálogo com as unidades responsáveis pelo licenciamento industrial, para compreensão e organização da nova sistematização de informações das unidades, após o rearranjo organizacional sofrido com a reestruturação. Este movimento está previsto no âmbito das discussões referentes à proposição de indicadores de SVMA,



para revisão/regulamentação da Lei de Indicadores do Município (Lei 14.173 de 2006), no escopo das competências de SVMA, trabalho que está em andamento no órgão.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Com uma desconcentração de indústrias em direção a outros municípios do Estado de São Paulo (SEADE, Mapa da Indústria Paulista: 2003-2016, Abril 2019), a percepção empírica dos técnicos é a de que foram as pequenas indústrias que ficaram no território da cidade, ou seja, ficaram as indústrias que precisam de mais esforços e auxílio para adotar tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos. É importante ressaltar que as indústrias remanescentes no território da cidade de São Paulo precisam ser melhor analisadas e avaliadas.



## 9.5

Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Melhorar as capacidades tecnológicas do município de São Paulo, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos municipais, por meio, inclusive, do aumento do gasto público em tecnologias da informação.

### Contextualização

O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) propõe uma agenda digital para a cidade de São Paulo (vide justificativa da meta 8.2). O PMDE como um todo dialoga diretamente com a meta 9.5, com maior sinergia a agenda de competitividade e a digital. A agenda de competitividade tem o enfoque de fomentar a diversificação que já é um dos atributos da economia paulista e fomentar a adaptação às profundas transformações econômicas, tecnológicas e institucionais, permitindo assim uma melhor inserção na divisão internacional do trabalho. Enquanto a Agenda Digital visa a promoção do desenvolvimento de ecossistema que gere soluções urbanas, particularmente, associados à mobilidade e serviços essenciais ao cidadão.

Fundado, cada vez mais, nas parcerias entre os setores públicos e privados, com foco na utilização de tecnologias digitais, esse ecossistema passa a ser um fomentador de inovação por meio de políticas de estímulo e novas formas de diálogo com a sociedade.

Ainda, a Rede FAB LAB LIVRE SP (Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT) promove a inclusão digital na cidade de São Paulo, por meio: da capacitação em tecnologias de fabricação digital em cursos de curta e média duração; da orientação de projetos; e da sensibilização. Além disso, o público conta com suporte técnico para utilização das máquinas de fabricação digital e para orientação de projetos. Esses projetos apresentam soluções em diversas áreas do conhecimento como design, arquitetura e urbanismo, jogos e brinquedos educativos, dentre outras.



**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Empregos em pesquisa e desenvolvimento científico	Número absoluto de empregos em pesquisa e desenvolvimento científico (divisão 72 da CNAE 2.0)
Número de projetos submetidos no site oficial para desenvolvimento na Rede FAB LAB LIVRE SP	Somatória dos projetos submetidos via site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Empregos em pesquisa e desenvolvimento científico

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	6.507	5.487	5.163	5.968	-

Fonte: RAIS. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Número de projetos submetidos no site oficial para desenvolvimento na Rede FAB LAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2	463	1.391	1.713	6.565

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) / Coordenadoria de Inclusão Digital (CID) / Departamento de Fabricação Digital (DFD) - Base de usuários extraída do site oficial da rede FAB LAB LIVRE SP.

**Desafios remanescentes**

As instituições tradicionais de fomento à pesquisa e desenvolvimento científicos que podem oferecer bolsas e maiores incentivos a pesquisa não são municipais, mas sim estaduais e federais. Dessa forma, dado o contexto institucional existente da Prefeitura a maior parte das ações são na realidade um alinhamento com os atores já existentes desse ecossistema. Discute-se no âmbito do PMDE uma ampla parceria da iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa e da Prefeitura que partindo do propósito de desenvolvimento local impulse inovações e pesquisa, para que a pesquisa e a inovação proporcionem, por sua vez, o desenvolvimento local. O maior desafio é o de gerir os atores para que esta ampla parceria resulte numa iniciativa palpável, além do desafio de recursos humanos, orçamentários e de infraestrutura disponíveis para a viabilização.



## 9.a

Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Não está no escopo de políticas municipais a facilitação do desenvolvimento de infraestrutura de outros territórios.



## 9.b

Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Não está no escopo de políticas municipais apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação de outros territórios.



## 9.c

**Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.**

### Proposta de municipalização da temática

Ampliar o acesso da população à conectividade por meio da oferta de infraestrutura gratuita e de qualidade, assim como implementar políticas de inclusão digital para qualificar esse acesso por meio do desenvolvimento de competências digitais.

### Contextualização

Segundo estudo do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) divulgado no final de 2019, São Paulo possui uma expressiva desigualdade digital. Apenas 25,8% dos domicílios paulistas possuem acesso à banda larga superior a 4 Mbps. Portanto, ampliar o acesso da população à conectividade e ao letramento digital é essencial para diminuir estas desigualdades digitais.

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) implementa a política pública de inclusão digital por meio dos programas: WIFI LIVRE SP, FAB LAB LIVRE SP, DIGILAB LIVRE SP e Telecentros. O programa WIFI LIVRE SP é responsável por levar internet gratuita e de qualidade à população de São Paulo, fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. O programa DIGILAB LIVRE SP e os Telecentros contribuem para promover o desenvolvimento humano, econômico e social por meio do acesso à infraestrutura tecnológica e ao letramento digital como elemento básico para o exercício da cidadania. E, por fim, o programa FAB LAB LIVRE SP é uma rede pública de laboratórios de fabricação digital, com o objetivo de promover a inclusão digital, através da capacitação das pessoas nas tecnologias de fabricação digital, com o desenvolvimento de projetos geradores de impacto social e transformando a realidade dos territórios.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número médio de acessos nas localidades atendidas pelo programa WIFI LIVRE SP	(Número médio de acessos à internet nas localidades atendidas pelo programa WIFI LIVRE SP / 100 mil habitantes)
Número de acessos nos equipamentos públicos dos programas Telecentros e DIGILAB LIVRE SP	Número total de acessos à internet nos equipamentos públicos dos programas Telecentros e DIGILAB LIVRE SP



Número de pessoas atendidas pela Rede FAB LAB LIVRE SP	Quantidade de pessoas atendidas pelas Rede FAB LAB LIVRE SP, em sensibilizações e cursos de curta e média duração
--	---

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número médio de acessos nas localidades atendidas pelo programa WIFI LIVRE SP (por 100 mil habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	19.689,63	50.473,36	111.008,19	119.153,62	48.850,99

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

Número de acessos nos equipamentos públicos dos programas Telecentros e DIGILAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	2.219.149	1.242.166	1.279.766

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

Número de pessoas atendidas pela Rede FAB LAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	569	16.895	21.147	18.137	16.019

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

**Desafios remanescentes**

Os principais desafios para implementar políticas públicas de inclusão digital na cidade de São Paulo consistem em: atualização da infraestrutura tecnológica; implantação de novos equipamentos públicos de inclusão digital; assim como a construção do discurso da importância de manutenção da política que não se esgota com prazo definido, mas sim com iniciativas contínuas (que frequentemente precisam ser atualizadas de acordo com a demanda social), devido ao alto grau que a tecnologia está inserida no dia a dia da população.





## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade  
dentro dos países e entre eles



### 10.1

Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

#### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

#### Contextualização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) está desenvolvendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), cujo foco é promover o crescimento econômico que gere emprego e renda e que diminua as distâncias sociais. Partindo das características mais marcantes como dinamicidade, diversidade produtiva e cultural e desigualdade estrutural, a proposta é promover uma cidade mais inclusiva, competitiva e sustentável. Nesse sentido quatro agendas foram criadas: inclusão, competitividade, digital e territorial.

A Agenda de inclusão visa propiciar a criação de condições para a redução das desigualdades na cidade. Para tanto duas ações complementares serão priorizadas. Primeiramente, a garantia de condição de vida digna à população, focalizando esforços em grupos particularmente vulneráveis, nas questões de renda, gênero e racial, em migrantes e imigrantes, e pessoas com deficiência. Adicionalmente devem-se fomentar as capacidades e habilidades dos paulistanos, tanto como condição para a promoção de um conhecimento continuado da cidade, como para assegurar que a prosperidade econômica seja usufruída pelo conjunto da população.

O censo do IBGE acompanha a participação dos 50% de menor renda na renda total, que em 2010 era de 10,57%, no entanto não há informações para o período de 2015 a 2019, que apoiem o monitoramento do desempenho dessa temática.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

#### Desafios remanescentes

Diversas dificuldades são encontradas com relação a temática de alcançar e sustentar o aumento da renda dos 40% mais pobres da população paulistana. Existe uma



## ODS 10 Redução das Desigualdades

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

dependência das políticas públicas federais que impedem do município de atuar de uma maneira mais enfática com relação a meta, um dos exemplos mais explícitos é a política do salário mínimo.

O grande desafio no âmbito de regência do governo municipal é conceber o financiamento para um programa de distribuição de renda baseado nos estudos territoriais para que possa haver um aumento progressivo da renda dos mais pobres até 40% maior.

Além disso, a geração de renda de grande parte da população, depende de um esforço comum entre a sociedade civil, empresas e terceiro setor. A concertação dos diferentes atores em prol da melhoria de renda da população é um dos grandes desafios que o PMDE pretende adereçar, busca-se estabelecer parcerias entre a população e os setores econômicos do município na elaboração das políticas públicas e de iniciativas para o desenvolvimento econômico e a geração de renda em São Paulo. No entanto, o efetivo engajamento dos diferentes grupos sociais, privados e públicos, apesar de contar com uma ferramenta de planejamento em pleno desenvolvimento coletivo como o PMDE, trata-se de um grande desafio ao governo municipal.



## 10.2

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo entende que a redução da desigualdade passa necessariamente pela promoção da equidade, apoiando de forma específica e direcionada às populações em situação de maior vulnerabilidade, exclusão ou subrepresentatividade nos espaços públicos e de tomada de decisão. Nesse sentido, especialmente por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) conta com diversas ações que fomentam a meta 10.2 em toda sua extensão.

Como alguns exemplos, a SMDHC implementa em conjunto com SMDet, Programas de Cidadania tais como o Programa Transcidadania, o Programa Bolsa Trabalho e POT Pop Rua, que são conjuntos de ações articuladas no âmbito de uma mesma política para uma população específica (pessoas trans, jovens e pessoas em situação de rua, respectivamente) visando promover a sua cidadania por meio do apoio para o acesso a serviços, geração de renda, elevação da escolaridade e/ou qualificação profissional aliada à transferência de renda e ações para promoção da empregabilidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de equipamentos com Posto de Atendimento Presencial da Central de Intermediação de Libras	Número total de equipamentos públicos municipais que contam com Posto de Atendimento Presencial - PAP CIL
Número de equipamentos certificados com o Selo de Acessibilidade Arquitetônica	Número total de equipamentos públicos municipais certificados com o Selo de Acessibilidade Arquitetônica
Número de pessoas beneficiárias do Programa Transcidadania	Número acumulado de pessoas beneficiadas pelo Programa Transcidadania.
Servidores(as) municipais ativos negros(as) (%)	Servidores ativos da administração direta do governo municipal que se autodeclararam negros ÷ Servidores municipais ativos da administração direta do governo (x100)





## ODS 10 Redução das Desigualdades

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

requisitos das normas técnicas e dessa forma não possuir o Selo de Acessibilidade Arquitetônica. Ademais, faz-se necessário o estabelecimento de um fluxo de acompanhamento da SMPED para promoção da acessibilidade junto aos demais órgãos da prefeitura (secretarias e subprefeituras), além da definição de ferramentas para monitorar a totalidade dos equipamentos com “algum” tipo de mecanismo de acessibilidade;

Além disso, se mostra também como desafio, melhorar a qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município para redução da desigualdade, produzindo informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade e a violência dela decorrente (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc).



## 10.3

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

### Proposta de municipalização da temática

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

### Contextualização

A cidade de São Paulo, apesar de ser a mais rica, também é reconhecida como uma das mais desiguais do país no acesso à emprego e outros direitos como saúde, renda, educação e cultura. A fim de contribuir para a melhora desse quadro, tornando a cidade menos desigual, a Prefeitura de São Paulo desenvolve ações e políticas visando promover a equidade e garantir o equilíbrio no acesso a serviços, a inclusão e representatividade de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou grupos historicamente discriminados e excluídos.

São exemplos dessas ações as políticas de cotas para negros negras e afrodescendentes no serviço público municipal (Lei Municipal 15.939/2013), a política de cotas para pessoas com deficiência, as ações de qualificação profissional e ampliação da escolaridade, bem como ações para ampliação da autonomia e garantia de acesso à assistência social e outros direitos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Servidores efetivos municipais negros contratados pela Lei de Cotas (%)	Total de ingressos de Negros, Negras e Afrodescendentes (NNA) efetivos ÷ Total de ingressos de efetivos (x100)
Servidores efetivos municipais com deficiência contratados pela Lei de Cotas (%)	Total de ingressos de PCD efetivos ÷ Total de ingressos de efetivos (x100)
Orçamento municipal destinado à ações de redução da desigualdade (%)	Valor total do orçamento liquidado em projetos e a ações de redução da desigualdade (funções orçamentárias 08 - Assistência Social e 14 - Direitos da Cidadania) ÷ Orçamento total do orçamento liquidado do município (x100)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Percentual do orçamento municipal destinado à ações de redução da desigualdade, no período (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	3,401%	3,474%	3,587%	3,417%	3,278%

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) / Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

Servidores efetivos municipais negros contratados pela Lei de Cotas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	12,71%	6,24%	10,46%	10,17%	10,76%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

Servidores efetivos municipais com deficiência contratados pela Lei de Cotas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,62%	1,21%	1,41%	0,50%	0,14%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Desafios remanescentes**

Melhorar a qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município para redução da desigualdade, produzindo informações devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc.).



## 10.4

Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

### Proposta de municipalização da temática

Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

### Contextualização

O município de São Paulo possui grandes disparidades socioeconômicas em seu território, e é papel da Prefeitura implementar políticas públicas para promoção do bem-estar social de toda a população. Os serviços públicos desenvolvidos na maior parte das Secretarias Municipais visam uma maior igualdade socioeconômica. As políticas fiscais ficam sob gestão da Secretaria da Fazenda, mas em sua maioria são decorrentes de leis municipais propostas e aprovadas pela Câmara Municipal. A salarial fica sob a tutela do Governo Federal, mas ainda assim a Secretaria de Gestão possui políticas relacionadas aos Servidores Públicos. Enquanto a de proteção social, a mais abrangente delas, fica sob uma diversidade de pastas, com enfoque para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

As políticas existentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho com enfoque na ampliação da igualdade socioeconômica são as seguintes:

#### Programa Mãos e Mentres Paulistanas

O Programa Mãos e Mentres Paulistanas promove uma série de atividades que irão fortalecer o ecossistema de artesãos e manualistas e estimular a inclusão produtiva, acesso a mercado e o desenvolvimento econômico local.

#### Atendimento e formalização do Microempreendedor Individual (MEI)

O Microempreendedor Individual (MEI) da cidade de São Paulo conta com o serviço de atendimento especializado, formalização e outros procedimentos, nas unidades do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

#### Programa Operação Trabalho (POT)

O “Programa Operação Trabalho” (POT) tem como objetivo conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente à família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho. Atende beneficiários em situação de desemprego e vulnerabilidade social por intermédio de auxílio pecuniário e oportunidades de qualificação profissional.



### Mais Mulheres

O programa “Mais Mulheres” tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e empreendedoras, por meio do empoderamento feminino de mulheres de regiões menos privilegiadas da cidade de São Paulo que são empreendedoras e querem aperfeiçoar o seu negócio. É voltado para mulheres que já tem um negócio e querem impulsioná-lo.

### Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas (VAI TEC)

O “Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas” (“Vai TEC”) tem como objetivo apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades inovadoras e em especial as ligadas à tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), principalmente de jovens de baixa renda.

### Programa TEIA

O Programa “TEIA” tem o objetivo de criar coworkings públicos na cidade de São Paulo, para que empreendedores possam desenvolver suas empresas e projetos. Além disso, fomentam a criação de redes locais de empreendedores.

### Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos da cidade de São Paulo tem como objetivo adquirir alimentos da agricultura familiar, arrecadar alimentos provenientes das indústrias alimentícias, redes varejistas e atacadistas que estão fora dos padrões de comercialização, mas sem restrições de caráter sanitário para o consumo. Esses alimentos são doados às entidades assistenciais, previamente cadastradas no programa, contribuindo assim no combate à fome e ao desperdício de alimentos.

### Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos

O Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos tem como objetivo arrecadar frutas, legumes e verduras que seriam descartadas, mas que estão em boas condições para o consumo, e doar para instituições que atendem pessoas que em situação de insegurança alimentar.

### Programa Tem Saída

O Tem Saída é uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, OAB-SP e ONU Mulheres. Conta com o apoio de empresas privadas, que viabilizam vagas de emprego para as mulheres atendidas pelo programa, promovendo, assim, a reinserção dessas mulheres no mercado de trabalho contribuindo para a independência financeira da mulher e o fim do ciclo de violência.

### Escola Municipal de educação profissional e saúde pública Professor Makiguti

A Makiguti oferece os cursos técnicos de Saúde Bucal, Farmácia, Análises Clínicas, Gerência em Saúde, Hemoterapia e Cuidados de Idosos. Possui dois processos seletivos por ano, oferecendo 1080 vagas ao todo.



### Centro de Atendimento ao Trabalhador (CATE)

O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) é uma rede de unidades de atendimento aos cidadãos que buscam orientação e inserção no mercado de trabalho. O CATE tem como finalidade captar, cadastrar e oferecer aos desempregados e trabalhadores em situação de vulnerabilidade, vagas para reinserção no mercado de trabalho, bem como promover ações de fomento ao empreendedorismo e autoemprego.

### Programa Empreendedoras Digitais

O Programa tem o objetivo de promover o protagonismo feminino por meio da capacitação e do desenvolvimento de empresas de base tecnológica. A meta é capacitar 300 mulheres e gerar 30 startups que serão acompanhadas em um processo de pré-aceleração a ser realizado na capital.

Segundo a Secretaria Municipal de Gestão as ações referentes às políticas salariais que o Município promove são relacionadas aos Servidores Públicos:

A organização dos cargos e salários na Prefeitura de São Paulo está disposta de maneira a minimizar as desigualdades de remuneração entre os servidores. Exemplo disso é que as pessoas que realizam as mesmas funções e ocupam cargos de mesma referência, possuem remuneração igual, de modo a não ter diferenciação na remuneração oferecida pela ocupação no mesmo cargo. Outras ações visando à redução das desigualdades são encampadas na Prefeitura como, por exemplo, o pagamento do benefício do Vale Alimentação oferecido aos servidores que recebem até 5 salários mínimos.

Segundo a Secretaria Municipal da Fazenda as políticas fiscais enfoque na ampliação da igualdade socioeconômica são as seguintes:

- Fomento ao comércio e desenvolvimento econômico social de áreas públicas;
- Incentivos fiscais para a Nova Luz;
- Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste e Extremo Sul;
- Incentivo a Economia Popular e Solidária.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Beneficiários do Programa Operação Trabalho	Número de beneficiários que foram inseridos nos projetos do Programa Operação Trabalho - POT



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

## Número de Beneficiários do Programa Operação Trabalho

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	1.872	1.281	3.204

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

\* Apesar de instituído pela lei n°.13.178 de 17/09/2001, com nova redação na lei 13.689 de 19 de dezembro de 2003, não foram localizados os dados referentes aos anos de 2015 e 2016.

**Desafios remanescentes**

Com relação a promoção da ampliação da igualdade socioeconômica uma das dificuldades das políticas de desenvolvimento econômico é a centralidade que o governo federal possui nas políticas salariais, fiscais e de proteção social. O papel do município é o de compreender melhor as particularidades de seu território para propor programas e ações que atendam as especificidades da sua realidade. É nesse sentido que o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) propôs um estudo sobre o desenvolvimento econômico da cidade assim como oficinas de conversa de diálogo social com os setores econômicos e com a população de cada uma das oito macrorregiões da cidade. Trata-se de um esforço contínuo de compreensão e análise para estipular políticas públicas de promoção da igualdade socioeconômica específicas para a realidade local, que trazem a dificuldade de mobilização dos atores, de recursos para realização de estudos, recursos para implementação de programas, de recursos humanos no quadro de servidores, entre outros.

Com relação aos desafios salariais dos servidores, conforme a Secretaria de Gestão, é a manutenção das ações de modo a ampliá-las e aprimorá-las.



# 10.5

**Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.**

### Proposta de municipalização da temática

Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) está desenvolvendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico da cidade em São Paulo em parceria com a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. O foco do Plano é promover o crescimento econômico que gere emprego e renda e que diminua as distâncias sociais. Partindo das características mais marcantes como dinamicidade, diversidade produtiva e cultural e desigualdade estrutural a proposta é promover no futuro a cidade seja inclusiva, competitiva e sustentável. Nesse sentido quatro agendas foram criadas: inclusão, competitividade, digital e territorial.

O PMDE como um todo dialoga com a meta 10.5, mais especificamente dialoga com a agenda de competitividade, vide redação da justificativa da meta 8.2.

O PMDE revisa a literatura sobre futuro do trabalho das grandes consultorias, revisa o relatório sobre futuro do trabalho do observatório do trabalho e posiciona os principais desafios de São Paulo com relação a posição da cidade no mercado global. Com relação a regulamentação dos mercados financeiros globais, esse tema foge do escopo das políticas públicas municipais.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Especialmente por seu caráter de implementação de programas muitas vezes vistos como pontuais e locais existe uma dificuldade estrutural herança de um papel histórico do governo municipal do que já foi chamado por alguns especialistas de enfoque em 'políticas assistencialistas' de desenvolvimento de políticas públicas da cidade que considerem o contexto internacional. Dessa forma, ainda é incipiente as iniciativas de



## ODS 10 Redução das Desigualdades

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

políticas e programas que posicionam a cidade no contexto global, o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) traz essa perspectiva e as ações e iniciativas da SP Negócios também têm essa abordagem. Desafios como recursos para investimento e capital humano para implementar ações ainda são um desafio para a consolidação dessa perspectiva.



## 10.6

Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Os processos de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais não envolvem diretamente o governo municipal.



## 10.7

**Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.**

### Proposta de municipalização da temática

Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo realiza diversos tipos de políticas para que a situação migratória no município seja planejada e acolhedora.

Para tratar sobre este tema, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Trabalho Decente (CPMig), trabalha em diversas frentes para o desenvolvimento migratório na cidade de São Paulo. Como exemplo, a SMDHC possui o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), equipamento público referenciado no atendimento especializado à população imigrante com foco na defesa e promoção de direitos, integração social, cultural, laboral e econômica. Com diversos atendimentos especializados, principalmente no que se refere à regulação migratória e inclusão social, o CRAI é parte importante da política pública migratória da cidade de São Paulo.

Além disso, a SMDHC conta ainda com a Unidade Móvel de Atendimento, a qual realiza, de forma itinerante, o atendimento à população imigrante na cidade de São Paulo.

Por fim, o CRAI conta ainda com ações de formação de agentes públicos e privados que atuam junto a população imigrante, visando o desenvolvimento da política migratória no município.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de pessoas atendidas pelo Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI)	Quantidade de pessoas atendidas pelo CRAI - Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante.
Número atendidos no CRAI para regularização migratória	Número de pessoas atendidas pelo CRAI - Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante com demanda de regularização migratória



Microempreendedores Individuais de nacionalidade estrangeira

Número total de Microempreendedores Individuais de nacionalidade estrangeira

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de pessoas atendidas pelo Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2.774	4.318	5.058	11.169	-

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Número de atendimentos para regularização migratória

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	113	792	1.383	2.235	1.887

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Microempreendedores Individuais (MEIs) de nacionalidade estrangeira

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	20.443

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET) / Portal do Empreendedor, dados extraídos em 02/05/2020.

### Desafios remanescentes

Melhorar a qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social, produzindo dados devidamente territorializadas, desagregadas e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade (raça/cor, idade, nacionalidade, território etc.).



## 10.a

Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

As tratativas de comércio exterior não envolvem diretamente o governo municipal.



## 10.b

Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Buscar a cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, de acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) está desenvolvendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico da cidade em São Paulo, cujo foco é promover o crescimento econômico que gere emprego e renda e que diminua as distâncias sociais. Partindo das características mais marcantes como dinamicidade, diversidade produtiva e cultural e desigualdade estrutural a proposta é promover no futuro a cidade seja inclusiva, competitiva e sustentável. Nesse sentido, quatro agendas foram criadas: inclusão, competitividade, digital e territorial.

A meta 10.b dialoga especificamente com a agenda de competitividade, vide redação da justificativa da meta 8.2. A agenda propõe que a criação de estratégias de atração de investimentos privados internacionais para São Paulo, oferecendo apoio ao investidor, informações sobre economia, infraestrutura e regulações municipais.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de ações de cooperação internacional para assistência e desenvolvimento social	Somatório do número de ações de cooperação e projeção internacional nas temáticas relacionadas à assistência e desenvolvimento social
Recursos internacionais aplicados em ações de assistência e desenvolvimento social	Total de valores, em reais, de recursos internacionais investidos em assistência e desenvolvimento social



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número de ações de cooperação internacional para assistência e desenvolvimento social

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	_*	_*	_*

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Diagnóstico em processo de elaboração, dados disponíveis de 2017 a 2019, mas levantamento não havia sido concluído até o fechamento deste relatório.

Recursos internacionais aplicados em ações de assistência e desenvolvimento social

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	_*	_*	_*

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Diagnóstico em processo de elaboração, dados disponíveis de 2017 a 2019, mas levantamento não havia sido concluído até o fechamento deste relatório.

**Desafios remanescentes**

Ainda são incipientes as iniciativas de políticas e programas que posicionam a cidade no contexto global, atraindo investimentos privados internacionais para o município de São Paulo. O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) traz essa perspectiva e as ações e iniciativas da SP Negócios - agência de promoção de investimentos e exportações do município - também têm essa abordagem. Desafios como a captação de recursos e o capital humano necessário para implementar essas ações permanecem na consolidação dessa perspectiva da cidade de São Paulo como um polo de investimento externo direto.



## 10.c

Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Entendeu-se que não cabe a Prefeitura Municipal de São Paulo o desenvolvimento de ações voltadas para a redução dos custos de transação e de remessas internacionais de recursos.





## ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



# 11.1

Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

## Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

## Contextualização

A complexidade da questão habitacional no município de São Paulo requer que seja estruturado um Plano Municipal de Habitação de forma a estruturar respostas diversas e complementares que garantam o direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo a famílias de baixa renda por meio de programas, ações e estratégias para o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana, articuladas com estratégias de financiamento e de gestão participativa, a fim de atingir as metas estabelecidas, que serão territorializadas nos Planos de Ação Quadrienais de Habitação - PAQHs.

## Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Estimativa de domicílios existentes em favelas	Domicílios em favela
Número de famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária em assentamentos precários	Famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária em assentamentos precários
Número de Unidades Habitacionais entregues (por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas)	Unidades Habitacionais entregues (por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas)
Número de famílias beneficiadas com urbanização de assentamentos precários em andamento	Famílias beneficiadas com obras de urbanização de assentamentos precários em andamento
Número de Auxílio Aluguéis concedidos a famílias	Somatória do número de famílias beneficiárias de Auxílio Aluguel no mês de dezembro de cada ano
Tempo médio de permanência em meses no atendimento habitacional provisório dos beneficiários de Auxílio Aluguel que foram reassentados em unidade habitacional (atendimento habitacional definitivo)	Média simples do total dos meses obtidos pela diferença entre a data do primeiro pagamento até a data do último pagamento de Auxílio Aluguel dentre o total de famílias que receberam atendimento habitacional



	definitivo (reassentamento em unidade habitacional)
Valores totais liquidados por ano com atendimento habitacional provisório (Auxílio Aluguel) pela Prefeitura de São Paulo	Valores totais liquidados por ano com atendimento habitacional provisório (Auxílio Aluguel) pela Prefeitura de São Paulo (inclui gastos realizados pela SEHAB que podem ter diferentes fontes orçamentárias, como Tesouro, FMH, OUCFL, OUCAE etc.)
Número de pessoas cadastradas no sistema de cadastro de demanda aberta da COHAB	Somatória das pessoas que se cadastraram no site da COHAB com interesse na aquisição de uma unidade habitacional por ano

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Estimativa de domicílios existentes em favelas\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	386.119	386.806	391.043	-	391.429

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). \* Essa informação não é precisa, porque não há uma rotina de atualização de toda a base de dados. Desde 2010 (período em que houve o último levantamento completo), coabitam informações atualizadas em diferentes momentos. Ocorrem atualizações quando há alguma intervenção pública no local, e assim, foram utilizados como referência os dados contidos no Portal HabitaSampa.

**Número de famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária em assentamentos precários**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	35.000	15.757	27.711

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).  
\* Metodologia de cálculo era outra antes do Programa de Metas 2017-2020.

**Número de Unidades Habitacionais entregues (por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	1.982	2.263	5.153

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).  
\* Dados disponíveis apenas para o Programa de Metas 2017-2020.

**Número de famílias beneficiadas com urbanização de assentamentos precários em andamento**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	0	2.500	7.690

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).  
\* Dados disponíveis apenas para o Programa de Metas 2017-2020.



**Número de Auxílio Aluguéis concedidos a famílias anualmente**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	30.573	30.739	29.199	28.176	26.787

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) / HabitaSampa.

**Tempo médio de permanência em meses no atendimento habitacional provisório dos beneficiários de Auxílio Aluguel que foram reassentados em unidade habitacional (atendimento habitacional definitivo)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) / HabitaSampa.

\* Esse indicador passará a ser monitorado a partir de 2020.

**Valores totais liquidados por ano com atendimento habitacional provisório (Auxílio Aluguel) pela Prefeitura Municipal de São Paulo (R\$)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	124.070.338	141.928.461	133.027.130	126.929.950	127.997.900

Fonte: Departamento de Administração e Finanças (DAF) / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

**Número de pessoas cadastradas no sistema de cadastro de demanda aberta da COHAB por ano**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	57.200	44.401	36.625	46.556	52.983

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação e Telecomunicações / Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB); Departamento de Planejamento Habitacional (DEPLAN) / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) / "Cadastro de Demanda Habitacional - PMSP".

**Desafios remanescentes**

Um dos principais desafios remanescentes reside na demanda pela atualização dos dados sobre as necessidades habitacionais entre os intervalos dos Censos Censitários (pelo menos a cada cinco anos). Neste sentido, se carece da realização do Censo de Cortiços, além de uma sistemática institucional e periódica de atualização das informações de SEHAB sobre favelas e loteamentos irregulares.

Pende ainda de aprovação na Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei Municipal 619/2019, que: estabelece o conjunto de programas e estratégias de ação diante das necessidades habitacionais identificadas; aprimora a estrutura de gestão e participação social; cria a dinâmica de planejamento financeiro da Política Municipal de Habitação; e cria regras para os Planos de Ação Quadrienais de Habitação - PAQHs, que estabelecerão metas para a política no território, de forma a assegurar a universalização do acesso à moradia digna em todo o Município.



Também está pendente a regulamentação do programa de Assistência Técnica, Jurídica e Social, prevista nos artigos 75 a 79 do PMH 619/2016, e da Lei Municipal 16.587, de 12 de dezembro de 2016, que: dispõe sobre a autogestão na elaboração de projetos e construção de moradias, visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações e cooperativas habitacionais (Processo Eletrônico SEI 6010.2019/0000196-0); e prevê a criação do Programa Municipal denominado Autogestão na Moradia, destinado à produção, regularização e/ou assistência técnica para habitação de interesse social em parceria com associações, entidades e/ou cooperativas devidamente habilitadas no âmbito da Secretaria Municipal da Habitação.

Em relação ao cadastro da demanda habitacional, se faz necessária a unificação do cadastro de todas as famílias cadastradas no município, das bases de dados relativas às famílias cadastradas para atendimento habitacional (demanda fechada), essencialmente proveniente de remoções por frente de obras, assim como da demanda aberta, ou seja, aquela proveniente de cadastramento na plataforma online da Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), para aprofundamento dos cruzamentos e acompanhamento das famílias beneficiadas.



## 11.2

Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, sob a premissa da metodologia de Visão Zero e Sistemas Seguros, e priorizando sempre os modos de transporte coletivos e pouco poluentes, proporcionar a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) o acesso a uma mobilidade urbana segura, capilarizada, confortável, fluida, sustentável, ofertada a preços módicos e com desenho universal.

### Contextualização

Em 2019, por meio do Decreto Municipal nº 58.717/2019, houve a publicação do Plano de Segurança Viária do Município de São Paulo (PSV - 2019-2028), com o objetivo de ser o principal instrumento de planejamento das políticas públicas municipais de promoção da segurança viária. Um dos principais objetivos de tal Plano é instituir a metodologia de Visão Zero e Sistemas Seguros na cidade de São Paulo. Por meio dessa metodologia, todas as intervenções no viário devem ser planejadas e implantadas de forma a desestimular a condução de comportamentos inseguros na direção, ou, alternativamente, minimizar os efeitos de tais comportamentos sobre a ocorrência e sobre a gravidade de acidentalidades de trânsito.

Em adição, de acordo com o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (PlanMob), principal instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, e alinhado ao disposto no Plano Diretor Estratégico do Município, o transporte público e os modos ativos de deslocamento (a pé e por bicicleta) têm prioridade na organização do viário urbano. Tendo em vista que o espaço urbano é limitado, essa priorização é essencial para garantir maior eficiência na ocupação do espaço urbano.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Viário da cidade com vias dedicadas aos ciclistas (%)	Extensão total, em quilômetros (km), de ciclovias ou ciclofaixas ÷ Extensão total, em quilômetros (km), de vias do município (x100)



Viário da cidade com infraestrutura dedicada aos ônibus (corredores de ônibus à esquerda) (%)	Extensão total, em quilômetros (km), de corredores de ônibus à esquerda ÷ Extensão total, em quilômetros (km), de vias do município (x100)
Viário da cidade com infraestrutura priorizada aos ônibus (faixas exclusivas à direita) (%)	Extensão total, em quilômetros (km), de faixas exclusivas de ônibus ÷ Extensão total, em quilômetros (km), de vias do município (x100)
Estimativa do custo social anual dos acidentes de trânsito	Estimativa do custo social anual dos acidentes de trânsito no município (estimativa do IPEA atualizada pelo IPCA e de acordo com o número de acidentalidades de trânsito do município)
Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (%)	Número de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ÷ Número total de ônibus coletivos do município (x100)
Capilaridade do transporte público (%)	Estimativa da população que vive em um raio de até 300 metros de estações de transporte sobre trilhos ou de um ponto de ônibus ÷ População total do município (x100)
Número de passageiros transportados pelo serviço de transporte especial com veículos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida do Município (Atende)	Contagem do número de passageiros transportados pelo serviço de transporte especial com veículos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida do Município (Atende)
Calçadas do município com largura total adequada (%)	Extensão total de calçadas do município com largura superior a 1,9 metro ÷ Extensão total de calçadas do município (x100)
Orçamento do município destinado à mobilidade urbana (%)	Valor total empenhado na Função Orçamentária Transporte (código 26) no exercício de referência ÷ Valor total empenhado no orçamento da Prefeitura no exercício de referência (x100)
Peso da tarifa de transporte público no orçamento mensal dos(as) cidadãos(ãs)	Valor da tarifa de ônibus preponderante no município no ano de referência x 50 ÷ Renda média mensal no município, de acordo com estimativas do IBGE (PNAD Contínua) (x100)
Transporte público por ônibus com energia sustentável	Número de ônibus coletivos que utilizam sistemas de energia sustentável (elétricos, híbridos e combustíveis renováveis e limpos) ÷ Número total de ônibus coletivos no município (x100)
Índice de Qualidade do Transporte (IQT)	Nota, de 0 a 100, atribuída ao conjunto das concessionárias em função do desempenho sobre os resultados nos principais atributos



de qualidade do transporte público. Os atributos avaliados são: reclamações do serviço; quilômetros por acidente; ocupação de passageiros nos veículos; cumprimento de viagens; transmissão de dados da viagem pelos veículos; pontualidade das partidas realizadas; quilômetros entre falhas e operação; conservação, limpeza e manutenção da frota; aprovação em inspeções sobre emissão de poluentes; e reclamações sobre conduta dos operadores.

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Viário da cidade com vias dedicadas aos ciclistas (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1,90%	2,50%	2,51%	2,52%	2,52%

Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

\* Extensão do viário considerada: 20.000 km.

Viário da cidade com infraestrutura dedicada aos ônibus (corredores de ônibus à esquerda) (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,56%	0,62%	0,62%	0,64%	0,64%

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans); Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

\* Extensão do viário considerada: 20.000 km.

Viário da cidade com infraestrutura priorizada aos ônibus (faixas exclusivas) (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2,41%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%

Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

\* Extensão do viário considerada: 20.000 km.

Estimativa do custo social anual dos acidentes de trânsito

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$1.063.359	R\$ 870.291	R\$ 764.174	R\$ 752.498	R\$ 892.714

Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	85,48%	89,07%	92,36%	95,52%	99,43%

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans); Secretaria Municipal de Mobilidade Transportes (SMT).



Número de passageiros transportados pelo serviço de transporte especial com veículos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida do Município (Atende)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	8.733	8.733	9.059	9.640

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans); Secretaria Municipal de Mobilidade Transportes.

Capilaridade do transporte público (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	96,16%	95,70%	95,83%	96,12%	96%

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans).

Calçadas do município com largura total adequada (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	58,45%

Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Orçamento do município destinado à mobilidade urbana (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	8,26%	8,55%	8,80%	9,46%	8,70%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal de Mobilidade Transportes (SMT).

Peso da tarifa de transporte público no orçamento mensal dos(as) cidadãos(ãs) (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	5,43%	5,77%	5,48%	5,20%	5,59%

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans).

Transporte público por ônibus com energia sustentável

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	201	201	201	201	217

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans); Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Índice de Qualidade do Transporte (IQT)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	72,74*	73,04*	73,11*	74,53*	71,97**

Fonte: São Paulo Transporte S/A (SPTrans).

\* Período de avaliação: julho a dezembro.

\*\* Período de avaliação: outubro a dezembro.



**Desafios remanescentes**

Constituem desafios remanescentes da Prefeitura de São Paulo para atuar na temática:

- 1) Continuar priorizando cada vez mais os modos coletivos e ativos de deslocamento no espaço urbano da cidade, por meio da expansão da rede de faixas exclusivas e corredores de ônibus; de ciclovias e ciclofaixas; e de infraestruturas dedicadas aos pedestres ou que garantam segurança a esse público, como calçadas, calçadões, locais seguros de travessia, moderadores de tráfego e espaços de convivência que estimulem a apropriação do espaço público;
- 2) Garantir que o sistema municipal de transporte público sobre pneus tenha os atributos de confiabilidade, previsibilidade, eficiência, segurança, capilaridade, conforto, modicidade tarifária, acessibilidade universal, entre outros;
- 3) Aumentar a participação de investimentos em mobilidade e transportes no orçamento municipal, incluindo intervenções urbanas em prol da segurança viária;
- 4) Por meio das regras já previstas nos contratos de concessão do serviço, promover a gradual e progressiva migração da matriz energética dos ônibus do sistema municipal de transporte público para soluções menos poluentes e com menor emissão de gases causadores do efeito estufa;
- 5) Seguir as diretrizes e cumprir as metas previstas no Plano Municipal de Segurança Viária até o final da década, de forma a reduzir mortes e lesões graves pelo trânsito e promover o atendimento integral às vítimas de acidentalidades de trânsito.



## 11.3

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos.

### Contextualização

Os indicadores a seguir têm como fio norteador o Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014. Planos setoriais, fundos e canais institucionais de participação que favoreçam o controle social foram definidos nesse marco legal. Quantificam-se os investimentos do município em urbanização da cidade e em assentamentos precários, a elaboração de planos setoriais e a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Urbana como forma de monitorar os avanços no cumprimento da lei, e de conseguinte, em responder ao objetivo 11.3.

Destaca-se ainda, que o cumprimento desta temática dialoga diretamente com o cumprimento da temática 11.1, que aborda a garantia do acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Participação dos recursos liquidados em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal (%)	$(\text{Recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas} \div \text{Total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal}) \times 100$
Participação dos Fundos Municipais no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)	$(\text{Recursos liquidados pelos Fundos Municipais em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas} \div \text{Total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas}) \times 100$



Participação das Operações Urbanas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)	(Recursos liquidados pelas Operações Urbanas em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas ÷ Total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas) (x100)
Participação dos Fundos Municipais e das Operações Urbanas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)	(Recursos liquidados pelos Fundos Municipais e Operações Urbanas em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas ÷ Total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas) (x100)
Evolução da aprovação dos Planos Municipais de políticas setoriais	(Planos setoriais aprovados ÷ Total de Planos Municipais citados no Plano Diretor Estratégico como parte das ações prioritárias a serem elaboradas até 2030)
Reuniões realizadas do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) (%)	(Quantidade de reuniões do Conselho de Política urbana (CMPU) ÷ Total de reuniões previstas na lei 16.050/2014 - PDE) (x100)
Participação da sociedade civil em reuniões do órgão colegiado de planejamento da cidade - CMPU (%)	[Somatória das presenças dos representantes da sociedade civil nas reuniões da CMPU realizadas no ano ÷ (Total de representantes previstos na lei 16.050/2014 PDE x Número de reuniões no ano)] (x100)

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Participação dos recursos liquidados em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	32,99%	32,40%	29,49%	30,79%	28,67%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) - Quadro de Detalhamento de Despesas. Elaboração: Monitoramento e Avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).



Participação dos Fundos Municipais e das Operações Urbanas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	7,80%	9,12%	6,36%	10,68%	11,52%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) - Quadro de Detalhamento de Despesas. Elaboração: Monitoramento e Avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Participação das Operações Urbanas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	11,42%	7,49%	3,68%	1,83%	1,61%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) - Quadro de Detalhamento de Despesas. Elaboração: Monitoramento e Avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Participação dos Fundos Municipais e das Operações Urbanas no total de recursos liquidados pelo Tesouro Municipal em infraestrutura e serviços urbanos, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	19,22%	16,61%	10,04%	12,50%	13,13%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SF) - Quadro de Detalhamento de Despesas. Elaboração: Monitoramento e Avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Evolução da aprovação dos Planos Municipais de políticas setoriais (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	6%	28%	33%	44%	50%

Fonte: Monitoramento e Avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Reuniões realizadas do Conselho Municipal de Política Urbana (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	133%	133%	83%	117%	133%

Fonte: Acompanhamento Órgãos Colegiados AOC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).



Participação da sociedade civil em reuniões do órgão colegiado de planejamento da cidade - C MPU (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	70,6%	48,2%	51,8%	39,9%	39,0%

Fonte: Acompanhamento Órgãos Colegiados AOC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

**Desafios remanescentes**

Constitui desafio remanescente para cumprimento dessa temática o desenvolvimento de indicador que contabilize a quantidade de Conselhos de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 1 e 3 ativos, frente ao número de projetos em andamento (Conforme Portaria nº 146/2016 – SEHAB), para que possa ser avaliado se a política está sendo realizada. A complexidade se deve pela necessidade de informações das múltiplas obras urbanas em realização no município nesses territórios, que são de competência de diversas secretarias municipais. Cabe ainda pensar outros indicadores que possam espelhar a participação social no planejamento urbano, no que se refere à elaboração de leis e planos urbanísticos, bem como em sua implementação. Uma futura medida pode estar relacionada às audiências públicas e às consultas online, mas essas informações não estão disponibilizadas na forma de dados.



# 11.4

## Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

### Proposta de municipalização da temática

Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de São Paulo, por meio de ações de proteção e valorização do patrimônio.

### Contextualização

O patrimônio cultural material e imaterial é inerente à construção e formação do cidadão e seu autorreconhecimento enquanto membro da sociedade em que está inserido. O fortalecimento de ações de salvaguarda e proteção ao patrimônio cultural tem como objetivos: fomentar a articulação entre modernização e preservação da qualidade de vida para todos; reconhecer como patrimônio cultural a diversidade das experiências da cidade; e estimular a população para viver e participar do patrimônio cultural como experiência coletiva. Entende-se por patrimônio cultural o conjunto de aspectos físicos, representados por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. E mais. Aquele que carrega muitas peculiaridades nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos, manifestados pelo povo. É uma bagagem intangível da herança cultural de uma comunidade, transmitida oral, gestualmente, ou por escrita, que constitui o patrimônio cultural imaterial. As informações relacionadas à gestão ambiental do patrimônio natural estão consideradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 - Vida Terrestre.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Ações de proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural (%)	$\frac{\text{Orçamento liquidado em obras e instalações em equipamentos culturais tombados da Secretaria Municipal de Cultura (SMC)}}{\text{Orçamento liquidado em obras e instalações do total de equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura (SMC)}} \times 100$
Ações de valorização do patrimônio histórico e cultural (%)	$\frac{\text{Orçamento liquidado com a programação cultural relacionada ao patrimônio histórico cultural}}{\text{Orçamento liquidado pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) relacionados ao Patrimônio histórico, artístico e arqueológico}} \times 100$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Ações de proteção e preservação do patrimônio histórico cultural**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	99,38%	94,06%	98,37%	94,50%	53,72%

Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico / Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

**Ações de valorização do patrimônio histórico cultural**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	4,24%	14,44%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) / Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo (SF) / Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

\* Não há dados disponíveis entre 2015 e 2017.

**Desafios remanescentes**

O principal desafio reside na execução orçamentária de ações de investimento em obras e reforma, pois desde 2019 há um déficit de pessoal na equipe técnica de arquitetura e engenharia para atender a alta demanda de elaboração de projetos e cadernos técnicos para obras e reformas em equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Dessa forma, apesar de todos os esforços, há uma diferença entre orçamento previsto e o orçamento liquidado para essas obras. Importante ressaltar que não é um problema específico de patrimônio histórico, porém nesses casos, o processo costuma levar um tempo maior, pois há a necessidade de aprovação do projeto pelos órgãos competentes de tombamento. Outro desafio é mapear toda a programação cultural relacionada a patrimônio histórico principalmente antes de 2018, pois as dotações orçamentárias na Secretaria Municipal de Cultura (SMC) eram diferentes das que estão vigentes atualmente.



## 11.5

Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto municipal, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo tem importante atuação na redução dos impactos de desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica por meio da realização de planos e obras para o controle das cheias, e por meio da realização de uma série de ações para garantia de uma melhor resposta do poder público frente a inundações. Entre essas ações podemos destacar o Sistema de Alerta da Prefeitura, que está a cargo do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE). Ele realiza o acompanhamento hidrometeorológico do município de modo a emitir alertas com antecedência para que a Defesa Civil e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) tomem as devidas providências para reduzir o impacto desses eventos climáticos. Além das chuvas intensas são emitidos alertas para a ocorrência de temperaturas baixas, baixo grau de umidade, ventos intensos, risco de escorregamento de encostas e agora também temperaturas elevadas.

Ainda, a Prefeitura realiza o mapeamento das áreas inundáveis do município por meio da modelagem das bacias e de inspeções em campo. Tal mapeamento é realizado desde 2017 para eventos menos críticos (chuvas de 5 anos de recorrência), e em 2020 começou a ser realizado para eventos mais críticos (chuvas de 100 anos de recorrência). Trata-se de uma informação georreferenciada expressa em área, podendo ser aplicada por bacia ou por outra unidade geográfica.

Para essas áreas inundáveis a Prefeitura está tomando algumas iniciativas de modo a estabelecer condições melhores para a convivência com as cheias nessas áreas inundáveis, ou seja, estabelecendo quais são os usos possíveis para os imóveis atingidos, e quais são as condições construtivas a serem seguidas para essas



edificações de modo a termos construções com maior grau de resiliência às cheias. Nessas condições obtém-se uma redução dos riscos e prejuízos resultantes nas enchentes.

Destaca-se por fim, que o cumprimento dessa temática dialoga diretamente com os compromissos assumidos pelo município de São Paulo em atendimento à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conforme detalhado no capítulo referente ao ODS 13 - Ação contra a Mudança do Clima.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Processos judicializados, movidos contra a Prefeitura, por danos causados por enchentes	Quantidade de processos (número absoluto) movidos contra a Prefeitura, por danos causados por enchentes por ano
Áreas inundáveis do município de São Paulo (km²)	Extensão em quilômetros da área inundável do município de São Paulo, calculada a partir de modelagem das bacias e de inspeções em campo

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Processos judicializados, movidos contra a Prefeitura, por danos causados por enchentes

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1	0	2	7	20

Fonte: Procuradoria Geral do Município (PGM).

Áreas inundáveis do município de São Paulo (km²)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	0,538	0,566	0,704

Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Obras (SIURB).

\* Esse indicador passou a ser monitorado a partir de 2017.

**Desafios remanescentes**

O principal desafio do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) no acompanhamento hidrometeorológico do município de modo a emitir alertas com antecedência reside na dificuldade de se manter tecnologicamente atualizado para sempre elevar o grau de confiabilidade de antecipação dos alertas climáticos emitidos.

É também realizado pela Prefeitura um monitoramento dos pontos de inundação, relacionados ao sistema viário, com dados de mais de 20 anos. Esses pontos são localizados no mapa digital do município, sendo registradas as ocorrências de alagamentos, ou seja, pode ser obtido o número de ocorrências em cada local, ou o



número total de ocorrências em qualquer unidade geográfica, em qualquer período. Essa informação ainda não foi convertida em indicador a tempo de conclusão deste relatório.

Em relação à atuação da Defesa Civil, lhe cabe principalmente o mapeamento das áreas com risco para as ameaças de deslizamento, solapamento (ambos em fase de atualização) e inundação (em fase inicial), conforme disposto na meta 1.5. Considerando que o risco é avaliado em função da ameaça, exposição, vulnerabilidade e capacidade adaptativa das edificações, os mapeamentos indicam as áreas de maior exposição e vulnerabilidade frente às ameaças citadas. No entanto, este é um instrumento de planejamento, e, portanto, a redução da exposição e vulnerabilidade estão associadas a demais medidas estruturais. Assim, embora o mapeamento das áreas de risco produza indicadores da ação na Prefeitura no aumento da resiliência - por exemplo redução ou aumento do número de áreas de risco, redução ou aumento do número de setores ou moradias em risco alto e muito alto -, eles representam de forma indireta o esforço despendido para o aumento da segurança e redução de exposição e vulnerabilidade, que dependem das ações dos demais órgãos.

Também cabe ressaltar que, em relação à exposição, os mapeamentos realizados pela Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) fornecem apenas uma estimativa do número de moradias. A COMDEC possui uma frente de atuação em medidas não estruturais, que visam aumentar a capacidade adaptativa da população frente aos eventos extremos, a exemplo: da capacitação de professores para atuarem como disseminadores de informações e de percepção de risco; do cadastramento de Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) - que são pessoas das comunidades que atuam de forma voluntária em parceria com a Defesa Civil -, e de demais ações de divulgação de informações para a população.

Ainda com o objetivo de aumentar a capacidade adaptativa, está em fase de construção os Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON), que definem os procedimentos de evacuação, socorro, atendimento e reabilitação do cenário em caso de desastre para as áreas de risco da cidade.

Entretanto, o principal desafio enfrentado para a construção de indicadores mais robustos está na quantidade de órgãos que atuam com a finalidade de construir a resiliência frente a eventos climáticos extremos. Apesar da boa relação entre os diversos órgãos envolvidos, carece-se de uma padronização da coleta de informações e dos procedimentos para sistematização e manipulação das mesmas.



## 11.6

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à redução da emissão de gases poluentes, à gestão de resíduos municipais, entre outros, em atendimento à Política de Mudança do Clima do Município.

### Contextualização

A redução das emissões de gases poluentes, com consequente melhoria da saúde da população, assim como a redução do impacto ambiental na gestão de resíduos, são decisivos para o atendimento da Lei Municipal nº 14.933 de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. A legislação ora citada tem por objetivo assegurar a contribuição do Município de São Paulo no cumprimento dos acordos pactuados na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conforme detalhado no capítulo referente ao ODS 13 - Ação contra a Mudança do Clima.

Indicadores relacionados ao cumprimento do ODS 13 derivarão diretamente do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima-SP) quando concluído. Dessa forma, por hora foram vinculados a essa temática indicadores relacionados à emissão de gases poluentes pela frota de ônibus municipal. Indicadores relacionados ao manejo de resíduos sólidos foram vinculados às temáticas 6.3, 12.3, 12.4 e 12.5, também diretamente relacionadas.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipais	Percurso monitorado ao ano (em km) x Fator de emissão (variável de acordo com a tecnologia do motor – 21,23 para CONAMA P5 ou EURO III e 8,57 para CONAMA P7 ou EURO V) x consumo médio em kg diesel
Emissão de material particulado (MP) pela frota de ônibus municipais	Percurso monitorado ao ano (em km) x Fator de emissão (variável de acordo com a tecnologia do motor – 0,355 para CONAMA P5 ou EURO III e 0,086 para CONAMA P7 ou EURO V) x consumo médio em kg diesel
Emissão de dióxido de carbono (CO2) pela frota de ônibus municipais	Percurso monitorado ao ano (em km) x Fator de emissão de CO2 (2,671 kg/l) x Consumo



	médio em l/km (variável de acordo com o tipo de veículo)
Lentidão máxima média no trânsito – pico da manhã (km)	Média dos valores máximos de lentidão, em km, observados diariamente no intervalo das 07h00 às 10h00
Lentidão máxima média no trânsito – pico da tarde (km)	Média dos valores máximos de lentidão, em km, observados diariamente no intervalo das 17h00 às 20h00

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipais**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	6.085	5.748	4.597	4.748	4.036

Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

**Emissão de material particulado (MP) pela frota de ônibus municipais**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	93,91	86,05	66,87	64,95	49,04

Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

**Emissão de dióxido de carbono (CO2) pela frota de ônibus municipais**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1.170.709	1.044.332	1.019.873	995.897	1.080.944

Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

**Média das lentidões máximas no trânsito - pico da manhã (km)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	90	81	66	98	77

Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

**Média das lentidões máximas no trânsito - pico da tarde (km)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	114	109	88	90	85

Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).



**Desafios remanescentes**

Constituem desafios remanescentes da Prefeitura de São Paulo para atuar na temática:

- 1) Cumprimento, por parte das empresas operadoras do transporte público sobre pneus, das regras contratuais assumidas em 2019 para migração gradual da matriz energética, conforme cronograma previsto nos editais e integrante dos contratos;
- 2) Com vistas à redução do uso de transportes motorizados e individuais, com conseqüente redução da emissão de gases poluentes, fomentar o uso dos transportes coletivos e ativos (como a bicicleta e a mobilidade a pé);
- 3) Reorganização e manutenção das reuniões periódicas do Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas (COMFROTA/SP) – e de suas câmaras técnicas;
- 4) Desenvolver uma forma de mensuração efetiva da produção de gases poluentes na cidade, além de incluir, na próxima concessão dos serviços de coleta de resíduos, que acontecerá em 2024, a exigência de redução da emissão de gases poluentes pela frota de caminhões que operará o serviço de coleta de resíduos;
- 5) Aprovar e implementar na sua totalidade o Plano de Ação Climática do município de São Paulo (PlanClima-SP), conforme detalhado no capítulo referente ao ODS 13 - Ação contra a Mudança do Clima.



# 11.7

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

## Proposta de municipalização da temática

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

## Contextualização

Proporcionar o acesso universal aos espaços públicos da cidade de forma segura, acessível e inclusiva é fomentar o acesso e o uso por toda população de praças, parques, calçadas entre outros ambientes públicos, fomentando a interação social, gerando bem estar à comunidade, democratizando os espaços e possibilitando o desenvolvimento destes. Para garantir a presença de toda a população sobre o espaço público, é necessário estarmos atentos a forma como as diferentes demandas e dinâmicas acontecem sobre as ruas, avenidas, praças e parques. Os espaços públicos têm para a cidade as funções mais diversas – como lazer, manifestação, simbologia -, e sem dúvida todos eles necessitam de uma qualidade no seu uso, na sua infraestrutura e na sua paisagem. Um dos objetivos perseguidos atualmente pela Prefeitura de São Paulo é o de renovar as formas de uso dos espaços públicos da cidade, compromisso direto com os direitos sociais e civis de toda a sociedade. A perspectiva de renovar as formas de uso dos espaços públicos se dá pelo cuidado e apreço que temos para com esses lugares, mas também pela necessidade de atualização e transformação das estruturas neles já existentes, permitindo uma ocupação mais democrática. Promover a diversificação das atividades – envolvendo um número maior de grupos de usuários em faixas de tempo – constitui-se em um instrumento fundamental para a construção do domínio público sobre os espaços públicos. Esse processo é capaz de promover, além da melhoria na percepção de segurança e qualidade, o reforço no sentido de pertencimento e identificação da população com a cidade, o que é fundamental para o sucesso de sua renovação.

## Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Parques totalmente acessíveis (%)	$\frac{\text{Nº de parques existentes com certificado de acessibilidade total no MSP}}{\text{Nº total de parques existentes no MSP}} \times 100$
Parques parcialmente acessíveis (%)	$\frac{\text{Nº de parques existentes com equipamentos acessíveis certificados no MSP}}{\text{Nº total de parques existentes no MSP}} \times 100$



Parques em processo de aprovação para certificação de acessibilidade (%)	Nº de parques existentes aprovados, mas ainda sem certificação de acessibilidade no MSP ÷ Nº total de parques existentes no MSP (x100)
Parques municipais existentes com equipamentos para idosos (%)	Nº de parques existentes que possuem equipamentos para idosos no MSP ÷ Nº total de parques existentes no MSP (x100)
Parques municipais existentes com equipamentos para crianças (%)	Nº de parques existentes que possuem equipamentos para crianças no MSP ÷ Nº total de parques existentes no MSP (x100)

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Parques totalmente acessíveis (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Parques parcialmente acessíveis (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Parques em processo de aprovação para certificação de acessibilidade (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Parques municipais existentes com equipamentos para idosos (%)\***

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



Parques municipais existentes com equipamentos para crianças (%)\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Desafios remanescentes**

Um dos maiores desafios para gestão e monitoramento dos espaços públicos reside na produção e sistematização de dados referentes à manutenção dos mesmos. A Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), por meio da Assessoria Técnica de Planejamento (ATPLAN), coordena o Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ), que contempla o serviço de “Conservação de Logradouros”, monitorado pelo indicador de “Área de passeio reformada (m²)”. Entretanto, em relação à temática de acessibilidade, não há ainda informações sistematizadas em relação à adequação das calçadas às normas de acessibilidade. Cada obra de manutenção de calçadas e suas informações específicas são de gestão de Subprefeitura Municipal.

É necessária a dedicação de tempo significativo para coleta das informações dispersas entre cada uma das 32 Subprefeituras e então proposição de um indicador específico para calçadas acessíveis. Permanece desafio remanescente a articulação de todas as Subprefeituras e a avaliação de seus bancos de dados, que na maioria dos casos não se encontram padronizados, no que se refere em especial à formato, unidade de medida ou série histórica.

Por fim, se fazem necessários a reflexão e o aprofundamento no debate acerca do conceito de “grandes espaços públicos”, e na definição de quais seriam estes no contexto do município de São Paulo, dando suporte para uma análise da situação de cada um deles.



# 11.a

Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

## Proposta de municipalização da temática

Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas em áreas metropolitanas, entre áreas urbanas e rurais, reforçando o planejamento municipal e regional de desenvolvimento.

## Contextualização

Numa cidade como São Paulo, inserida em uma região metropolitana com mais de vinte milhões de habitantes, temas como saneamento, meio ambiente, transportes, habitação, entre outros, deveriam ter suas políticas específicas elaboradas e geridas no âmbito metropolitano, cabendo, portanto, reforçar as iniciativas nesse sentido.

## Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para monitoramento dessa temática.

## Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

## Desafios remanescentes

Dada a fragilidade das instituições e das iniciativas de gestão metropolitana, praticamente não há dados para a construção de indicadores sobre o tema, em especial no que tange a informações sobre a área metropolitana. Mesmo sendo o principal centro urbano de sua região metropolitana, todas as iniciativas anteriores de planejamento no âmbito metropolitano adotaram um esquema de rodízio na coordenação desses trabalhos. Portanto, entende-se que o município de São Paulo não detém uma posição hierárquica superior a outros municípios da região, não cabendo o monitoramento dessas ações como atribuição exclusiva de São Paulo.



## 11.b

Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, implementar as ações previstas no Plano Municipal de Ação Climática para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030.

### Contextualização

A Lei Municipal nº 14.933 de 2009, que instituiu a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, assegura o compromisso do município no cumprimento dos propósitos da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Neste sentido, a Prefeitura de São Paulo está em processo de conclusão do seu Plano de Ação Climática (PlanClima-SP). O Plano se baseia nos resultados do seu Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e, em termos gerais, objetiva estabelecer as principais diretrizes para a mitigação e a adaptação necessárias para que a cidade alcance a neutralidade de emissões de carbono até 2050, em sintonia com Acordo de Paris. Nesse sentido, trata-se de um Plano de longo prazo, que utiliza o conhecimento atualmente disponível em matéria de mudança do clima. Mais informações a respeito foram descritas no capítulo referente ao ODS 13 - Ação contra a Mudança do Clima.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Aprovar e implementar na sua totalidade o Plano de Ação Climática do município de São Paulo (PlanClima-SP), conforme detalhado no capítulo referente ao ODS 13 - Ação contra a Mudança do Clima.



## 11.c

Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

### Proposta de municipalização da temática

Fomentar a prática de construções sustentáveis e resilientes, com utilização de materiais locais, buscando apoio junto aos demais níveis de governo, inclusive por meio de financiamentos e da implementação da assistência técnica pública gratuita.

### Contextualização

A necessidade de disponibilizar assistência técnica às famílias de baixa renda para a construção de moradias seguras e sustentáveis decorre do reconhecimento do papel dos profissionais envolvidos e da necessidade de ampliar o acesso a esse conhecimento técnico-social que traz consistência ao processo de construção dos espaços ao amplificar a troca de conhecimentos entre técnicos e práticos da autoconstrução. Minimiza-se assim riscos decorrentes de processos de construção habitacional não assistidos e contribui-se para a adoção de tecnologias mais sustentáveis e resilientes. Adicionalmente, a Rede FAB LAB LIVRE SP oferece gratuitamente para a população oficinas para construção de mobiliário urbano junto à comunidade. Os mobiliários produzidos nessas oficinas com a participação comunitária são destinados para espaços públicos, como centros culturais, centros educacionais, entre outros.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de oficinas de construção de mobiliário urbano ofertadas pela Rede FAB LAB LIVRE SP	Quantidade de oficinas de construção de mobiliário urbano ofertadas ao público da Rede FAB LAB LIVRE SP

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de oficinas de construção de mobiliário urbano ofertadas pela Rede FAB LAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	6	20

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) / Coordenadoria de Inclusão Digital (CID) / Departamento de Fabricação Digital (DFD) - Base de dados extraída da prestação de contas do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018.

\* Estes dados começaram a ser contabilizados a partir de julho/2018, com o início do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018, que trata da operação da Rede FAB LAB LIVRE SP.



**Desafios remanescentes**

Ainda pende de sanção o Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação 619/2016 cujos artigos 75 a 79 tratam da proposta referente à Assistência Técnica, Jurídica e Social: em consonância à Lei Federal nº 11.888, de 2008, e com o Plano Diretor Estratégico, reúne ações voltadas a promover o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o processo de projeto, construção e regularização fundiária e edilícia de Habitação de Interesse Social, como parte integrante do direito social à moradia e à cidade.

Destacamos também o processo em andamento de regulamentação da Lei Municipal 16.587, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a autogestão na elaboração de projeto e construção de moradia, visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações e cooperativas habitacionais. Com vistas à regulamentação desta Lei foi instaurado o Processo Eletrônico SEI 6010.2019/0000196-0, cabendo a esta Secretaria da Habitação a elaboração da proposta de regulamentação por decreto que seguirá para posterior deliberação no CMH. Tal Minuta, atualmente em estágio de elaboração, prevê a revogação do Decreto nº 56.550/2015 e regulamenta a Lei nº 16.587/2016. Ela dispõe sobre formas de fomento à autogestão na elaboração de projeto, construção e/ou regularização, visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, entidades ou cooperativas que atuem no âmbito da efetivação do direito à moradia digna, por intermédio de concessão de subsídios necessários à contratação de equipe técnica, estudos de viabilidade, projetos técnicos e serviços técnicos. Prevê a criação do Programa Municipal denominado Autogestão na Moradia, destinado à produção, regularização e/ou assistência técnica para habitação de interesse social em parceria com associações, entidades e/ou cooperativas devidamente habilitadas no âmbito da Secretaria Municipal da Habitação. Dentre as linhas de ação propostas inclui-se a promoção da melhoria das condições de segurança e habitabilidade de moradias em núcleos ou imóveis urbanos informais consolidados ou consolidáveis passíveis de regularização, visando garantir padrões construtivos adequados, com apoio de assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda organizadas em associações.





## ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Assegurar padrões  
de produção e de  
consumo sustentáveis



## 12.1

Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Contribuir para a implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) nacional.

### Contextualização

Segundo proposta de nacionalização da meta 12.1 elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), caberia ao Brasil implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 23 de novembro de 2011, é o documento norteador das ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O Plano articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País, em especial as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos e o plano Brasil Maior, auxiliando no alcance de suas metas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), os governos municipais são os protagonistas da localização do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Levar discussões sobre consumo e produção sustentáveis à população pode influenciar os processos de transformação cultural e as ações possíveis, já que cada Município tem suas particularidades. Cabe também ao Município, amparado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, criar um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, construído a partir de diagnósticos, diretrizes e estratégias para a destinação adequada dos rejeitos.

No caso do município de São Paulo, data de 2014 a publicação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). Em relação à mudança do clima, o 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de São Paulo foi realizado em 2005. Em 2009, foi instituída a Política de Mudança do Clima (Lei Municipal 14.933), ano em que também foi apresentado o 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A publicação do Plano de Ação Climática (PlanClima-SP) está prevista para o fim de 2020.

Os indicadores relacionados à gestão de resíduos sólidos no município de São Paulo foram incluídos nas metas 6.3, 12.3, 12.4 e 12.5. Ainda, informações relativas à temática de 'compras públicas sustentáveis' foram detalhadas na meta 12.7. Destaca-se por fim,



que produção e consumo sustentáveis é uma temática bastante abrangente, que aborda de forma transversal os ODS 4, 8, 9, 11, 13 e 17.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática. Os indicadores relacionados à gestão de resíduos sólidos no município de São Paulo foram incluídos nas metas 6.3, 12.3, 12.4 e 12.5. Informações relativas à temática de 'compras públicas sustentáveis' foram detalhadas na meta 12.7.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática. Os valores dos indicadores relacionados à gestão de resíduos sólidos no município de São Paulo foram incluídos nas metas 6.3, 12.3, 12.4 e 12.5. Informações relativas à temática de 'compras públicas sustentáveis' foram detalhadas na meta 12.7.

### Desafios remanescentes

Se destaca em especial o desafio de produção de indicadores para o monitoramento integrado das ações da Prefeitura de São Paulo no fomento à produção e ao consumo sustentáveis.



## 12.2

Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, envolver todos os setores da economia municipal em legislações específicas de controle, construídas através do diálogo e interlocução com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, visando ao uso racional dos recursos naturais e à adoção de parâmetros de controle da degradação e da poluição ambiental, e influenciando ainda as práticas de consumo da população, por meio da educação ambiental transversal.

### Contextualização

Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais é de responsabilidade compartilhada da Prefeitura de São Paulo e demais atores sociais. Entretanto, a redação abrangente da temática compromete recortes mais assertivos quanto à qualidade da gestão ambiental do município. A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) tem desenvolvido processos e procedimentos para viabilizar a maior transparência em relação às suas atividades na Gestão Ambiental do Município de São Paulo, por meio de planos e projetos que melhor informem e apresentem as diretrizes da condução da Política Ambiental (Planos Verdes, Relatório SVMA de Gestão Ambiental, Sistema de Indicadores Ambientais).

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Aprofundar na compreensão das capacidades municipais para atuar no fomento à gestão sustentável e ao uso eficiente dos recursos naturais, de forma descentralizada e transversal, mobilizando órgãos municipais para além da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.



## 12.3

Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

### Contextualização

A alteração do texto original justifica-se pela ausência de dados sobre o total do desperdício de alimentos per capita no Município de São Paulo, inviabilizando estipular como meta a redução pela metade de um dado desconhecido. No entanto, há políticas públicas municipais, acompanhadas de indicadores, que se propõem a combater o desperdício de alimentos no Município, permitindo acompanhar a meta na forma sugerida pela nova redação.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem (kg)	Número total, em quilogramas, do volume de resíduos orgânicos que são destinados à compostagem
Quantidade de resíduos domiciliares coletados (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos coletados nos domicílios do município
Aproveitamento da arrecadação do Banco de Alimentos (%)	Quantidade de alimentos doados pelo Banco de Alimentos ÷ Quantidade de alimentos doados para o Banco de Alimentos (x100)
Arrecadação de alimentos do Banco de Alimentos Municipal (kg)	Quantidade em quilogramas de alimentos doados para o Banco de Alimentos
Doação de alimentos do Banco de Alimentos Municipal (kg)	Quantidade em quilogramas de alimentos doados pelo Banco de Alimentos



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem (kg)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	70.000	86.000	48.000	59.000	3.950.000

Fonte: Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos domiciliares coletados (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	3.801.404	3.583.510	3.649.591	3.729.839	3.680.080

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Arrecadação de alimentos do Banco de Alimentos Municipal (kg)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1.723.945	479.411	418.634	454.075

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Doação de alimentos do Banco de Alimentos Municipal (kg)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1.699.045	462.331	354.872	361.506

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Aproveitamento da arrecadação do Banco de Alimentos (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	98,56	96,44	84,77	79,68

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

**Desafios remanescentes**

O Programa Municipal do Banco de Alimentos hoje funciona apenas no Cresan Vila Maria, na Zona Norte do Município, o que dificulta o alcance de suas políticas em regiões mais distantes.

O Programa de Combate ao Desperdício de Alimentos adotou estratégia para superar esse desafio que a descentralização da arrecadação, sem a necessidade de passar pelo banco de alimentos. No entanto, ainda há poucos pontos de coleta, considerando a dimensão do Município de São Paulo.

Outro desafio remanescente é a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do Governo Federal, que foi executado em São Paulo pela última vez em 2016. Como é possível observar, há uma queda significativa nos totais arrecadados e doados pelo Banco de Alimentos, muito em função da descontinuidade do PAA.



## 12.4

Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

### Contextualização

O manejo ambientalmente saudável dos resíduos é de suma importância para a manutenção da saúde humana e do meio ambiente. Se descartados de forma inadequada, os resíduos podem contribuir para a proliferação de inúmeros problemas, como: poluição visual e ambiental; mau cheiro; atração de animais como ratos e baratas; emissão de CO2 para a atmosfera, entre outros. Entretanto, estes problemas se agravam quando, em meio a estes resíduos, há a presença de produtos químicos ou outros resíduos perigosos, como resíduos provenientes de estabelecimentos de saúde e carcaças de animais, por exemplo. Se descartados de forma inadequada, estes resíduos perigosos podem trazer problemas como: doenças (relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, aos resíduos de estabelecimentos de saúde e às carcaças de animais, por exemplo); contaminação de solos e lençóis freáticos (relacionadas ao consumo de agrotóxicos, por exemplo).

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico (%)	$(\text{Número de domicílios com acesso ao serviço de coleta de resíduos domésticos} \div \text{Número de domicílios do município}) \times 100$
Resíduos depositados em aterros sanitários (ton)	Número total, em toneladas, de resíduos urbanos depositados em aterros sanitários
Quantidade de resíduos de saúde coletados (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos coletados nos estabelecimentos de saúde do município



Quantidade de carcaças de animais coletadas (ton)

Número total, em toneladas, do volume de carcaças de animais coletadas no município

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Resíduos depositados em aterros sanitários (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4.915.776	4.882.319	4.989.728	5.052.271	5.233.293

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos de saúde coletados (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	40.702	41.013	41.811	42.131	42.645

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de carcaças de animais coletadas (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	112	87	36	38	25

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

**Desafios remanescentes**

O maior desafio enfrentado pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) atualmente, se refere à dificuldade de acesso a informações sobre a geração de determinados tipos de resíduos perigosos, como produtos químicos, por exemplo.



## 12.5

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

### Contextualização

A redução da geração dos resíduos é de suma importância para a manutenção do meio ambiente. Quanto menos resíduos orgânicos forem descartados de forma inadequada, menos CO2 é emitido para a atmosfera. Da mesma forma, quanto menos resíduos de outros tipos forem descartados de forma inadequada (plásticos, vidros, metais, papéis, por exemplo), menores serão as quantidades destes enviadas aos aterros. Se incentivadas, medidas como reciclagem e reuso de materiais dentro do sistema produtivo contribuem, e muito, para a redução de resíduos gerados e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de domicílios atendidos pela coleta seletiva (%)	$\left( \frac{\text{Quilometragem total de ruas atendidas pelo serviço de coleta seletiva via caminhões}}{\text{Quilometragem total das ruas do município}} \times 100 \right) + \left( \frac{\text{Área de cobertura dos PEVs}}{\text{Área total do município}} \times 100 \right) \div 2$
Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva	Número total de catadores capacitados incluídos no sistema de coleta seletiva
Quantidade de resíduos per capita (kg)	$\frac{\text{Número total, em quilos, de resíduo urbano gerado pelo município}}{\text{População total do município}} \div 12$
Quantidade de resíduos de coleta seletiva (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos nos domicílios de forma seletiva
Índice de coleta seletiva (%)	$\frac{\text{Número total, em toneladas, de resíduo urbano coletado de forma seletiva}}{\text{Número total, em toneladas, de resíduos domiciliares coletados pelo município (coleta domiciliar + coleta seletiva)}} \times 100$
Quantidade de resíduos de ecoponto (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos na rede de ecopontos do município



Quantidade de resíduos de varrição (ton)	Número total, em toneladas, do volume de resíduos recolhidos nas ruas e calçadas via varrição
--	---

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Percentual de domicílios atendidos pela coleta seletiva (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	76%

Fonte: LOGA; ECOURBIS; Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

\* Esse indicador passou a ser monitorado a partir de 2019.

Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	2.920

Fonte: Fundação Instituto de Administração (FIA); Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

\* Esse indicador passou a ser monitorado a partir de 2019.

Quantidade de resíduos per capita (kg)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	480,5	453,0	464,2	467,1	459,4

Fonte: Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos de coleta seletiva (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	86.714	84.590	87.921	76.907	80.454

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Índice de coleta seletiva (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	2,23	2,31	2,35	2,02	2,14

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Quantidade de resíduos de ecoponto (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	286.961	366.171	413.822	447.735

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).



Quantidade de resíduos de varrição (ton)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	111.589	95.765	96.062	81.946	83.078

Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR) - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

### Desafios remanescentes

Os desafios enfrentados pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) atualmente, se referem: à revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGIRS (conclusão em 2020), que norteia as condutas do município no tocante à gestão dos resíduos sólidos; e à dificuldade em encontrar novos terrenos para a instalação de novos Ecopontos, que são instalações de grande importância para a mitigação do descarte inadequado de entulho e madeira em vias públicas, por exemplo.



## 12.6

Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

### Proposta de municipalização da temática

Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) da cidade de São Paulo está no processo de desenvolvimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) com o viés de promover a geração de trabalho, emprego e renda através do levantamento de dados, análise e pautando-se no diálogo social. O eixo do diálogo social, especialmente a interação com os setores econômicos com enfoque na promoção do desenvolvimento local, que será de grande importância durante a implementação do Plano, será um espaço crucial para que a Prefeitura também possa colocar na agenda as práticas sustentáveis enquanto imprescindíveis a atualização dos setores.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Enquanto o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE) potencialmente oferece um espaço de diálogo importante com a sociedade civil organizada em setores econômicos, a SMDET ainda não possui de maneira sistematizada em alinhamento com as empresas maiores iniciativas de fomento às práticas sustentáveis. Para mais desafios relacionados vide desafios da meta 17.19.



## 12.7

Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Promover práticas de contratações e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades municipais.

### Contextualização

A municipalização da temática adota um olhar para a promoção de contratações e da gestão sob critérios de sustentabilidade, a partir do desenvolvimento de uma política de compras públicas sustentável.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

A Prefeitura Municipal de São Paulo está atuando para se adaptar às políticas de compras públicas mais sustentáveis e de redução do impacto ambiental. Neste sentido, estão sendo realizados estudos para viabilizar ações que fortaleçam a sustentabilidade como, por exemplo, a elaboração da Ata de Registro de Preços de Copos de Papel Descartável para substituir a utilização de copos plásticos na Prefeitura.



## 12.8

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

### Contextualização

A Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz das políticas públicas no município de São Paulo. Em decorrência disso, se reforça a necessidade de garantir que todos os munícipes tenham acesso a informação relevante e sejam conscientizados a respeito do desenvolvimento sustentável e dos estilos de vida em harmonia com a natureza. Capilarizar o conhecimento sobre a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é passo essencial para que o compromisso assumido pelo município de São Paulo seja mais facilmente difundido e internalizado por todos os atores envolvidos.

Atualmente, a Rede FAB LAB LIVRE SP oferta para a população dois tipos de oficinas dentro da temática de desenvolvimento sustentável: (1) Aprendizado com componentes eletrônicos reutilizados: a oficina utiliza um kit desenvolvido a baixo custo composto por componentes eletrônicos reutilizados (advindos de sucata), para ensinar prototipagem, automatização e internet das coisas; e (2) Reutilização de plástico (Precious Plastic): a oficina ensina diversas maneiras de reutilização de plásticos em geral, produzindo novos produtos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de pessoas capacitadas em oficinas na temática de desenvolvimento sustentável na rede FAB LAB LIVRE SP	Quantidade de pessoas capacitadas em oficinas de componentes eletrônicos reutilizados (Kit RUTE) e em de reutilização de plástico (Precious Plastic)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número de pessoas capacitadas em oficinas na temática de desenvolvimento sustentável na Rede FAB LAB LIVRE SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	196	398

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) / Coordenadoria de Inclusão Digital CID) /Departamento de Fabricação Digital (DFD) - Base de dados extraídos da prestação de contas do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018.

\* Estes dados começaram a ser contabilizados a partir de julho/2018, com o início do Termo de Colaboração 001/SMIT/2018, que trata da operação da Rede FAB LAB LIVRE SP.

**Desafios remanescentes**

Constitui desafio remanescente para o cumprimento dessa temática, o planejamento integrado de ações para disseminação e conscientização a respeito do desenvolvimento sustentável e dos estilos de vida em harmonia com a natureza, de forma que a população como um todo esteja mobilizada para o alcance da Agenda 2030. Constitui passo importante para o fomento à mobilização social em torno da agenda, a instituição da Comissão Municipal ODS com paridade entre membros de Governo e Sociedade Civil, e o decorrente exercício da sua competência de elaboração do Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030. Entende-se que as instituições representadas na Comissão são atores chaves que já atuam na disseminação da Agenda 2030 entre os municípios e que assumirão papel essencial no fortalecimento de iniciativas de conscientização.



## 12.a

Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

### Proposta de municipalização da temática

Formalizar parcerias nacionais e internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na cidade, principalmente que beneficiem as áreas menos desenvolvidas, na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), criada em 2017, firmou diversas parcerias ao longo dos anos com entidades internacionais através dos seus programas, visando fortalecer as políticas públicas municipais de inovação e tecnologia, inclusão digital, cidades inteligentes, e de desenvolvimento sustentável.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Parcerias internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo	Somatório do número de parcerias internacionais relacionadas às capacidades para produção e consumo sustentáveis

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Parcerias internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados em processo de levantamento.

### Desafios remanescentes

As diversas parcerias internacionais das quais a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) faz parte tem contribuído ao longo dos anos para fortalecer as políticas públicas de inovação e tecnologia, entretanto, ainda destaca-se o desafio de acesso aos recursos financeiros para implementação de projetos de fomento à inovação e tecnologia aliados ao desenvolvimento sustentável. Esse desafio decorre da dificuldade da administração pública em aderir aos editais de financiamento, que muitas vezes não estão incorporados nas atividades das áreas técnicas, ou mesmo por entraves burocráticos para o recebimento desses recursos.



## 12.b

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

### Proposta de municipalização da temática

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

### Contextualização

Conforme o Plano Municipal de Turismo (Platum 2019-2021), a ambição da Secretaria Municipal de Turismo e dos atores envolvidos na política municipal de turismo é que a cidade de São Paulo assuma a liderança turística de, no mínimo, toda a América Latina. O crescimento significativo da atividade é capaz de trazer benefícios para toda a população, sejam eles econômicos ou sociais, com resultados como o aumento de emprego, renda e arrecadação, e melhorias da infraestrutura urbana, segurança e zeladoria. Para mensurar a evolução da atividade, as métricas possíveis são metas de impacto e resultado baseadas em rankings e indicadores econômicos e sociais já consolidados. Nesse sentido, o Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo (OTE), núcleo de pesquisas e inteligência de mercado da São Paulo Turismo (SPTuris), analisa o comportamento do turismo paulistano, contribuindo para que o destino se torne cada dia melhor para seus visitantes e moradores. As informações levantadas, compiladas e analisadas pelo OTE são dirigidas aos profissionais, especialistas, acadêmicos, agentes públicos e privados, para auxiliar na tomada de decisão com propósito de conhecimento, aprimoramento e desenvolvimento do setor turístico na cidade de São Paulo.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de atendimentos realizados pelas Centrais de Informações Turísticas (CITs)	Número absoluto de pessoas atendidas nas Centrais de Informações Turísticas (CITs): Galeria Olido, Mercado Municipal, Terminal Tietê, Avenida Paulista, Palácio das Convenções, República e Móvel



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número de atendimentos realizados pelas Centrais de Informações Turísticas (CITs)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	109.361	106.245	110.532	139.481	85.182

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR).

**Desafios remanescentes**

Diante dos 15 objetivos descritos no Platum 2019-2021, seguem algumas das principais metas e desafios a serem enfrentados:

Objetivo específico: Fortalecer a vocação da Política Pública do Turismo em São Paulo como indutora de desenvolvimento econômico, social e sustentável

- a. Fornecer espaço e infraestrutura para empreendedores do Programa de Desenvolvimento Econômico Local, em pelo menos quatro eventos anuais realizados pela Prefeitura/SMTUR;
- b. Fornecer espaço e infraestrutura para mulheres empreendedoras dos programas “Mãos e Mentes Paulistas” e “Mais Mulheres Empreendedoras”, em pelo menos quatro eventos ao ano, realizados pela Prefeitura/SMTUR;
- c. Organizar, no mínimo, um evento para apresentar o projeto “Mãos e Mentes Paulistanas” e o projeto “Tem Saída” a empresas que organizam grandes eventos na cidade.
- d. Organizar ou participar de, no mínimo, um evento para apresentar o projeto “Tem Saída” à rede hoteleira da cidade de São Paulo.

Objetivo específico: Realizar campanhas para valorização do turismo para servidores públicos e funcionários de áreas transversais ao atendimento do turista

- a. Realizar, no mínimo uma ação (como palestra, visitas técnicas, passeios de city tour e oficinas) que envolva funcionários e servidores de todas as áreas mapeadas.

Objetivo específico: Identificar e desenvolver as principais zonas turísticas da cidade, contemplando todas as suas regiões (norte, sul, leste, oeste e centro)

- a. Inserir zonas de interesse turístico no Plano Diretor, em consonância com a proposta de Plano de Desenvolvimento Econômico 2020-2030, para combinar benefícios do que hoje são os Polos de Economia Criativa e Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem.
- b. Conceder benefícios e incentivos urbanísticos nos territórios reconhecidos como “Zonas de Interesse Turístico”.

Objetivo específico: Fomentar e divulgar a realização de projetos que promovam o desenvolvimento do turismo pela cidade

- a. Criar o Projeto “VaiTur”, a exemplo do “Vai” e “VaiTec” para desenvolver experiências e serviços turísticos na cidade.



Objetivo específico: Revisar e regulamentar as leis, normas e decretos que envolvam os Polos de Ecoturismo de São Paulo

- a. Regulamentar a Lei 16.832/18, que cria o Polo de Ecoturismo da Cantareira.

Objetivo específico: Fomentar e apoiar a formação de produtos turísticos da região

- a. Apoiar a abertura dos parques naturais municipais do Polo com estruturas e condições adequadas para atendimento à população e turistas.

Objetivo específico: Transformar o “Triângulo SP” em Polo de Economia Criativa Sé/República e Território de Interesse da Cultura e da Paisagem dentro do eixo Paulista/Luz

- a. Desenvolver programa de incentivo à fixação de empresas do setor de economia criativa, como um polo incubador de uma experiência que poderia ser replicada em outras regiões.

Objetivo específico: Valorizar a produção e comercialização de souvenirs e produtos manuais com identidade local

- a. Mapear, sistematizar e divulgar locais de venda de souvenirs e produtos manuais com identidade local.

Objetivo específico: Implementar campanhas para promover a cidade de São Paulo, contemplando todas as regiões do município como destino turístico

- a. Realizar campanha para promoção específica do turismo de base comunitária nos extremos da cidade.



## 12.c

Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

É de competência da União a gestão dos subsídios aos combustíveis fósseis e a reestruturação fiscal, com vias a refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o desenvolvimento nacional de forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas. Apesar de constituir importante polo de consumo de combustível fóssil, o município de São Paulo não tem governança sobre essa temática. Informações relacionadas ao fomento de fontes alternativas ao combustível fóssil foram vinculadas à temática 11.2 'Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos'.





## **ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA**

Tomar medidas urgentes  
para combater a mudança  
climática e seus impactos



## 13.1

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

## 13.2

Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

## 13.3

Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

## 13.a

Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

## 13.b

Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.



### Contextualização

Como apresentado acima, as temáticas que integram o ODS 13 apresentam-se de forma bastante transversal às demais temáticas dos ODS, com frequência manifestando-se de maneira indissociável. A cidade de São Paulo não se furta em dar ao assunto sua devida importância, sendo sensível aos mais relevantes debates relacionados à mudança do clima e seu enfrentamento.

Neste sentido, o Plano de Ação Climática do município de São Paulo é uma iniciativa do Prefeito Bruno Covas realizada em parceria com a rede internacional de cidades C40 que, em 2018, assumiu o compromisso denominado Deadline 2020, o qual implicou na execução de: a) elaborar o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE); b) elaborar um Plano de Ação Climática.

O Plano se baseia nos resultados do inventário e, em termos gerais, objetiva estabelecer as principais diretrizes para a mitigação e a adaptação necessárias para que a cidade alcance a neutralidade de emissões de carbono até 2050, em sintonia com Acordo de Paris<sup>1</sup>. Nesse sentido, trata-se de um Plano de longo prazo, que utiliza o conhecimento atualmente disponível em matéria de mudança do clima. Visa a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do sistema climático, para que a população e a infraestrutura de São Paulo estejam bem protegidas em relação aos eventos climáticos extremos. Ademais, identifica os principais riscos climáticos incidentes sobre o território.

Para que os objetivos gerais citados sejam atingidos, cinco objetivos específicos também devem ser alcançados:

1. Fortalecer as ações de combate à pobreza e o acesso equitativo às oportunidades de emprego e renda, objetivando aumentar a capacidade de adaptação da população aos choques econômicos resultantes da mudança do clima;
2. Assegurar a todos a moradia digna, segura e conectada a opções de transporte sustentável e resiliente aos impactos da mudança do clima.
3. Promover uma abordagem integrada à gestão de riscos e desastres na cidade com vistas à melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar da população, sobretudo dos grupos mais vulneráveis;
4. Aprimorar a gestão integrada de recursos hídricos de maneira a garantir a disponibilidade de água de qualidade para o abastecimento, inclusive em

<sup>1</sup> Acordo de Paris: é um tratado mundial aprovado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), durante sua 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris, em 2015. Tem por objetivos fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Nesse compromisso internacional, os países signatários se comprometeram a manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2 °C acima dos níveis pré-industriais até 2100 e de envidar esforços para limitar esse aumento a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.



situações de escassez hídrica, e a proteger a população dos riscos associados às chuvas intensas;

- 5. **Garantir o acesso e fruição das áreas verdes a toda a população**, ampliando a cobertura vegetal em todas as regiões da cidade, em especial, nas áreas mais impermeabilizadas ou impactadas pelas altas temperaturas;
- 6. **Apoiar o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos para apropriação da agenda climática pela sociedade e para o fortalecimento de uma cultura de engajamento** que permita a superação dos desafios e promoção das oportunidades trazidas pela mudança do clima.

Para que as metas previstas respondam aos objetivos específicos, a administração pública deverá: a) integrar suas ações e recursos visando unir a redução de riscos climáticos à redução de emissões de gases de efeito estufa; b) priorizar e fortalecer ações existentes ou já previstas em planos/ programas/ projetos setoriais aprimorando seu potencial climático; c) adotar ações que justifiquem seu investimento devido à redução dos riscos climáticos decorrentes ou cujos custos sejam relativamente baixos em vista dos benefícios adquiridos; d) mobilizar outros municípios na adoção das ações para enfrentamento das mudanças do clima.

Em relação aos riscos climáticos previstos para o município, estima-se que a temperatura poderá aumentar eventualmente mais de 4°C. Entretanto, há incertezas quanto ao comportamento da pluviosidade: manifesta-se a tendência histórica de chover em menos dias ao ano, porém com a ocorrência de chuvas mais intensas. A imprevisibilidade advém do fato de que São Paulo situa-se junto à linha do Trópico de Capricórnio, faixa de transição da zona tropical para a zona temperada, além de apresentar-se altamente antropizada. Assim, os riscos considerados no Plano foram a variação da pluviosidade e inundações; a seca; as altas temperaturas; e as ondas de calor. Associados a eles, temos as tempestades, ventanias, raios, quedas de árvores, deslizamentos, epidemias, riscos tecnológicos, segurança alimentar, etc.

As emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa foram inventariadas para os anos de 2010 a 2017, mediante a aplicação da metodologia Global Protocol for Community Scale Inventories (GPC) no modo Basic. Foram inventariados os setores de Transportes, Energia Estacionária e Resíduos, que respondem pela quase totalidade dos gases de efeito estufa do município de São Paulo. Os resultados são os seguintes:

Inventário de emissões de gases de efeito estufa do Município de São Paulo* segundo a metodologia GPC/Basic (t CO <sub>2</sub> e)								
Setores de emissão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Transportes	8.360.264	9.208.935	9.827.120	9.606.916	9.774.644	9.128.019	9.327.073	9.576.663
Energia estacionária	3.934.335	3.369.432	4.525.151	5.391.165	6.467.228	5.668.917	4.298.196	4.584.272
Resíduos	1.070.858	1.065.079	1.050.680	1.175.788	1.191.014	1.233.217	1.285.942	1.257.135
<b>TOTAL</b>	<b>13.365.457</b>	<b>13.643.446</b>	<b>15.402.951</b>	<b>16.173.868</b>	<b>17.432.886</b>	<b>16.030.153</b>	<b>14.911.211</b>	<b>15.418.071</b>

\* Nota: Os valores ora indicados correspondem a uma revisão recomendada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente em dezembro de 2019, já verificada e validada pelo escritório central da rede internacional de cidades C40, que é parceira da Prefeitura do Município de São Paulo, em janeiro de 2020.

No Plano de Ação Climática, baseado nos dados do inventário para o ano de 2017, os cenários de emissões projetados para 2030 e 2050 mostraram que mesmo as reduções



mais agressivas não permitiriam ao município chegar a uma redução de GEE da ordem de 50% em 2030, conforme previsto no compromisso Deadline 2020. Ainda assim, o município propõe ações de Mitigação e de Adaptação, inclusive com medidas de ordem política, que visam o alcance da meta em 2050. Deste modo, as Ações de Mitigação relacionam-se aos esforços para limitar as emissões de gases de efeito estufa, enquanto as Ações de Adaptação preocupam-se em reduzir as consequências e impactos negativos das mudanças climáticas.

De forma sintética, pode-se afirmar que para que o Plano surta os efeitos necessários numa cidade com o porte de São Paulo, devem ser priorizadas ações que promovam medidas que alterem diretamente aquilo que causa as principais emissões de gases de efeito estufa, tais como o modelo de transporte baseado em combustíveis fósseis, no qual predomina o uso particular em detrimento do uso público; bem como as grandes distâncias a serem percorridas entre a moradia das pessoas e as principais áreas de oferta de trabalho no território. O fato é ainda agravado pelas poucas alternativas existentes para a mobilidade ativa, como ciclovias e calçadas mais seguras.

Para alcançar esses efeitos, o Plano conta com fichas de ação que apresentam propostas intersetoriais e transversais com foco nas temáticas Moradia e Ambiente Construído; Saúde e Bem-Estar; Água; Segurança Alimentar; Mobilidade e Transportes; e Serviços Ecossistêmicos, aliados à Inclusão Social, Educação e Cultura, e na Proteção Civil. Para a discussão e definição das ações, foram incorporados os objetivos do Plano Diretor Estratégico e demais planos setoriais já existentes na cidade, colaborando para implementação destes sob a ótica da lente climática, dada a natureza multidisciplinar que envolve diretamente vários setores da Prefeitura de modo complementar.

Neste sentido, pode-se citar o trabalho essencial da Coordenação Municipal de Defesa Civil, que atua nas áreas de maior risco e comanda as ações de prevenção e resposta a desastres; da Educação Ambiental, que atua na formação de cidadãos que reconheçam o valor da sustentabilidade desde a infância, promovendo e ampliando a qualidade ambiental; das medidas a serem adotadas pela Saúde Pública, que deve buscar uma melhor distribuição do atendimento por todo o território, mapeando e monitorando as principais causas de doenças relacionadas aos fatores climáticos; e do Planejamento Urbano, que deve promover maior equidade de oportunidades e de bem-estar nas relações de uso e ocupação dentro da cidade.

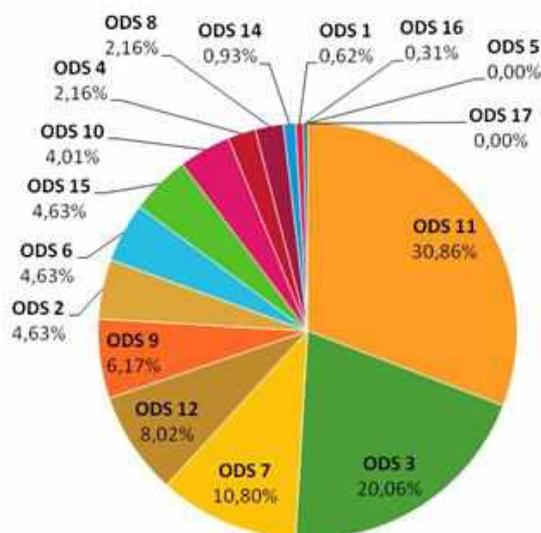
Nos gráficos a seguir, é possível identificar a convergência do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima-SP) com as diferentes temáticas que compõem os ODS. Foram sistematizadas as 144 ações do PlanClima-SP (80 ações de Adaptação e 64 ações de Mitigação) em relação à contribuição das mesmas a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



## ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

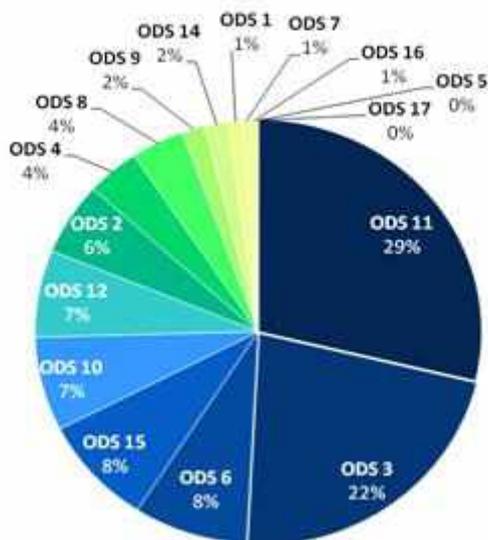
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	NÚMERO DE AÇÕES RELACIONADAS DO PLANCLIMA-SP
ODS 1   Erradicação da pobreza	02
ODS 2   Fome zero e agricultura sustentável	15
ODS 3   Saúde e bem-estar	65
ODS 4   Educação de qualidade	07
ODS 5   Igualdade de gênero	-
ODS 6   Água limpa e saneamento	15
ODS 7   Energia limpa e acessível	35
ODS 8   Trabalho decente e crescimento econômico	07
ODS 9   Inovação infraestrutura	20
ODS 10   Redução das desigualdades	13
ODS 11   Cidades e comunidades sustentáveis	100
ODS 12   Consumo e produção responsáveis	26
ODS 13   Ação contra a mudança global do clima	(transversal)
ODS 14   Vida na água	04
ODS 15   Vida terrestre	15
ODS 16   Paz, justiça e instituições eficazes	01
ODS 17   Parcerias e meios de implementação	-



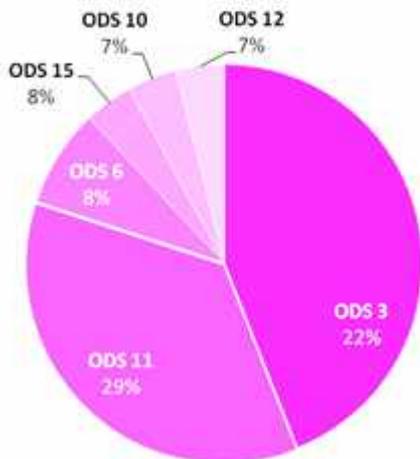
# ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

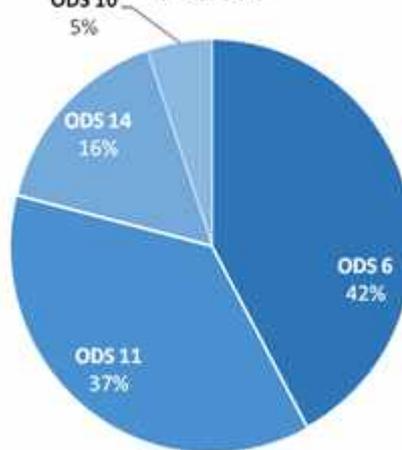
## PLANCLIMA AÇÕES DE ADAPTAÇÃO



## AÇÕES DE ADAPTAÇÃO SAÚDE E BEM-ESTAR



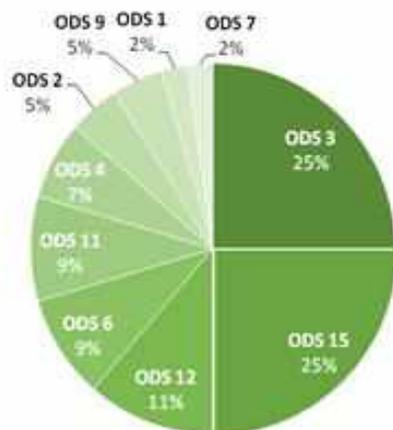
## AÇÕES DE ADAPTAÇÃO ÁGUA



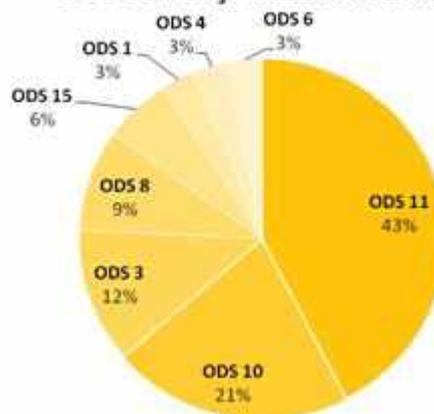
## ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

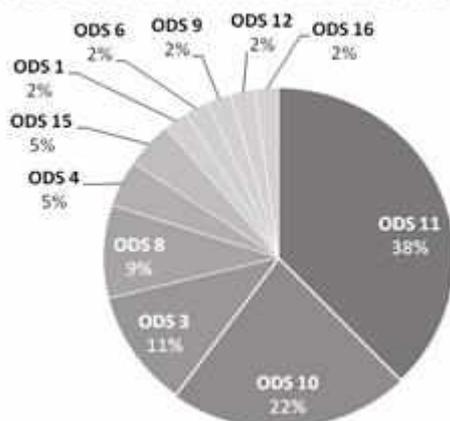
### AÇÕES DE ADAPTAÇÃO SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS



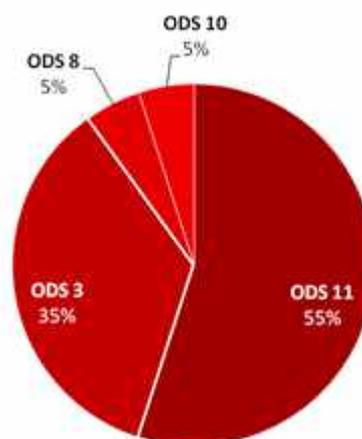
### AÇÕES DE ADAPTAÇÃO SEGURANÇA ALIMENTAR



### AÇÕES DE ADAPTAÇÃO MORADIA E AMBIENTE CONSTRUÍDO



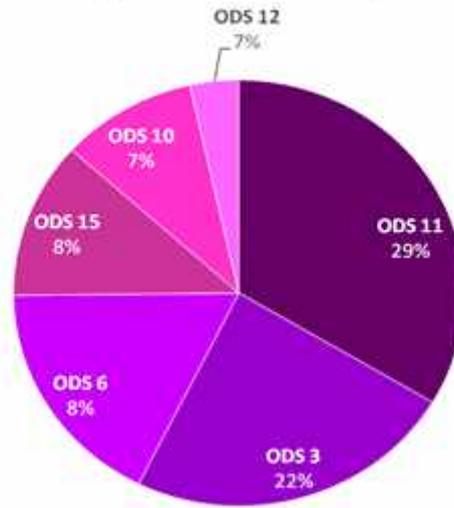
### AÇÕES DE ADAPTAÇÃO MOBILIDADE E TRANSPORTES



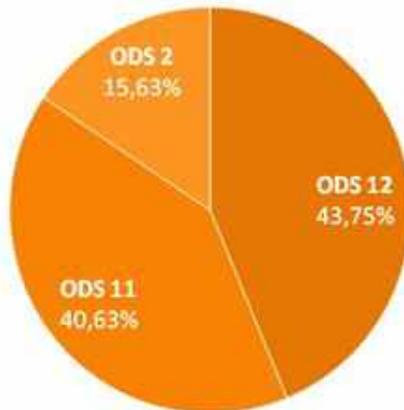
# ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

## PLANCLIMA AÇÕES DE MITIGAÇÃO



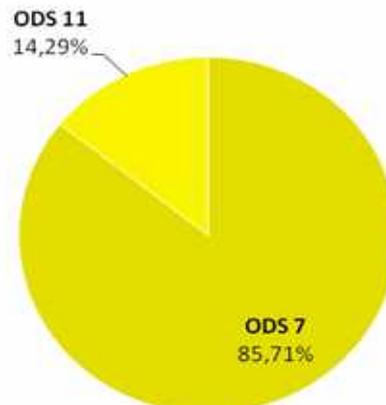
## AÇÕES DE MITIGAÇÃO RESÍDUOS



## AÇÕES DE MITIGAÇÃO TRANSPORTES



## AÇÕES DE MITIGAÇÃO ENERGIA ESTACIONÁRIA



Os gráficos não discriminam especificamente o ODS 13 uma vez que o mesmo se faz presente em todas as 144 ações, posto que a Mudança do Clima é o objeto central do plano em análise. Entende-se que a aprovação e implementação do próprio PlanClima-SP compreende a resposta do município de São Paulo a esta temática. Indicadores relacionados ao cumprimento do ODS 13 derivarão diretamente do PlanClima-SP quando concluído.

Os ODS 5 – Igualdade de Gênero e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação também não foram diretamente apontados. Foi considerado que os recortes de vulnerabilidade abrangidos nas ações do PlanClima-SP não exatamente respondem a questões afirmativas para o gênero feminino, bem como não respondem pela totalidade da implementação da Agenda 2030.

Da análise expedita dos conjuntos das ações (Adaptação e Mitigação), depreende-se a maior representatividade do ODS 3 – Saúde e Bem-Estar e do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ambos respondendo por mais da metade da frequência dos ODS no PlanClima-SP, mostrando a forte correlação da construção e manutenção sustentável da cidade para a melhoria da saúde e bem-estar dos seus habitantes. Essa visão se sustenta nas demais representações, a exemplo dos ODS 6, 15, 10 e 12, presentes em cada eixo de ação, e que convergem no sentido de promover a melhoria da qualidade ambiental e de vida. Vê-se que o conjunto completo reflete a pretensão do PlanClima-SP de preparar a cidade para o enfrentamento de eventos climáticos extremos, considerando as necessárias mudanças estruturais que venham a fazer de São Paulo uma cidade resiliente, ambientalmente justa e equilibrada, a serviço de todos e especialmente das populações mais vulneráveis.

Ademais, fica discriminada a distribuição dos ODS em cada eixo temático de cada conjunto de ação, onde se evidenciam marcadamente as ODS que mais têm impacto na condução daquele conjunto de ações específicas.

O primeiro Plano de Ação Climática deve ser publicado ainda em 2020, com cenários para os anos de 2030, 2040 e 2050. O trabalho está sendo elaborado por um grupo intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, atualmente coordenado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e pretende, além de indicar ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos da mudança do clima a serem desenvolvidas nas próximas décadas, lançar bases para a inserção da variável climática nos diversos planos setoriais do Município de São Paulo. Seguem como desafios, instituir a governança necessária ao monitoramento e à implementação do compromisso da cidade de São Paulo em resposta à mudança do clima.





## ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



## 14.1

Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

## 14.2

Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

## 14.3

Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

## 14.4

Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

## 14.5

Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.



## 14.6

Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

## 14.7

Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

## 14.a

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

## 14.b

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.



## 14.c

Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

### Contextualização

Como apresentado acima, as metas do ODS 14 estão relacionadas à proteção, conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos e costeiros. A Prefeitura de São Paulo reconhece a importância das referidas temáticas no que concerne a promoção da sustentabilidade das zonas costeiras e dos oceanos, e entende que a proteção da vida marinha é de responsabilidade compartilhada entre todos os governos, não apenas daqueles que se encontram na costa brasileira.

Muitas cidades padecem ainda do lançamento irregular de efluentes líquidos, resíduos industriais e resíduos sólidos diretamente ao mar. Entretanto, não são apenas as cidades litorâneas as responsáveis por esse mal. Cidades interioranas podem também contribuir para a alteração do sistema hidrológico e impactar na contaminação e degradação dos oceanos ao poluírem seus corpos hídricos e ar.

Ademais, é de ciência a indissociabilidade dos ecossistemas terrestres e aquáticos. Ainda que o município de São Paulo não seja litorâneo e não tenha competência direta para o cumprimento das referidas metas, entende-se que todo tipo de poluição nele gerada - em especial a hídrica e atmosférica -, ou mesmo todo tipo de má gestão de seus recursos naturais, terá como resultado final - direto ou indireto - a alteração dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Dessa forma, a implementação responsável e efetiva, em especial dos ODS 6 - Água potável e Saneamento, 11 - Cidades e Comunidades sustentáveis, 13 - Ação contra a Mudança do Clima, e 15 - Vida terrestre por parte da Prefeitura de São Paulo é decisiva para o sucesso no cumprimento do ODS 14 - Vida na Água pelo Governo Brasileiro.





## **ODS 15 VIDA TERRESTRE**

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



## 15.1

Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, por meio da implantação, gestão e manutenção de áreas verdes públicas relacionadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e ao Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL.

### Contextualização

No sentido de desenvolver estratégias de conservação da biodiversidade que estejam associadas ao desenvolvimento territorial sustentável, o município tem entre suas atribuições, fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, arcabouço institucional para gestão das Unidades de Conservação.

A Lei Federal nº 9985/00 estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. O regramento estabelecido define: objetivos, diretrizes, categorias possíveis e institui a orientação para a criação, implantação e gestão de UCs no país. O Plano Diretor Estratégico – PDE, inclui as UCs como parte integrante do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).

A SVMA é responsável pela gestão de nove (9) UCs, sendo duas Áreas de Proteção Ambiental – APAs, seis Parques Naturais e um Refúgio de Vida Silvestre, que juntas protegem mais de 20% do território do Município. Resguardam fragmentos de vegetação nativa, recursos hídricos, diversidade significativa de fauna, bens patrimoniais e culturais, que prestam serviços ambientais indispensáveis à qualidade de vida da população.

A proteção e recuperação dos remanescentes de Mata Atlântica se encontram dentre os objetivos do SAPAVEL (Artigo 267, item III), tendo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - PMMA como uma das suas ações prioritárias (Artigo 288, item V). O PMMA se configura como um instrumento de planejamento e ação para a política ambiental do Município de São Paulo, buscando proteger os remanescentes da vegetação que resistiram aos séculos de ocupação urbana e promover a recuperação dos fragmentos de vegetação essenciais para a manutenção da biodiversidade e para o bem-estar da população.

A conservação, recuperação, uso sustentável de ecossistemas e a conservação da biodiversidade do município, estão ainda estabelecidos no Artigo 287, do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), que prevê a articulação entre os quatro planos denominados de Planos Verdes: PMMA/SP; Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais; Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e o Plano Municipal de Arborização Urbana.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Área total de parques urbanos e lineares no MSP (%)	Área total de parques urbanos e lineares existentes no MSP (km²) ÷ Área total do município (km²) (x100)
Área do MSP correspondente a Unidades de Conservação de Proteção Integral (%)	Área total de parques naturais municipais e de parques estaduais (rurais) no MSP (km²) ÷ Área total do município (km²) (x100)
Área do MSP correspondente a Unidades de Conservação de Uso Sustentável (%)	Área total de APA e RPPN no MSP (km²) ÷ Área total do município (km²) (x100)
Área natural protegida no MSP (%)	Áreas de vegetação natural legalmente protegidas (km²) por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, ÷ Área total do município (km²) (x100)
Conselhos Gestores em Unidades de Conservação (%)	Número de parques ou Unidades de Conservação com conselhos gestores ÷ Número total de Unidade de Conservação instituída formalmente por lei/decreto (x100)
Conselho Gestor de UC - Reuniões realizadas	Número médio de reuniões ordinárias dos conselhos gestores de Unidades de Conservação instituídas formalmente por lei/decreto, ao ano (DADO ABSOLUTO)
Conselho Gestor de UC - Reuniões de Câmaras Técnicas das APAs	Número médio de reuniões das câmaras técnicas dos conselhos gestores, ao ano, em Áreas de Proteção Ambiental - APA do MSP (DADO ABSOLUTO)
Unidades de Conservação – Planos de Manejo (%)	Número de Unidades de Conservação com plano de manejo aprovado e em elaboração ÷ Número total de Unidades de Conservação instituída formalmente por lei/decreto (x100)
Frequência nos Parques Naturais Municipais	Nº de visitantes, ao ano, nos Parques Naturais Municipais (DADO ABSOLUTO)
Pesquisa Científica em Parques Urbanos, Lineares e Unidades de Conservação	Nº de Pesquisas Científicas iniciadas, por ano, em Unidades de Conservação, Parques Urbanos e Lineares (DADO ABSOLUTO)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Área total de parques urbanos e lineares no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	10,49%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Área do MSP correspondente a Unidades de Conservação de Proteção Integral (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	9,19%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Área do MSP correspondente a Unidades de Conservação de Uso Sustentável (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	23,87%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Área natural protegida no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	17,67%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Conselhos Gestores em Unidades de Conservação (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	33,33%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será disponibilizada no ObservaSampa.

**Conselho Gestor de UC - Reuniões realizadas (unidades)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	17

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



**Conselho Gestor de UC - Reuniões de Câmaras Técnicas das APAs (unidades)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	34

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Unidades de Conservação – Planos de Manejo (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	88,88%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Frequência nos Parques Naturais Municipais (visitantes)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* O levantamento será realizado a partir de 2020, ano de abertura dos parques naturais à visitação pública.

**Pesquisa Científica em Parques Urbanos, Lineares e Unidades de Conservação (unidades)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	2

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Desafios remanescentes**

Os principais desafios da gestão de Unidades de Conservação, associados ao cumprimento da Meta, estão relacionados ao aporte de recursos financeiros e às ações institucionais integradas para o monitoramento ambiental e programas de recuperação da vegetação nativa.

O monitoramento ambiental nas áreas de Proteção Ambiental e nos Parques Naturais Municipais encontra fragilidades em função da escassez de meios logísticos como: a paralisação dos sobrevoos mensais de helicóptero sobre as UCs e zonas de amortecimento, à indisponibilidade de veículos próprios da frota, uma vez que os serviços de aplicativo não atendem à finalidade pretendida; e ainda as dificuldades da efetiva operacionalização da Operação Integrada de Defesa das Águas – OIDA.



Especificamente para os Parques Naturais, as ações de monitoramento são por vezes, prejudicadas por reduções ou suspensões dos contratos de vigilância e segurança patrimonial, que afetam diretamente a prestação do serviço de monitoramento de ações ilegais nas áreas internas e limítrofes, como descarte de resíduos, loteamentos clandestinos, desmatamento, caça e pesca irregular e na ocorrência de incêndios. Além disso, a insegurança dos contratos também afeta a prestação dos serviços de manejo e manutenção das áreas verdes dos Parques Naturais.

Outra fragilidade está relacionada aos limites dos Parques Naturais, pois são frequentes as tentativas de invasões em áreas limítrofes, fazendo-se necessária a comprovação por meio de equipamentos de georreferenciamento dos seus limites exatos, e sua devida demarcação, que fica fortemente prejudicada devido à ausência de tecnologia adequada.

Em relação às ocorrências de incêndios florestais, hoje os contratos são limitados e insuficientes para o número de vigilantes especializados (brigadistas) e equipamentos de combate a incêndios. O desafio está relacionado às ações de planejamento e de modernização na detecção, controle e extinção de incêndios, por meio de ações integradas e aquisição de equipamentos, como: torres de observação equipadas com câmeras de alta resolução programas de detecção de fumaça e sistema automático de alarme, drones, mapeamento remoto, equipamentos modernos como caminhões pipa, mochilas costais, conjunto de combate a incêndios para *pick up* com moto bomba, entre outros; e ainda a criação de brigadas voluntárias.

A possibilidade de ações integradas com outros órgãos, como a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado, pode apoiar de maneira decisiva o monitoramento das UCs. com vistas a incorporar ferramentas e conhecimentos oriundos do Sistema de Monitoramento Integrado – SIM, já realizado pelo governo estadual. Além disso, seria possível a integração entre os órgãos e seus sistemas e ferramentas de geoprocessamento, o GEOSAMPA da Prefeitura, e o DATAGEO, do Governo do Estado

Com relação à recuperação da vegetação nativa, as ações são voltadas principalmente à restauração de áreas onde ocorreram incêndios florestais, e à erradicação de espécies exóticas invasoras. No entanto, os principais desafios estão relacionados ao custo elevado dessas ações, que dependem de aporte financeiro e de ações permanentes e de longo prazo; além disso, a efetividade da recuperação da vegetação da necessita da revisão da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei Municipal nº 10.365/87, que disciplina o corte e poda de vegetação de porte arbóreo. As ações de recuperação das áreas, devem ainda atender ao disciplinado pela legislação estadual, para a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Represas Guarapiranga e Billings.

De forma a superar os desafios para o cumprimento da Meta, além dos apontamentos mencionados acima, é necessária atenção à descontinuidade da gestão em função da troca de gestores, à permanente representatividade dos representantes nos conselhos gestores; e ainda à integração com outros órgãos.

## 15.2

Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de vegetação remanescente de florestas nativas, em área contínua ou isolada, de acordo com os parâmetros da Legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), do Plano Municipal de prestação de Serviços Ambientais (PMSA) e do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), aliada ao incremento do reflorestamento das áreas verdes, por meio dos dispositivos a serem estabelecidos pelo Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU).

### Contextualização

Reconhece-se a importância da implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas. Entretanto, considerando que ainda não está estabelecida a implementação do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), ainda não se pode falar em manejo florestal no município de São Paulo, a despeito das ações existentes sobre o bioma Mata Atlântica dentro das Unidades de Conservação municipais. De maneira geral, o município de São Paulo trabalha mais ações de arborização - podendo-se expandir este conceito ao florestamento - do que de reflorestamento, por questões típicas da configuração atual das tipologias de vegetação existente na cidade, e da legislação atual vigente.

O SAPAVEL é composto por quatro planos: o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL); o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA); o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU); e o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA).

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.



### Desafios remanescentes

Conclusão dos planos que integram o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), em especial do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) e do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), e aprofundamento na reflexão a respeito das competências municipais nessa temática.



## 15.3

Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir o percentual de terra sujeito a deslizamentos, solapamentos e outros acidentes geológicos, por meio de ações preventivas de preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), dos processos de desertificação e exposição do solo nu das áreas verdes municipais, por meio da proteção da cobertura vegetal existente; e, nas situações de degradação das condições originais, assegurar o cumprimento das medidas de recuperação das áreas degradadas, por meio de ações de recuperação previstas na legislação municipal, e do mapeamento e controle efetivo dessas áreas de forma intersecretarial.

### Contextualização

À despeito da importância de combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, não há clareza quanto à governança sobre áreas degradadas no município de São Paulo. Entretanto, identificamos legislações e ações importantes de prevenção dos efeitos da urbanização sobre o solo, como por exemplo, na Lei de Uso e Parcelamento do Solo (LUPOS), temos o mecanismo de reserva de uma área proporcional à área do terreno a ser desmembrado, para implantação ou manutenção da área verde existente, prevendo a elaboração de um projeto de arborização para a respectiva área.

Outra condição importante do licenciamento ambiental na cidade refere-se à necessidade de firmar um Termo de Compensação Ambiental (TCA) no caso da realização de obras ou reformas, quando existir a necessidade de realizar manejo arbóreo. Essa obrigação se estende desde uma pequena reforma em um lote urbano, até a realização de grandes obras como uma linha nova de metrô, e exige uma avaliação técnica rigorosa por parte da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) sobre o projeto técnico apresentado.

A despeito de todas as medidas protetivas, quando o dano já foi realizado e é identificado, além da multa aplicada, exige-se a formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre SVMA e o agente responsável.

Tanto os TCAs quanto os TACs são firmados pelo órgão, também responsável pela aprovação técnica do projeto e pelas ações de fiscalização para acompanhamento do cumprimento dos acordos firmados. Limitações existem quando não se reconhece a autoria da degradação ou se estas ocorrem em áreas públicas, ficando as ações de



restauração a cargo de decisões pontuais das subprefeituras, ou de decisões tomadas apenas no momento de realização de obras de outras esferas de governo como metrô, obras de drenagem estaduais, e/ou de demais secretarias responsáveis pela infraestrutura da cidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática. Há previsão de formulação de indicadores pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) em um futuro próximo, cuja definição foi prejudicada neste momento em função do processo recente de reestruturação da Secretaria e do consequente rearranjo organizacional das unidades e das informações derivadas. O diálogo com as unidades para compreensão da nova sistematização está previsto para as discussões referentes à proposição de indicadores por SVMA na revisão ou na regulamentação da Lei de Indicadores do Município (Lei 14.173 de 2006), no âmbito das competências de SVMA, trabalho este que está em andamento.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Aprofundar na compreensão das capacidades municipais para atuar no combate à desertificação, na restauração da terra e do solo degradado, de forma integrada e sistêmica, mobilizando órgãos municipais para além da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.



# 15.4

Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Não se aplica ao município de São Paulo a gestão sobre ecossistemas de montanha.



## 15.5

Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

### Proposta de municipalização da temática

Proteger a fauna silvestre do município, por meio do conhecimento, atendimento, monitoramento e reabilitação de espécies ameaçadas, detendo a perda da biodiversidade e embasando políticas públicas de redução dos impactos à fauna silvestre.

### Contextualização

Os ecossistemas terrestres são ambientes complexos que dependem da interação entre os elementos bióticos e abióticos para sua manutenção. Dentre os elementos bióticos, destacam-se as espécies da fauna silvestre que possuem importantes papéis ecológicos dentro desse sistema, como a dispersão de sementes, a polinização e o controle de pragas. Fragmentos florestais sem esses atores são considerados “defaunados” e estão fadados à redução ou ao desaparecimento em longo prazo.

Considerando a importância dos animais silvestres, sua gestão e conservação são essenciais em uma cidade como São Paulo, que sofre o impacto constante da urbanização e da perda de habitat. A Divisão da Fauna Silvestre (DFS), por meio do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres (CEMACAS), contribui na permanência e preservação desses animais nas áreas verdes da cidade. O atendimento, reabilitação, destinação, monitoramento e inventário dos animais silvestres permitem que os principais impactos que atingem a fauna silvestre sejam identificados, monitorados e utilizados como subsídio para políticas públicas que possibilitem a manutenção da biodiversidade.

No decorrer dos anos, o número de animais atendidos pela Divisão da Fauna Silvestre (DFS) aumentou em decorrência da Portaria Intersecretarial nº 001/ SMSU SVMA/2014 com a implantação do resgate de fauna da Guarda Civil Metropolitana Ambiental. Ao mesmo tempo, a estrutura para recebimento e reabilitação de animais silvestres existente na DFS ampliou, com o início da operação do CEMACAS, possibilitando o atendimento da crescente demanda. Cabe ressaltar que a DFS trabalha sempre com a demanda reprimida.

Nos anos de 2018 e 2019 foram realizados dois Encontros Técnicos Nacionais de Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (ENACS I e II) que reuniram profissionais responsáveis pela gestão e manejo de fauna silvestre do Brasil. Esses encontros proporcionaram a troca de experiências e discussões sobre conflitos e impactos envolvendo a fauna silvestre.

O inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo também teve um acréscimo considerável. Esse crescimento deve-se principalmente ao uso de dados secundários e de plataformas de ciência cidadã que além de contribuírem para o conhecimento da fauna, também são importantes para o monitoramento das espécies e dos impactos que estão expostas.

Por outro lado, a destinação dos animais reabilitados está cada vez mais restrita às principais áreas de soltura do município, como o Parque Anhanguera. Essa restrição ocorre devido à redução progressiva da infraestrutura logística disponível para a DFS. Muitas vezes os animais são encaminhados para áreas de soltura em outro município em função da disponibilização de transporte.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Animais silvestres reabilitados para soltura no MSP (%)	$N^{\circ}$ de animais silvestres reabilitados e encaminhados para soltura ÷ $N^{\circ}$ total de animais silvestres atendidos (x100)
Animais silvestres reabilitados para cativeiro no MSP (%)	$N^{\circ}$ de animais silvestres reabilitados e encaminhados para cativeiro ÷ $N^{\circ}$ total de animais silvestres atendidos (x100)
Animais silvestres que vieram a óbito no MSP (%)	$N^{\circ}$ de animais silvestres que vieram a óbito ÷ $N^{\circ}$ total de animais silvestres atendidos (x100)
Gastos com a conservação e a reabilitação de fauna silvestre no MSP (%)	Gastos com a gestão da fauna silvestre no MSP (Real) ÷ Orçamento realizado pela PMSP com a função orçamentária Gestão Ambiental (Real) (x100)
Exames laboratoriais de fauna silvestre (%)	$N^{\circ}$ de exames laboratoriais realizados em fauna silvestre ÷ $N^{\circ}$ total de animais silvestres atendidos (x100)
Necropsias de fauna silvestre (%)	$N^{\circ}$ de necropsias realizadas em fauna silvestre ÷ Número de óbitos (x100)
Proporção de Espécies Exóticas Invasoras de Fauna - Vertebrados (%)	$N^{\circ}$ de espécies de vertebrados consideradas exóticas invasoras ÷ $N^{\circ}$ total de espécies de vertebrados inventariadas para o MSP (x100)
Fauna silvestre (vertebrados) ameaçada no MSP (%)	$N^{\circ}$ de espécies de vertebrados que constam nas listas de ameaçadas de extinção Estadual, Federal e Internacionais (IUCN e CITES) ÷ $N^{\circ}$ total de espécies de vertebrados inventariadas para o MSP (x100)



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Animais extraviados por roubo do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres - CeMaCAS (%)	Nº de animais extraviados do CeMaCAS, ao ano ÷ Nº total de animais silvestres atendidos, ao ano (x100)
Origem dos animais silvestres atendidos, oriundos de ação de repressão ao tráfico ou venda ilegal – Polícias (Civil, Militar, GCM) e órgãos de fiscalização (Ibama, SIMA) (%)	Nº de animais atendidos oriundos de apreensões das Polícias (Civil, Militar, GCM) e órgãos de fiscalização (Ibama, SIMA), ao ano ÷ Nº total de animais silvestres atendidos, ao ano (x100)
Atendimento de Fauna Silvestre - Vertebrados (%)	Nº de espécies de vertebrados da fauna silvestre atendidos pela DFS, ao ano ÷ Nº total de espécies de vertebrados inventariadas para o MSP (x100)
Ocorrência de anfíbios no MSP em relação ao território brasileiro (%)	Nº de espécies da Classe Amphibia inventariadas para o MSP ÷ Nº total de anfíbios que ocorrem no território brasileiro (x100)
Ocorrência de répteis no MSP em relação ao território brasileiro (%)	Nº de espécies da Classe Reptilia inventariadas para o MSP ÷ Nº total de répteis que ocorrem no território brasileiro (x100)
Ocorrência de aves no MSP em relação ao território brasileiro (%)	Nº de espécies da Classe Aves inventariadas para o MSP ÷ Nº total de aves que ocorrem no território brasileiro (x100)
Ocorrência de mamíferos no MSP em relação ao território brasileiro (%)	Nº de espécies da Classe Mammalia inventariadas para o MSP ÷ Nº total de mamíferos que ocorrem no território brasileiro (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Animais silvestres reabilitados para soltura no MSP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	31,43%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

#### Animais silvestres reabilitados para cativeiro no MSP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	0,71%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



**Animais silvestres que vieram a óbito no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	33,26%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Gastos com a conservação e reabilitação de fauna silvestre no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	1,53%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Exames laboratoriais de fauna silvestre (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	52,45%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Necropsias de fauna silvestre (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	14,55%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Proporção de Espécies Exóticas Invasoras de Fauna - Vertebrados (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	2,2%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Fauna silvestre (vertebrados) ameaçada no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



**Animais extraviados por roubo do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres - CeMaCAS (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	0,27%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será disponibilizada no ObservaSampa.

**Origem dos animais silvestres recebidos, oriundos de ação de repressão ao tráfico ou venda ilegal – Polícias (Civil, Militar, GCM) e órgãos de fiscalização (Ibama, SIMA) (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	16,03%	23,11%	11,96%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Atendimento de Fauna Silvestre - Vertebrados (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Ocorrência de anfíbios no MSP em relação ao território brasileiro (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	4,93%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Ocorrência de répteis no MSP em relação ao território brasileiro (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	5,91%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Ocorrência de aves no MSP em relação ao território brasileiro (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	24,44%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



Ocorrência de mamíferos no MSP em relação ao território brasileiro (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	14,55%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Desafios remanescentes**

Verifica-se que o Município avançou com a ampliação da preservação de áreas verdes e fortalecimento da sua estrutura de licenciamento e controle, porém, a implementação de políticas públicas preventivas com a adoção de medidas mais amplas que diminuam os impactos antrópicos sobre a fauna silvestre ainda é incipiente. Um Plano Municipal da Fauna Silvestre que preveja uma gestão integrada da fauna com outras políticas públicas do Município, com a proposição de diretrizes e normativas visando não somente políticas reativas como as ações de controle, compensação de impactos e o recebimento de animais vitimados, mas também a adoção de ações preventivas de combate ao tráfico e à posse ilegal e de diminuição no número de agravos sobre a fauna silvestre por atropelamentos, colisões, eletrocussões e predação por animais domésticos, poderia ser instrumento poderoso e resultar em uma preservação mais efetiva da biodiversidade.



## 15.6

Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Compreende-se a importância da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e da promoção do acesso adequado aos recursos genéticos. Entretanto, a gestão do acesso e do uso de recursos genéticos é bastante abrangente e a Prefeitura de São Paulo ainda não tem atuação clara nessa temática.



## 15.7

Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.

### Proposta de municipalização da temática

Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, de acordo com as diretrizes do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres (COMETAS).

### Contextualização

O tráfico de animais silvestres, configurado pela retirada de animais de seus habitats naturais e destinados à comercialização, é um dos graves problemas enfrentados no Brasil. Como forma de contribuir no âmbito municipal, a Secretaria de Segurança Urbana, por meio da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental, participa do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres (COMETAS), que tem o objetivo de discutir novas diretrizes na tentativa de combater esse tipo de atividade ilegal. Ainda, destaca-se que essa temática dialoga diretamente com a temática 15.5, no que tange à 'proteção da fauna silvestre do município'.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática. Indicadores relacionados a gestão da fauna apreendida foram incluídos na temática a 15.5.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática. Informações relacionadas a gestão da fauna apreendida foram incluídas na temática 15.5.

### Desafios remanescentes

Em relação ao combate ao tráfico de animais, apesar do Município ter por meio do SisVigiFauna (Sistema de Vigilância da Fauna Silvestre) desenvolvido capacidade de monitorar/controlar o fluxo de animais vitimados, resgatados e apreendidos, visando a sua rastreabilidade, ainda é necessária a construção de um processo de integração com os sistemas estaduais e federais, e para isso conta-se com o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres (COMETAS), constituído na esfera do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M).

## 15.8

Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, garantir a implantação das medidas de substituição das espécies exóticas invasoras da flora municipal, principalmente nas Unidades de Conservação (UC), áreas protegidas e áreas com a presença de remanescentes de Mata Atlântica e nas áreas rurais do município, com ações a serem previstas na elaboração e implementação do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU).

### Contextualização

As ações para controle de espécies exóticas de flora e fauna são ainda pontuais no município de São Paulo. Existe necessidade de revisão legal sobre a temática, bem como de estruturação de um plano e ou programa que aborde a questão. De todo modo, foram vinculadas à temática 15.5 informações referentes a espécies exóticas invasoras (vertebrados) de fauna no município de São Paulo.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Aprofundamento no marco legal que dispõe sobre a temática, e estruturação de um plano e ou programa que aborde a questão.



## 15.9

Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).

### Contextualização

Reconhece-se a importância da integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento local. Entretanto, considerando que ainda não está estabelecida a implementação do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), ainda não se pode definir indicadores relacionados. Os planos verdes que orientam a execução da política ambiental no município de São Paulo, bem como os indicadores relacionados a outras ferramentas previstas no Plano Diretor Estratégico (TCA - Termo de Compromisso Ambiental, TAC - Termo de Ajuste de Conduta, TDC - Transferência do Direito de Construir), ainda estão em elaboração/implementação.

Destaca-se a importância da implementação do SAPAVEL para alcance dos benefícios ecossistêmicos oferecidos pelas áreas verdes, sendo um dos objetivos do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), que está em processo de elaboração pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e integra o SAPAVEL, além da proteção dessas áreas, a ampliação das possibilidades de acesso e fruição desses espaços pela população, objetivos que dialogam diretamente com o cumprimento do ODS 3 - Saúde e Bem-Estar e com o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

### Desafios remanescentes

Conclusão dos planos que integram o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), em especial do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) e do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU); e elaboração/implementação de indicadores relacionados a outras ferramentas previstas no Plano Diretor Estratégico (TCA - Termo de Compromisso Ambiental, TAC - Termo de Ajuste de Conduta, TDC - Transferência do Direito de Construir).



## 15.a

Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

### Proposta de municipalização da temática

Ampliar os recursos financeiros destinados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas no município, para a implementação de Unidades de Conservação Municipais, de Parques Municipais e para o Pagamento de Serviços Ambientais, em consonância com o disposto no Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), no Plano Municipal de Prestação de Serviços Ambientais (PMSA), no Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), no Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) e no Plano Local de Ação Climática (PlanClima-SP).

### Contextualização

A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) tem por finalidade a defesa do meio ambiente no Município. Suas atribuições portanto estão vinculadas ao planejamento, ordenação e coordenação das atividades de defesa e conservação do meio ambiente, através da definição de critérios para a contenção da degradação e a poluição ambiental, no município, a busca de cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligados à gestão ambiental nas três esferas de governo, da sociedade civil e também de órgãos e entidades privadas ligadas ao meio ambiente, bem como com órgãos e entidades internacionais. Cabe ainda à SVMA o estabelecimento de critérios para a otimização da ação de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo com os órgãos federais e estaduais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Tais atribuições conferem ao órgão a possibilidade legal de buscar recursos junto aos Tesouros e aos diferentes fundos municipais e estaduais, além de fundos externos e parcerias com agências internacionais para garantir a execução abrangente e eficaz do cumprimento de sua finalidade precípua, da sua política ambiental e das suas metas de Governo. Pode também contar com doações financeiras privadas desde que devidamente regulamentadas, na composição desses recursos.

Entre as ações previstas no Plano Diretor Estratégico (PDE) 2014, em consonância com as atribuições de SVMA, destaca-se o desenvolvimento de um conjunto de ações prioritárias para estruturação do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) a serem desenvolvidas pela SVMA, entre as quais, a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA-São Paulo), do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA), ambos já concluídos, do Plano de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), e do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), que serão

concluídos até o final de 2020. Os planos mencionados definem ações prioritárias para orientar a aplicação de recursos na conservação e recuperação da cobertura vegetal. Os indicadores desta meta poderão ser definidos, portanto, com base nas ações previstas nos referidos planos.

**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Gastos do Tesouro Municipal destinados à gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)	$\text{Gastos do Tesouro Municipal com a função orçamentária Gestão Ambiental (Real), ao ano} \div \text{Orçamento total do Tesouro Municipal (Real), ao ano} \times 100$
Gastos FEMA na gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)	$\text{Gastos FEMA para Gestão Ambiental (Real), ao ano} \div \text{Orçamento total FEMA (Real), ao ano} \times 100$
Gastos FUNDURB para a implantação de parques (lineares e ou tombados, ZEPEC) municipais (%)	$\text{Gastos FUNDURB para a implantação de parques municipais (Real), ao ano} \div \text{Orçamento total FUNDURB (Real), ao ano} \times 100$
Gastos totais FMSAI para a implantação ou adequação de parques municipais e aquisição de áreas no MSP (%)	$\text{Gastos FMSAI para a implantação de parques municipais (Real), ao ano} + \text{Gastos FMSAI para a adequação de parques municipais (Real), ao ano} + \text{Gastos FMSAI para a aquisição de áreas para a implantação de novos parques municipais (Real), ao ano} \div \text{Orçamento total FMSAI (Real), ao ano} \times 100$
Gastos totais dos Fundos Municipais na gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)	$\text{Gastos Fundos Municipais (FEMA, FUNDURB e FMSAI) para a gestão ambiental no MSP (Real), ao ano} \div \text{Somatória de orçamentos totais dos fundos municipais (Real), ao ano} \times 100$
Donativos da iniciativa privada para a gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)	$\text{Donativos de iniciativa privada para a gestão ambiental no MSP (Real), ao ano} \div \text{Gastos do Tesouro Municipal com a função orçamentária Gestão Ambiental (Real), ao ano} \times 100$
Gastos da gestão de parques concessionados (%)	$\text{Gastos dos contratos de Concessão de Parques (Real), ao ano} \div \text{Total de recursos públicos para a gestão de parques (Real), ao ano} \times 100$
Gastos de investimentos de parques concessionados (%)	$\text{Gastos dos contratos de Concessão de Parques (Real), ao ano} \div \text{Total de recursos públicos para investimentos em melhorias nos parques (Real), ao ano} \times 100$



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Gastos públicos com a implantação de parques municipais (R\$ a cada 1.000 habitantes)	Gastos totais para a implantação de parques municipais (Real) ao ano ÷ População total do MSP (habitantes) (x1.000)
Gastos públicos com a implantação de parques municipais (R\$/m²)	Gastos totais para a implantação de parques municipais (Real), ao ano ÷ Área total de parques existentes no MSP (m²)
Gastos públicos com a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais (R\$ a cada 1.000 habitantes)	Gastos totais para a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais existentes (Real), ao ano ÷ População total do MSP (habitantes) (x1.000)
Gastos públicos com a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais (R\$/m²)	Gastos totais para a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais existentes (Real), ao ano ÷ Área total de parques existentes no MSP (m²)
Gastos públicos com a gestão e manutenção/manejo de parques municipais existentes (R\$ a cada 1.000 habitantes)	Gastos totais para a gestão e manutenção/manejo de parques municipais urbanos, lineares e naturais existentes (Real), ao ano ÷ População total do MSP (habitantes) (x1.000)
Gastos públicos com a gestão e manutenção/manejo de parques municipais existentes (R\$/m²)	Gastos totais para a gestão e manutenção/manejo de parques municipais urbanos, lineares e naturais existentes (Real), ao ano ÷ Área total de parques existentes no MSP (m²)
Gastos públicos com a gestão de parques urbanos e lineares no MSP (%)	Gastos do Tesouro Municipal para a manutenção e vigilância dos parques municipais urbanos e lineares existentes (Real), ao ano ÷ Gastos do Tesouro Municipal com a função orçamentária Gestão Ambiental (Real), ao ano (x100)
Gastos públicos com a gestão de unidades de conservação no MSP (%)	Gastos do Tesouro Municipal para o manejo e vigilância das Unidades de Conservação municipais existentes (Real), ao ano ÷ Gastos do Tesouro Municipal com a função orçamentária Gestão Ambiental (Real), ao ano (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Gastos do Tesouro Municipal destinados à gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	0,45%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



**Gastos FEMA na gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	88,0%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Gastos FUNDURB para a implantação de parques (lineares e ou tombados, ZEPEC) municipais (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	0,0%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Gastos totais FMSAI para a implantação ou adequação de parques municipais e aquisição de áreas no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	4,73%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Gastos totais dos Fundos Municipais na gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	6,31%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

**Donativos da iniciativa privada para a gestão de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade no MSP (%)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	_*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

### Gastos da gestão de parques concessionados (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Gastos de investimentos de parques concessionados (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Gastos públicos com a implantação de parques municipais (R\$ a cada 1.000 habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	R\$ 2,51

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Gastos públicos com a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais (R\$ a cada 1.000 habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	R\$ 50,32

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Gastos públicos com a implantação de parques municipais (R\$/m<sup>2</sup>)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Gastos públicos com a ampliação, reforma e requalificação de parques municipais (R\$/m<sup>2</sup>)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	-*	-*	R\$ 0,01

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Gastos públicos com a gestão e manutenção/manejo de parques municipais existentes (R\$ a cada 1.000 habitantes)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	R\$ 9.397,74

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

Gastos públicos com a gestão e manutenção/manejo de parques municipais existentes (R\$/m<sup>2</sup>)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	R\$ 2,69

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

Gastos públicos com a gestão de parques urbanos e lineares no MSP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	51,35%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

Gastos públicos com a gestão de Unidades de Conservação no MSP (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	3,34%

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

\* A série histórica está em levantamento e será oportunamente disponibilizada no ObservaSampa.

### Desafios remanescentes

A adequação do orçamento para a Gestão Ambiental no Município de São Paulo é uma demanda permanente, frente à necessidade de ampliação das medidas de proteção ambiental e dos recursos naturais do município, como flora e fauna. Remanescentes de mata atlântica no Município por exemplo, que preservam muito da biodiversidade original da cidade, áreas estas que já estão mapeadas através do Plano Municipal de Mata Atlântica previsto na Lei 16050/2014 do Plano Diretor Estratégico, ainda necessitam de recurso para sua implantação, monitoramento e fiscalização. Outros grandes plano verdes previstos no PDE estão sendo elaborados pela SVMA com o objetivo de proteger as áreas verdes do município, de incrementar e manter a arborização urbana de forma planejada e também de identificar as áreas prestadoras de serviços ambientais do Município através da remuneração dos seus proprietários, garantindo a preservação e continuidade na prestação desses serviços para o benefício



## ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

e manutenção da cidade. Estes objetivos principais estão ligados ao PLANPAVEL, PMAU e PMSA, respectivamente, embora o objetivo precípua de proteção e manutenção da biodiversidade e da qualidade de vida na cidade seja transversal à todos os planos verdes.

A implantação efetiva dessas ações exigirá uma gama de ações integradas e ampliadas do poder público municipal, refletindo em custos ampliados de gestão, fiscalização e controle, sem esquecer ainda educação ambiental da população de forma ampla e descentralizada, pois sem a participação e conscientização da população beneficiada, a implantação e principalmente a manutenção desses serviços é muito dificultada. Portanto, prevê-se que haverá necessidade de ampliação dos recursos destinados à gestão ambiental na cidade, que por sua vez, poderá ser beneficiada por recursos que vão além do tesouro público municipal, passando por órgãos privados de financiamento, nacionais e internacionais, e que dependem também de um esforço técnico ampliado, de recursos humanos em quantidade adequada e de qualificação para a elaboração e execução de programas e projetos técnicos compatíveis com as exigências das fontes alternativas de recursos.

Além disso, é necessário ainda a inserção do eixo da preservação e manutenção das condições ambientais em políticas setoriais que ainda não as incorporam, mas cujas dinâmicas de funcionamento e reprodução são potencialmente ou comprovadamente geradoras de impactos ambientais. Ou seja, além da previsão da redução desses impactos, algumas ações de recuperação podem advir de fundos específicos, o que exige uma maturação maior dos diálogos entre os setores. Esse tipo de diálogo está sendo colocado e exercitado de forma muito abrangente entre os agentes públicos municipais, na elaboração do Plano Municipal de Mudanças Climáticas por exemplo, evidenciando a necessidade de multidisciplinaridade na abordagem da questão das mudanças climáticas e de tudo que perpassa pela questão ambiental.



## 15.b

Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

### Proposta de municipalização da temática

Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar políticas públicas e iniciativas para a conservação e recuperação das áreas prestadoras de serviços ambientais do município de São Paulo, pertencentes à Unidades de Conservação, ou a demais áreas públicas e privadas, criando mecanismos de incentivo legal a práticas de manejo florestal sustentável.

### Contextualização

Reconhece-se a importância de mobilizar recursos para o manejo florestal sustentável. Entretanto, considerando que ainda não está estabelecida a implementação do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), ainda não se pode falar em manejo florestal no município de São Paulo, a despeito das ações existentes sobre o bioma Mata Atlântica dentro das Unidades de Conservação municipais.

Tratando-se de um dos quatro planos verdes a serem desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), previstos no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014, o Plano Municipal de Prestação de Serviços Ambientais (PMSA), tem o objetivo principal de promover e incentivar políticas públicas e iniciativas para a conservação e recuperação das áreas prestadoras de serviços ambientais do município de São Paulo, incluindo a prática de atividades de proteção e uso sustentável da biodiversidade, dos remanescentes de vegetação nativa, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, da qualidade do ar, da ciclagem de nutrientes do solo e da regulação do clima, dentre outros serviços que a natureza oferece à cidade, tanto em suas áreas rurais como urbanas.

Aliado aos outros grandes planos verdes definidos no PDE, acreditamos que a aprovação e implementação do PMSA, trará um olhar ampliado sobre a questão do manejo florestal sustentável, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, e entre as áreas rurais, com especial atenção às áreas particulares que poderão se beneficiar economicamente do manejo florestal sustentável como atividade produtiva, evitando o processo de urbanização do meio rural, sob pressão constante na metrópole, e garantindo a preservação da biodiversidade, atendendo aos objetivos imediatos do PMSA e à temática aqui proposta.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não há indicadores selecionados para o monitoramento desta temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Conclusão dos planos que integram o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), em especial do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), e do Plano Municipal de Prestação de Serviços Ambientais (PMSA) para o aprofundamento na reflexão a respeito das competências municipais nessa temática.

Ressalta-se aqui que a legislação que disciplina o corte e a poda da vegetação de porte arbóreo no de arborização municipal vigente município representa um impedimento à prática do manejo florestal sustentável nas áreas rurais do município. Legislações específicas rurais devem ser formuladas para viabilizar o manejo florestal como atividade econômica às propriedades rurais e como atividade de preservação e extinção das espécies invasoras da flora nas Unidades de Conservação. Pretende-se analisar a questão com mais profundidade nas etapas de elaboração do PMAU.

## 15.c

Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

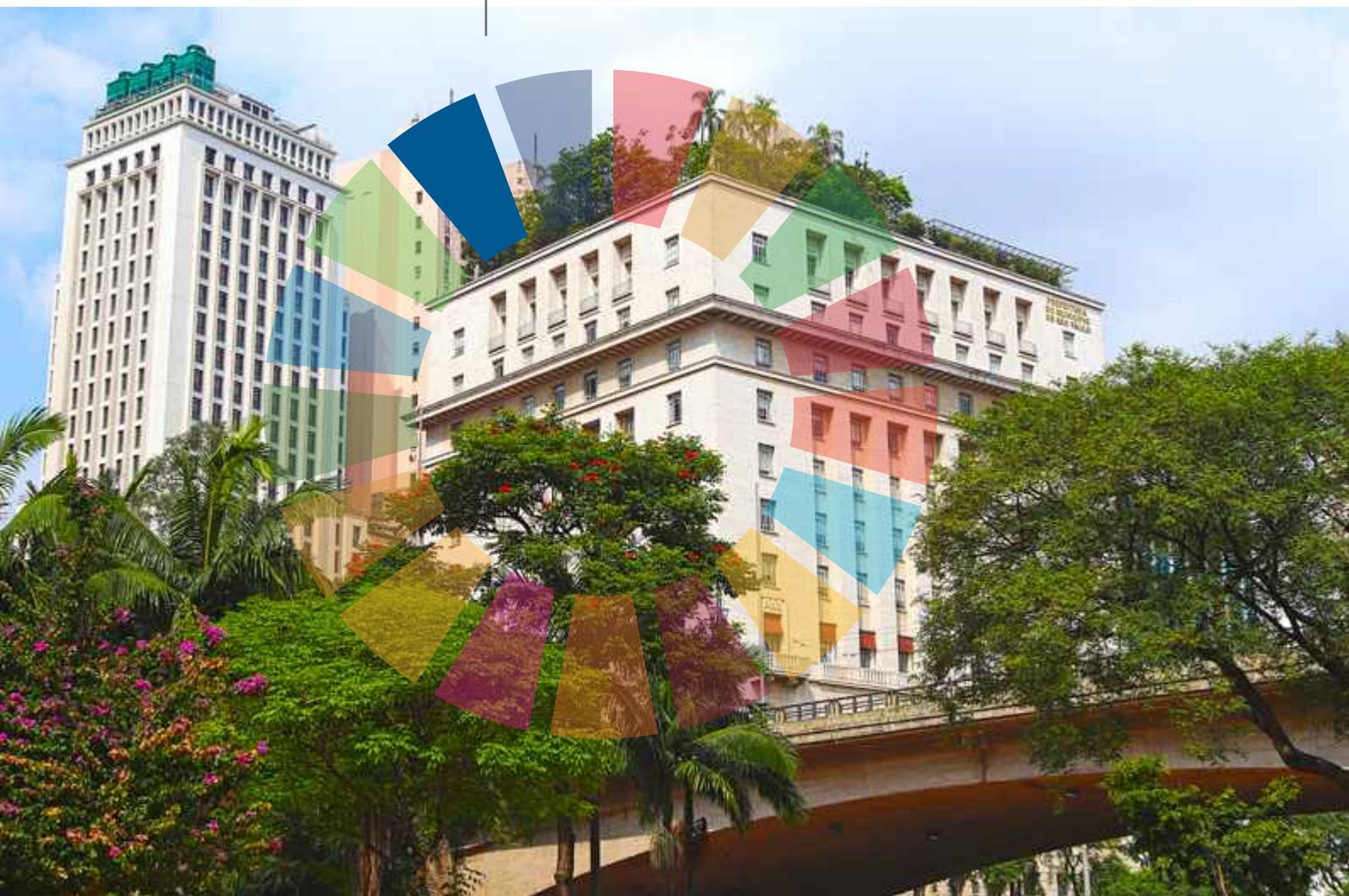
Não existe caça predatória para fins de subsistência no município de São Paulo.





## **ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



# 16.1

## Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

### Proposta de municipalização da temática

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares.

### Contextualização

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania realiza o acompanhamento de diversos dados relacionados a violência no município, visando aprimorar suas políticas públicas, desenvolver novas políticas e garantir a promoção e difusão dos direitos humanos no município por meio de políticas que garantam a proteção da população em situação de vulnerabilidade.

Para realizar esse acompanhamento, a SMDHC articula com outras Secretarias do poder público (em todos os níveis: municipal, estadual e federal), o compartilhamento de bases de dados que sejam de interesse para o desenvolvimento de políticas públicas de direitos humanos. As informações passam pelas coordenações e hoje ficam concentradas e trabalhadas pela Coordenação de Planejamento e Informação, que subsidia as coordenações com informações baseadas em dados.

Ainda neste âmbito, a SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Mulheres, desenvolveu o Observatório Municipal da Violência Contra a Mulher, que consiste em um cruzamento de informações geradas nos boletins de ocorrência da Polícia, bem como outras fontes, que têm como vítimas mulheres. As informações coletadas buscam apresentar de maneira mais aprofundada a violência contra as mulheres no perfil, analisando o perfil da vítima, bem como do seu autor, localização e temporalidade da ocorrência, bem como a regionalização dos dados, realizando recortes distritais para cada um dos dados.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Crimes violentos fatais	Número de crimes violentos fatais (homicídio qualificado, + homicídio simples + lesão corporal seguida de morte) ÷ População total do município (x10.000)
Crimes violentos fatais na população negra	Número de crimes violentos fatais (homicídio qualificado + homicídio simples + lesão corporal seguida de morte) população negra/total de população negra no município (x10.000)





# 16.2

## Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

### Proposta de municipalização da temática

Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

### Contextualização

O ajuste da temática, trocando a palavra “acabar” por “proteger”, segue a adequação realizada pelo IPEA que justifica que: “O verbo “acabar”, utilizado no comando da temática, tem o sentido de por fim, extinguir ou cessar. A extinção de todas as violências que atingem crianças e adolescentes é uma meta inexecutável porque a violência é fenômeno presente historicamente em todas as sociedades humanas. No entanto, é possível proteger as crianças de todas as formas de violência a partir de ações protetivas desenvolvidas pela família, Estado e sociedade.

De acordo com a Constituição brasileira, a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes deve ser compartilhada pela família, pela sociedade e pelo Estado. Desta forma, propõe-se substituir o verbo “acabar” pelo verbo “proteger”, que significa amparar, defender e cuidar. O verbo “proteger” mantém maior sintonia com os termos utilizados na legislação brasileira. Não só isso. A ação de proteger remete à necessidade de responsabilizar instituições por implementar ações e programas de proteção e de defesa que salvaguardam (protegem) as crianças e os adolescentes de todas as formas de violência.

Outra adequação realizada refere-se à inclusão da palavra “adolescente”, a fim de manter sintonia com a legislação brasileira. Pela Convenção de Genebra dos Direitos da Criança (ONU, 1990), considera-se “criança” a população na faixa etária de zero a 18 anos incompletos. No entanto, na legislação brasileira, observa-se a divisão nessa faixa etária entre crianças (população de zero a 12 anos incompletos) e adolescentes (população de 12 a 18 anos incompletos).

No caso de políticas ações realizadas pela prefeitura, hoje a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas Públicas para Criança e Adolescente (CPCA) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA, ligado a SMDHC), desenvolve uma série de políticas públicas para a população entre 0 a 17 anos incompletos, além de também monitorar a incidir nas políticas desenvolvidas por outras secretarias que trabalham no âmbito desta temática.





## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

### Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	1.992	2.047	986	857

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) / Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

### Homicídio Juvenil

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1.714	1.463	1.467	1.269	-

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) / Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

### Desafios remanescentes

Melhorar a qualidade das informações produzidas para monitoramento e controle social da atuação do município para redução da desigualdade, produzindo informações devidamente territorializadas, desagregadas no maior número de variáveis possíveis e atualizadas a partir do reconhecimento dos fenômenos interseccionados que agravam a desigualdade de gênero e a violência dela decorrente (raça/cor, idade, nacionalidade, território, etc.); Além disso, desenvolver a capacidade de integração dos diferentes sistemas que captam essas informações, a fim de produzir dados que forneçam um melhor cenário das ocorrências na cidade.



## 16.3

**Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.**

### Proposta de municipalização da temática

Fortalecer o Estado de Direito, em nível municipal, por meio de mecanismos de participação social e de proteção dos direitos dos usuários de serviços públicos; e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, por meio de políticas de conciliação de conflitos.

### Contextualização

Pensar no fortalecimento do Estado de Direito, de modo a garantir o cumprimento das normas pela Administração Pública e o combate ao abuso de poder e à corrupção, no âmbito municipal, além de promover a participação social e a proteção dos direitos dos cidadãos e usuários dos serviços públicos.

Promover canais de comunicação do cidadão junto aos órgãos municipais é uma forma de garantir sua participação e a defesa de seus direitos individuais e da coletividade, seja no tocante à exigência da melhoria de serviços públicos ou na comunicação de eventual irregularidade cometida pelos órgãos ou servidores. Neste mesmo sentido, facilitar o acesso às informações públicas, bem como investir na educação do cidadão em relação aos seus direitos perante a Municipalidade, sendo uma forma de promoção do Estado de Direito.

Em 2018 foi publicado o Decreto Municipal nº 58.426 determinando a implantação de Ouvidorias nos órgãos com vistas ao fortalecimento dos canais de participação social e de defesa do usuário do serviço público, o que serve de base para o fomento da criação dessas estruturas nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Já em relação ao acesso à justiça, a nível municipal, uma maneira de aproximar a justiça dos cidadãos e garantir agilidade nas soluções de conflitos é através de políticas de desjudicialização, como a solução consensual entre as partes.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de atendimentos de mediação de conflitos nas Casas de Mediação da GCM	Atendimentos de mediação de conflitos nas Casas de Mediação da Guarda Civil Metropolitana
Denúncias de Violações de Direitos Humanos recebidas pela Ouvidoria de Direitos Humanos	Número total de denúncias de violações de Direitos Humanos recebidas pela Ouvidoria de Direitos Humanos





Nota média de eficiência dos órgãos no atendimento a reclamações e solicitações dos cidadãos junto à Ouvidoria Geral

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	4,50*	4,60*	4,72*

Fonte: Controladoria Geral do Município (CGM)/Ouvidoria Geral do Município (OGM).

\* Dados referentes ao segundo semestre Programa de Metas 2019-2020.

### Desafios remanescentes

A Controladoria Geral do Município, por meio da Ouvidoria Geral do Município, vem adotando medidas mais próximas aos órgãos demandados pelos cidadãos, como reuniões de trabalho, produção de relatórios gerenciais para encaminhamento aos gabinetes, além da elaboração de notas técnicas, no sentido de melhorar o tempo de resposta e, com isso, elevar o índice, fortalecendo assim a Ouvidoria como canal de participação social e defesa dos direitos dos usuários do serviço público. Além disso, por meio da Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público (CGM/CODUSP), está em implantação o Conselho de Defesa dos Usuários do Serviço Público que poderá fortalecer ainda mais as iniciativas nessa área.

Considerando-se a perspectiva de descentralização da Ouvidoria Geral do Município que, por meio da Controladoria Geral do Município, é o setor responsável pela normatização das atividades de Ouvidoria e consolidação estatística, conforme prevê o Decreto Municipal nº 58.426 de 18 de setembro de 2018, abre-se a perspectiva de padronização dessa estrutura para que todos os indicadores possam vir a ser futuramente consolidados, proporcionando assim uma visão única acerca das manifestações dos cidadãos e cidadãs quanto à qualidade do serviço público prestado na cidade de São Paulo.

No sentido de promover o acesso à justiça por meio das soluções de conflito, a Procuradoria Geral do Município vem realizando acordos para casos processuais (ações em andamento) e pré-processuais (sem necessidade de ação judicial), principalmente em casos de multa de trânsito, atraso na concessão de aposentadoria de servidor municipal e responsabilidade civil por dano. Os acordos são realizados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Fazenda Pública, órgão ligado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP e, no ano de 2019, foram realizadas 220 audiências, resultando em 125 acordos (índice de 56,8%), no primeiro semestre de 2020 (até março), foram 39 audiências, com 23 acordos (58,9%). Com o objetivo de dirimir o maior número de conflitos e chegar a uma resolução consensual, destaca-se que alguns mutirões têm sido agendados em parceria com a direção do CEJUSC da Fazenda Pública, incluindo a criação de uma nova modalidade de mutirão relacionado a questões tributárias.

Há ainda, a participação em outra unidade do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, o CEJUSC Municipal. Fruto de um convênio da Prefeitura Municipal com o Tribunal de Justiça de São Paulo, esta unidade é um centro de conciliação judicial



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

com sede em imóvel da Procuradoria Geral do Município e atuação de mediadores da Guarda Civil Metropolitana. O CEJUSC Municipal tem parcerias com a Defensoria Pública e com a COHAB, realizando conciliações e mediações de conflitos especialmente nas áreas de família e cível.

A conciliação possibilita a solução de conflitos de forma mais rápida e ágil, sem a necessidade de recorrer a um processo judicial. O que reforça a necessidade de novas parcerias e incentivos nesta questão.



## 16.4

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.

### Contextualização

Conforme a Lei Federal 10.884, de 17 de junho de 2004, é competência da Prefeitura de São Paulo reduzir o número de armas dentro do território do município, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e de acordo com o Estatuto do Desarmamento.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento pela Guarda Civil Metropolitana	Armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento pela Guarda Civil Metropolitana

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Número de armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento pela Guarda Civil Metropolitana

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1.117	625	669	426	319

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP); Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).

### Desafios remanescentes

Um dos principais desafios remanescentes é a continuidade da Campanha do Desarmamento pelo governo federal, uma vez que a Guarda Civil Metropolitana realiza o recolhimento voluntário.



# 16.5

## Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

### Proposta de municipalização da temática

Fortalecer o combate à corrupção e ao suborno em todas as suas formas.

### Contextualização

O Combate à corrupção em todas as suas formas, seja ativa ou passiva, envolvendo pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou agentes públicos, é uma das funções essenciais do Controle Interno cujo objetivo é assegurar a maior integridade possível à Administração Pública Municipal por meio da atuação preventiva e correccional.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO												
Servidores públicos punidos por corrupção no ano	Número de funcionários públicos punidos por corrupção												
Nota média de eficiência (0 a 10) no controle do uso de cargos comissionados (Proporção de cargos comissionados puros por cargos totais)	Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto ao controle do uso de cargos comissionados (obtida a partir do cálculo do 'Total de cargos comissionados puros na prefeitura ÷ Total de servidores da administração direta municipal (x 100)' no semestre de referência - aplicada a tabela abaixo) ÷ quantidade de órgãos apurados.												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th><i>Critério</i></th> <th><i>Nota de eficiência</i></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Se comissionados &gt;40%</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Se comissionados &gt;30% e &lt;= 40%</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>Se comissionados &gt;20% e &lt;= 30%</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Se comissionados &gt;10% e &lt;= 20%</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>Se comissionados &lt;= 10%</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>	<i>Critério</i>	<i>Nota de eficiência</i>	Se comissionados >40%	0	Se comissionados >30% e <= 40%	2,5	Se comissionados >20% e <= 30%	5	Se comissionados >10% e <= 20%	7,5	Se comissionados <= 10%	10
<i>Critério</i>	<i>Nota de eficiência</i>												
Se comissionados >40%	0												
Se comissionados >30% e <= 40%	2,5												
Se comissionados >20% e <= 30%	5												
Se comissionados >10% e <= 20%	7,5												
Se comissionados <= 10%	10												



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Nota média de eficiência (0 a 10) na implementação do Programa de Integridade

Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto à implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas - PIBP (obtida a partir de classificação no semestre de referência conforme critérios relacionados na tabela abaixo) ÷ Quantidade de órgãos apurados.

Nota de eficiência	Classificação
0	Não possui programa e não manifestou interesse em participar
2,5	Não possui programa, mas manifestou interesse, por meio de ofício ou correio eletrônico, em participar do programa
5	Programa em fase de implementação
7,5	Programa está implementado, porém não monitorado pela CGM
10	Programa está implementado e monitorado pela CGM

Nota média de eficiência (0 a 10) no uso de pregões eletrônicos em substituição a pregões presenciais (Proporção de pregões eletrônicos por pregões totais)

Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta na utilização de pregões eletrônicos em substituição a pregões presenciais na contratação de produtos e serviços (obtida a partir do cálculo 'Número de pregões eletrônicos realizados no órgão ÷ Total de pregões realizados em cada órgão (x100)' no semestre de referência conforme critérios relacionados na tabela abaixo) ÷ quantidade de órgãos apurados.

Nota de eficiência	Critério
0	Resultado órgão n <90%
2,5	Resultado órgão n >= 90% e <= 94%
5	Resultado órgão n > 94% e <= 97%
7,5	Resultado órgão n >97% e <= 99%
10	Resultado órgão n >99 e <=100%



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

<p>Nota média de eficiência (0 a 10) no controle do uso de contratos emergenciais (Proporção de contratos emergenciais por contratos totais)</p>	<p>Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta no controle da utilização excessiva de contratos emergenciais (obtida a partir do cálculo 'Número de contratos emergenciais celebrados pela prefeitura ÷ Total de contratos celebrados (x100)' no semestre de referência conforme critérios relacionados na tabela abaixo) ÷ quantidade de órgãos apurados.</p> <table border="1" data-bbox="703 539 1326 898"> <thead> <tr> <th>Nota de eficiência</th> <th>Critério</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>Resultado órgão n &gt;10%</td> </tr> <tr> <td>2,5</td> <td>Resultado órgão n &gt;6% e &lt;= 10%</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Resultado órgão n &gt; 3% e &lt;= 6%</td> </tr> <tr> <td>7,5</td> <td>Resultado órgão n &gt;= 1% e &lt;= 3%</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>Resultado órgão n &lt; 1%</td> </tr> </tbody> </table>	Nota de eficiência	Critério	0	Resultado órgão n >10%	2,5	Resultado órgão n >6% e <= 10%	5	Resultado órgão n > 3% e <= 6%	7,5	Resultado órgão n >= 1% e <= 3%	10	Resultado órgão n < 1%
Nota de eficiência	Critério												
0	Resultado órgão n >10%												
2,5	Resultado órgão n >6% e <= 10%												
5	Resultado órgão n > 3% e <= 6%												
7,5	Resultado órgão n >= 1% e <= 3%												
10	Resultado órgão n < 1%												
<p>Nota média de eficiência (0 a 10) na implementação de Controle Interno (Existência de Unidade de controle interno)</p>	<p>Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto à implementação de Controle Interno (obtida a partir de classificação no semestre de referência conforme critérios relacionados na tabela abaixo) ÷ quantidade de órgãos apurados.</p> <table border="1" data-bbox="703 1137 1326 1496"> <thead> <tr> <th>Nota de eficiência</th> <th>Critério</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>Não possui controle interno</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Possui previsão de Controle Interno em normativo próprio</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>Possui Coordenadoria de Controle Interno ou Controle Interno estabelecido no âmbito dos Gabinetes ou Assessorias Técnicas e há comunicação permanente</td> </tr> </tbody> </table>	Nota de eficiência	Critério	0	Não possui controle interno	5	Possui previsão de Controle Interno em normativo próprio	10	Possui Coordenadoria de Controle Interno ou Controle Interno estabelecido no âmbito dos Gabinetes ou Assessorias Técnicas e há comunicação permanente				
Nota de eficiência	Critério												
0	Não possui controle interno												
5	Possui previsão de Controle Interno em normativo próprio												
10	Possui Coordenadoria de Controle Interno ou Controle Interno estabelecido no âmbito dos Gabinetes ou Assessorias Técnicas e há comunicação permanente												
<p>Sistema de combate à corrupção</p>	<p>Número de sistemas de combate à corrupção existentes no órgão central de controle interno</p>												

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Servidores públicos punidos por corrupção no ano

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10	3	1	2	1

Fonte: Procuradoria Geral do Município (PGM).



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Nota média de eficiência no controle do uso de cargos comissionados

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	6,62*	5,83*	5,58*

Fonte: Controladoria Geral do Município (CGM).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Nota média de eficiência na implementação do Programa de Integridade

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	0,56*	0,67*	2,81*

Fonte: CGM/GAB/Assessoria Técnica.

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Nota média de eficiência no uso de pregões eletrônicos em substituição a pregões presenciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	9,29*	10,00*	9,81*

Fonte: CGM/Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Nota média de eficiência na implementação de Controle Interno

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	1,04*	2,54*	2,23*

Fonte: CGM/Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Sistema de controle e combate à corrupção

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1	1	1	2	2

Fonte: Controladoria Geral do Município (CGM).

Nota de eficiência no controle do uso de Contratos emergenciais

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	8,89*	9,34*	9,29*

Fonte: CGM/Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

### Desafios remanescentes

A ampliação da descentralização do controle interno junto aos órgãos municipais mostra-se desafiadora devido à necessidade de perfil profissional específico, nem sempre encontrado em todos os órgãos. Ainda que ocorra a descentralização por meio da disponibilização de profissionais da Controladoria Geral do Município, serão



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

necessárias ações de fomento à adoção do controle interno como prática permanente, assim como ações que criem um ambiente e cultura de controle interno adequados.

No que diz respeito aos cargos de livre nomeação, há muito a avançar já que o indicador atualmente está em 55% do valor máximo considerado ideal para a estrutura da Administração Pública. A melhora desse indicador depende fundamentalmente de diretrizes da alta gestão, não havendo muito espaço em princípio para medidas de ordem tática e operacional.

O Programa de Integridade, como já exposto, obteve significativo crescimento apresentando como principal desafio a sua manutenção (última medição equivale a 28% da nota máxima), por meio do aumento da capacitação e conseqüentemente da qualidade de elaboração dos planos de integridade pelos órgãos participantes.

Os sistemas de controle e combate à corrupção, em alguns casos têm como principais obstáculos à sua implantação, restrições orçamentárias versus os altos custos de manutenção e desenvolvimento junto ao fornecedor parceiro. Termos de cooperação para cessão gratuita de sistemas de sucesso já empregados por outros entes vêm sendo realizados, no entanto eventuais adaptações e o custo de infraestrutura de TI tem se mostrado bastante oneroso face à disponibilidade orçamentária da Controladoria Geral do Município. A Lei Municipal 17.723/20 traz em seu art. 20 a constituição do Fundo Municipal de Transparência e Controle Social cujo §2º faz menção à aplicação dos recursos em inovação tecnológica voltados à criação de aplicativos e sistemas destinados ao controle social dos gastos e ações públicas. Com o desenvolvimento do fundo e a conseqüente captação de recursos é possível que as restrições orçamentárias à inovação em sistemas venham a ser reduzidas nos próximos anos.



## 16.6

**Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.**

### Proposta de municipalização da temática

Ampliar a transparência, a prestação de contas, a efetividade e a eficiência das instituições, em todos os níveis.

### Contextualização

Para que as instituições se tornem mais eficientes e suas ações possam ser mais efetivas, contribuindo com a sociedade, os pilares da transparência pública (ativa e passiva), da prestação de contas e da participação social são essenciais como sustentáculos do seu fortalecimento.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de acessos negados no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento (%)	$\text{Número de pedidos negados no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento} \div \text{Total de pedidos registrados no sistema de informação ao cidadão} (\times 100)$
Percentual de pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento (%)	$\text{Número de pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento} \div \text{Total de pedidos registrados no sistema de informação ao cidadão} (\times 100)$
Percentual de recursos registrados no sistema de informação ao cidadão (1a, 2a e 3a instâncias) (%)	$\text{Número de recursos registrados no sistema de informação ao cidadão} \div \text{Total de pedidos registrados no sistema de informação ao cidadão} (\times 100)$



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Nota média de eficiência (0 a 10) no atendimento às recomendações de auditoria

Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto ao atendimento às recomendações de auditoria (obtida a partir do cálculo 'Total de recomendações atendidas ÷ Total de recomendações produzidas' no semestre de referência - aplicado à tabela abaixo) ÷ quantidade de órgãos apurados (x100)

Nota de eficiência	Critério
-	Não se aplica em razão de não haver recomendações expedidas para a Unidade ou por não ter ocorrido ainda o monitoramento das mesmas
0	Não atendeu a nenhuma recomendação emitida pela CGM
2,5	Percentual de atendimento às recomendações maior que 0 e menor ou igual a 25% ( $0 < X \leq 25\%$ )
5	Percentual de atendimento às recomendações maior que 25% e menor ou igual a 50% ( $25 < X \leq 50\%$ )
7,5	Percentual de atendimento às recomendações maior que 50% e menor ou igual a 75% ( $50 < X \leq 75\%$ )
10	Percentual de atendimento às recomendações maior que 75% e menor ou igual a 100% ( $75 < X \leq 100\%$ )

Nota média (0 a 10) de eficiência no atendimento aos pedidos de acesso à informação (Índice de Transparência Passiva - ITP)

Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto à qualidade de atendimento (qualidade de resposta e prazo) aos pedidos de acesso à informação (obtida a partir do cálculo '(Nota ITP Pedido  $n = \sum$  (Nota Agilidade \* 0,2) + (Nota Aspectos Formais \* 0,15) + (Nota Nível compreensão \* 0,3) + (Nota Atendimento \* 0,35))/total de pedidos de acesso respondidos / 3 \* 10' no semestre de referência) ÷ quantidade de órgãos com pedidos de acesso à informação.

Nota ITP órgão  $n = (\sum \text{Nota ITP Pedido} \div \text{quantidade total de pedidos de acesso à informação respondidos pelo órgão}) / 3 * 10$

Indicador de Transparência Passiva =  $\sum \text{Nota ITP órgão } 1 \dots \text{Nota ITP órgão } n \dots \div \text{quantidade total de órgãos da administração direta com pedidos de acesso à informação.}$



### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Acessos negados no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	10,34%*	9,98%*	7,26%*

Fonte: CGM/OGM/Divisão de Transparência Passiva (DIPAS).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	83,35%*	85,26%*	85,79%*

Fonte: CGM/OGM/Divisão de Transparência Passiva (DIPAS).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão (1a, 2a e 3a instâncias) (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	19,82%*	22,93%*	22,32%*

Fonte: CGM/OGM/Divisão de Transparência Passiva (DIPAS).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Nota média de eficiência no atendimento às recomendações de auditoria

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	5,71*	6,75*	7,29*

Fonte: CGM/OGM/Divisão de Transparência Passiva (DIPAS).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

Nota de eficiência no atendimento aos pedidos de acesso à informação (Índice de Transparência Passiva - ITP)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	8,21*	8,23*	7,84*

Fonte: CGM/OGM/Divisão de Transparência Passiva (DIPAS).

\* Dados referentes ao segundo semestre Plano de Metas 2019-2020.

### Desafios remanescentes

O acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e a demanda popular em forma de pedidos de acesso à informação apresenta um movimento crescente, o que implicará em maior comprometimento e capacidades dos órgãos públicos em garantir o direito ao acesso à informação.

## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

A demanda crescente e maior controle social quanto às ações da cidade de São Paulo demanda que os órgãos públicos incorporem a agenda de transparência e acesso à informação como algo essencial para execução de seus projetos.



# 16.7

## Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

### Proposta de municipalização da temática

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

### Contextualização

A prefeitura de São Paulo promove diversos espaços de participação na tomada de decisão. Dentre eles, cabe destacar os conselhos participativos, presentes nas 32 Prefeituras Regionais de São Paulo, compostos por 468 conselheiros ativos e atuantes, presididos sempre pelo Subprefeito de cada subprefeitura.

Com um orçamento de 1 milhão de reais por ano, previsto e destinado no orçamento municipal, com dotação orçamentária para realização do processo eleitoral, oficinas de capacitação e aprimoramento do papel dos conselheiros, com subsídios para alimentação, material de escritório e cota de transporte público para participação das reuniões e atividades na comunidade.

É garantida a paridade de gênero na composição dos conselhos, conforme previsto na legislação municipal, no total são 209 conselheiras do gênero feminino

As demandas apresentadas pelos conselheiros, referem-se às necessidades de serviços, programas e projetos das políticas públicas setoriais no território, bem como ações pontuais de solução de zeladoria promovendo o bem-estar da população local.

Como o Conselho Participativo Municipal é uma instância de representação da sociedade civil na relação com o poder público municipal, a participação dos munícipes em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias, será um indicativo de maior ou menor interlocução das necessidades da população local e a representatividade do colegiado nas instâncias de governança local.

Como instrumento oficial de apresentação de solicitações, informações e soluções para demandas locais, apresentadas pelos conselheiros ou munícipes, as ATAS, são documentos oficiais publicados no Diário Oficial da Cidade, em que de forma qualitativa demonstram as principais questões apresentadas em reuniões realizadas dos Conselhos Participativos Municipais. Categorizar as ATAS de acordo com cada território é uma das principais questões apresentadas, pois elas nos oferecem parâmetros das maiores queixas ou necessidades da população local.



**Indicadores selecionados para o monitoramento da temática**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Secretarias municipais com Conselhos com participação da sociedade civil (%)	Quantidade de secretarias municipais que contam com pelo menos um Conselho Municipal com participação social ÷ Quantidade total de secretarias municipais (x100)
Participantes nas conferências organizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos	Número de participantes nas conferências organizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos
Demandas apresentadas pelos Conselhos Participativos	Número de Demandas Apresentadas pelos Conselhos Participativos
Municípios presentes nas reuniões dos Conselhos Participativos	Número total de municípios presentes nas reuniões ordinárias dos Conselhos Participativos
Mulheres negras em cargos gerenciais no governo do município (%)	Número de mulheres negras em cargos gerenciais no governo do município/Número de pessoas em cargos gerenciais no governo do município (x100)
Negros(as) em cargos gerenciais no governo do município (%)	Número de negros(as) em cargos gerenciais no governo do município/Número de pessoas em cargos gerenciais no governo do município (x100)
Pessoas com deficiência em cargos gerenciais no governo do município (%)	Número de pessoas com deficiência em cargos gerenciais no governo do município/Número de pessoas em cargos gerenciais no governo do município (x100)

**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Secretarias municipais com Conselhos com participação da sociedade civil (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	80,70 %	82,76 %	85,96%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

Participantes nas conferências organizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4.686	1.563	115	265	2.164

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

### Demandas Apresentadas pelos Conselhos Participativos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-*

Fonte: Coordenação de Diálogo e Participação Social da Casa Civil.

\* Indicador proposto para o monitoramento da temática, sem série histórica disponível.

### Municípios presentes nas reuniões dos Conselhos Participativos

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-*

Fonte: Coordenação de Diálogo e Participação Social da Casa Civil.

\* Indicador proposto para o monitoramento da temática, sem série histórica disponível.

### Mulheres negras em cargos gerenciais no governo do município (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	12,09%	12,94%	14,03%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

### Negros(as) em cargos gerenciais no governo do município (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	20,03%	21,32%	23,04%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

### Pessoas com deficiência em cargos gerenciais no governo do município (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	0,40%	0,41%	0,47%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional (COGEDI) / Secretaria Municipal de Gestão (SG).

## Desafios remanescentes

Um dos desafios para cumprimento desta temática é garantir o bom funcionamento dos Conselhos Participativos, com participação e avaliação da qualidade das demandas apresentadas na gestão municipal nos territórios.

Seguem, ainda, como desafios consolidar mais informações sobre o funcionamento dos conselhos com participação da Sociedade Civil.



# 16.8

## Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

### Proposta de municipalização da temática

Ampliar e fortalecer a participação do município de São Paulo nas instituições de governança global.

### Contextualização

A participação de São Paulo nas instituições multilaterais e redes de cidades, bem como nos seus eventos e espaços decisórios, projeta as políticas da cidade e também a sua disponibilidade para construção de parcerias que contribuam com ações concretas para os cidadãos paulistanos e, como cidade global que é, também possa colaborar com outros entes nacionais e internacionais em causas comuns.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Participação da cidade de São Paulo em conselhos, diretorias e cargos de liderança em instituições multilaterais internacionais e redes internacionais de cidades	Somatório da quantidade de conselhos, diretorias e cargos de liderança em instituições multilaterais internacionais e redes internacionais de cidades que São Paulo faz parte.
Redes internacionais de cidades que São Paulo integra	Somatório da quantidade de redes internacionais de cidades que São Paulo integra
Eventos internacionais com participação da cidade de São Paulo	Somatório do número de eventos internacionais com participação de representantes da municipalidade
Compromissos internacionais assumidos pela cidade de São Paulo	Somatório de compromissos internacionais assumidos pela Prefeitura de São Paulo

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Participação da cidade de São Paulo em conselhos, diretorias e cargos de liderança em instituições multilaterais internacionais e redes internacionais de cidades\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados em processo de levantamento.



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

### Redes internacionais de cidades que São Paulo integra\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados em processo de levantamento.

### Eventos internacionais com participação da cidade de São Paulo\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados em processo de levantamento.

### Compromissos internacionais assumidos pela cidade de São Paulo\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados em processo de levantamento.

## Desafios remanescentes

Manter participação qualificada nas instituições multilaterais e redes de cidades, inclusive em funções de liderança, de modo que as consequências dessa participação sejam positivas para a realidade municipal e os compromissos assumidos pela cidade nesses espaços colaborativos internacionais sejam efetivados.



## 16.9

Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

### Contextualização

Desde o final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, várias iniciativas foram realizadas, no âmbito nacional, para que o direito básico do reconhecimento do recém-nascido como um cidadão, por meio do registro civil, fosse efetivado. Em 1997, passou a vigorar a gratuidade do registro civil (Art. 30 da Lei n. 9.534, de 10.12.1997), medida essencial para a garantia deste direito. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país e o município de São Paulo vêm diminuindo gradativamente o percentual de crianças que não possuíam registro civil no seu primeiro ano de nascimento. Como um aspecto básico para o exercício da cidadania, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do município de São Paulo 2018-2030, possui uma meta específica (Meta 6) para que todas as crianças tenham garantido o registro civil. Esta meta faz parte do Eixo Estratégico III voltado para a proteção das crianças e para a garantia de condições para o exercício dos direitos e da cidadania. Para que este direito seja garantido, o PMPI estabeleceu, pelo menos, duas estratégias diretamente associadas, que se referem à garantia de que todas as maternidades ofereçam o registro de nascimento (estratégia 6.1) e a de que todos os cartórios de registro civil forneçam informação para o registro de filhos nascidos em casas de parto.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Sub-registro de nascimentos (%)	Conjunto de nascimentos não registrados no mesmo ano de sua ocorrência ou no primeiro trimestre do ano subsequente

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Sub-registro de nascimentos no município de São Paulo (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,37%	0,37%	0,38%	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Secretaria de Governo Municipal (SGM).



### Desafios remanescentes

O indicador selecionado diz respeito somente a uma dimensão da identidade civil, que é a do registro civil. Além disso, não é possível a desagregação territorial uma vez que os dados são apresentados, pelo IBGE, para o município como um todo. Deste modo, não se tem a informação sobre em quais lugares do município há maior concentração de sub-registros. Outro ponto importante é que o indicador se refere somente ao número de nascidos vivos que não foram registrados no primeiro ano de vida ou no primeiro trimestre subsequente. Assim, ele não capta, por exemplo, os registros realizados após este período. A divulgação dos resultados, pelo IBGE, também possui um lapso temporal relativamente grande uma vez que depende da consolidação de dados de várias fontes.



## 16.10

**Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.**

### Proposta de municipalização da temática

Assegurar o acesso público à informação, como parte dos direitos e garantias fundamentais, em conformidade com a legislação nacional, municipal e os acordos internacionais.

### Contextualização

O acesso à informação é um direito fundamental previsto na constituição federal, assim como em Lei Federal que o regulamenta. Todos os cidadãos e cidadãs têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvada as hipóteses de sigilo. Para garantir o exercício desse direito, é dever da Administração Pública proporcionar os meios físicos e tecnológicos para facilitar o acesso à informação, o controle e a participação social de forma inclusiva, a todos os cidadãos e cidadãs.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Abertura de processos administrativos com nível de acesso público (%)	Quantidade de processos abertos com nível de acesso público ÷ Quantidade de processos abertos (x100)
Acessos pelo cidadão a processos físicos encerrados	Quantidade de requerimentos de acesso aos processos administrativos concedidos
Nota média (0 a 10) de eficiência em Transparência Ativa	Nota de eficiência (de 0 a 10) dos órgãos públicos municipais da administração direta quanto à qualidade de atendimento aos requisitos de transparência ativa, são avaliados:  a) a presença do botão de acesso à informação (variável 1) com nota 0 caso não exista e 10 caso exista.;  b) a presença do botão participação social (variável 2) com nota 0 caso não exista e 10 caso exista;  c) a adequação ao "template" padrão desenvolvido pela SECOM, a partir de 17 critérios (DIM1). Cada um dos critérios pode receber as notas 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez);  d) a disponibilidade de dados, informações e documentos previstos no botão acesso à informação



## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

	<p>(DIM2) com 93 critérios. Cada um dos critérios pode receber as notas 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez); e</p> <p>e) a disponibilidade de dados, informações e documentos previstos no botão participação social (DIM3) utilizando-se 51 critérios. Cada um dos critérios pode receber as notas 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez).</p> <p>Conforme abaixo:</p> <p>Variável1 = 0 ou 10</p> <p>Variável2 = 0 ou 10</p> <p>Dimensão1 = <math>\sum \text{NotaCritério } 1 + \text{NotaCritério } 2 + \text{NotaCritério } n... + \text{NotaCritério } 17 \div 17</math></p> <p>Dimensão2 = <math>\sum \text{NotaCritério } 1 + \text{NotaCritério } 2 + \text{NotaCritério } n... + \text{NotaCritério } 93 \div 93</math></p> <p>Dimensão3 = <math>\sum \text{NotaCritério } 1 + \text{NotaCritério } 2 + \text{NotaCritério } n... + \text{NotaCritério } 51 \div 51</math></p> <p>ITAorgão = <math>\sum (\text{Var1} + \text{Var2} + \text{Dim1} + \text{Dim2} + \text{Dim3}) \div 5</math></p> <p>Indicador de Transparência Ativa = <math>(\text{ITAorgão } 1 + \text{ITAorgão } 2 \dots + \text{ITAorgão } n.) \div \text{Quantidade de órgãos avaliados ITA}</math></p>
Acessibilidade Digital nos sites da Prefeitura de São Paulo (%)	Número de sites públicos da Prefeitura de São Paulo com Selo de Acessibilidade Digital ÷ Número total de sites públicos da Prefeitura de São Paulo (x100)
Avatar de tradução para Libras nos sites da Prefeitura de São Paulo (%)	Número de sites da Prefeitura de São Paulo com avatar de tradução para Libras ÷ Número total de sites públicos da Prefeitura de São Paulo (x100)

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Abertura de processos administrativos com nível de acesso público (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	50%	41%	53%	56%	58%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Documental da Secretaria de Gestão Municipal (CGDOC/SG).

Número de acessos pelo cidadão a processos físicos encerrados

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	27.150	27.790	34.703	32.186	15.385

Fonte: Coordenadoria de Gestão Documental da Secretaria de Gestão Municipal (CGDOC/SG).





## ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

principalmente, disseminar entre os órgãos a cultura de dados abertos criando assim um movimento de fora para dentro (dos órgãos para a CGM) e não só de dentro para fora (da CGM para os órgãos). As iniciativas de treinamento vêm seguindo seu curso, porém a adesão ainda é considerada baixa, aproximadamente 50% de ocupação. A Lei Municipal 17.273/20 organiza a Política Municipal de Prevenção à Corrupção e cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social além do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção poderá ser forte aliada na transposição dos desafios aqui descritos, seja pela força de suas normas, seja pela possibilidade de maior fluxo de recursos financeiros a serem alocados à inovação tecnológica.



## 16.a

Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

### Proposta de municipalização da temática

Fortalecer as instituições municipais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades para a prevenção da violência e ao crime.

### Contextualização

Defende-se a importância da instituição dentro da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana do uso de novas tecnologias através de parcerias e/ou doações para enfrentamento e combate a criminalidade e desordem urbana, com vias ao fortalecimento dos programas e ações já vigentes, como: Programa Guardiã Maria da Penha (Decreto 55.089, de 08 de Maio de 2014), Aplicativo SP MAIS SEGURA (SEI 6013.2017.0000933-5) e Projeto City Câmeras (SEI 6013.2017/0000849).

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Quantidade de câmeras inseridas no Projeto City Câmeras	Quantidade de câmeras instaladas pelo Projeto City Câmeras
Rondas e atendimentos efetuados pelo programa Guardiã Maria da Penha	Número de rondas e atendimentos efetuados
Quantidade de novos usuários do APP SP MAIS SEGURA	Quantidade de usuários que baixaram o aplicativo SP MAIS SEGURA
Programa Dronepol (Operações realizadas)	Número de operações realizadas pelo Dronepol
Programa Dronepol (Horas de Voo)	Número total de horas de voo das operações realizadas pelo Dronepol



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

**Programa Dronepol (Horas de Voo)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	6.804	14.022	13.287

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Coordenadoria Políticas Integradas e Parcerias (CPIP), Coordenação de Tecnologia e Infraestrutura (CTLI).

\* O programa teve início em 2017.

**Programa Dronepol (Operações realizadas)**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	611	1.581	1.447

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Coordenadoria Políticas Integradas e Parcerias (CPIP), Coordenação de Tecnologia e Infraestrutura (CTLI).

\* O programa teve início em 2017.

**Quantidade de novos usuários do APP SP MAIS SEGURA**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	3.890	41.600	23.500

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Coordenadoria Políticas Integradas e Parcerias (CPIP), Divisão de Análise e Planejamento (DAP).

\* O programa teve início em 2017.

**Quantidade de câmeras inseridas no Projeto City Câmeras**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-*	-*	612	2.420	3.007

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Coordenadoria Políticas Integradas e Parcerias (CPIP), Divisão de Parcerias e Coordenação Técnica (DPC).

\* O programa teve início em 2017.

**Rondas e atendimentos efetuados pelo programa Guardiã Maria da Penha**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10.756	12.460	11.138	10.214	-*

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).

\* Dado ainda não disponível.

**Desafios remanescentes**

Constituem desafios remanescentes para cumprimento da temática a continuidade dos programas e ações referidos e a dotação orçamentária para manutenção, atualização e ampliação dos mesmos. Ainda, se faz necessária a criação do Sistema Municipal de Aeronaves Remotamente Pilotadas - SP\_ARP, para gerir e fornecer a capacitação de operadores para o acompanhamento de operações dentre as mais diversas solicitações no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo.



## 16.b

### Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

#### Proposta de municipalização da temática

Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

#### Contextualização

É decisivo para o alcance do desenvolvimento sustentável, para além da sanção de leis e políticas não discriminatórias o monitoramento de seu cumprimento.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Cumprimento das cotas de vagas para pessoas com deficiência (%)	Total de pessoas com deficiência contratadas na cidade de São Paulo ÷ Total de vagas para pessoas com deficiência disponibilizadas na cidade de São Paulo (x100)

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Cumprimento das cotas de vagas para pessoas com deficiência (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	37.35%	40.57%	42.75%	44%	-

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Portal da Inspeção do Trabalho e Ministério Público do Trabalho / Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

#### Desafios remanescentes

Desenvolver mecanismo para acompanhamento constante de todas as políticas afirmativas desenvolvidas no âmbito legislativo municipal e executivo.





## **ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO**

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



## 17.1

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

### Proposta de municipalização da temática

Fortalecer a mobilização de recursos internos.

### Contextualização

O montante proveniente da arrecadação de impostos tem uma enorme relevância para o total da Receita Municipal, sendo essencial para o bom funcionamento de todo o cenário de Finanças Públicas. Fortalecer os recursos internos para uma melhor arrecadação de impostos é primordial para a saúde financeira do Município, e em especial para a manutenção do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas, visto o aumento perene das demandas orçamentárias nos últimos anos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Total de receitas arrecadadas com impostos (em bilhões de R\$)	Valor de receitas arrecadadas com impostos pelo município
Participação do IPTU na Receita Corrente municipal (%)	Valor de arrecadação do IPTU ÷ Valor total de receitas do município (x100)
Participação do ISS na Receita Corrente municipal (%)	Valor de arrecadação do ISS ÷ Valor total de receitas do município (x100)
Participação do ITBI-IV na Receita Corrente municipal (%)	Valor de arrecadação do ITBI-IV ÷ Valor total de receitas do município (x100)
Participação dos Impostos Municipais na Receita Corrente municipal (%)	Valor de arrecadação do total dos impostos municipais ÷ Valor total de receitas do município (x100)
Taxa de inadimplência dos contribuintes do IPTU (%)	Número de contribuintes inadimplentes do IPTU ÷ Número total de contribuintes do IPTU (x100)



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Total de receitas arrecadadas com impostos pelo Município (em bilhões de R\$)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	R\$ 22,02	R\$ 23,07	R\$ 25,52	R\$ 29,26	R\$ 33,30

Fonte: Assessoria Econômica (ASECO) da Secretaria da Fazenda (SF).

Participação do IPTU na Receita Corrente municipal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	14,6%	17,2%	17,2%	18,4%	18,5%

Fonte: Assessoria Econômica (ASECO) da Secretaria da Fazenda (SF).

Participação do ISS na Receita Corrente municipal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	25,3%	26,5%	25,7%	28,5%	28,9%

Fonte: Assessoria Econômica (ASECO) da Secretaria da Fazenda (SF).

Participação do ITBI na Receita Corrente municipal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	4,0%	4,0%	3,8%	3,9%	4,3%

Fonte: Assessoria Econômica (ASECO) da Secretaria da Fazenda (SF).

Participação do Impostos Municipais na Receita Corrente municipal (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	49,0%	52,2%	52,4%	58,1%	59,3%

Fonte: Assessoria Econômica (ASECO) da Secretaria da Fazenda (SF).

Total de inadimplência dos Contribuintes do IPTU (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	10,7%	11,4%	12,1%	12,6%	12,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda (SF).

**Desafios remanescentes**

A Secretaria da Fazenda tem concentrado esforços na estrutura de arrecadação de todo o sistema tributário, na tentativa de tornar o processo mais racional e com menos brechas. Isto se dá através de esforços contínuos na criação de programas de combate à sonegação fiscal e de incremento da arrecadação sem aumento da carga tributária ao munícipe.



## 17.2

Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A meta não se aplica à realidade municipal pois a redação trata de assistência oficial dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, classificação essa que inclui o Governo Federal brasileiro.



## 17.3

Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

### Proposta de municipalização da temática

Mobilizar recursos adicionais para o município a partir de múltiplas fontes.

### Contextualização

Recursos internacionais podem ser prospectados de forma reembolsável, por meio de financiamentos, ou não reembolsável, mediante parcerias e projetos de cooperação internacional que destinem recursos para as políticas municipais, seja por assessoria técnica no suporte ao ciclo das políticas ou por aplicação direta na implementação de ações públicas.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Recursos investidos em políticas públicas no município por meio de cooperações internacionais (R\$)	Total de valores, em reais, de recursos internacionais investidos em políticas públicas no município por meio de cooperações internacionais

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Recursos investidos em políticas públicas no município por meio de cooperações internacionais\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

### Desafios remanescentes

Prospectar mais recursos não onerosos para a municipalidade e destinar os recursos captados pelas diversas fontes visando diminuir a desigualdade na cidade, com foco de aplicação nas regiões mais vulneráveis.



## 17.4

Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

### Proposta de municipalização da temática

Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

### Contextualização

A Prefeitura tem realizado uma série de esforços no sentido de se renegociar prazos e condições de pagamento em relação aos financiamentos e dívidas de longo prazo, o que possibilita uma maior flexibilização a todo o orçamento público e, em especial à utilização das despesas, em vista das crescentes pressões orçamentárias verificadas pela máquina pública nos últimos anos.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

O principal desafio refere-se à dificuldade de mensuração dos montantes relativos ao comprometimento da dívida pública municipal, especialmente em vista dos vários atores envolvidos no acompanhamento dos financiamentos de longo prazo, já que possuem diferentes prazos, condições e acordos.



## 17.5

Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A meta não se aplica à realidade municipal, pois trata-se de medidas de investimento à nível federal, além de estarmos situados em um país em desenvolvimento. Cabe ao município implementar estratégias para captação de investimentos externos, para isso temos a São Paulo Negócios. Ações para alavancar a economia da cidade estão mais alinhadas às metas do objetivo 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.



## 17.6

Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

### Proposta de municipalização da temática

Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente em organismos internacionais multilaterais e redes de cidades, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

### Contextualização

A realização de missões e participações em eventos internacionais faz com que São Paulo seja inserida nos espaços de discussão relevantes, sejam eles bilaterais ou multilaterais, como redes, acordos e compromissos globais, que favorecem a cooperação para intercâmbio de conhecimento e acesso a ações de referência no tema de ciência, tecnologia e inovação.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Número de missões e participação em eventos internacionais relacionados aos temas de ciência, tecnologia e inovação	Soma total de missões realizadas e participações da Prefeitura em eventos internacionais relacionados aos temas de ciência, tecnologia e inovação
Redes, acordos e compromissos internacionais relacionadas aos temas de ciência, inovação e tecnologia integrados pela Prefeitura de São Paulo	Soma de quantidade de redes, acordos e compromissos internacionais relacionadas aos temas de ciência, inovação e tecnologia integrados pela Prefeitura de São Paulo



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Número de missões e participação em eventos internacionais relacionados aos temas de ciência, tecnologia e inovação\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

Redes, acordos e compromissos internacionais relacionadas aos temas de ciência, inovação e tecnologia integrados pela Prefeitura de São Paulo\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

**Desafios remanescentes**

Realizar missões estratégicas e promover a participação qualificada da cidade de São Paulo nos ambientes de integração internacional, de modo que seja possível projetar nossas políticas e propiciar possibilidades de cooperação internacional nos temas de ciência, tecnologia e inovação.



## 17.7

Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

### Proposta de municipalização da temática

Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para a cidade de São Paulo.

### Contextualização

A participação da Prefeitura em redes, acordos e compromissos nacionais e internacionais permite que a cidade tenha acesso a troca de experiências e, possivelmente, a práticas que adotem tecnologias ambientalmente corretas, que podem ser desenvolvidas pela cidade.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Participação em redes, acordos e compromissos internacionais relacionados a desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas	Soma da quantidade de redes internacionais de cidades, acordos e compromissos internacionais relacionados a desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Participação em redes, acordos e compromissos internacionais relacionados a desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

### Desafios remanescentes

Buscar mais inserção nos espaços de discussão e que propiciem acesso às tecnologias ambientalmente corretas, considerando a importância dessas tecnologias para a realidade municipal e contribuição para a sustentabilidade dos negócios públicos.



## 17.8

Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

### Proposta de municipalização da temática

Aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e implementar a Política Municipal de Inclusão Digital (Lei Municipal nº 14.668/2008).

### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo atua nessa temática por meio da Política Municipal de Inclusão Digital do Município de São Paulo e do fomento aos Telecentros Comunitários. Os Telecentros Comunitários são espaços que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre, assistida, cursos, seminários, eventos, workshops e outras atividades de promoção à autonomia digital dos cidadãos em suas diversas dimensões, conforme as diretrizes da Lei Municipal nº 14.668, de 14 de janeiro de 2008 e suas alterações, que instituiu a Política Municipal de Inclusão Digital do Município de São Paulo, tendo como objetivo fomentar a inclusão digital. Os Telecentros Comunitários foram criados em 2001 para promover democratização de acesso à rede mundial de computadores, objetivando prestar apoio, informação e capacitação aos usuários das comunidades locais, em especial as menos favorecidas, com ações que promovam habilidades e competências no uso da tecnologia digital, bem como permitam o ingresso na sociedade da informação, essencial para o pleno desenvolvimento da cidadania. As atividades oferecidas nestas unidades são abertas a qualquer pessoa.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Melhoria da Infraestrutura dos Telecentros (%)	$\frac{\text{Quantidade de computadores adquiridos}}{\text{Total de computadores do parque tecnológico dos telecentros}} \times 100$



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Melhoria da Infraestrutura dos Telecentros (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	_*	_*	_*	_*	10,64%**

Fonte: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

\* Os dados de 2015, 2016, 2017 e 2018 do indicador “Melhoria da infraestrutura dos Telecentros” não estão apresentados visto que neste período foi realizada apenas a manutenção das unidades, sem maiores investimentos.

\*\* Total de computadores do parque tecnológico dos telecentros equivale a 3393 máquinas.

**Desafios remanescentes**

Os principais desafios para implementar políticas públicas de inclusão digital na cidade de São Paulo consistem em: atualização da infraestrutura tecnológica; implantação de novos equipamentos públicos de inclusão digital; assim como a construção do discurso da importância de manutenção da política que não se esgota com prazo definido, mas sim com iniciativas contínuas (que frequentemente precisam ser atualizadas de acordo com a demanda social), devido ao alto grau que a tecnologia está inserida no dia a dia da população.



## 17.9

Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

### Proposta de municipalização da temática

Contribuir para a implementação eficaz e orientada da capacitação sobre a Agenda 2030 na prefeitura de São Paulo, a fim de apoiar os planos municipais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação internacional.

### Contextualização

Em 2 de fevereiro de 2018, foi promulgada a Lei Municipal nº 16.817, que estabelece os ODS como diretriz das políticas públicas de São Paulo, e institui o “Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”.

Adicionalmente a lei prevê a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, instância colegiada paritária com poder de decisão nas políticas públicas municipais relacionadas à Agenda 2030, fortalecendo o papel da sociedade civil no ciclo das políticas públicas.

Em decorrência da Lei 16.817/2018, em outubro de 2019 foi instituído pela Secretaria de Governo Municipal o Decreto nº 59.020, que regulamenta a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, sob a presidência da Secretaria de Governo Municipal. O Decreto prevê ainda a existência de um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) para a definição e monitoramento de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que subsidiará os trabalhos da Comissão na elaboração do Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.



### Desafios remanescentes

Em vias de ser empossada, a apelidada ‘Comissão Municipal ODS’ terá como principal atribuição a elaboração do “Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, conforme artigo 2º do Decreto 59.020/2019. A elaboração desse Instrumento de planejamento é um grande desafio, pois pretende consolidar compromissos assumidos nas diversas pactuações setoriais, mas uma vez concluído, será um grande norteador para a Prefeitura de São Paulo e para os demais instrumentos de planejamento.



### 17.10

Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.

#### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

#### Contextualização

A Organização Mundial do Comércio é uma organização formada por Estados-nação e, portanto, não compete à municipalidade participar da governança internacional sobre o comércio.



## 17.11

Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A criação de políticas de incentivo à exportação não se relaciona com as demandas e iniciativas da Prefeitura, não sendo possível o seu desenvolvimento sob a ótica municipal.



## 17.12

Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A criação de políticas de incentivo à mercados livres de cotas e taxas não se relaciona com as demandas e iniciativas da Prefeitura, não sendo possível o seu desenvolvimento sob a ótica municipal.



## 17.13

Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

A criação de políticas com vistas ao aumento da estabilidade macroeconômica não se relaciona com as demandas e iniciativas da Prefeitura, não sendo possível o seu desenvolvimento sob a ótica municipal.



## 17.14

### Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

#### Proposta de municipalização da temática

Contribuir para o aumento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

#### Contextualização

A Prefeitura de São Paulo tem empreendido inúmeros esforços para colocar o município na vanguarda em termos de localização dos ODS a partir da regulamentação da Lei Municipal nº 16.817/2018, mas também por meio da vinculação de instrumentos municipais de planejamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento e orçamento que reflete as prioridades da Administração e conseqüentemente as ações nas quais os recursos financeiros serão alocados. Por isso, a incorporação formal dos ODS nesse instrumento é um passo importante para institucionalização da Agenda 2030 na municipalidade.

Os ODS foram vinculados ainda ao Programa de Metas (PdM) 2017-2020 e à sua Revisão Programática 2019-2020. Estes documentos reúnem as prioridades de uma gestão, assim, seus 36 Objetivos Estratégicos foram vinculados aos 17 ODS. No Relatório de Execução Anual do PdM de 2019, foi dedicado um esforço adicional de vinculação de cada uma das metas do PdM às 169 metas dos 17 ODS. Esse esforço permite visualizar com maior clareza como a execução do Programa de Metas contribui para o alcance da Agenda 2030 da ONU no município de São Paulo.

Outros instrumentos de planejamento da cidade de São Paulo como o Plano Municipal da Primeira Infância, o Plano de Ação Climática (em construção), Plano Municipal de Saúde, o Plano Municipal de Turismo e o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (em construção), também incorporaram os ODS.

#### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

#### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

#### Desafios remanescentes

Como mencionado anteriormente, segue como desafio a elaboração do Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030, que uma vez vigente deve apoiar a integração



## ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

dos instrumentos de planejamento da cidade, contribuindo para o aumento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.



## 17.15

Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

### Proposta de municipalização da temática

Não se aplica à realidade municipal.

### Contextualização

Esta meta é de competência exclusiva dos Estados-nação e, em nosso caso, só pode ser cumprida pelo governo federal brasileiro. A cidade de São Paulo respeita a liderança de cada ente nacional e subnacional com os quais se relaciona. Além disso, trabalha, dentro da atuação municipal, para implementar políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, sendo essas já mencionadas em outras metas mais adaptáveis à realidade local.



## 17.16

Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Participar de parcerias internacionais para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em toda a cidade.

### Contextualização

Importância do esforço global e conjunto, e da participação de São Paulo nas ações para cooperação mútua em prol do desenvolvimento sustentável.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Missões internacionais enviadas pela Prefeitura	Número de missões internacionais enviadas pela Prefeitura no ano de referência
Acordos e compromissos internacionais assumidos pela Prefeitura alinhados diretamente ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável	Soma da quantidade de acordos e compromissos internacionais assumidos pela Prefeitura alinhados diretamente ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

#### Missões internacionais enviadas pela Prefeitura

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	10	-	-*

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.



Acordos e compromissos internacionais assumidos pela Prefeitura alinhados diretamente ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável\*

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito (CRI).

\* Indicador proposto para o monitoramento dos ODS, dados ainda em processo de levantamento.

### Desafios remanescentes

Garantir a participação da cidade de São Paulo nos principais espaços internacionais de discussão e cooperação para o desenvolvimento sustentável, prospectando parcerias para implementação da Agenda 2030 e reportando à comunidade internacional, por meio do Relatório Voluntário Local (VLR), as ações realizadas e resultados alcançados na esfera local.



## 17.17

Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

### Proposta de municipalização da temática

Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

### Contextualização

Na Prefeitura Municipal de São Paulo, o escopo das parcerias é muito diverso e abrangente, incluindo desde atividades e serviços bem estruturados que se realizam perenemente, até eventos pontuais, de curta duração. Adicionalmente, certas parcerias envolvem a prestação de inúmeros serviços e a gestão de equipamentos no território, além do envolvimento de milhões de reais, enquanto outras são pontuais, com objetos simples e envolvem uma quantia menor de recursos. Ainda neste cenário, a implantação da Lei 13.019/2014 trouxe uma mudança muito relevante no marco legal, que entrou em vigor no Município em janeiro de 2017, momento em que foi necessário readequar as parcerias existentes para novos modelos contratuais, em atendimento às novas demandas existentes.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Organizações da Sociedade Civil cadastradas no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor	Número total de Organizações da Sociedade Civil cadastradas no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor
Organizações Sociais qualificadas no Município de São Paulo	Número total de Organizações Sociais qualificadas no Município de São Paulo

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Organizações da Sociedade Civil cadastradas no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	1.073	1.433	1.548	1.707	1.553

Fonte: Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), Coordenação de Parcerias com o Terceiro Setor (COPATS), Secretaria Municipal de Gestão (SG).



**Organizações Sociais qualificadas no Município de São Paulo**

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	34	40	43	47	48

Fonte: Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), Coordenação de Parcerias com o Terceiro Setor (COPATS), Secretaria Municipal de Gestão (SG).

**Desafios remanescentes**

Com a implementação da Lei 13.019/2014, que entrou em vigor no Município em janeiro de 2017, foi necessário readequar as parcerias existentes para novos modelos contratuais, resultando num enorme desafio, devido ao volume e descentralização de tais contratações, bem como erros frequentes de cadastramento das parcerias com entidades do terceiro setor nos sistemas da Prefeitura, fazendo com que haja uma dificuldade adicional em conseguirmos um levantamento dos dados unificados e atualizados de repasses realizados ao terceiro setor em âmbito municipal. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Gestão, por meio da Coordenação de Parcerias com o Terceiro Setor, está atuando com vistas à implementação de um sistema de informática unificado para a PMSP para realizar a gestão dessas parcerias, conferindo maior organização e modernização administrativa para o aperfeiçoamento dos processos de parceria com organizações da sociedade civil, o que certamente aumentaria a governança sobre o tema, resultando em uma gestão das parcerias com maior efetividade e eficiência, o que, conseqüentemente, resultaria, em maior qualidade dos serviços prestados ao cidadão.



## 17.18

Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

### Proposta de municipalização da temática

Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

### Contextualização

Compartilhamento e publicação de dados, de forma simples e clara, é fundamental para o acompanhamento dos municípios e mensuração de políticas públicas. Nos últimos anos há um esforço crescente na disponibilização e integração de informações por meio de portais com acesso público e dados abertos, ampliando-se a possibilidade de acesso à informação por parte dos municípios.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO
Quantidade de novos mapas (camadas de dados) disponibilizadas online aos municípios pelo portal GeoSampa	Quantidade de novos mapas (camada de dados) disponibilizados online ao ano aos municípios pelo portal GeoSampa
Secretarias que passaram a disponibilizar dados no GeoSampa (%)	$(\text{Número de secretarias que passaram a disponibilizar dados no portal GeoSampa} \div \text{Total de secretarias municipais}) \times 100$
Quantidade de acessos por parte dos municípios aos dados do GeoSampa	Quantidade de acessos ao ano por parte dos municípios aos dados do GeoSampa



**Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática**

Quantidade de novos mapas (camadas de dados) disponibilizadas online aos municípios pelo portal GeoSampa

Região	2015*	2016	2017	2018	2019
São Paulo	87	24	11	58	40

Fonte: GeoSampa / Geoinfo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

\* Em 2015 houve a migração dos dados que estavam na plataforma GeoSP e a cada ano são acrescentadas novas camadas.

Secretarias que passaram a disponibilizar dados no GeoSampa (%)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	22%	33%	24%	74%	77%

Fonte: GeoSampa / Geoinfo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Quantidade de acessos por parte dos municípios aos dados do GeoSampa

Região	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	21.906	515.490	938.270	1.284.849	1.534.894

Fonte: GeoSampa / Geoinfo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

**Desafios remanescentes**

Os indicadores mostram características quantitativas e de usabilidade de dados produzidos por órgãos do governo municipal, sem avançar ainda, na questão da qualidade de mensuração e a do dado disponibilizado. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) elabora anualmente o “Índice de dados abertos para as cidades”, entre as quais São Paulo. Com este índice busca sintetizar o estado da arte da política de dados abertos em algumas dimensões atinentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, quais sejam, orçamento, gastos públicos, propriedade da terra, estatísticas socioeconômicas, qualidade do ar, qualidade da água, escolas públicas, transporte público, estatísticas de crimes, entre outras. A inserção deste índice viria a completar o monitoramento da temática 17.18, entretanto, os valores da série histórica desde 2016 não foram recebidos a tempo de conclusão do relatório.



## 17.19

Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

### Proposta de municipalização da temática

Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto.

### Contextualização

Recentemente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e a Secretaria Municipal do Verde e Meio-Ambiente, em parceria com a C40, estão desenvolvendo a integração das esferas de planejamento de sustentabilidade e do desenvolvimento econômico e social.

### Indicadores selecionados para o monitoramento da temática

Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa temática.

### Diagnóstico da Prefeitura de São Paulo de 2015 a 2019 em relação à temática

Ainda não foi produzido diagnóstico sobre essa temática.

### Desafios remanescentes

Os desafios quanto ao progresso do desenvolvimento sustentável que complemente o PIB relacionam-se com as possibilidades de articulações intersecretariais e com a sociedade civil para que se estabeleça uma maior coesão das políticas públicas. A partir das articulações que englobem a compreensão das políticas públicas no âmbito do desenvolvimento sustentável que corrobore com o econômico, ambiental e social e no âmbito do planejamento, será possível realizar um monitoramento coeso da meta. Trata-se de um processo em desenvolvimento que necessita de uma atuação em conjunto de diferentes Secretarias e cooperação conjunta.





**CIDADE DE  
SÃO PAULO**

## **CONCLUSÃO**

**DIAGNÓSTICO DE  
INDICADORES PARA  
MONITORAMENTO DOS  
ODS EM SÃO PAULO**



## Conclusão

Como saldo desse exercício inicial de diagnóstico, observa-se que:

- **135** temáticas foram identificadas como municipalizáveis, e a princípio **34** não se mostraram passíveis de municipalização;
- Foram sistematizados indicadores relacionados a **103** temáticas, e outras **32** ainda não dispõem de informações para diagnóstico quantitativo;
- Do total de mais de **390** indicadores encontrados, **31** possuem valores desagregados por Subprefeitura ou por Distrito já disponíveis no ObservaSampa.

Como mencionado na introdução, a publicação do presente “Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo”, apesar de representar importante esforço de consolidação das informações atualmente disponíveis para o monitoramento dos ODS, não esgota as atribuições do GTI PCS/ODS.

Próximos passos incluem: subsidiar a ‘Comissão Municipal ODS’ na elaboração da Agenda Municipal 2030 e na municipalização das 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; garantir a atualização contínua dos indicadores na plataforma ObservaSampa <<http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>>; e responder às demandas da ‘Comissão Municipal ODS’ no que concerne a investigação dos desafios remanescentes para cumprimento das temáticas colocadas pela Agenda 2030.

